

Carlos Oliveira

Explicações, Consequências e Correções de Informações Políticas Manipuladas

Brasília, 30 de outubro
de 2020.

Carlos Oliveira

Explicações, Consequências e Correções de Informações Políticas Manipuladas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IPOL
Programa de Pós-Graduação

Orientador: Prof. Ph.D. Mathieu Turgeon

Brasília, 30 de outubro
de 2020.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a **Deus**. Sem Ele, não daria um passo sequer em minha vida. Depois, dirijo toda gratidão à minha esposa, **Alessandra**, e às minhas crianças, **Maitê** e **Noah**, por todo o incondicional suporte e compreensão pelas inúmeras horas de ausência. Vocês são meu alicerce.

O mesmo digo à minha mãe, **Terezinha**, pela coragem e amor com os quais fez de tudo, além de suas forças, por nós desde sempre. Meus irmãos **Claudio** e **Edna**, cuja parceria tem sido substancial estímulo para mim.

Não posso deixar de mencionar meu sogro, **José Broisler**, e minha sogra, **Maria Broisler**, pelo constante incentivo. Foram fundamentais nesta conquista. Ainda cito meus cunhados **Genilson**, **Daniela**, **Maicon**, **Andreia**, **Amanda** e sobrinhos **Isabela**, **Samuel** e **Natalie**.

Academicamente, a minha sorte foi ter o Professor **Mathieu Turgeon** como orientador e amigo. Mathieu, sem dúvida, é verdadeiramente comprometido com o desenvolvimento científico de seus orientandos. Ele preza constantemente pelo melhor resultado e, por isso, possui uma habilidade ímpar de cobrar avanços e incentivar. Sou eternamente grato, Professor Mathieu.

Expresso minha gratidão aos componentes da banca de defesa desta tese, Professores **André Borges**, do Instituto de Ciência Política, e **Wladimir Gramacho**, da Faculdade de Comunicação, ambos da Universidade de Brasília, e ao Professor **Julian Borba**, do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nesse ambiente da academia, tive excelentes oportunidades de conviver com pessoas maravilhosas, as quais sempre foram solícitas comigo. Faço questão de nomeá-las cuidadosamente aqui. **Ryan Lloyd** - um amigo sempre disposto a ajudar, muito competente, com quem aprendo sempre. **Alex Hudson**, cuja afinidade uniu nossas famílias, construindo uma amizade perene. É alguém que nunca mediu esforços para colaborar. Outro grande amigo é **Alessandro Freire**, uma pessoa íntegra, muito talentosa e semelhantemente um grande ajudador.

Tive o privilégio de passar cinco meses em Lisboa, como pesquisador-visitante no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Lá pude ter grandes experiências e convivências com acadêmicos como Professor Catedrático **José Viegas**, exímio intelectual; Professora **Ana Belchior**, de grandíssima competência e gentileza; Professora **Ana Espírito Santo**, outro excelente quadro do ISCTE. E, da luta no doutoramento, o amigo **Viriato Queiroga**. São pessoas que considerarei por toda a minha vida.

Ainda agradeço a oportunidade de ter me tornado amigo do Professor **Eduardo Nakano**, do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília. Uma pessoa extremamente gentil e que exerce a docência como vocação. Suas aulas foram importantíssimas para mim. Da mesma forma, agradeço ao colega de ciência política da Universidade de Mannheim, **Manuel Neumann**, pelas valiosas dicas com o pacote *MNLPred*, para as regressões multinomiais no *R*.

Para concluir as menções aos colegas do ambiente acadêmico que foram importantes ao longo desses anos, vou tentar nomear a todos: Professores **Lúcio Rennó**, **André Borges**, **Denilson Bandeira Coelho**, **Adrián Albala**, **David Fleischer** – do Instituto de Ciência Política da UnB (IPOL) – e **Ronaldo Pilati**, do Instituto de Psicologia da UnB.

Do mesmo modo, refiro-me aos colegas de Instituto de Ciência Política da UnB **Milton Mendonça**, **Debora Ziccardi**, **Marcelo Pimentel**, **Thiago Barbosa**, **Alvaro Pereira**, **Fernanda Burle**, **Robert Vidigal**, **Pedro Masson**, **Karin Vervuurt** e **André Bello**.

Agradeço também à servidora do IPOL, **Thaynara Bandeira**, por sempre ter sido muito gentil com a provisão daquilo que precisei em termos burocráticos.

Cito ainda o amigo e Professor da Universidade de Ohio, **Matthew Layton**, por valiosas sugestões para minha carreira.

Ressalto ainda algumas pessoas da convivência profissional como jornalista, que foram sobretudo importantes nessa caminhada. Em primeiro lugar, agradeço sem medidas à **Alessandra Anselmo**. Não tenho palavras para expressar meu reconhecimento por tudo que ela fez por mim nesse período. Por fim, também aos colegas de Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados **Aline Machado**, **Ana Raquel Macedo**, **Mauro Ceccherini**, **Marcio Sardi**, **Aprígio Nogueira**, **Lincoln Macário** e **Ginny Moraes**.

Não posso deixar de agradecer também ao amigo e irmão em Cristo, **Dilson Santa Fé**. O suporte num momento difícil será sempre lembrado. Lembro ainda do amigo **José Antônio Cortês** pelas constantes palavras de incentivo.

Eu, assim, sigo a vida, à procura de novos desafios e constantemente ávido por aprender.

“Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei” (*Jesus*)

Resumo

Manipulações de informações são recorrentes nos mais distintos contextos da política e ameaças perenes à democracia, sobretudo com o surgimento das mídias sociais. Há importantes trabalhos nesse campo, porém com foco tanto exclusivo nos Estados Unidos. Esta tese inclui a realidade brasileira e acrescenta variáveis à discussão. Ocupa-se, de forma geral, da pergunta *como enfrentar distúrbios da informação no universo da política?* Concentra-se na análise da misinformação e teorias conspiratórias, por meio da investigação de implicações inerentes e se é possível haver reversão do quadro. Os estudos são sustentados em bancos de dados exclusivos, a partir de *experimentos de survey de base populacional*, além do Barômetro das Américas 2016/2017. Os achados sugerem forte impacto das preferências partidárias sobre a suscetibilidade à misinformação. Ainda revelam que a propensão de indivíduos partidários à misinformação tende a ser moderada pela necessidade cognição (NFC), capacidade reflexiva (CRT) e conhecimento político. Quanto maiores forem os escores nessas medidas, respectivamente, mais acentuados devem ser os vieses de partidarismo concernentes à possibilidade de misinformação. Também indicam que a confiança no jornalismo profissional diminui a probabilidade de misinformação. Finalmente, apontam que as pessoas apresentam atitudes mais negativas quanto a políticas públicas sobre as quais são misinformadas. Nesse sentido, com base em um desenho experimental, os resultados sinalizam que a provisão de informações corretas e suas fontes não provoca mudanças atitudinais. Referentemente às teorias conspiratórias, o aceite às correções, idem, está diretamente relacionado a amarras partidárias. Adicionalmente, por meio de um experimento sobre táticas de correção, nota-se que a repetição do conteúdo conspirante, para ressaltar sua inautenticidade, é menos eficiente que a provisão direta da informação factual.

Palavras-chaves: Distúrbios da Informação; Misinformação; Teorias Conspiratórias; Desinformação; Fake News; Petismo; Antipetismo; Preferências Partidárias; Necessidade de Cognição; Capacidade Reflexiva; Atitudes.

Abstract

The manipulation of information is frequent in many different political contexts and is a threat to democracy, especially with the rise of social media. There are relevant studies in this field, but they focus almost exclusively on the reality of the United States. This study includes the Brazilian scenario and introduces new variables to the discussion. Focusing on misinformation and conspiracy theories, it seeks to answer this central question: *how can one deal with information disorders in the political domain?* Specifically, this research concentrates on the determinants of misinformation, as well as its consequences and the possibilities of reversion. In addition, it experimentally tests some strategies for correcting conspiracy theories and examines variables that could explain one's openness to correction. This investigation uses two exclusive data sets from population-based survey experiments (it also uses the AmericasBarometer from 2016/2017). The findings suggest a strong influence of partisanship on one's susceptibility to misinformation. They also reveal that partisans' susceptibility to misinformation tends to be moderated by their need for cognition (NFC), reflective capacity (measured by a Cognitive Reflection Test, or CRT), and political knowledge. The greater respondents' scores on those variables, the greater their partisanship biases regarding vulnerability to misinformation. These findings also show that high trust in professional journalists decreases one's likelihood of being misinformed. Finally, the findings also show that people have more negative attitudes towards public policies about which they are misinformed. Furthermore, using the experimental design, this research shows that providing accurate information and its sources is not enough to generate attitudinal changes alone. Regarding conspiracy theories, accepting correction is similarly determined by partisan ties. Furthermore, experimental results also show that repeating conspiracy theories during corrections is less efficient than simply providing the authentic information directly.

Key-words: Information Disorders; Misinformation; Conspiracy Theories; Disinformation; Fake News; Petismo; Antipetismo; Partisanship; Need for Cognition; Cognitive Reflection Test; Attitudes;

Résumé

Les manipulations de l'information sont récurrentes dans les contextes politiques les plus différents et représentent une menace perpétuelle pour la démocratie, en particulier avec l'émergence des médias sociaux. Il existe des travaux importants dans ce domaine, mais avec un focus exclusif aux États-Unis. Cette thèse traite du Brésil et ajoute des variables à la discussion. Cette thèse cherche à savoir comment *faire face aux perturbations informationnelles dans l'univers de la politique*? Elle se concentre sur l'analyse de la désinformation et des théories du complot, à travers l'enquête sur les implications inhérentes et sur la possibilité d'inverser la situation. Les études sont soutenues par des bases de données exclusives, basées sur des *expériences d'enquêtes sur la population*, en plus du Baromètre des Amériques 2016/2017. Les résultats suggèrent un fort impact des préférences des partis sur la vulnérabilité à la désinformation. Ils révèlent également que la propension des individus à favoriser la désinformation a tendance à être modérée par le besoin de cognition (NFC), de capacité de réflexion (CRT) et de connaissances politiques. Plus les scores de ces mesures sont respectivement élevés, plus le parti pris partisan doit être prononcé concernant la possibilité de désinformation. Ils indiquent également que la confiance dans le journalisme professionnel diminue la probabilité de désinformation. Enfin, ils soulignent que les gens ont des attitudes plus négatives à l'égard des politiques publiques dont ils sont mal informés. En ce sens, sur la base d'un plan expérimental, les résultats indiquent que la fourniture d'informations correctes et de ses sources n'entraînent pas de changements d'attitude. Concernant les théories du complot, l'acceptation des corrections, idem, est directement liée aux partis. De plus, à travers une expérience sur les tactiques de correction, on constate que la répétition du contenu conspirant, pour mettre en évidence son inauthenticité, est moins efficace que fournir directement les informations factuelles.

Mots-clés : Troubles de l'information ; Désinformation ; Théories du complot ; Désinformation ; Fake News ; Petismo ; Antipetismo ; Les préférences du parti ; Besoin de cognition ; Capacité réfléchissante ; Attitudes.

Resumen

Las manipulaciones de la información son recurrentes en los más diferentes contextos políticos y amenazas perennes a la democracia, especialmente con el surgimiento de las redes sociales. Hay trabajos importantes en este campo, pero con un enfoque exclusivo en Estados Unidos. Esta tesis incluye la realidad brasileña y agrega variables a la discusión. Se preocupa, en general, por la cuestión de *cómo afrontar las perturbaciones de la información en el universo de la política*. Se centra en el análisis de la desinformación y las teorías de la conspiración, mediante la investigación de las implicaciones inherentes y si es posible revertir la situación. Los estudios están respaldados por bases de datos exclusivas, basadas en *experimentos de encuestas poblacionales*, además del Barómetro de las Américas 2016/2017. Los hallazgos sugieren un fuerte impacto de las preferencias partidistas sobre la susceptibilidad a la desinformación. También revelan que la propensión de los individuos a la desinformación tiende a ser moderada por la necesidad de cognición (NFC), capacidad reflexiva (CRT) y conocimiento político. Cuanto más altos sean los puntajes en estas medidas, respectivamente, más pronunciado debe ser el sesgo del partidismo con respecto a la posibilidad de desinformación. También indican que la confianza en el periodismo profesional disminuye la probabilidad de desinformación. Finalmente, señalan que las personas tienen actitudes más negativas hacia las políticas públicas sobre las que están mal informadas. En este sentido, a partir de un diseño experimental, los resultados indican que la provisión de información correcta y sus fuentes no provoca cambios de actitud. En cuanto a las teorías de la conspiración, la aceptación de correcciones, ídem, está directamente relacionada con los lazos partidistas. Además, a través de un experimento sobre tácticas de corrección, se observa que la repetición del contenido conspirador, para resaltar su falta de autenticidad, es menos eficiente que el suministro directo de información fáctica.

Palabras clave: Trastornos de la información; Desinformación; Teorías de conspiración; Desinformación; Fake News; Partidismo; Antipartidismo; Preferencias de partido; Necesidad de cognición; Capacidad reflectante; Actitudes.

Lista de Figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 2.1 – Percentuais da escala de misinformação | 63 |
| Figura 2.2 – Teste qui-quadrado para o nível de certeza da informação (BF) | 65 |
| Figura 2.3 – Teste qui-quadrado para o nível de certeza da informação (UE) | 66 |
| Figura 2.4 – Teste qui-quadrado para o nível de certeza da informação (IP) | 67 |
| Figura 2.5 – Coeficientes estimados para suscetibilidade à misinformação* | 68 |
| Figura 2.6 – Valores preditos para interações CRT e partidatismo (BF) . . | 69 |
| Figura 2.7 – Valores preditos para interações NFC e partidatismo (BF) . . | 70 |
| Figura 2.8 – Valores preditos para interações CP e partidatismo (BF) . . . | 70 |
| Figura 2.9 – Valores preditos para interações CRT e partidatismo (UE) . . | 71 |
| Figura 2.10–Valores preditos para interações NFC e partidatismo (UE) . . | 72 |
| Figura 2.11–Valores preditos para interações CP e partidatismo (UE) . . . | 72 |
| Figura 2.12–Valores preditos para interações CRT e partidatismo (IP) . . . | 73 |
| Figura 2.13–Valores preditos para interações NFC e partidatismo (IP) . . . | 74 |
| Figura 2.14–Valores preditos para interações CP e partidatismo (IP) | 74 |
| Figura 2.15–Apoio ao BF, urnas eletrônicas e impostos para ricos | 79 |
| Figura 2.16–Teste qui-quadrado - misinformação e apoio ao BF | 80 |
| Figura 2.17–Teste qui-quadrado - misinformação e apoio às urnas | 81 |
| Figura 2.18–Teste qui-quadrado - misinformação e apoio a impostos para ricos | 81 |
| Figura 2.19–Coeficientes estimados para apoio ao BF, Urnas e Impostos* . | 82 |
| Figura 2.20–Suporte a políticas públicas de combate ao Zika | 84 |
| Figura 2.21–Coeficientes estimados para apoio a políticas de combate ao Zika* | 85 |
| Figura 3.1 – Percentual total de aceite à correção de teorias conspiratórias | 102 |
| Figura 3.2 – Probabilidade de petistas aceitarem correções (TCs de es- querda) | 111 |
| Figura 3.3 – Probabilidade de petistas aceitarem correções (TCs de direita) | 112 |
| Figura 3.4 – Probabilidade de antiPT aceitarem correções (TCs de esquerda) | 112 |
| Figura 3.5 – Probabilidade de antiPT aceitarem correções (TCs de direita) | 113 |
| Figura 3.6 – Probabilidade - reflexivos aceitarem correções (TCs de es- querda) | 113 |
| Figura 3.7 – Probabilidade - reflexivos aceitarem correções (TCs de direita) | 114 |
| Figura 3.8 – Probabilidade - aceite a correções por CP (TCs de esquerda) | 114 |
| Figura 3.9 – Probabilidade - aceite a correções por CP (TCs de direita) . . | 115 |
| Figura 3.10–Probabilidades de aceite à correção da TC da Covid por petistas | 118 |

| | |
|--|-----|
| Figura 3.11–Probabilidades de aceite à correção da TC da Covid por antiPT119 | |
| Figura 3.12–Probabilidades de aceite à correção da TC da Covid - CRT . . | 119 |
| Figura 3.13–Probabilidades de aceite à correção da TC da Covid - CP . . . | 120 |

Lista de tabelas

| | |
|---|-----|
| Tabela 2.1 – <i>Teste-t</i> para diferenças de médias de apoio a políticas públicas | 92 |
| Tabela 3.1 – Quadro de questões para teorias conspiratórias | 101 |
| Tabela 3.2 – Frequências Relativas - Correção de teorias conspiratórias | 103 |
| Tabela 3.3 – Frequências Relativas - Correção de TCs por viés ideológico | 104 |
| Tabela 3.4 – Frequências Relativas - Correção de TCs com e sem autoria | 104 |
| Tabela 3.5 – Frequências Relativas - Correção TC COVID-19 | 105 |
| Tabela 3.6 – Coeficientes Logísticos Estimados para Correção de TCs Políticas | 110 |
| Tabela 3.7 – Coeficientes Logísticos Estimados para Correção da TC da Covid-19 | 117 |
| Tabela A.1 – Variáveis da Pesquisa sobre Misinformação | 145 |
| Tabela A.2 – Coeficientes estimados para suscetibilidade à misinformação | 146 |
| Tabela A.3 – Coeficientes estimados para apoio ao BF, Urnas e Impostos | 146 |
| Tabela A.4 – Variáveis da análise sobre o Zika Vírus | 147 |
| Tabela A.5 – Coeficientes estimados para apoio a políticas de combate ao Zika | 148 |
| Tabela B.1 – Variáveis da Pesquisa sobre TCs | 149 |

Lista de abreviaturas e siglas

APT - AntiPT/Antipetista

BF - Bolsa Família

CJ - Confia no jornalismo

CP - Conhecimento Político

CRT - Capacidade Reflexiva

IP - Impostos

NFC - Necessidade de Cognição

TC - Teorias Conspiratórias

PT - Partido dos Trabalhadores

UE - Urnas eletrônicas

Sumário

| | | |
|----------|---|-----------|
| | Introdução | 16 |
| 1 | O QUE SE SABE SOBRE DISTÚRBIOS DA INFORMAÇÃO | 23 |
| 1.0.1 | Introdução | 23 |
| 1.0.2 | Aspectos da misinformação e suas consequências | 26 |
| 1.0.3 | A fluidez das teorias conspiratórias | 28 |
| 1.0.3.1 | A nocividade e até benefícios das teorias conspiratórias | 33 |
| 1.0.4 | Incursões reparadoras | 37 |
| 1.0.5 | A dinâmica do processamento de informações | 41 |
| 1.0.6 | Traços cognitivos, formação e manutenção de crenças | 44 |
| 1.0.7 | O papel da confiança | 48 |
| 1.0.8 | O raciocínio politicamente motivado | 49 |
| 1.0.9 | Sobre identificação partidária e o cenário específico do Brasil | 52 |
| 2 | A PERVASIVIDADE DA MISINFORMAÇÃO | 55 |
| 2.0.1 | Introdução | 55 |
| 2.0.2 | Pressupostos teóricos | 57 |
| 2.0.2.1 | Metodologia | 60 |
| 2.0.2.2 | Resultados | 63 |
| 2.0.2.3 | Discussão | 75 |
| 2.0.3 | A relação entre misinformação e rejeição a políticas públicas | 77 |
| 2.0.3.1 | Metodologia | 78 |
| 2.0.3.2 | Resultados | 79 |
| 2.0.3.3 | O caso das políticas de combate ao Zika Vírus | 83 |
| 2.0.3.4 | Metodologia | 83 |
| 2.0.3.5 | Resultados | 84 |
| 2.0.3.6 | Discussão | 86 |
| 2.0.4 | Informações factuais, seguidas de suas fontes, induziriam mudanças atitudinais? | 88 |
| 2.0.4.1 | Desenho Experimental | 89 |
| 2.0.4.2 | Resultados | 91 |
| 2.0.4.3 | Discussão | 93 |
| 3 | REAÇÕES ÀS TEORIAS CONSPIRATÓRIAS | 95 |
| 3.0.1 | Introdução | 95 |
| 3.0.2 | Sucessos e limitações | 97 |
| 3.0.2.1 | Desenho Experimental | 100 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 3.0.2.2 | Resultados | 102 |
| 3.0.2.3 | Discussão | 105 |
| 3.0.3 | Aspectos partidários e cognitivos | 107 |
| 3.0.3.1 | Metodologia | 108 |
| 3.0.3.2 | Resultados | 109 |
| 3.0.3.3 | Teorias conspiratórias sobre temas políticos | 109 |
| 3.0.3.4 | Comparando petitas e antipetistas | 115 |
| 3.0.3.5 | Discussão | 116 |
| 3.0.3.6 | Teoria conspiratória sobre origem do Coronavírus | 116 |
| 3.0.3.7 | Comparando petitas e antipetistas | 120 |
| 3.0.3.8 | Discussão | 121 |
| 3.0.4 | Discussão Geral | 121 |
| | Considerações Finais | 123 |
| | REFERÊNCIAS | 127 |
| | APÊNDICES | 144 |
| | APÊNDICE A – MISINFORMAÇÃO | 145 |
| A.1 | Estatísticas descritivas das variáveis | 145 |
| A.1.1 | Coeficientes Estimados das Regressões | 146 |
| A.2 | Estatísticas descritivas - Zika Vírus | 147 |
| A.2.1 | Coeficientes Estimados das Regressões | 148 |
| | APÊNDICE B – TEORIAS CONSPIRATÓRIAS | 149 |
| B.1 | Estatísticas descritivas das variáveis | 149 |
| | ANEXOS | 150 |
| | ANEXO A – MISINFORMAÇÃO | 151 |
| A.1 | Questionário da Pesquisa sobre Misinformação | 151 |
| | ANEXO B – TEORIAS CONSPIRATÓRIAS | 160 |
| B.1 | Questionário da Pesquisa sobre Teorias Conspiratórias | 160 |

Introdução

Ao verbalismo político, a exatidão ou patranha subjacente a uma informação qualquer parecem ter pouca relevância. A pertinência propende a ser calculada em função da utilidade do conteúdo. Na eventualidade de alguma fabricação gerar ganhos, das elites políticas aos mais anônimos partidários, a tendência é a inexistência de barreiras éticas ou morais capazes de impedirem sua defesa ou propagação. Não seria um comportamento estranho, mas impellido por variadas razões prévias. Os motivos se sobreporiam à verdade ou, como argumenta Francis Bacon no seu *The New Organon* (1621), “o entendimento humano, quando qualquer proposição é estabelecida, força tudo o mais a adicionar suporte e confirmação” (p. 23). Contudo, o contemporâneo potencial de difusão instantânea e infrene de crenças erradas pode exponenciar o problema. A própria democracia representativa estaria a perigo na hipótese de o todo da população tomar decisões políticas sustentadas em inverdades.

Conseqüentemente, torna-se crescente o interesse de governos, empresas, organismos internacionais, de acadêmicos e o mais no que concerne a melhor compreensão dos impactos e estratégias de combate aos vários subconjuntos dos *distúrbios da informação*¹. Qual seria o motivo? Por certo, a relevância e repercussão das mídias sociais como meios massivos e simples de comunicação encabeçam a lista das justificativas. Nesse novo espectro comunicativo, as inexatidões ou explicações manufaturadas a respeito dos mais diversificados eventos do cotidiano trafegam a velocidade impressionante, muito além da agilidade com a qual informações verazes são difundidas (BESSI et al., 2015; VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018).

Convém pontuar que o uso primário das mídias sociais como ferramentas facilitadoras do engajamento político não se deu como se vê agora. Os passos originais remontam os levantes contra líderes antidemocráticos, a exemplo da *Primavera Árabe* (TROTIER; FUCHS, 2014). Há alguns acontecimentos apontados como inflexão para o propósito de disputas políticas sorradeiras. A ressonância mais global talvez tenha sido a campanha de 2016 para a presidência dos Estados Unidos (GRINBERG et al., 2019). Inclusive, o termo *fake news* foi primeiramente utilizado na cobertura jornalística daquela eleição (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018). Especificamente no Brasil, conforme Ribeiro e Ortellado, a corrida eleitoral de 2014 seria o marco inicial. Começava, pois, a elevação de algo corriqueiro no mundo da política (a fabricação de informações) ao patamar viral e de desfechos iminentemente deletérios.

¹ Conceito adotado nesta tese e que foi proposto por Lazer e colegas (2018), além de Wardle e Derakhshan (2018), para generalizar diferentes tipos de conteúdos informativos cuja essência comum é a falsidade (desinformação, *fake news*, misinformação, teorias conspiratórias e equivalentes).

À incumbência de se desvendarem as peculiaridades do fenômeno, têm sido desenvolvidos muitos estudos na ciência política e outras disciplinas, particularmente para a realidade dos Estados Unidos. É sobremaneira relevante conhecer melhor seus determinantes, abrangência, sequelas e investigar maneiras – se houver – de se reverterem seus possíveis impactos. O esforço para desfibrar suas minúcias deve ser, de fato, multidisciplinar e transnacional. É imprescindível incluir novas realidades culturais e políticas como ambientes para estudos nessa temática. Sob tal tarefa, esta tese se insere exatamente nesse contexto, com a investigação circunscrita ao eleitorado brasileiro. Ela se norteia na pergunta central: *como enfrentar distúrbios da informação no universo da política?* E nas específicas: *que tipo de indivíduo seria mais suscetível à misinformação? Quais seriam as consequências disso? Haveria possibilidades de se mudar o quadro? Quem aceitaria correções de informações inverídicas?*

Em síntese, os estudos empreendidos aqui abrangem estágios sutis do etos dos distúrbios da informação em política. Um é o da *misinformação* – quando informações inautênticas (rumores, *fake news*, desinformações, teorias conspiratórias e congêneres) já são tidas como verdades, são crenças sedimentadas, sustentadas com extremo vigor, determinam atitudes, comportamentos e são quase incorrigíveis (KUKLINSKI et al., 2000; LEWANDOWSKY et al., 2012). A outra abordagem se concentra num dos subconjuntos mais ubíquos dos distúrbios da informação e que pode levar exatamente à misinformação: as *teorias conspiratórias* (TCs). O objetivo, a rigor, é testar a aceitabilidade à correção das TCs e variáveis explicativas da inclinação para o eventual acatamento de conteúdos fieis contradizentes às explicações conspirantes.

Não se pode negar que a “poluição da informação²” é realidade habitual da existência humana. Vão de desordens informativas mais elementares – como os mexericos entre vizinhos – às meticulosamente intrincadas do *métier* da política, da busca por qualquer gênero de poder, ascendência. Quando são processadas e assimiladas como verdades, tornam-se quase indestrutíveis. Desfazê-las é tarefa árdua e frequentemente inócua, sobretudo se propagadas massivamente.

Sem embargo de sua inserção desenvolve em todos os ambientes da vida em sociedade, está intrínseca a impressão de uma relação siamesa entre informações inventadas e a política. São mecanismos do nível preparatório, que pavimentam caminhos para corridas eleitorais, golpes, surgimento e queda de lideranças, bem como sistemas de governo e político. Um olhar sobre as raízes históricas da ascensão e decadência de impérios como o Macedônico (WORTHINGTON, 2014), o Grego (OBER, 2015), o Romano (BAKER, 2007), o surgimento do nazismo (KOONZ, 2003), o desencadear de guerras como as mundiais (HOBSBAWM; CUMMING, 1995), golpes como Estado Novo no Brasil (DANTAS, 2014), a ditadura militar (CASALECCHI, 2002), em cada singular evento, as teorias conspiratórias,

² Conceito similar a “distúrbios da informação”. Para mais, ver (WARDLE; DERAKHSHAN, 2018)

boatos, conchavos e as conspirações propriamente ditas foram elementos protagonistas.

É, portanto – principalmente na era das mídias sociais – fundamental entender as características indutoras da fiança a inverdades. Certamente, por um lado, variáveis situacionais determinam a fluência, a crença em informações incorretas e a abertura à correção. Ambientes de comoção social (KNAPP, 1944), de busca por hegemonia do discurso político (SAPOUNTZIS; CONDOR, 2013) e disputas políticas extremadas são cenário perfeito para a profusão de mentiras e para o aval a elas (JAMIL; ROUSSEAU, 2011). O Brasil atual se mostra caso profícuo para estudos nesse campo. Desde 2013, com as *Jornadas de Julho*, os embates políticos no país tomaram proporção imoderada. Pesquisadores, como Lincoln Secco³, chamam aquelas mobilizações de rompimento histórico e início da contemporânea polarização irritadiça pela qual passa o país.

Estritamente no que tange à natureza da suscetibilidade individual a uma variedade de conteúdos informativos falsos no campo da política, o aspecto sobressalente é a preferência partidária (BERINSKY, 2017; HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015; KUKLINSKI et al., 2000; LEWANDOWSKY, 2020; NEFES, 2017). Normalmente, alguém identificado com um partido político qualquer é profuso em endossar fabricações contra adversários e a rejeitar as contrárias ao seu espectro (MILLER; SAUNDERS; FARHART, 2016). Um republicano admite com desenvoltura a TC de que Barak Obama não seria americano, mas repele a que sugere participação do Governo Bush nos atentados de setembro de 2001. O contrário acontece do outro lado, afinal partidários democratas rechaçam o boato referente ao ex-presidente Obama, e tendem a crer naquele dos atos terroristas (BERINSKY, 2017).

Como seria, desse modo, o efeito da identificação partidária no ambiente brasileiro, no qual a disputa política se dá em torno do suporte e rejeição ao Partido dos Trabalhadores (CARREIRÃO, 2014; SAMUELS; ZUCCO, 2018)? Sabe-se, vale ressaltar, haver impacto da negação partidária sobre atitudes e comportamentos políticos, assim como ocorre com o partidarismo (ABRAMOWITZ; WEBSTER, 2018). No Brasil, a maioria da população não se identifica com partido algum e o próprio sistema partidário do país é instituição incipiente (CARREIRÃO; KINZO, 2004; FLEISCHER, 2007). Mesmo assim, notadamente, o quadro brasileiro é abundante em outros aspectos situacionais prolíferos a informações incorretas ou a explicações inventadas. Não faltam perturbações e crises políticas e o país é um dos líderes mundiais em uso das mídias sociais (quase 70% da população⁴), especialmente o *WhatsApp* – o aplicativo de mensagem mais popular no mundo⁵.

A despeito da realidade *sui generis* do partidarismo no Brasil, os resultados desta tese indicam impacto preponderante da identificação partidária quanto à suscetibilidade à misinformation. Significa dizer que, a depender da conotação do tema, se for favorável ao

³ Em entrevista concedida à BBC Brasil, disponível em: <<https://bbc.in/3dP9qIw>>

⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/38kjPL3>>.

⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/3dONL3j>>.

discurso petista, menor deverá ser a chance de um simpatizante do PT ser misinformado e maior será a de um antipetista. O efeito é contrário em assuntos contrapostos ao petismo.

Essa direção dos efeitos foi igualmente detectada relativamente às estratégias de correção de teorias conspiratórias. Petistas apresentaram maior probabilidade de admissão das retratações das TCs atinentes ao discurso considerado direitista, todavia tinham menor expectativa de aceite das relativas ao discurso político esquerdista. O inverso foi encontrado para respondentes identificados com o antipetismo. Assim sendo, independentemente de não haver perenes antagonismos partidários no Brasil na acepção tradicional (como Republicanos e Democratas nos Estados Unidos), conforme o tópico, a simpatia ou a ojeriza ao PT devem determinar o quanto um eleitor brasileiro será, ou parecerá ser, misinformado.

A propósito das correções de teorias conspiratórias, com base num desenho experimental, esta pesquisa busca dialogar com outros estudos que avaliam estratégias de retificação. Alguns trabalhos sugerem que a repetição da informação inautêntica durante a retratação reduziria sua eficiência e reforçaria a crença no erro (NYHAN, 2010; NYHAN; REIFLER, 2010). Opostamente, há casos nos quais não se observam esse efeito. Por exemplo, quando o indivíduo não é familiarizado com o objeto da invencionice, não tem havido incremento da convicção na veracidade da informação errada quando ela é repetida na correção (ECKER; LEWANDOWSKY; CHADWICK, 2020, no prelo). Os resultados do experimento empreendido aqui, para correções de TCs, sugerem haver maior chance de sucedimento naquelas diretas, com a provisão tão somente dos dados corretos, sem nova referência às explicações manufaturadas.

Ainda na perspectiva de reversão da convicção de que informações manipuladas são verdades, todavia do ângulo mais complexo – quando já deve haver o estado de misinformação – é testada outra abordagem experimental nesta tese. Há indícios de que o municiamento de dados corretos, com a menção de fontes fidedignas, ajudaria a amenizar os efeitos da misinformação (ECKER et al., 2011). Nesse sentido, considerando o efeito contínuo da misinformação (LEWANDOWSKY et al., 2012), uma maneira de se checar o sucesso da reparação seria observar se há mudanças atitudinais geradas por informações acuradas e com suas fontes referidas.

Para verificar essa possibilidade, foi desenhado um experimento com um grupo controle e dois tratamentos. No primeiro, os participantes recebem informações corretas sobre o Bolsa Família, uso das urnas eletrônicas e a carga tributária brasileira. Já ao segundo, os mesmos dados são apresentados, porém com referência às suas fontes. Todos os grupos respondiam a perguntas para mensurar o grau de suporte a essas políticas, porém os tratamentos só após lerem os conteúdos informativos. Os resultados revelaram não haver diferenças atitudinais entre respondentes providos somente com informações ou com informações seguidas das fontes e aqueles que não receberam nenhum estímulo.

O prevalecente malogro nas incursões de correção reforça o poder daninho das crenças em inautenticidades. Aliás, outro achado desta pesquisa é o de que os indivíduos tendem a desenvolver atitudes negativas concernentemente a políticas públicas sobre as quais são potencialmente misinformados. É um quadro identicamente muito influenciado por preferências partidárias. A afinidade ideológica é grandemente associada a construções atitudinais (TABER; CANN; KUCSOVA, 2009).

Um outro ângulo da suscetibilidade aos distúrbios da informação semelhantemente investigado nesta tese é o disposicional. A mecânica do processamento de informações não é distinta entre humanos e é aplicada tanto para assimilação de dados corretos quanto incorretos (MARSH; CANTOR; BRASHIER, 2016). Todos podem cometer deslizamentos mentais (CHAIKEN, 1980; KAHNEMAN, 2011) e o que cada um processa de mensagens novas diariamente é de modo idêntico influenciado por traços cognitivos individuais (CACIOPPO; PETTY, 1982; COHEN; STOTLAND; WOLFE, 1955; PENNYCOOK et al., 2016; SUEDFELD; TETLOCK, 2001). De maneira suplementar, a apreensão de conteúdos novos é instigada pelo raciocínio motivado (DITTO; LOPEZ, 1992; DITTO et al., 1998; KUNDA, 1990; NICKERSON, 1998; NIR, 2011). Similarmente, existe nesse ambiente a repercussão da habilidade mental de cada um (PENNYCOOK; RAND, 2018a).

Considerando-se tais especificidades, uma contribuição particular aqui é a inclusão de traços cognitivos como variáveis moderadoras da inclinação partidária à misinformação. Para isso, duas medidas são utilizadas: a *escala de necessidade de cognição* (NFC, abreviação em inglês para *Need for Cognition*) e o *teste de reflexão cognitiva* (CRT, abreviação em inglês para *Cognitive Reflection Test*). A necessidade de cognição é um atributo relacionado ao gosto por pensar. Há gente com exigência peculiar por escrutinar profundamente novas informações (“pensadores crônicos”) e os que não se importam com isso (“miseráveis cognitivos”) (CACIOPPO; PETTY, 1982; COHEN; STOTLAND; WOLFE, 1955). Já a capacidade reflexiva é relacionada à intuição e à habilidade analítica. Pessoas com baixo escore de CRT são intuitivas enquanto as com alto são minuciosas em suas avaliações de novas mensagens (FREDERICK, 2005; THOMSON; OPPENHEIMER, 2016).

Essas medidas são muito utilizadas em pesquisas sobre processamento de informação, algo correlato às investigações propostas nesta pesquisa. Ressalte-se que também foi acrescentado o nível de conhecimento político, que é aferido a partir de respostas a perguntas sobre personagens e instituições políticas. Os coeficientes estimados das regressões lineares executadas sugerem que alguém com escores máximos nessas variáveis terá seus vieses partidários potencializados no que diz respeito à propensão à misinformação.

Puramente para o aceite a correções de teorias conspiratórias, as variáveis capacidade reflexiva e o conhecimento político são incluídas como controles em um modelo de regressão logística multinomial. Os cálculos específicos para as probabilidades de aceitação – conforme cada traço cognitivo – prenunciam não haver diferenças entre respondentes com baixo e alto CRT quanto à admissão das retratações. Diversamente, por mais estranho que pareça, a chance de admissão das correções de TCs por pessoas com muito conhecimento político são menores que as com pouco CP. Isso pode ser explicado pela melhor capacidade das pessoas sofisticadas politicamente em fazer análises atreladas às suas perspectivas políticas (TABER; CANN; KUCSOVA, 2009). Outro ponto é que muita gente pode trapacear quando responde às questões em *surveys online* (CLIFFORD; JERIT, 2016).

Ainda relativamente a peculiaridades individuais, a conjuntura da confiança pessoal é também característica essencial da assimilação de qualquer tipo de mensagem. Confiar nos emissores é preponderante (HALPERN et al., 2019). Esse fator, inclusive, tende a ter ascendência sobre a suscetibilidade a fabricações, sobretudo nas mídias sociais, nas quais – na média – os relacionamentos se dão por convergência de visões de mundo (GUESS; NYHAN; REIFLER, 2018; TÖRNBERG, 2018). A emergência das mídias sociais coloca à disposição das pessoas uma quantidade imensurável de informações. Isso, inclusive, fez crescer proporcionalmente o ceticismo relativo ao que é publicado por jornalistas (NEWMAN; FLETCHER, 2017).

Em tal circunstância, no entanto, quando comparada a outros meios de produção de conteúdo, a imprensa tradicional é considerada mais confiável (DANILLER et al., 2017). Por essa razão, esta pesquisa incluiu a confiança no jornalismo profissional como variável independente no modelo de análise da suscetibilidade à misinformação. Os achados evidenciam, com tudo o mais constante, que as pessoas que mais confiam no trabalho do jornalista de carreira são menos inclinadas a serem misinformadas, comparadas às que menos confiam.

Finalmente, um intuito incidental desta tese é o de recomendar alguma uniformização em torno dos significados teóricos de termos utilizados para especificar os componentes do conjunto dos *distúrbios da informação*. Qual é a acepção pretendida ao se usarem construções como *misinformação*, *desinformação*, *fake news*, *teorias conspiratórias*? Sob importante revisão da literatura, sugerem-se, assim, definições particularizadas. A ausência de delimitações claras pode levar, em algumas conjunções, ao uso do mesmo vocábulo para situações conceitualmente diversas. Absolutamente, há circulação em massa de informações inautênticas, principalmente em tópicos caros à sociedade, como meio ambiente, política e saúde (BESSI et al., 2015). Dispor-se de sustentação teórica maximamente uniforme é imprescindível à compreensão minuciosa de tudo isso.

Em suma, esta pesquisa é alicerçada no diálogo com a florescente agenda na disciplina que se ocupa da compreensão da suscetibilidade, consequências e correção de

distúrbios da informação em política. Apesar de próspera, como referido, a literatura é maioritariamente referente aos Estados Unidos. Esta tese busca se integrar ao cenário de estudos nesse campo por meio da interação e aplicação de medidas consolidadas, bem como acrescenta algumas variáveis ao debate – além, especificamente, de conduzir as investigações num contexto político e histórico diverso do norte-americano e europeu.

Onde houver uma eleição, políticas públicas em planejamento, execução, ou quaisquer outros eventos sociais de abrangência massiva, é provável existirem informações inexatas como armas das disputas. Muito da maneira como os humanos constroem suas crenças é resultante de características mentais inatas e comuns a todos, todavia as especificidades situacionais de cada lugar interferem de maneira particular (FISKE et al., 1998). Por consequência, quanto mais pesquisas houver, com variação de localidades, melhor serão os marcos comparativos e, conseqüentemente, o desenvolvimento de ações conjuntas para se enfrentar um fenômeno cujas implicações podem ser terríveis, independentemente de fronteiras, culturas ou geopolítica específica.

Nesse sentido, esta tese está estruturada em três artigos específicos. O primeiro, no capítulo inicial, apresenta a revisão teórica e alguns estudos congêneres que se sustentaram em métodos experimentais e são basilares para o que já se conhece acerca da temática. Depois, nos capítulos seguintes, outros dois artigos exibem as pesquisas empíricas específicas, com apresentação das hipóteses, métodos, variáveis, resultados e discussões. Em detalhes, no segundo abordam-se os determinantes da suscetibilidade à misinformation, conseqüências e tática de reversão. No último, o foco são as estratégias de correção das teorias conspiratórias e o que determinaria o acatamento ou rejeição às incursões reparadoras. Na derradeira parte, são apresentadas as considerações finais, onde se discutem na generalidade os resultados obtidos.

1 O que se sabe sobre Distúrbios da Informação

1.0.1 Introdução

Os *distúrbios da informação* são anomalias da comunicação (por exemplo, *fake news*, desinformação, *misinformação*, teorias conspiratórias, rumores e afins) de grande potencial destrutivo (LAZER et al., 2018; WARDLE; DERAKHSHAN, 2018). São capazes de por abaixo reputações individuais, corporações, sistemas políticos, governos, a própria democracia. A característica comum entre elas é a inexatidão, farsa, embuste, invencioneice. No entanto, cada subconjunto específico carrega em si acepções conceituais peculiares. Às vezes existem equivalências, porém há particularidades fundamentais a um e a outro termo dignas de realce.

Esse rol de fabricações exige delimitação de abrangência teórica para haver clareza do objeto a ser estudado. Uma primeira dificuldade está na própria tradução (ou adaptação) para a língua portuguesa da semântica inerente às palavras utilizadas pela literatura internacional e por diferentes disciplinas. O dilema linguístico, por óbvio, não é objeto aqui, mas, para a compreensão clara do arcabouço teórico no qual esta pesquisa se insere, apresentam-se alguns caminhos.

Para exemplificar, desde a eleição para a presidência dos Estados Unidos, em 2016, a expressão *fake news* vem ganhando popularidade (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018). Há muita polêmica em torno de seu sentido teórico, apesar de haver uma linha mais ou menos uniforme. Tem havido alguma convergência com a definição de Lazer e colegas (2018), bem como com a de Wardle e Derakhshan (2018), que delimitam *fake news* como informações fabricadas que emulam o conteúdo da imprensa na forma, mas não no seu processo organizacional e intenção. Elas carecem das normas e padrões editoriais da imprensa para garantir precisão e credibilidade de seus conteúdos (tanto é que muitos defendem abolir o termo “news” nesse espírito, porque ele pressupõe um trabalho sério de apuração jornalística).

Há, vale ressaltar, um outro subconjunto dos distúrbios da informação, ainda pouco explorado, que Wardle e Derakhshan denominam *mal-information*. Seriam informações baseadas na realidade, no entanto utilizadas para impingir constrangimento a uma pessoa, organização ou país. Eles citam como exemplo a possibilidade de se relevar a orientação sexual de alguém sem justificativas baseadas no interesse público.

Um dos conceitos mais difusos é o expressado no substantivo inglês *misinformation*. No Brasil, a palavra é traduzida como “desinformação”, porém há o vocábulo *disinformation*, também normalmente transposto para o português como “desinformação”. Na maioria das vezes, *misinformation* não é análoga conceitualmente a *disinformation*. *Disinformation* – para Lazer e seus parceiros de pesquisa – são informações falsas que são espalhadas propositadamente para enganar as pessoas, enquanto *misinformation* seria uma informação falsa ou enganosa. Wardle e Derakhshan argumentam em direção homóloga e propõem *disinformation* como uma informação falsa, e as pessoas que as disseminam sabem disso claramente. *Misinformation*, ainda segundo eles, é uma informação falsa, porém quem a espalha acredita ser verdadeira.

Ainda relativamente às formulações para *disinformation*, existe a visão de que a palavra é sinônimo de *fake news* (LEWANDOWSKY, 2020). Mas, há certa concordância de que *disinformation* se trata de uma informação falsa planejada para enganar e ser utilizada como instrumento de propaganda contra rivais (KUMAR; GEETHAKUMARI, 2014). Numa linha bem parecida, há a definição ligada à distribuição, afirmação ou disseminação de informações falsas, equivocadas ou enganosas em um esforço intencional, deliberado ou propositado para enganar ou confundir as pessoas (FETZER, 2004).

Voltando a *misinformation*, trata-se de um tipo de distúrbio da informação também entendido como uma informação inicialmente presumida como verdadeira, porém necessitou ser corrigida depois (ECKER et al., 2011; LEWANDOWSKY; ECKER; COOK, 2017). De igual modo, é concebida como informação falsa ou imprecisa, especialmente criada para embair (KUMAR; GEETHAKUMARI, 2014) e como crença em informações incorretas (HOFSTETTER et al., 1999; KUKLINSKI et al., 2000). Está identicamente relacionada à compreensão errada que cada um pode ter de um dado correto (MAURER; REINEMANN, 2006; MARSH; CANTOR; BRASHIER, 2016) e a crenças contrárias às melhores evidências (NYHAN; REIFLER, 2012).

Apesar de variadas proposições, a construção teórica para *misinformation* adotada nesta tese é a de Kuklinski e coautores (2000). Acontece quando alguém crê em informações consideradas erradas, isso se torna crença, passa a afetar atitudes, comportamentos, e o indivíduo rejeita fatos contradizentes à convicção sustentada no erro. Isso similarmente se dá pela compreensão equivocada de conteúdos verdadeiros. A mente humana ocasionalmente pode falhar no processamento de assuntos novos (CHAIKEN, 1980; KAHNEMAN, 2011; MERCIER; SPERBER, 2017).

Nesse construto, *misinformation* é um tipo de consequência do endosso a informações forjadas ou dos erros de cognição (AYERS; REDER, 1998; LOFTUS, 1975). Quando Kuklinski e colegas sugerem essa acepção, eles pensam *misinformation* como mais um componente do processamento de informações políticas, acrescentando um terceiro elemento ao já defendido na disciplina como sendo inerente aos perfis próprios do eleitores:

aqueles informados (possuem crenças acuradas) e os ignorantes (simplesmente não sabem). Nesse caso, haveria um outro atributo desconsiderado: o eleitor *misinformado*.

A partir dessas premissas, é possível inferir *misinformation* não como iniciativa deliberadamente planejada, como são a desinformação e as *fake news*. Porque, se *misinformation* é uma crença errada, pressupõe-se um encadeamento de fatores que levaram o indivíduo a essa condição. Por exemplo, tomar como verdade desinformações, *fake news*, teorias conspiratórias, um rumorejo qualquer, por alguma razão ou falha mental na compreensão. Se há *misinformation* relativamente a algum tópico político (e outros), significa que houve sucesso na intenção original de ludibriar ou lapso na assimilação de informações verdadeiras.

Consequentemente, tomando essas ideias como alicerces, defende-se aqui o uso “aportuguesado” da palavra *misinformation*. Quer dizer, propõe-se como solução para abarcar o sentido teórico original o emprego do vocábulo **misinformação**. Não se trata de utilização de todo inédita, porque já foi aplicada na língua portuguesa para significar crenças erradas involuntariamente adquiridas (MACHADO, 2018). Misinformação não é uma palavra comum, porém, considerando-se a agenda de pesquisa no campo das crenças falsas, é fundamental haver diferenciação e nitidez conceitual, para que todas as análises empreendidas sejam assimiladas na intenção realmente pretendida.

Para finalizar essa delimitação teórica, falta mencionar as teorias conspiratórias (TCs). Se houvesse um fenômeno social onipresente, certamente as TCs liderariam a lista. Não são elucubrações restritas a um ou outro campo da existência humana, vai da dominação extraterrestre a vacinas, da religião à política, a mais um sem-número de ambientes – em quase tudo elas entranham suas garras. O ponto comum sobre as TCs é a necessidade de estarem vinculadas a algum ou a inúmeros eventos, não como causadoras, porém em função deles, para explicá-los com plausibilidade (FRANKS et al., 2017; KEELEY, 1999; PAGÁN, 2008; PIGDEN, 1995). Especificamente – e com algum consenso – TCs podem ser sintetizadas como sendo um esforço explicativo de fatos sociais resultantes de maquinacões de pessoas poderosas, as quais tentam ocultar seus papéis, “pelo menos até atingirem seus objetivos” (SUNSTEIN; VERMEULE, 2009, p.205).

Portanto, nesta tese, quando houver referência à *misinformação*, a semântica se referirá à defesa de crenças erradas, demonstrar atitudes e se comportar em função dessas crenças. *Desinformação* é considerada como informações intencionalmente construídas para enganar e se espalharem de maneira viral e, muitas vezes, com objetivos políticos. *Fake News* (ou na versão aportuguesada *notícia falsa*) é similar à desinformação, com a diferença de serem fabricações que imitam o *modus operandi* do jornalismo profissional. Quanto às TCs, a interpretação adotada é a majoritária na literatura, ou seja, explicações para acontecimentos sociais como se fossem urdidos por gente poderosa, com a intenção de sorrateiramente atingir desígnios ocultos.

1.0.2 Aspectos da misinformação e suas consequências

Thomas Jefferson, um dos “Pais-Fundadores” dos Estados Unidos da América, postulava – para a democracia representativa – que a maneira mais adequada de se evitar a tirania seria “iluminar” a mente do povo e prover conhecimento sobre os fatos obscuros dos governantes (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015). A melhor democracia seria aquela na qual as pessoas fossem capazes de acessar e utilizar informações corretas para debater, sugerir, cobrar, apoiar (ou não) políticas públicas, enfim, tomar decisões políticas.

Essa perspectiva tem sido reforçada ao longo dos anos (CONVERSE, 1964; CARPINI, 2000; LUPIA, 1994; LUPIA; MCCUBBINS, 1998; ZALLER, 1992), mas outros estudos apontam para uma direção menos exigente. Não haveria necessidade de todos disporem de informações acuradas porque – globalmente – ignorantes emulariam informados e tomariam decisões políticas boas o bastante (PAGE; SHAPIRO, 2010; WITTMAN, 1989; SNIDERMAN; BRODY; TETLOCK, 1993). Argumenta-se, porém, falta de evidências para se confirmar essa habilidade de nivelamento agregado (BARTELS, 1996).

Outra visão relevante e debatida em várias disciplinas é a da *escolha racional*, cujo olhar sobre a democracia desenvolve-se a partir de pressupostos econômicos. Como qualquer outro bem de mercado, ter a “mercadoria” informação política implica custos, e nem todos estão dispostos a pagar ou possuem tempo suficiente para obter o “bem” diante de uma vasta gama de opções (DOWNS, 1957). Na maioria das vezes, de acordo com Downs, a pessoa não tem as informações necessárias, mas decide sobre política considerando o momento atual e a esperança de ganhos futuros. É algo intuitivo, particular, independentemente das informações.

Essa discussão não é propriamente o foco aqui, apenas serve para introduzir a relevância e vínculo normativo entre informação factual e democracia, bem como os prováveis prejuízos à ela como resultado de desordens informativas. A propósito, o perfil de cada pessoa em termos do saber político não estaria, desse modo, exclusivamente dividido entre ignorantes e informados, há também o misinformado (KUKLINSKI et al., 2000). Ressalte-se que o informado é aquele cujas crenças são factuais e acuradas; o ignorante está no escuro, simplesmente não sabe; já o misinformado é conhecido por sustentar com muito vigor suas crenças inverídicas, agir politicamente a partir delas e não aceitar fatos contradizentes (*idem*).

A grande perturbação, pensando em políticas públicas como exemplo, não está no fato de as pessoas não terem informação correta, mas em sustentarem o erro e formar suas escolhas em função dele. Kuklinski e colegas – experimentalmente – testaram o conhecimento dos participantes sobre políticas de bem-estar social nos Estados Unidos. A primeira descoberta alarmante foi a de que a maioria dos respondentes era misinformada. Como efeito, as pessoas misinformadas – comparadas às informadas – mostravam-se mais

favoráveis a cortes orçamentários ou ao encerramento daquela política. Havia, então, relação positiva entre crenças erradas e a preferência política do respondente.

A misinformação prejudica a democracia à medida que impede o cidadão de ser corretamente informado (PEREIRA; BAVEL, 2018). Indivíduos misinformados igualmente não têm ciência dos desacertos cometidos por seus governantes (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015). É um tipo de cenário profícuo para aumentar polarizações, quer dizer, quanto mais misinformado, mais polarizado (ZOLLO et al., 2015). Misinformação possui também um efeito contínuo, mesmo após tentativas de debelá-la (LEWANDOWSKY et al., 2012). Quando a misinformação é agregada à memória, ela provavelmente afetará as inferências individuais futuras (JOHNSON; SEIFERT, 1994; LEWANDOWSKY, 2020).

Outra característica marcante da misinformação é a relação com a identificação partidária (KUKLINSKI et al., 2000; BAVEL; PEREIRA, 2018). Se alguém se move politicamente alinhado a ideais partidários, é esperado que o partido seja uma importante fonte de conteúdos relativamente às coisas da política e instigador de atitudes e comportamentos políticos. Uma das funções cruciais dos partidos, aliás, é a de prover o público com informações políticas, entre outros temas do dia a dia (DUVERGER, 1959). Nem sempre, contudo, os partidos são guiados por correção, porém, mais por pragmatismo. Se uma informação – mesmo errada – gera ganhos políticos, o melhor seria deixá-la fluir. Isso tende a induzir os partidários à misinformação, ou fazê-los parecer misinformados.

Partidários misinformados são mais nocivos à democracia que partidários “não-misinformados” (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015). Por exemplo, Hochschild e Einstein notaram que democratas misinformados a respeito da existência de armas de destruição em massa no Iraque apoiavam mais a ação do governo republicano de George Bush contra Saddam Hussein quando comparados aos democratas com uma visão mais factual do assunto. É um indicativo de que – dependendo do tópico político – o partidarismo por si só não é a variável determinante da misinformação. Se fosse apenas isso, democratas não apoiariam o republicano Bush.

Algo sobremaneira subversivo, para exemplificar, é a constatação de que misinformados podem tomar decisões contrárias aos seus próprios interesses (LEWANDOWSKY; ECKER; COOK, 2017) e, piormente, são mais ativos politicamente (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015). No caso de haver misinformação generalizada, uma sociedade inteira pode sucumbir por decisões ruins. Se, por exemplo, grande parte de uma determinada população for misinformada quanto aos efeitos de vacinas e as rejeita, há o risco de epidemia de doenças passíveis de controle.

Ainda mais danoso, em muitos casos, se uma informação fabricada quanto a determinado assunto é apresentada concorrentemente a dados factuais sobre esse mesmo assunto, a invenção tende a se sobrepor ao conteúdo correto, implicando em um indivíduo misinformado (AYERS; REDER, 1998; LINDEN et al., 2017). No mesmo nível de

preocupação – considerando o papel das mídias sociais – os tópicos sobre os quais há mais incidência de desinformação estão entre os mais sensíveis para a vida em sociedade (BESSI et al., 2015). Bessi e coautores notaram – para usuários italianos do Facebook – que *geopolítica, meio ambiente, saúde e dietas* são os focos mais comuns de desinformação – algo que, por consequência, pode acarretar em crenças erradas.

Em síntese, vale rememorar, as pessoas podem se tornar misinformadas quando acreditam em informações inautênticas (desinformação, teorias conspiratórias, notícias falsas, boatos etc.) ou por falha no processamento das mensagens recebidas (LEWANDOWSKY et al., 2012; MARSH; CANTOR; BRASHIER, 2016). De acordo com Lewandowsky e coautores, com exceção da misinformação involuntária – aquela por erro mental na assimilação de dados corretos – as crenças em invenções tendem a ser influenciadas por motivações ideológicas e outras idiosincrasias. Por isso mesmo, dizem eles, é tão complexa a tarefa de se reverter o quadro. Conquanto, há algumas técnicas de correção que podem ser efetivas em amenizar a misinformação (assunto ao qual se volta à frente).

1.0.3 A fluidez das teorias conspiratórias

As teorias conspiratórias possuem organização temporal, são conectadas a acontecimentos do passado, do presente, até do futuro (GROH, 1987). Ainda assim, como diz Groh, a pretensão de tempo das TCs é mais contínua, a não ser que os imbuídos de desmascará-las obtenham sucesso. Ele atribui outra característica às TCs a qual chama “geográfica”, subdividida em “universalística” – não limitada a um país, mas global – e “regional” – de atuação circunscrita à realidade do teórico conspirador. Outra peculiaridade ligada às teorias conspiratórias é o “vínculo histórico”. Em outras palavras, elas se ligam de forma aparentemente coerente aos fatos da realidade e se apresentam como profundamente racionais, lógicas (*idem*).

Teorias conspiratórias podem levar a conspirações de fato, no entanto, não são a mesma coisa. Conspirações reais têm mais a ver com a materialidade das ações, não com o nível apenas do rumor, são, por exemplo, escândalos de corrupção, construções para derrubada de governos ou regimes políticos etc. (BALE, 2007). Bons exemplos são a própria Independência, a Proclamação da República no Brasil e o Golpe Militar de 1964. Foram eventos históricos permeados de teorias conspiratórias e levados a cabo por meio de conspirações entre líderes políticos, sociedade civil e militares (CASTRO, 2000; CASALECCHI, 2002; GOMES, 2013; SOUZA, 2000). Sendo assim, muitas vezes, TCs e conspirações reais parecem fenômenos intercolaborativos, sendo as primeiras uma espécie de arma preliminar das segundas (KRUGLANSKI, 1987).

Igualmente, as TCs são tidas como artifício das minorias, além de núcleos figurativos ou imaginários da representação social (MOSCOVICI, 1987). Segundo Moscovici, elas induzem crenças e práticas, além de deixarem marcas intrínsecas nas pessoas que acreditam

nelas. Mais ainda, são parte dos delírios ou desilusões da coletividade (WULFF, 1987), planos de certos grupos para arruinarem ou vencer outros (PRUITT, 1987). Em suma, explicações alternativas de eventos do cotidiano como sendo episódios habitualmente vinculados a ações escusas de poderosos (SUNSTEIN; VERMEULE, 2008).

Franks e colegas (2017) sugerem uma tipologia distintiva da visão individual de mundo que leva ao desenvolvimento ou à crença em TCs. Segundo eles, são cinco cenários de pensamentos propícios às teorias conspiratórias: (1) “algo não está em ordem”; (2) “há mais na realidade do que aparenta”; (3) “algumas narrativas oficiais não são verdadeiras”; (4) “todas as narrativas oficiais são ilusões: a corrente principal versus a realidade”; e (5) “toda a realidade é uma ilusão: a virada ontológica-simbólica”. Com essa argumentação, os pesquisadores buscam ampliar o que chamam interpretação “monológica” da natureza das TCs, em outras palavras, não correlacioná-las apenas à irracionalidade, anomia, petulância ou paranoia. Isso, para eles, limitaria a compreensão da própria visão de mundo do crente em TCs.

Keeley (1999), por sua vez, argumenta em prol de uma definição global de TCs, a qual ele nomeia “teorias conspiratórias injustificadas¹”, porque não se deveria, necessariamente, segundo ele, acreditar em tudo que, de fato, seja verdadeiro. Nem sempre as TCs são lesivas, pelo contrário, às vezes, instigam governos ou instituições privadas a serem mais transparentes (CLARKE, 2002; SWAMI; COLES, 2010). Em circunstâncias muito específicas, até ajudam no combate à corrupção (DAI; HANDLEY-SCHACHLER, 2015). Um caso de “TC do bem” no campo da política, e sempre mencionado na literatura, é o escândalo *Watergate* nos Estados Unidos. Ficou provado que o quarto de hotel usado pelo Comitê Nacional Democrata foi, verdadeiramente, invadido por oficiais republicanos, operando a mando da Casa Branca – constatação reputada previamente como teoria conspiratória (SUNSTEIN; VERMEULE, 2008).

As TCs dependem de uma história, uma declaração oficial, para existirem, porque surgem para miná-la, pô-la em dúvida (KEELEY, 1999). De acordo com Keeley, TCs também procuram atar eventos aparentemente não relacionados, e essa capacidade de unificar coisas distintas as fortalecem. Outra conjunção corriqueira é que elas explicam acontecimentos cujos segredos seriam muito bem guardados e apenas alguns iluminados tomaram conhecimento das coisas escondidas. Por isso, são fortemente atrativas, despertam demasiado interesse (*idem*).

Ainda de acordo com Keeley, puramente sobre o teórico conspirador, ele conta com *dados errantes* para construir sua TC, os quais são subdivididos em duas classes: dados *não-contabilizados* – isto é, são informações passadas ao público sobre os acontecimentos, mas não de forma clara, nada bem explicado. Há ainda os dados *contraditórios* – mesmo verdadeiros, parecem confusos, destoam das narrativas oficiais relacionadas ao evento a que

¹ Tradução do autor para “*unwarranted conspiracy theories (UCTs)*”.

se referem. TCs são exatamente muito populares porque exibem uma virtude elucidativa muito forte: a explicação unificada. O trabalho dos conspiradores tende a ficar mais fácil quando fontes oficiais intrincam as informações.

Uma das particularidades mais graves das TCs é a imensa dificuldade para falseá-las, ou seja, são quase incólumes ao crivo da prova (KEELEY, 1999). A complicação aqui está na situação da dúvida, porque o teórico conspirador e os endossantes de sua teoria vão sempre duvidar de dados oficiais. Quanto mais se tentam destruí-las, mais fortes e onipresentes elas parecem. Às vezes, uma TC de pequenas proporções se amplia em razão das tentativas de se rebatê-la ou corrigi-la (KEELEY, 1999; SUNSTEIN; VERMEULE, 2008).

Por outro lado, quanto mais ceticismo o público e as instituições lançam sobre teorias conspiratórias, maior a chance de se desnudá-las. Na hipótese de mais forças engajadas contra uma TC, menor será a sua legitimidade (KEELEY, 1999). O segredo está na quantidade, na importância e intensidade de ação daqueles imbuídos de desmascará-las, tanto da gente do povo quanto das instituições públicas e privadas. Em conclusão, Keeley reflete que o problema das TCs não é iminentemente íntimo a elas mesmas, porém pode estar na alçada psicológica, porque os “teóricos conspiradores não reconhecem a hora de parar de buscar causas escondidas” (p.126).

Como se espalham as TCs – e a qual velocidade – é uma das preocupações mais imediatas de quem as estuda ou as combate. É alarmante observar quão velozmente mensagens fabricadas circulam pelas mídias sociais – o meio pelo qual, atualmente, as teorias conspiratórias são prioritariamente difundidas. Falsidades se espalham 10 vezes mais rápido comparadas às informações corretas (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). De todo modo, distúrbios da informação não são propalados somente nas mídias sociais. Canais de TVs com viés ideológico (WARNER; NEVILLE-SHEPARD, 2014), cinema (JAMESON, 1992), a música (GOSA, 2011) e até autoridades (LEWANDOWSKY et al., 2012) também podem ser veículos de propagação. Para além do meio físico de transmissão, a iniciativa de criar – ou aceitar – e divulgar mentiras é da alçada pessoal.

De forma geral, uma variável situacional parece especificamente preponderante para a irradiação de embustices: os períodos de comoção social (KNAPP, 1944). Um momento de guerra, ou de campanhas eleitorais, por exemplo, toca a emoção do povo e o faz mais vulnerável a “verdades fabricadas” (*idem*). Do ponto de vista disposicional, o ignitor principal da adesão a uma TC acerca de temas – notadamente políticos – são as crenças e valores políticos prévios (NEFES, 2017). E, além disso, a decisão de passar adiante uma conspiração estaria relacionada à necessidade de comunicar um conjunto de valores pessoais (RAAB et al., 2013). Então, uma conflagração de fatores ambientais e pessoais (KLEIN; CLUTTON; DUNN, 2019) abriria as portas para a aceitação e difusão.

É notável, à vista do discutido, que há condicionamentos *a priori* para a disposição de propalar TCs. Em resumo, disputas por hegemonia em torno do discurso e da ação política (SAPOUNTZIS; CONDOR, 2013), a mentalidade “quase-religiosa” dos teóricos conspiradores e dos aderentes às suas teorias (FRANKS; BANGERTER; BAUER, 2013) e a polarização (JAMIL; ROUSSEAU, 2011) se mostram como alicerces para a gênese e a disseminação das TCs. E, inegavelmente, qualquer artifício de comunicação interpessoal ou em grupo é um expediente em potencial para o alastramento de teorias conspiratórias.

O papel de outros tipos de crenças individuais na construção, aceitação ou difusão de TCs é igualmente agenda importante. Achados mostram haver algumas singularidades entre pessoas inclinadas a acreditar em mensagens falsas (CLARKE, 2002; PENNYCOOK; RAND, 2018b). Por exemplo, quem é mais dogmático, fanáticos religiosos, aqueles que acham ser possível ler a mente dos outros (BRONSTEIN et al., 2019), além de indivíduos que têm sentimentos de alienação, fraqueza, hostilidade e de estar sempre em desvantagem (ABALAKINA-PAAP et al., 1999).

Do mesmo modo, a emoção produzida pela mensagem recebida (CLARKE, 2002), a raiva e a falta de esperança (BUTLER; KOOPMAN; ZIMBARDO, 1995), a anomia, falta de confiança pessoal e o medo do desemprego (GOERTZEL, 1994) são indicativos da vocação para acreditar em TCs. Goertzel percebe, nos seus achados, que se a pessoa aceitar uma teoria conspiratória ela tende a admitir outras. Da mesma forma, quem acredita em algum tipo de informação inventada (por exemplo, “*Fake News*”) possui grandes perspectivas de acreditar em outro (PENNYCOOK; RAND, 2018b). Adicionalmente, a assimilação enviesada, atitudes polarizadas (MCHOSKEY, 1995) e o extremismo político (FRANKS et al., 2017) estão associados ao apoio a TCs. É um reforço à concepção de que atmosferas politicamente polarizadas são terrenos ainda mais férteis para teorias conspiratórias. Mais grave ainda é a tendência de as TCs aumentarem a polarização, sobretudo nas plataformas virtuais (ZOLLO et al., 2015). É algo que se retroalimentaria.

A autossuficiência e elevada autoestima são predados dos teóricos conspiradores (GROH, 1987). Para eles, sua razão de vida prefigura-se numa missão de esclarecer os incautos, cujas artimanhas dos poderosos os fazem prisioneiros. Teóricos da conspiração se portam como libertadores, quase heróis da resistência (GROH, 1987; KEELEY, 1999; SUNSTEIN; VERMEULE, 2008). Eles propendem a crer que os acontecimentos ordinários e complexos da vida estão continuamente sobre controle humano, daí a facilidade de proporem haver forças ocultas por trás dos eventos do cotidiano (KEELEY, 1999).

Há outras especificidades propostas sobre o teórico conspirador e diametralmente opostas das mais comumente observadas nas pesquisas sobre o assunto. Na interpretação de Franks e coautores (2017), existem entre eles um senso de comunidade, um otimismo concernentemente a mudanças futuras, diferentes tipos de ação política, representação externa do grupo com mais zelo e uma jornada pessoal de conversão à TC. Interessantemente,

os teóricos conspiradores raramente gostam de ser questionados (*idem*), são de custoso acesso (WOOD; DOUGLAS, 2015), entretanto fazem de tudo para suas conjecturas se espalharem (CLARKE, 2002).

Voltando, inclusive, ao tema das singularidades das visões de mundo do conspirador – isto é, o interesse sobre a natureza da realidade (ontologia), o conhecimento (o que está deliberadamente escondido e pode ser descoberto) e a ação humana (o livre arbítrio, ou o controle das pessoas sobre tudo) (FRANKS et al., 2017) – cabe a generalização do que seria o próprio conceito de visão de mundo. Segundo Koltko-Rivera (2004), visão de mundo corresponderia a “um conjunto de suposições sobre a realidade física e social que podem ter efeitos poderosos na cognição e no comportamento” (p.3). Essas peculiaridades – e o contexto no qual o indivíduo está inserido – podem levar a mais ou menos suscetibilidade a teorias conspiratórias.

Em síntese, as pessoas individualmente acreditam em teorias conspiratórias em diferentes graus. Alguns estudiosos nomeiam esse processo de *mentalidade conspiratória* (ABALAKINA-PAAP et al., 1999; BRUDER et al., 2013; STOJANOV; HALBERSTADT, 2019). Por isso mesmo, Abalakina e colegas de pesquisa abrem caminho para a elaboração de uma “medida” de propensão à mentalidade conspiratória. Partiram de uma premissa-base de que a afeição por crer em determinadas linhas específicas de TCs está relacionada à função (propósito) à qual tal crença serve, liga-se.

Abalakina e coautores – para delimitarem esse perfil individual de suscetibilidade a TCs – aplicaram um questionário com 13 diferentes medidas. Primeiro, foram apresentadas várias TCs, isto é, de política a invasões extra-terrestres escondidas por governos, terrorismo à vacinas e outras. Depois, questões atitudinais acerca da “ideação” conspiratória, por exemplo, “movimentos subterrâneos ameaçam a estabilidade da sociedade americana”. Houve ainda perguntas sobre “tolerância à ambiguidade”, “auto-estima”, “malignidade do mundo”, “controle interno *versus* externo das coisas”, “hostilidade”, “necessidade de cognição”, “impotência” e “atribuição de complexidades”. Tudo isso considerado possibilitou distinguir uma medida geral de aptidão individual às TCs.

Tendo o trabalho de Abalakina e colegas como parâmetro, Bruder e coautores (2013) desenvolveram um questionário de detecção da mentalidade conspiratória em ambientes culturais diversos (*Questionário de Mentalidade Conspiratória - QMC*). O QMC foi testado numa amostra de mais de sete mil participantes, aplicados simultaneamente em alemão, inglês e turco. Os achados sugeriram a mentalidade conspiratória como um perfil unidimensional (associado a fatores negativos) estável no tempo. Os resultados foram similares nos três idiomas.

Uma nova medida de propensão a acreditar em TCs indica outro fator associado a esse perfil: o ceticismo racional (STOJANOV; HALBERSTADT, 2019). Seriam dúvidas surgidas por causa dos limites do conhecimento humano, ou seja, as pessoas podem saber

das coisas somente “indiretamente” e, via de regra, teriam “suspeitas indiscutivelmente mais racionais” (p. 220). Este é o aspecto que Stojanov e Halberstadt chamam de ceticismo racional. Consequentemente, elas desenvolveram uma escala para se mensurar a *mentalidade conspiratória*, a qual compreende a ideia geral conspirante de que relevantes eventos sociais e políticos seriam “explicados por agentes poderosos com objetivos maldosos” e inclui o elemento relacionado ao ato “saudável e racional” de observar o mundo de modo mais cético. A escala foi validada em diferentes estudos e cenários culturais diversos (Estados Unidos, Nova Zelândia e Macedônia do Norte).

1.0.3.1 A nocividade e até benefícios das teorias conspiratórias

Uma das mais chocantes barbáries da humanidade – o nazismo – tomou força em teorias conspiratórias capazes de arrebatam mentes e corações para abstrações doentias (KOONZ, 2003). Aliás, o pano de fundo socioeconômico da Alemanha pré-nazismo era um pré-requisito perfeito para teorias conspiratórias. Havia sucessivos eventos excepcionalmente impactantes em curso, como os efeitos da grave crise econômica, inflação estratosférica, desemprego, fome, e as implicações político/psicológicas do Tratado de Versalhes (HOBBS; CUMMING, 1995). Os teóricos conspiradores nazistas costuraram um discurso capaz de arrebatam mentes e conquistar apoio a um movimento ideológico completamente nefasto. O resultado foram as tragédias inerentes à Segunda Guerra Mundial.

Se não bastasse, o terrorismo identicamente se alimenta diariamente de teorias conspiratórias (SUNSTEIN; VERMEULE, 2008). Há – e existiram – uma miríade de grupos terroristas espalhados pelo mundo impulsionados por TCs e arrebanhando “soldados” por causa delas (BARTLETT; MILLER, 2010). Um exemplo é o grupo extremista/religioso *Al-Qaeda*, cujas teorias motrizes eram as de que “muçulmanos-apóstatas-cristãos-sionistas ou sionistas-protestantes-anglo-saxões desenvolveram uma cruzada contra Alá e seus mensageiros” e “fronteiras nacionais são uma conspiração americana para separar e criar divisões internas entre o povo muçulmano (*idem*, p. 8).

Fora o terrorismo, grupos extremistas religiosos (*Christian Identity, Gush Emunim, Nation of Islam, Aum Shinrikyo, Peoples Temple*), anti-vacina (Attleboro Cult) e nacionalistas (*Afrikaaner Nationalism, Aryan Nations, British People's Party*) se valeram de teorias conspiratórias (BARTLETT; MILLER, 2010). TCs afirmando que o governo, religião, educação, ciência, remédios e tudo mais são “ferramentas de controle do Satã” são mostras do escopo de atuação desses grupos. Semelhantemente, uma TC bem tradicional dos nacionalistas em especial é a de que os *illuminati* – suposta sociedade secreta composta de ricos internacionais – infiltram-se nos governos nacionais para controlá-los (*idem*). Esse tipo de teoria conspiratória tem mobilizado radicais mundo afora.

Democracias são destruídas ou enfraquecidas por razões difusas, porém não há dúvida de que as TCs são um dos mecanismos mais eficazes para comunicar os pretextos

golpistas. Exemplos há aos milhares (O’KANE, 1981; POWELL; THYNE, 2011), entretanto, o Brasil é um caso interessante de queda de governantes ou mudanças de regimes, sempre com enredos conspiratórios como aliados do alinhamento dos rompimentos. A declaração de independência é marcada por bastidores nada românticos, nos quais a Coroa, a aristocracia e o próprio D. Pedro I teriam lançado TCs ao vento, para haver uma insurreição não tão desfavorável a Portugal (SOUZA, 2000). A trama conspirante precedeu, portanto, a “conspiração” de fato.

Getúlio Vargas, em 1937, para driblar as eleições que se avizinhavam e ameaçavam sua permanência no poder, forjou uma teoria conspiratória para justificar um golpe e criar o Estado Novo (DANTAS, 2014; MEZZARROBA, 1992). Membros das Forças Armadas, sob orientação de Vargas, inventaram um conluio de comunistas e comunidades judaicas para derrubar o presidente. Deram o nome de Plano Cohen, que foi a base para o fechamento do Congresso, perseguição a adversários políticos e para mais oito anos a Getúlio na cadeira de presidente. Um aspecto do lado bom² das teorias conspiratórias está na possibilidade de algum dos seus idealizadores revelarem as maquinações (DAI; HANDLEY-SCHACHLER, 2015). Foi exatamente isso que aconteceu com o famigerado Plano Cohen, apesar dos estragos irreversíveis.

A ditadura militar, instituída a partir do Golpe de 1964, foi marcada por TCs cujo ponto de largada foi a renúncia do Presidente Jânio Quadros em agosto de 1961. Essa inesperada decisão tornou mais forte a quase transcendental “ameaça comunista” ao Brasil. O ponto central estava no vice-Presidente João Goulart – visto por parte significativa da elite política e econômica brasileira como um comunista em potencial (CASALECCHI, 2002). Para tomar posse, Jango “aceitou” uma mudança do sistema de governo de presidencialista para parlamentarista (SILVA, 1990).

O parlamentarismo não vingou por muito tempo, e Jango tornou-se presidente, acumulando a chefia do governo e do estado brasileiro. Em 1964, após duríssima crise política – numa conspiração envolvendo muitos congressistas e parte de uma elite civil – derrubaram João Goulart. De madrugada, o Senador Auro de Moura Andrade – na exercício da presidência do Congresso – declara, em primeiro de abril, vago o cargo de presidente da República. O argumento era o de que Jango havia “fugido” do Brasil, quando – na verdade – ele estava em sua fazenda no Rio Grande do Sul (CASALECCHI, 2002). De novo, convulsões sociais sendo palco para teorias conspiratórias políticas no país que redundaram numa conspiração real.

Ainda na história política brasileira, outro episódio marcado por várias teorias conspiratórias – incluindo o clássico ato final – foi a Proclamação da República (talvez para a maioria das pessoas da época, “TCs do bem”). O clima para a Monarquia já não estava muito bom, porém os pró-república não estavam completamente organizados. De

² Volta-se a este assunto a seguir.

toda forma, uma TC conduzida principalmente por militares mais jovens desencadeou o fim do Brasil-Império (CASTRO, 2000). As TCs “maiores” – aquelas arquitetadas ao longo dos anos – teriam tido seu ápice em um boato plantado pelo Major Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro (GOMES, 2013).

Nas palavras de Gomes, Major Frederico teria espalhado que Visconde de Ouro Preto (primeiro ministro de D. Pedro II) havia determinado a prisão de Marechal Deodoro da Fonseca e demais líderes da mobilização republicana. Tudo não passava de uma fabricação para inflamar os militares contra o monarca. Logo o rumor se alastrou pelas ruas e quarteis do Rio de Janeiro e criou o clima para o desmoronamento do Império na madrugada de 15 de novembro de 1889. O ápice da sedição republicana era, na verdade, seqüela de anos de marginalização dos militares pelo Império (CASTRO, 2000).

Embora as TCs e a política do poscênio – aquela mais da luta por e pela manutenção do poder – sejam intimamente ligadas, teorias conspiratórias igualmente podem arruinar reputações, políticas públicas, instituições e o mais. Uma teoria conspiratória sempre mencionada na literatura é uma utilizada para “barrar” a reforma do sistema de saúde dos Estados Unidos, proposta pelo então Presidente Barak Obama. Com essa meta, a ex-governadora do Alasca e ex-candidata a vice-presidente, a republicana Sarah Palin, publicou uma mensagem dizendo que o Governo Obama estaria criando um tipo de “painel da morte” (BERINSKY, 2017; MILLER; SAUNDERS; FARHART, 2016; NYHAN, 2010).

Em agosto de 2009, Palin postou no Facebook o seguinte texto: “a América que eu conheço e amo não é aquela em que meus pais ou bebês com Síndrome de Down terão que se submeter aos ‘painéis da morte’ de Obama, para que seus burocratas possam decidir, com base em seu julgamento subjetivo, sobre seus níveis de produtividade na sociedade” (BERINSKY, 2017). De acordo com dados publicados por Berinsky, em uma semana, 86% dos cidadãos americanos já sabiam das invenções da republicana. Mesmo um ano depois – após esforços do governo para desacreditá-la – com a lei já aprovada pelo Congresso americano, a teoria persistia (*idem*). Essa TC intrincou as negociações em torno da aprovação do projeto (NYHAN, 2010) que, ao cabo, favoreceu imensa quantidade de cidadãos. Conforme dados da organização *Center on Budget and Policy Priorities*, 20 milhões de estadunidenses foram beneficiados por esta lei³.

As eleições brasileiras de 2018, acaso por notável polarização, estiveram sob um turbilhão de TCs e demais fabricações. A “ameaça comunista” – uma TC tradicional à história do país – esteve de volta e ainda permanece incisiva em parte do discurso político polarizado (MAITINO, 2018; MARIANI, 2019; JUNIOR, 2019). Foram – ou estão – recorrentes teorias sobre fraudes nas urnas eletrônicas e a elaboração de um “kit gay” pelo governo petista e que seria distribuído às escolas públicas de todo o país (RISSO, 2019). Risso apresenta dados nos quais consta que 84% dos eleitores do Presidente Jair

³ Disponível em: <<https://bit.ly/3eRqf6S>>.

Bolsonaro acreditaram ser verdade o boato sobre o kit gay e cerca de 73% achavam que, efetivamente, havia burla às urnas eletrônicas.

Não se sabe, por ora, o quanto as TCs influenciaram o resultado eleitoral de 2018, porém é possível imaginar alguma ascendência. É inquestionável, não obstante, que os rumores afetaram – ou controlaram – a agenda norteadora dos debates políticos nas últimas campanhas no Brasil (PORCELLO; DIAS, 2018; RUEDIGER, 2017). Uma das características das TCs é exatamente a de favorecer escaladas de líderes populistas (CLARKE, 2002). Fundamentalmente, teorias conspiratórias contaminam as atitudes das pessoas (BUTLER; KOOPMAN; ZIMBARDO, 1995).

Nos Estados Unidos, as eleições presidenciais de 2016 – vencidas por Donald Trump – semelhantemente foram permeadas por informações manufaturadas e disseminadas nas mídias sociais. Conquanto, há uma tendência de segmentação de receptores desse tipo de mensagens. Pessoas conservadoras, mais velhas e altamente atentas às notícias sobre política eram mais prováveis de endossar as TCs (GRINBERG et al., 2019). Os achados de Grinberg e colegas não retratam um ambiente verdadeiramente alarmante. Segundo eles, somente um por cento dos indivíduos recebia 80% das fabricações circulantes e 0.1% compartilhavam. Além disso, o consumo de inverdades nas redes sociais na corrida presidencial de 2016 teve forte componente partidário (NELSON, 2017).

Nesse quesito da preferência partidária, o caso americano decerto difira do brasileiro por causa da relevância dos partidos para o eleitorado. Apoiadores do candidato republicano têm muito mais probabilidade de ler rumores contra o democrata e *vice-versa*, como sugerem os resultados de Nelson (*idem*). Portanto, nos Estados Unidos, se houve efeito das TCs sobre o resultado da eleição, talvez tenha sido quanto à mobilização ou não dos partidários de cada agremiação – democratas ou republicanos – para votarem. De todo modo, se alguém deixar de ir às urnas por causa de teorias conspiratórias ou outras mensagens fabricadas, há aí – indubitavelmente – prejuízo à democracia.

Distúrbios da informação são obstáculos a educação do público quanto ao aprendizado de fatos verdadeiros, induzem as pessoas a preferências políticas diferentes das que teriam caso fossem corretamente informadas (BERINSKY, 2017; KUKLINSKI et al., 2000). Piormente, indivíduos que desenvolvem crenças erradas são mais ativos (participam mais) politicamente na comparação àqueles com crenças factuais (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015). É um cenário ainda mais complicado, porque as elites políticas preferem manter as pessoas no erro – caso isso lhes garanta votos ou outro tipo de vitória política (*idem*).

As coisas da política, a organização da sociedade em Estado, a democracia e mesmo as ditaduras são interpostas por teorias conspiratórias e outros distúrbios da informação. Todavia, elas podem, da mesma forma, ser nefastas em outros segmentos vitais da existência humana. TCs, desinformação e misinformação sobre vacinas, para exemplificar, são o temor de sanitaristas e governos, inclusive a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem

desenvolvido ações estratégicas de combate a elas. Recentemente, o sarampo – uma doença praticamente exterminada – voltou a atacar, inclusive países desenvolvidos, quase sempre por causa de inverdades. A pandemia de coronavírus é outro caso cujo combate tem sido dificultado por teorias conspiratórias (PENNYCOOK et al., 2020).

Há, noutra perspectiva, circunstâncias nas quais teorias conspiratórias, especificamente, podem ser benéficas (CLARKE, 2002; DAI; HANDLEY-SCHACHLER, 2015; SWAMI; COLES, 2010). Clarke postula que as TCs são essenciais para evitar a letargia e desafiar as pessoas a ampliarem horizontes explicativos das temáticas sociais. Na compreensão dele, se explanações “não-conspiratórias” dos eventos forem refinadas como respostas às TCs, há ganho para a sociedade como um todo. Fora isso, “TCs menores” podem levar ao descobrimento das “mais nefastas”, como a “conspiração Watergate” (*idem*, p.148). Outro benefício seria a manutenção da atenção dos cidadãos quanto aos governantes e as instituições públicas mais abertas a *accountability* (MILLER, 2002).

Mesmo havendo um lado bom, as TCs são mesmo aparatos explicativos lembrados mais pelo mal que podem causar (DOUGLAS et al., 2019). E o drama é maior porque sempre há alguém levantando TCs e outros chancelando e compartilhando-as. Isto seria parte da normalidade da vida em sociedade (KNIGHT, 2000; MILLER, 2002), resultado da própria maneira de cada um enxergar o mundo social e político (RADNITZ; UNDERWOOD, 2017). Um desafio muito severo, logo, seria o da dissuasão, convencer o indivíduo de que muitas das suas verdades podem ser, no final das contas, resultado de fabricações.

1.0.4 Incursões reparadoras

Encontrar estratégias certas para se corrigirem distúrbios da informação talvez seja uma das mais difíceis ações de enfrentamento a elas. Não se trata apenas de identificar desinformações, teorias conspiratórias e tudo o mais potencialmente causador desse tipo de crença. Há um universo de variáveis intrínsecas a esse fenômeno que torna a tarefa de erradicá-las uma missão quase inglória. Adiciona-se, ainda, o fato de as pessoas serem motivadas psicologicamente a defenderem e manter avaliações anteriores (KUNDA, 1990). Há, aliás, a possibilidade de que uma correção reforce a crença errada devido ao chamado “*backfire effect*” (LEWANDOWSKY et al., 2012; NYHAN; REIFLER, 2010; WARNER; NEVILLE-SHEPARD, 2014). De todo modo, quando o indivíduo não é familiarizado com o objeto da fabricação, não se percebe o *backfire effect* (ECKER; LEWANDOWSKY; CHADWICK, 2020, no prelo).

Muitos procedimentos para desmascarar informações inverídicas vêm sendo testados por inúmeros pesquisadores ao longo do tempo. Constata-se certo grau de sucesso em uma ou outra tática, todavia é quase impossível verificar a eficácia a longo prazo, porque o efeito contínuo das crenças falsas na memória inclina-se a perdurar (JOHNSON; SEIFERT, 1994; LEWANDOWSKY, 2020). Muitas vezes, as pessoas aceitam retratações, mas

momentaneamente, fora que a aceitação não acaba em mudanças atitudinais (NYHAN et al., 2019; SWIRE et al., 2017). A mudança de atitude diante da correção também depende de habilidades mentais; pessoas com baixa capacidade cognitiva⁴ são menos receptivas (KEERSMAECKER; ROETS, 2017).

Além do mais, se – porventura – o indivíduo se identificar com algum partido político, correções podem não fazer diferença devido às amarras intergrupais (SWIRE et al., 2017). Em alguns experimentos, Swire e coautores, observaram que prováveis eleitores de Donald Trump em 2016 – quando submetidos a correções de informações falsas ditas por Trump na campanha – aceitavam o conteúdo como errado, conquanto não mudavam sua intenção de voto. Tanto para republicanos quanto para democratas, os achados de Swire e colegas, apontaram para o uso de figuras políticas como heurísticas para endossar informações, porém a veracidade não era pré-requisito para apoiar candidaturas.

Similarmente, Nyhan e coautores (2019), ainda durante a campanha de 2016, fizeram experimentos nos quais testaram o efeito da ação do trabalho jornalístico de checagem das informações dadas por Trump nos debates. Eles encontraram que os participantes aceitavam – quando era o caso – a imprecisão dos dados, no entanto, não mudavam suas atitudes em relação a Donald Trump. Para eles, é uma sugestão do pouco efeito prático dos *fact checks*, não obstante ampliarem a percepção das fabricações. Não deixa de ser uma descoberta alvissareira, porque há o reconhecimento de que a informação é falsa.

É possível, contanto, haver um ponto de inflexão gerado por níveis elevados de ansiedade resultantes de contestações das crenças prévias (REDLAWSK; CIVETTINI; EMMERSON, 2010). Redlawsk e colegas concluem que há a possibilidade de a pessoa – ao atingir intenso grau de inquietação – aceitar correções, mesmo se elas afetarem visões de mundo já sedimentadas. Os pesquisadores observaram esse efeito exatamente quanto à escolha de voto. À medida que as pessoas eram expostas a mais informações negativas contra seus candidatos, mais ansiosas ficavam e, por consequência, mais inclinadas a mudarem a escolha inicial. O efeito foi notado numa eleição simulada e candidatos fictícios. Talvez – numa disputa real – essa condição de apreensão seja mais complicada de se alcançar.

Quando inverdades são desmascaradas de maneira bem incisiva e as falácias e motivos por trás delas são claramente enfatizados, a probabilidade de sucesso é maior (STOJANOV et al., 2015). Ana Stojanov encontrou esses resultados em experimentos para desacreditar teorias conspiratórias médicas. Por outro lado, quando apenas dados factuais foram apresentados, a estratégia não foi suficiente para reduzir o endosso a TC médica e as conspirações relativas a tópicos mais gerais. Portanto, quanto mais detalhes sobre o conteúdo falso for provido, para além de apenas as informações corretas, bem como expor suas intenções e efeitos nefastos, maior será a chance de sucesso.

⁴ Para mais sobre o tema, ver (BERNSTEIN, 2018).

Em situações de epidemias ou doenças repentinamente em surto, as correções não parecem surtir o efeito esperado (CAREY et al., 2020). Carey e colegas, utilizando-se de estratégias experimentais, constataram tal situação em relação ao Zika vírus e à febre amarela no Brasil. Eles detectaram que tentativas de reduzir concepções erradas sobre o Zika não funcionaram, mas – contrariamente – reduziu crenças corretas sobre a doença. Para a febre amarela, o contra-ataque foi mais efetivo, porém não aumentou o apoio às políticas de controle nem a intenção de engajamento preventivo. Na opinião dos pesquisadores, esses resultados podem ser explicados pelo pouco conhecimento dos brasileiros em relação ao Zika e mais clareza sobre a febre amarela, porque é uma doença com registros de incidência bem antigos. O lado bom desses achados é a possibilidade de que eventos cuja população saiba mais sobre eles sejam menos passíveis de compreensões equivocadas.

Na pandemia de coronavírus, Pennycook e parceiros de pesquisa (2020) encontraram que a ausência de dados factuais relativos ao assunto também levava os indivíduos a compartilharem fabricações. Entretanto, experimentalmente, eles perceberam que quando as pessoas eram chamadas a refletir quanto à veracidade da informação, elas eram menos devotadas a difundir mentiras. Se os participantes acessassem um lembrete da necessidade de certeza da correção do dado, isso mais que dobrava a intenção deles de partilhar informações factuais. Em resumo, seus achados sugerem que incentivar à precisão eleva o desejo individual de propagar conteúdos corretos. Por fim, aqueles engajados em pensamentos mais analíticos e com mais conhecimento científico igualmente se mostraram mais criteriosos na disseminação de informações sobre a COVID-19.

Berinsky (2017), experimentalmente, obteve sucesso quanto à rejeição de rumores a partir da apresentação de uma fonte improvável, porém confiável. O pesquisador propôs a participantes republicanos que políticos igualmente republicanos, de alto calibre e excelente reputação, eram quem estava refutando uma fabricação contra os democratas. Ele desenvolveu a mesma operacionalização para participantes democratas, ou seja, políticos do partido corrigiam falsas informações a respeito dos republicanos. Se alguém contrapusesse boatos que poderiam favorecer seu próprio espectro político, a chance de colocá-los em descrédito seria maior. A tática, de fato, reduziu a misinformação.

Essencialmente na mesma direção, também de maneira experimental, Warner e Neville-Shepard (2014) mostram que a provisão de informações acuradas reduz ou reverte os efeitos de teorias conspiratórias. A questão central, para eles, é encontrar e aplicar a melhor maneira de desmentir a falsidade. No caso do desenho experimental que utilizaram, os pesquisadores apresentaram ao grupo de tratamento a teoria conspiratória e depois informações para refutar a TC, além de debates empreendidos em um blog com argumentos dos dois lados. Os resultados mostraram redução ou completa reversão do endosso a teoria conspiratória.

Considerando-se que informações manufaturadas circulam com mais rapidez pelas mídias sociais (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018), alguns estudos testam a efetividade dos mecanismos para contra-atacá-las nesse ambiente. Clayton e coautores (2019) viram – por meio de experimentos – que manchetes falsas são percebidas como menos confiáveis se estiverem acompanhadas de um aviso de que são enganosas ou se forem marcadas como “em disputa” ou “classificado como falso”. Os resultados mostraram, por outro lado, que se um artigo suspeito for marcado como “classificado como falso” diminui mais a confiabilidade do que quando é apenas marcado como “em disputa”. Trata-se de boa evidência em favor de se tentar a correção por meio do alerta direto sobre a falsidade da mensagem.

A estratégia usada por Jolley e Douglas (2017) foi a de apresentar o dado correto antes de o indivíduo se deparar com a TC relativa à vacinação. A ideia se baseia na prevenção, como se fosse uma ação de “injetar” a verdade de antemão. Entretanto, se as TCs estiverem completamente assimiladas pelas pessoas, a correção – segundo eles, somando-se a mais estudos do campo (ECKER et al., 2011; NYHAN, 2010; NYHAN; REIFLER, 2010) – é excessivamente difícil. As barreiras às correções tendem a ser maiores ainda se o assunto objeto da invenção for muito saliente (FLYNN; NYHAN; REIFLER, 2017). Para temas políticos – mesmo após serem reparados com sucesso – as falsas informações podem continuar afetando a opinião das pessoas (BULLOCK, 2007).

Como discutido no início desta seção, quando há a codificação de uma mensagem e depois se percebe sua falsidade – mesmo assim – ela tende a influenciar a memória e o raciocínio da pessoa (ECKER et al., 2011; LEWANDOWSKY et al., 2012). Esse efeito contínuo desafiaria as tentativas de correção, porém, segundo Ecker e colegas, se a retratação das informações erradas for muito incisiva, direta ao ponto, as chances de sucesso propendem a ser maiores. Por exemplo, uma correção forte seria a provisão do dado correto mais de uma vez (*idem*, p.572). Se as pessoas pensarem profundamente sobre conteúdos novos e mapearem cuidadosamente as relevâncias, maiores são as chances de correção (SCHWARZ et al., 2007).

Os indivíduos constroem modelos mentais quando ouvem, leem ou veem informações manufaturadas e, se a tentativa de se desmentir tais informações for uma estratégia pobre, um vazio é criado nos modelos mentais das pessoas (COOK; LEWANDOWSKY, 2012). Elas preferem, de acordo com Cook e Lewandowsky, um modelo incorreto em vez de um incompleto. Dito de outra forma, se não houver nada melhor, as pessoas optam por acreditar em informações erradas para preencher o vazio mental sobre determinado evento. Desse modo, segundo eles, seria possível obter sucesso na correção caso o vazio mental fosse preenchido por uma explicação alternativa – algo novo e correto, para substituir a visão dos acontecimentos que é baseada em dados falsos.

Um traço da personalidade humana capaz de afetar comportamentos é o temor de ter a própria imagem empulhada. Tendo isso em conta, Orosz e colegas (2016) aplicaram três estratégias para testar a redução das crenças em teorias conspiratórias. Na primeira, eles expuseram um grupo de participantes a “argumentos racionais contrários à TC”. Num outro grupo, pessoas que endossassem TCs seriam “ridicularizadas” por isso. Por fim, outros participantes receberam mensagens sobre os efeitos nefastos das conspirações. Os resultados mostraram efetiva redução da crença na TC entre integrantes dos grupos dos “ridicularizados” e dos que foram municiados com informações racionais contrárias às conspirações. Por outro lado, alertar para os perigos das TCs não foi suficiente e não apresentou efeito positivo.

Por fim e para complicar as coisas, aceitar a correção pode ser – do ponto de vista da natureza humana – contraintuitivo (CLARKE, 2002). Na visão de Clarke, muitas das razões para se adotar manipulações de fatos são da esfera disposicional, e admitir sua refutação seria tipicamente abandonar as explicações disposicionais em favor de explicações situacionais. Teria relação com subjugar a si próprio, abrir mão de convicções estabelecidas por traços internos, e aderir a explicações da generalidade, externas. É algo possível, diz ele, todavia psicologicamente complexo demais, e muitas pessoas podem ser imprecisas na avaliação e ter como verdadeiras mentiras já rejeitadas pela maioria.

Haveria, então, relação entre admissão da retratação com a maneira pela qual os indivíduos assimilam dados novos. Além do mais, aceitar a correção se torna desafiador porque, muitas vezes, implica no abandono de crenças e vínculos sociais antigos (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015). As pessoas são atraídas por sistemas de crenças consonantes às suas necessidades e interesses psicológicos, como o existencial e de pertencimento social (JOST, 2017). Além disso, muita gente ignora seus próprios vieses ou nunca se vê como errada (PENNYCOOK et al., 2017). Mesmo assim – levando-se em conta os estudos mencionados – há viabilidade corretiva, mas cada situação exige uma metodologia específica. A questão é saber qual seria a melhor – algo a ser respondido pouco a pouco, à medida que novos estudos se somam ao esforço.

1.0.5 A dinâmica do processamento de informações

Os recursos cerebrais de processamento de informações são idênticos em cada ser humano e são usados tanto para assimilar dados corretos quanto errados (MARSH; CANTOR; BRASHIER, 2016). Adicionalmente, as pessoas cometem deslizamentos mentais (KAHNEMAN, 2011) e muito do que processam diariamente é moderado por traços cognitivos próprios (CACIOPPO; PETTY, 1982; CACIOPPO et al., 1996; PENNYCOOK et al., 2016; PENNYCOOK; RAND, 2018a). Além do mais, a codificação de novos dados sofre influência de crenças (vieses) estabelecidas ao longo da vida (DITTO; LOPEZ, 1992; DITTO et al., 1998; KUNDA, 1990; NICKERSON, 1998; NIR, 2011). Essas crenças, por

sua vez, são resultados da cognição individual e das experiências vividas nos ambientes sociais nos quais as pessoas estão inseridas (FISKE et al., 1998).

Chaiken (1980) distingue duas classes de ações cognitivas empregadas para processar uma nova mensagem recebida: a sistemática e as heurísticas. Na sistemática, segundo ela, os receptores se aplicam esforçadamente para assimilar conteúdos. Eles, de maneira ativa, tentam compreender e avaliar os argumentos da mensagem, além de acessar a validade desses argumentos em relação à conclusão proposta. Contrariamente, as heurísticas são uma tática menos exigente quanto à validade da mensagem. Para aceitarem o seu desfecho, as pessoas confiam em alguma pista superficial capaz de ser associada ao dado novo, por exemplo, a fonte da informação, ou seja, um partido político, uma personalidade e o mais.

Kahneman (2011) identicamente trabalha com a ideia dual de processamento de informações, porém com as terminologias *sistema 1* e *sistema 2*. O primeiro é mais intuitivo, emocional, rápido, sem nenhum senso de controle voluntário na assimilação. A base de análise do sistema 1 é o conhecimento armazenado na memória e que é acessado quase imperceptivelmente. O sistema 2 é mais lento, deliberativo, lógico e requer muito mais empenho mental. Ele também pode influenciar a maneira sob a qual o sistema 1 trabalha, mudando funções automáticas e de memória. Muitas vezes, dadas as diferenças no processamento, o indivíduo se engana quando absorve novas informações. Se ele vai muito rápido, pode ser levado por vieses ou vícios (*idem*).

Entre as maneiras tendenciosas sob as quais as pessoas absorvem informações está o raciocínio motivado. Ele afeta a construção das crenças, atitudes, a formação das impressões, análise de evidências e a tomada de decisões (KUNDA, 1990). E a motivação, conforme Kunda, seria qualquer vontade, desejo ou preferência relacionada aos resultados de uma tarefa que exija raciocinar. Às vezes, o motivo do raciocínio é a busca por uma conclusão mais acurada, em outras é chegar a uma conclusão particular, direcional. Para o pesquisador, essas duas metas dos motivos afetam igualmente o raciocínio, mas as acuradas levam ao uso de crenças e estratégias mais apropriadas, enquanto as direcionais são mais prováveis de gerar uma conclusão previamente desejada.

Ainda de acordo com Kunda, se as pessoas são motivadas a serem acuradas, elas aplicam mais esforço cognitivo na análise do assunto foco de seu raciocínio, prestam cuidadosa atenção a informações relevantes e as processam com mais cautela e profundamente. Nesse caso, diz ele, o processo se baseia em regras mais complexas. De outro lado – ressalta – se a motivação é direcional, as pessoas constroem justificativas, com intuito de persuadir algum interlocutor desavisado. Para tanto, buscam na memória por crenças e regras capazes de sustentar a conclusão previamente desejada.

Se uma nova mensagem for consistente com a conclusão preferida de antemão, o receptor acaba não a avaliando de maneira crítica, diferentemente de quando ela diverge daquilo que ele pensa (DITTO; LOPEZ, 1992). Experimentalmente, Ditto e Lopez de-

monstram que o componente essencial do raciocínio motivado é a quantidade de diligência cognitiva dada a uma informação congruente com as preferências prévias na comparação com as incongruentes. Nesse caso – pode se imaginar – se uma fabricação qualquer estiver em sintonia com as preferências de alguém, seu endosso deve ser quase imediato, porque a análise da informação será muito superficial. Uma correção, por outro lado, poderá ser mais facilmente rejeitada devido à demasiada exigência cognitiva inerente.

Por outro lado, pode ser bom o emprego de mais esforço cognitivo para a análise de informações divergentes das preferências individuais. Talvez, a dedicação mais profunda a informações contradizentes de crenças prévias seja oportunidade para o indivíduo perceber o erro. De toda forma, aceitar o contraditório é mesmo difícil, porque – além de ser contraintuitivo – um dado desfavorável é sensível a restrições situacionais (DITTO et al., 1998). Em outras palavras – e como notaram Hochschild e Einstein (2015) – adotar uma visão alternativa, mesmo correta, pode acarretar prejuízos à convivência grupal, que é um aspecto de constrangimento situacional importante. As pessoas gostam de se manter integradas às suas tribos (ARNOLD; MERTON; PENNINGTON, 1995; JOST, 2017).

Como discutido, as crenças são igualmente constrangidas por características disposicionais. Para ilustrar, um bom exemplo é outra abordagem experimental empreendida por Ditto e parceiros de pesquisa (1998). Nela, eles medem as chances de abertura a explicações alternativas diante de um diagnóstico médico favorável e outro contrário. Os achados demonstraram que os participantes eram insensíveis à possibilidade de uma explicação alternativa no caso favorável. Quando era contra a expectativa, aí a pessoa se abria mais às possibilidades alternativas. É um reforço à interpretação de que a zona de conforto (das crenças prévias) é mesmo o melhor lugar para se estar.

Para além de dispender mais ou menos esforços cognitivos na avaliação de um novo dado conforme um motivo preliminar, muitas vezes as pessoas buscam por informações convenientes para reforçar suas próprias crenças prévias, isto é, o viés de confirmação (NICKERSON, 1998). Esse viés não está relacionado necessariamente à veracidade da informação, mas ao quanto ela é capaz de tornar alguém ainda mais certo de suas convicções. Esse tipo de erro inferencial, segundo Nickerson, é uma seletividade involuntária. Inclusive, diz ele, a ideia de ação não premeditada é fundamental para o conceito de viés de confirmação. De acordo com Nickerson, uma vez que alguém adota alguma interpretação sobre um evento qualquer, o propósito primário em relação a isso é, naturalmente, a defesa ou justificação dessa interpretação.

Como mencionado, as inferências surgidas a partir de uma informação nova podem ocorrer de várias maneiras. Isto é, há inúmeros e diferentes procedimentos envolvidos nesse processo (MERCIER; SPERBER, 2017). Contudo – em conformidade com Mercier e Sperber – independentemente das diferenças, todos acham numa informação já disponível as bases para revisar ou expandi-la. Tudo dependeria de uma regularidade. “Sem regularidade,

sem inferências. Sem inferências, sem ações” (*idem*, p.84-85). As crenças e experiências já existentes, então, são fundamentais para o processamento de quaisquer informações novas.

Muita gente pode ter mais ou menos habilidades cognitivas para não/ou cometer erros de julgamentos e tomar, ou não, fabricações como fatos. É digno reforçar que as pessoas, frequentemente, recorrem à memória para avaliar se determinado tema é verdadeiramente um fato, se há evidências que o comprovem. No entanto, a memória é imperfeita e sensível a lembranças de certos pontos em detrimento de outros (BEGG; ANAS; FARINACCI, 1992). Se, por exemplo, uma teoria conspiratória – ou qualquer outro fenômeno desencadeador de misinformações – tiver relação com alguma preferência individual, a probabilidade de endosso deve ser bem alta (MCHOSKEY, 1995).

1.0.6 Traços cognitivos, formação e manutenção de crenças

Um trabalho considerado como grande marco da psicologia política – “A Personalidade Autoritária”, de Adorno e colegas (2019) – investigou as origens do fascismo não apenas como um fenômeno político, mas como fruto da psicologia, da mente dos indivíduos. A composição do ideário fascista estaria relacionada com o perfil mental de dominação e submissão, que tomaria forma ainda na infância. De acordo com os autores, a psiquê autoritária do fascista se materializava na sua auto-visão de força e no desdém aos considerados fracos. O fascismo foi interpretado por Adorno e coautores como a manifestação política da pré-política.

Crenças surgem, se espalham e são processadas entrelaçadamente a aspectos da cognição de cada um (BRITT et al., 2019). No caso da misinformação, por exemplo, sempre há processos cognitivos individuais envolvidos na sua gênese e continuidade (LEWANDOWSKY et al., 2012). Mais ainda, dizem Lewandowsky e colegas, as mensagens são tidas prioritariamente como verdadeiras por regras tácitas do dia a dia, como a respeitabilidade, clareza e relevância do emissor. É possível haver a suspeição relativamente à veracidade do conteúdo, entretanto, isso exige altíssimo grau de atenção do receptor. Geralmente, ressaltam os pesquisadores, notícias recém-recebidas são mais aceitas que rejeitadas.

Pelo contrário, se instantaneamente uma nova mensagem provoca sentimentos negativos, o desconforto exige mais esforço cognitivo e motivação para processá-la (*idem*). De acordo com Lewandowsky e seus colegas, em situações assim, quem recebe a informação pode compará-la a conhecimentos armazenados para aferir sua compatibilidade. Comunicações inconsistentes com as crenças prévias são processadas com menos fluência comparadas às mais consistentes. O indicador de compatibilidade seria acionado, então, por uma experiência afetiva em relação à mensagem recebida. Um grau elevado de ansiedade, por exemplo, faz aumentar a probabilidade de endosso a teorias conspiratórias (RADNITZ; UNDERWOOD, 2017). Aliás, segundo Radnitz e Underwood, a ansiedade ajuda a explicar

porque as TCs ficam mais notórias em períodos de crise econômica.

O julgamento que os indivíduos fazem dos acontecimentos da vida geralmente são desconectados de ideais normativos e os vieses são fartamente presentes (SCHWARZ et al., 2007). Comumente, cada pessoa pende mais para considerar um conteúdo verdadeiro se ela tiver tido algum contato prévio com ele (KEERSMAECKER et al., 2020). De Keersmaecker e coautores chamam essa inclinação de “efeito ilusório da verdade”. Numa série de experimentos, eles notaram que esse efeito é muito presente e robusto no processamento de informações.

Há evidências de que a propensão em avaliar informações sob olhares partidários tende a ser influenciada por traços cognitivos (CARL, 2015). Um exemplo são as pessoas mais analíticas, aquelas com os escores mais altos no teste de reflexão cognitiva (CRT, siga em inglês para *cognitive reflection test*). Elas são mais prováveis de fazer análises motivadas ideologicamente (KAHAN et al., 2017). Esse quadro, na visão de Kahan, estaria relacionado a uma maneira de processar informações que é vinculada à promoção de interesses individuais de formação ou manutenção de crenças para expressar lealdade a grupos aos quais as pessoas são simpáticas. É importante mencionar que o teste de reflexão cognitiva (CRT) é uma medida de pensamento analítico (FREDERICK, 2005; PENNYCOOK et al., 2017; THOMSON; OPPENHEIMER, 2016). Ser mais ou menos reflexivo impacta a maneira como cada um julga os temas políticos do cotidiano (PENNYCOOK et al., 2016).

Experimentalmente, Pennycook e Rand (2018a) encontraram evidências de que a suscetibilidade a *fake news* se deve mais à “preguiça de pensar” que ao viés partidário. Ao testarem a maneira como as pessoas interpretavam manchetes falsas, notaram que as de melhor performance no CRT percebiam a falsidade, mesmo sendo coerentes com sua ideologia. Diferentemente dos resultados de Kahan (2017), esses achados sugerem não haver aumento na probabilidade de uma pessoa mais reflexiva julgar notícias falsas como verdadeiras se forem politicamente coerentes para ela. Segundo Pennycook e Rand, participantes mais reflexivos foram melhores em diferenciar *fake news* de fatos. Entretanto, reconhecer uma mensagem como inexata talvez não seja garantia de que a pessoa não a usaria em um contexto de disputa política. Como visto, se a mentira for útil politicamente, não há – entre prováveis beneficiados – esforços para debelá-la (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015).

Especificamente quanto às mídias sociais – entre usuários do Twitter – aqueles com os mais altos escores no teste de reflexão cognitiva (CRT), de fato, são mais criteriosos (MOSLEH et al., 2019). São pessoas mais seletivas sobre quem seguir, tuítam apenas temas mais complexos e compartilham somente textos de fontes confiáveis. Concernentemente às “bolhas” ou “câmaras de eco” – ou seja, seguir apenas quem pensa de maneira similar a si – é mais comum a quem é menos reflexivo. Por isso, a conclusão dos pesquisadores é a de que, verdadeiramente, a capacidade reflexiva é fundamental na tomada de decisões e

juízos políticos diários.

Mais pesquisas no campo da psicologia social têm mostrado que o pensamento efetivo e racional é resultado de traços cognitivos específicos. Essas características são – além da capacidade reflexiva (FREDERICK, 2005; THOMSON; OPPENHEIMER, 2016) – a necessidade de cognição (NFC, sigla em inglês para *need for cognition*) (gostar de pensar) (CACIOPPO; PETTY, 1982), a integração de complexidades (maestria em reconhecer perspectivas alternativas e encontrar soluções integradas) e a necessidade de fechamento (*need for closure*) (fugir do embarque imediato em conclusões rápidas) (SUEDFELD; TETLOCK, 2001). Conquanto, mais necessidade de cognição, frequentemente, gera altos escores nessas outras medidas de habilidades cognitivas e é uma escala muito usada para estudos sobre processamento de informações (SUEDFELD; TETLOCK, 2001).

Existem diferenças individuais estáveis na maneira pela qual cada um se engaja em esforços cognitivos (CACIOPPO; PETTY, 1982). Segundo Cacioppo e Petty, essas distinções são compreendidas a partir de um único fator, o qual chamam exatamente de “necessidade de cognição”. Os resultados dos experimentos conduzidos por eles sugerem – entre outros – efeito negativo de mais NFC sobre a desejabilidade social e ter “mente-fechada”, e positivo para mais inteligência (mensurada pelo escore dos participantes no teste para acesso às universidades nos Estados Unidos). Quem possui mais NFC é classificado como “pensadores crônicos” e os de menos são os “miseráveis cognitivos” (COHEN; STOTLAND; WOLFE, 1955).

Apesar de haver associação positiva da necessidade de cognição com inteligência, ela não tem a ver com isso. É possível haver pessoas mais inteligentes, porém com baixa NFC, bem como menos inteligentes, embora com alta NFC (SUEDFELD; TETLOCK, 2001). Igualmente, NFC não é algo biológico, trata-se de uma imprescindibilidade que pode ser “classificada como uma necessidade, porque direciona o comportamento para um alvo (estruturar situações relevantes de maneira significativa e integrada) e causa tensão quando tal meta não é atingida” (COHEN; STOTLAND; WOLFE, 1955, p.291).

Cohen, Stotland e Wolfe propõem que uma situação ambígua – sobre a qual faltam pistas suficientes para sua compreensão – bloqueia a satisfação da necessidade de cognição. Como resultado, surgem a tensão e a frustração e, conseqüentemente, gera atitudes negativas relativamente ao tema sobre o qual a pessoa está frustrada. De outro lado, o tensionamento pode levar a esforços ativos para estruturar melhor o evento em análise e aumentar sua compreensão - isso para indivíduos com mais NFC (*idem*). Em suma, quem tem mais necessidade de cognição – quando quer dar significação a acontecimentos diários – busca e reflete sobre informações que atribuem sentido profundo a esses acontecimentos. Já indivíduos com menos NFC se fiam mais nas heurísticas (não requer esforço mental) e em opiniões dos outros para compreenderem esses mesmos eventos (SUEDFELD; TETLOCK, 2001; COHEN; STOTLAND; WOLFE, 1955).

Verplanken (1989) achou efeitos moderadores da NFC na relação crenças, atitudes e intenções comportamentais com respeito ao uso em larga escala de reação nuclear e do carvão para produção de energia na Holanda. Indivíduos com baixa NFC são menos consistentes na relação atitude-intenção (que pode levar ao comportamento) (*idem*, p.120). Da mesma forma, as diferenças individuais quanto à NFC moderam o efeito de *thought-attitude polarization*, ou seja, o processo de fazer com que uma atitude se torne mais extrema ao se pensar sobre ela (LASSITER; APPLE; SLAW, 1996).

Em dois estudos sobre autoritarismo, Tam e colegas (2008) encontram que em pessoas menos autoritárias, a necessidade de cognição estava negativamente associada à punitividade e atribuição disposicional de crimes, e positivamente associada ao apoio à reabilitação de criminosos. Contudo, para aquelas mais autoritárias, o resultado foi reverso. Isso, na visão deles, está contrário ao senso comum de que pessoas de pensamento mais profundo seriam menos intolerantes, porque mostra que mais NFC modera a ideia de punitividade apenas entre os respondentes menos autoritários. É um indicativo de que, verdadeiramente, ser um “pensador crônico” não deve livrar ninguém de visões contra-normativas.

Arceneaux e Wielen (2013) – ao estudarem pessoas democratas e republicanas – encontraram evidências de que o partidarismo é condicionalmente dependente da necessidade de cognição. Ter mais NFC tende a reduzir a aprovação do partido alvo de informações negativas. Alta necessidade de cognição também está associada com mais ativismo eleitoral, atenção às informações sobre política durante as campanhas e a reações mais emocionais aos candidatos ao longo das corridas eleitorais (BIZER et al., 2000). E, em pesquisas, quem tem baixa necessidade de cognição – mais frequentemente – responde “não sei” às perguntas relacionadas a atitudes (*idem*). A necessidade de cognição modera o julgamento de partidários a respeito de políticas públicas (BULLOCK, 2011).

Numa outra vertente – por meio de experimentos – Kam (2005) sugere que a consciência política (igualmente tratada na literatura como sofisticação ou conhecimento político) afeta mais o pensamento político que a necessidade de cognição. Os resultados conseguidos por ela indicam que a consciência política é a linha entre o processamento mais profundo de temas políticos e as heurísticas. Quanto menos sofisticado politicamente, por exemplo, mais dependência a pessoa tem de pistas partidárias para analisar uma informação política. Mais NFC não tem o mesmo efeito.

O nível de profundidade concernentemente a assuntos políticos varia entre as pessoas, umas possuem mais e outras menos sofisticação, e isso afeta as atitudes políticas (CARPINI; KEETER, 1993). Alguém é considerado sofisticado politicamente à medida que possua vasta e organizada cognição política, é mais interessado por temas políticos (LUSKIN, 1990), além de ser capaz de agir, tomar decisões políticas em consonância com as crenças políticas que possui (CONVERSE, 1964). No geral, a maioria dos cidadãos não

dispõe de muito conhecimento político e isso tende a influenciar a capacidade de julgamento, formação de opiniões, atitudes e comportamentos políticos (VISSER; HOLBROOK; KROSNICK, 2007). Mais conhecimento político impacta na análise de novas informações e pode elevar os vieses (*idem*).

1.0.7 O papel da confiança

Outra variável importante na assimilação de novas mensagens é a confiança. Para endossar qualquer conteúdo, confiar ou não nos emissores é preponderante (HALPERN et al., 2019). A razão para esse quadro seria simples. Segundo Halpern e colegas, a confiança atua como fiador da informação e permite aos indivíduos discernirem entre fontes de conteúdos, pessoas ou instituições consideradas por eles mesmos confiáveis ou não. Normalmente, as pessoas preferem manter relacionamentos com quem comunga de suas crenças (SUNSTEIN, 2001) e esse fator tende a ampliar a quantidade de adeptos a invenções, sobretudo nas mídias sociais, nas quais – na média – os relacionamentos se dão por convergência de visões de mundo (GUESS; NYHAN; REIFLER, 2018; TÖRNBERG, 2018). Nas próprias bolhas ou câmaras de eco, não haveria muitas razões para se desconfiar.

A confiança está enraizada à dependência que as pessoas têm umas das outras (CITRIN; STOKER, 2018; HERTZBERG, 1988). De acordo com Hertzberg, quando um indivíduo confia em outro, no geral, não há dúvidas ou temor nesta relação. É muito mais provável que uma mensagem enviada por alguém da confiança – mesmo uma teoria conspiratória ou qualquer outra invenção – não seja, *a priori*, rejeitada. Contrariamente, quando alguém não confia em uma fonte de informação ou noutra pessoa, essa desconfiança torna-o mais suscetível a invenções em certas situações (GOERTZEL, 1994). Na eventualidade de um conteúdo correto ser transmitido por alguém em quem a pessoa não confia, é mais fácil ela acreditar numa mensagem alternativa, mesmo falsa. Se alguém de confiança contradiz um dado – mesmo correto – os laços de confiabilidade podem afetar a aceitação (*idem*).

Em política, a estabilidade institucional e o próprio sucesso da democracia seriam dependentes da confiança da população nos governantes (CITRIN; STOKER, 2018). Governantes sem credibilidade tendem a perder legitimidade e, por consequência, o país, o sistema democrático em si, podem entrar em crise (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Portanto, considerando-se que nos momentos de turbulência social o ambiente se torna sobremaneira fértil para brotarem informações fabricadas (KNAPP, 1944), é possível argumentar que – se há falta de confiança nos governos – o cenário pode ser igualmente favorável a desordens informativas diversas.

Ainda pior, a falta de confiança implica em mais suscetibilidade ao endosso de inverdades com base em motivações ideológicas, algo ainda mais intenso no caso de indivíduos com mais conhecimento político (MILLER; SAUNDERS; FARHART, 2016). Isso

acontece, nas palavras de Miller e coautores, porque acreditar em explicações manufaturadas é um processo motivado que serve ao propósito de satisfazer características psicológicas e ideológicas simultaneamente.

Imprensa livre e independente é um dos pré-requisitos basilares da democracia e, identicamente, é o nível de confiança das pessoas no trabalho dos jornalistas. Na América Latina, é cada vez mais notável o aumento da desconfiança, e esse quadro – somado à concentração dos *media* nas mãos de poucos – está associado à insatisfação com o funcionamento da democracia na região (RODRÍGUEZ; ZECHMEISTER, 2018). De forma geral, a confiança na imprensa vem caindo nos Estados Unidos, mas apenas quando ela é considerada generalizadamente (DANILLER et al., 2017). Os achados de Daniller e colegas mostram haver mais confiança quando se compara a imprensa tradicional com outras fontes de notícias.

A falta de confiança na imprensa varia de país para país e estaria relacionada ao ambiente político (HANITZSCH; DALEN; STEINDL, 2018). Se a sociedade é polarizada, a desconfiança na política aumenta e reduz-se a confiança nos *media* de notícia. Hanitzsch e colegas argumentam que a forte relação entre a confiança no jornalismo e na política deve ser resultado do crescimento do sentimento negativo do público quanto às elites políticas. Sem políticos e imprensa confiáveis, mais propício é o cenário para profusão de mentiras.

1.0.8 O raciocínio politicamente motivado

Análises tendenciosas na prática política é lugar comum (BOLSEN; DRUCKMAN; COOK, 2014; JERIT; BARABAS, 2012; LAU, 2003; TABER; LODGE, 2006). A política não tende a ser um dos tópicos mais simples da existência em comunidade, ao contrário, é um fenômeno social complexo, regado por diversas emoções e idiosincrasias. Por óbvio, não fugiria à regra para a maneira geral em que cada pessoa processa informações. Consequentemente, o universo político é fecundo gerador de vieses nas interpretações diárias das coisas da vida. Há inexoravelmente um raciocínio politicamente motivado (TABER; CANN; KUCSOVA, 2009).

O partidarismo – para exemplificar – abala o processamento de informações de várias maneiras (LEWANDOWSKY, 2020). A afiliação partidária gera o raciocínio politicamente motivado e produz efeito sobre atitudes, julgamentos e comportamentos (BIEZEN, 2000). Tanto é que a adesão a um determinado partido é um processo muito pessoal e, regra geral, é explicada pela compatibilidade ideológica entre a pessoa e a agremiação partidária (*idem*). Contudo, a pergunta que Van Bavel e Pereira tentam responder é porque o partidarismo interfere na percepção dos fatos do cotidiano?

À procura por explicações, elaboraram o “modelo de crença baseado na identidade”, o qual busca explicar (a) “porque as pessoas se dispõem a alinhar suas crenças com partidos

políticos” e (b) “como identificações partidárias alteram o processamento de informações ligado ao raciocínio, memória, avaliação implícita e mesmo à percepção” (*idem*, p.214). A resposta sugerida à primeira questão é que partidos políticos, muitas vezes, suprem uma necessidade tribal das pessoas. Eles preenchem a carência de pertencimento, distintividade, proximidade e de acesso a recursos e ao poder, além de prover bases para o apoio ou rejeição a padrões morais. O segundo ponto é que, à medida que o indivíduo desenvolve um “cérebro partidário”, isso influencia sua mecânica mental de analisar dados.

Muitas vezes – é importante pontuar – para elites políticas é estratégico haver esse viés partidário, porque é algo poderoso para garantir, por exemplo, sucesso em eleições ou em outros casos nos quais o suporte de uma base apoiadora gera frutos políticos. Inclusive, altos quadros dos partidos podem não fazer nada para evitar a difusão em massa de falsas informações se elas forem importantes para suas vitórias (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015). Pessoas partidárias, ressalte-se, são mais vulneráveis a distúrbios da informação (BERINSKY, 2017; KUKLINSKI et al., 2000) e demoram muito mais tempo para processar informações incongruentes às suas preferências políticas (REDLAWSK, 2002). Em suas pesquisas, Redlawsk encontrou evidências de que quando eleitores movidos por vieses constroem avaliações positivas relativamente a algum candidato, informações negativas sobre tal candidato fazem esses eleitores aumentarem o apoio que já demonstram.

Por aspectos como esses, uma das motivações especialmente estudadas quanto ao processamento de informações políticas diz respeito ao ato de contra-argumentar ou relevar conteúdos políticos com os quais as pessoas discordem, ou seja, o “viés de desconfirmação” (TABER; CANN; KUCSOVA, 2009). Taber e coautores confirmaram a hipótese de que os indivíduos são incapazes de ignorar suas crenças prévias quando processam evidências ou argumentos. Os resultados também mostram ser o viés de desconfirmação moderado pela sofisticação política e por crenças antecedentes.

O viés de confirmação – como discutido – tem a ver com a busca por dados concordantes com crenças prévias. Taber e Lodge (2006), por meio de dois experimentos – um sobre porte de armas e outro sobre programas de ações afirmativas – encontraram evidências de ambos os vieses, ou seja, de desconfirmação e de confirmação. Ao lerem informações sobre cada um dos tópicos, os participantes refutaram as contrárias e, de maneira acrítica, aceitaram as favoráveis às suas crenças, uma mostra do viés de desconfirmação. Quando os participantes eram instados a selecionarem livremente as fontes em relação aos temas que liam, eles escolhiam dados confirmatórios de suas próprias crenças – o viés de confirmação.

Em política, praticamente não há tomada de decisões com base em fatores isolados e isso tem relação direta com a psicologia individual, isto é, preferências, memória e escolha (LAU, 2003). Há, entretanto, situações nas quais as crenças se desviam da realidade, ou seja, acontece o viés perceptivo (JERIT; BARABAS, 2012). Experimentalmente, Jerit e

Barabas reforçaram que as pessoas entendem as coisas da vida sob as lentes das preferências partidárias. Elas igualmente têm mais conhecimento dos eventos diretamente relacionados às suas crenças e sabem pouco sobre os contrários. O viés perceptivo é potencializado quando os temas políticos possuem mais cobertura midiática (*idem*).

Identicamente, quando – por exemplo – há um contra-ataque de fontes oficiais a teorias conspiratórias, isso pode inflamar ainda mais os partidários em direção à invenção se a correção for contra seus interesses políticos (ENDERS; SMALLPAGE, 2019). No entanto, há partidários mais sensíveis a isso que outros. Segundo os resultados de Enders e Smallpage, republicanos fortalecem mais a crença errada diante de uma correção quando comparados aos democratas. Geralmente, os partidários são pródigos em endossar embustes referentes aos partidos adversários (MILLER; SAUNDERS; FARHART, 2016). Sempre os partidários acusam o outro lado de conspirar, nunca o seu próprio (SMALLPAGE; ENDERS; USCINSKI, 2017). Além do mais, a polarização é semelhantemente uma das consequências do partidarismo (TABER; LODGE, 2006; BAVEL; PEREIRA, 2018).

Mesmo indivíduos com muito conhecimento político são mais suscetíveis a acreditar em fabricações com base em motivos partidários. Isso acontece no caso daqueles com pouca confiança em relação a instituições (MILLER; SAUNDERS; FARHART, 2016). Para Miller e colegas de pesquisa, isso se explicaria na maior habilidade de pessoas com esse perfil em perceber conexões entre a mensagem e as suas próprias amarras ideológicas. O raciocínio partidariamente motivado faz o indivíduo interpretar informações pelas óticas de seus partidos (BOLSEN; DRUCKMAN; COOK, 2014). Bolsen e colegas concluem também que esse tipo de raciocínio depende das características individuais e circunstâncias relacionadas às elites partidárias. Como exemplo, democratas e republicanos se mostraram mais favoráveis a uma política sobre fornecimento de energia quando a proposta foi apoiada por personagens importantes do seu próprio núcleo partidário.

E as experiências emocionais dos cidadãos – a raiva e a ansiedade – podem aumentar ou diminuir a influência do partidarismo sobre crenças erradas (WEEKS, 2015). Os resultados dessa pesquisa experimental conduzida por Weeks expõem que – ao se depararem com uma informação incorreta sobre política – pessoas raivosas são mais prováveis de processá-la de maneira partidária e isso reforça suas crenças erradas prévias. Contrariamente, a ansiedade inicialmente reduz a influência partidária e leva a interpretações consistentes com o verdadeiro conteúdo da mensagem. O estudo conclui, portanto, que o endosso a invenções depende não apenas do partidarismo, mas da interação entre emoções, identificação partidária e ambiente.

Em suma, para além das narrativas, o viés partidário tende a estar sempre atado às interpretações dos eventos da vida (BARTELS, 2002). Em suas conclusões, Bartels argumenta que a identificação partidária é fortemente relacionada à formação de percepções e reações no universo político. Segundo ele, os vínculos partidários reforçam antagonismos

políticos e influenciam decisivamente a formação de atitudes políticas. Portanto, não seria inesperada a adesão a manipulações cujas mensagens são consoantes aos vieses partidários individuais e a rejeição às contrárias. Se o princípio é o da ascendência partidária, se partidos realmente importam, eles serão fortes determinantes da suscetibilidade às teorias conspiratórias e outros distúrbios da informação que redundam em misinformação.

Contudo, o raciocínio politicamente motivado dependeria de quais motivações estão ativas ao grupo partidário específico e de como essas motivações ecoam na análise de uma mensagem política recebida (BAYES et al., 2020). Em outras palavras, conforme explicam Bayes e colegas, nem todos os motivos partidários desempenham o mesmo papel no caso de um pensamento motivado por razões políticas. A persuasão por um conteúdo político qualquer não se dará em todas as circunstâncias. As descobertas resultantes dos experimentos que fizeram com uma amostra de republicanos revelam que manipulações para *formar impressões, afirmar valores e afirmar identidade de grupo* funcionam apenas quando as mensagens políticas utilizadas são congruentes com a motivação induzida.

Para exemplificar, os pesquisadores apresentam dois cenários. Se alguém partidário primariamente motivado para afirmar a coerência com algum grupo social receber uma mensagem informando que aquele grupo age de um jeito ou outro a respeito das mudanças climáticas, isso deverá afetar a sua própria forma de agir quanto ao assunto. De forma contrária, se a informação for referente a dados científicos consensuais quanto às mudanças climáticas, isso teria menos efeito, porque o motivo atual do partidário não é a precisão científica sobre o assunto.

1.0.9 Sobre identificação partidária e o cenário específico do Brasil

Como observado, o viés partidário é uma variável preponderante na suscetibilidade a distúrbios da informação relativas a eventos políticos e a outros acontecimentos da vida. Então, é fundamental discutir um pouco as preferências partidárias e como seria o quadro de identificação com partidos políticos entre os brasileiros.

Conceitualmente, partidarismo seria um apego afetivo a um partido político preferido (GREENE, 1999), um indicador em evolução de como os indivíduos se relacionam com partidos (FIORINA, 2002) ou uma ligação psicológica com um partido (DALTON; WELDON, 2007). Para Greene, os partidos políticos são espaços de vazão e prática da integração interpessoal. Nesse contexto, na visão de Dalton e Weldon, o partidarismo é a heurística que ajuda as pessoas a organizarem as complexidades políticas, associar informações a um sistema de crenças políticas e a avaliarem o próprio universo político. Eles acrescentam que o partidarismo identicamente estimula a participação política e a escolha do voto.

A necessidade de pertencimento é algo fundamental da existência humana e é um hábito baseado na afinidade (BAUMEISTER; LEARY, 1995; JOST, 2017). As pessoas se sentem confortáveis ao se associarem ou construir relacionamentos com quem pensa de forma o mais similarmente possível a si. Conforme Baumeister, o pertencimento exerce múltiplos e fortes efeitos sobre padrões emocionais e processos cognitivos. A falta de laços grupais está ligada, diz ele, a uma variedade de malefícios, até à saúde e ao bem-estar individual. Portanto, a primordialidade do pertencimento é – no geral – algo poderoso. A necessidade de se juntar a coalizões por afinidades é parte do processo evolutivo (COSMIDES; TOOBY; KURZBAN, 2003).

O partidarismo – aliás – está fortemente correlacionado aos pensamentos e decisões políticas das pessoas, até mesmo mudando como os cidadãos percebem e agem no mundo político (BARTELS, 2002; CAMPBELL et al., 1980; GERBER; HUBER; WASHINGTON, 2010; ZALLER, 1992). De acordo com Gerber e colegas, a preferência partidária faz a pessoa adotar valores do partido e desenvolver sentimentos mais favoráveis aos candidatos e às causas dele. Faz todo sentido haver – caso seja útil – relação do viés partidário com o endosso a informações falsas. Como visto, se vale a pena no ambiente de disputa política, o partidário pode – mesmo sabendo da falsidade do conteúdo – utilizá-lo para ajudar ao seu partido. Os indivíduos favorecem seus grupos diante de causas rivais (GREENE, 1999).

Os vieses partidários – mesmo em um ambiente de mais informações políticas disponíveis – geram implicações que dificilmente podem ser desfeitas (BARTELS, 2002). Segundo Bartels, cálculos mais rápidos de conteúdos políticos não podem ser desconsiderados, contudo seus efeitos são limitados diante da identificação partidária, que é duradoura e estrutura atitudes e comportamento das pessoas. Portanto, em resumo, partidarismo é um componente central da vida política de cada indivíduo, sobretudo para países desenvolvidos, nos quais os sistemas partidários são institucionalizados (MAINWARING; TORCAL, 2006). Como seria, conseqüentemente, o papel dos partidos – no tocante a atitudes e comportamentos – em realidades nas quais não sejam tão relevantes?

Não obstante, a despeito de haver a identificação partidária, nota-se semelhantemente a orientação apartidária (de negação), mesmo em países nos quais a identificação com um partido tem sido norteadora da vida política das pessoas. Trata-se do partidarismo negativo (ABRAMOWITZ; WEBSTER, 2018). Este fenômeno acontece há algumas décadas nos Estados Unidos e, segundo Abramowitz e Webster, dá-se quando um indivíduo se alinha contra um partido, porém não necessariamente se junta a outro. Esse anticlímax partidário – assim como o partidarismo – possui o poder de influenciar o comportamento político do cidadão.

Na conjuntura americana, ainda de acordo com Abramowitz e Webster, as causas para o partidarismo negativo são o crescimento e os danos gerados por campanhas políticas centradas em ataques pessoais, além da rivalidade quanto à pauta de costumes (casamento

gay, aborto etc.) e a influência de grandes veículos de comunicação que externam suas preferências políticas. Contudo, para eles, a causa substancial é o crescimento da divisão racial entre republicanos e democratas. Na verdade, não se pode negar que de alguns anos para cá tem reduzido o número de pessoas que se identificam com partidos em quase todos os lugares (LIDDIARD, 2018).

No quadro brasileiro, o pouco apreço por partidos não é fora da curva. Eles são historicamente inexpressivos e, quase sempre, as disputas políticas são mais centradas em indivíduos (CARREIRÃO; KINZO, 2004; SAMUELS, 2008). Curiosamente, desde a redemocratização em meados dos anos 1980 – apesar do pluripartidarismo – o sistema partidário no Brasil tem se formado em torno da dualidade “petismo” *versus* “antipetismo” (CARREIRÃO, 2014; SAMUELS; ZUCCO, 2018). Conseqüentemente, entre os brasileiros, a identificação partidária é muito mais baseada na ideia de predileção ou repulsa pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Talvez, aliás, haja aí certa similaridade ao que Abramowitz (2018) chama de partidarismo negativo. Atitudes e comportamentos políticos entre brasileiros – no aspecto partidário – tendem a ser moldados tendo PT como parâmetro. Uma frase comum à parte do eleitorado brasileiro tem sido: “se é do PT, sou contra”.

Assim como o jargão antipetista, outra sentença circulante entre eleitores brasileiros é “não voto no partido, mas no candidato”. É uma realidade fruto da pouca representatividade das agremiações políticas no país e do clientelismo (CARREIRÃO; KINZO, 2004; KINZO, 2005). De 1985 para frente, tem-se o primeiro período no qual há estabilidade e liberdade para se criarem partidos políticos no Brasil. Antes disso, houve as experiências dos liberais e conservadores durante o Império, os republicanos regionais nos primeiros anos da República, partidos surgidos institucionalmente nos últimos anos de Getúlio Vargas até o bi-partidarismo forçado da Ditadura Militar (FLEISCHER, 2007).

Não se criou no Brasil ambiente para identificação partidária, porque antes do pluripartidarismo mais recente, não houve partidos de representação e abrangência nacional. Fora o quadro institucional extremamente instável, a população brasileira foi majoritariamente rural até início dos anos 1980 (BRITO, 2006), com analfabetismo reinante (PAINI et al., 2005). A título de comparação, os chilenos têm sido mais ligados a partidos que os brasileiros, e faz todo sentido, porque o Chile deteve um sistema partidário mais relativamente sólido (CARRERAS; MORGENSTERN; SU, 2015; DIX, 1992; FONTAINE et al., 2008), apesar da perda de relevância das agremiações políticas no pós-autoritarismo (AGÜERO et al., 2019). Na verdade, tirando o Chile e o Uruguai, nenhum país Latino Americano possui histórico longo de relevância partidária (KITSCHOLT et al., 2010).

2 A Pervasividade da Misinformação

2.0.1 Introdução

Qualquer distúrbio da informação é ameaça ao alvo a que se direciona, sendo ainda pior quando a política é o foco, porque pode minar alicerces da própria democracia, sobretudo ao se tornar crença enraizada, misinformação. E a emergência das mídias sociais parece estar a elevar indefinidamente o seu potencial destruidor. Um marco histórico revelador desse novo contexto, por certo, passa pelas várias eleições presidenciais em dezenas de países a partir da segunda metade dos anos 2000. Do Brasil (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018) aos Estados Unidos (GRINBERG et al., 2019), da Argentina (MAIO, 2019) à Índia (POONAM; BANSAL, 2019), à Nigéria (PATE; GAMBO; IBRAHIM, 2019) e o mais. Não faltam exemplos da fluência das invencionices sobre eventos políticos nos quatro cantos do planeta.

Entre fabricações múltiplas, um caso bem esdrúxulo ocorreu na corrida presidencial nigeriana em 2019. Circulou uma teoria conspiratória segundo a qual o presidente Muhammadu Buhari (concorria a reeleição) havia morrido e sido substituído por um clone sudanês de nome *Jubril*. Buhari precisou usar um evento da Organização das Nações Unidas (ONU) para garantir que estava vivo¹. Exemplos como esse fazem ascender inquietações com essa nova realidade. Na hipótese de a escolha do voto se balizar em dados inautênticos, a ideia original de democracia representativa (MANIN, 1997) pende ao fracasso. Em condições razoáveis de normalidade, o geral da população já não consegue avaliar opções políticas condizentes com seus próprios anseios (CONVERSE, 1964), imagina quão tétrico deve ser num ambiente de predomínio da misinformação.

O impacto seria o mesmo se avaliações de políticas públicas ou das instituições típicas do estado democrático (os poderes, por exemplo) forem feitas sob igual base informativa. Contudo, as pessoas não pensam e nem muito menos processam informação homogeneamente (CHAIKEN, 1980; KAHNEMAN, 2011). Portanto, em circunstâncias de propagação viral de informações manufaturadas, *que indivíduos seriam mais prováveis de acreditar nelas, tornando-se, assim, misinformados? O que determinaria tal vulnerabilidade? Quais são as consequências disso? Haveria possibilidades de reversão da misinformação?*

Muito tem sido estudado a respeito dessa temática na ciência política, principalmente na conjuntura dos Estados Unidos da América. Os achados revelam que as preferências políticas são substantivamente determinantes da propensão à misinformação (BERINSKY, 2017; HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015; HOFSTETTER et al., 1999;

¹ Ver em: <<https://cnn.it/31AMA5c>>

KUKLINSKI et al., 2000). Inobstante, um ponto a se levantar é *como seria o quadro na conjunção em que os partidos políticos são pouco relevantes para a maioria da população e o sistema partidário não é fortemente institucionalizado?*

Esta pesquisa aborda a situação a partir de uma amostra do eleitorado brasileiro e encontra conexão entre partidarismo e misinformação, mesmo nesse cenário. A dicotomia partidária em torno da simpatia e repulsa pelo Partido dos Trabalhadores (BRAGA; JR, 2011; CARREIRÃO, 2014; SAMUELS; ZUCCO, 2018) parece ditar quão provavelmente alguém será ou não misinformado, a depender da especificidade do tema político em observação. A misinformação política no Brasil decorre conforme o lado do espectro no qual o indivíduo está, do petismo ou do antipetismo.

Um aspecto associado ao partidarismo é o grau pessoal de conhecimento político (CP). Quem possui mais sofisticação política se inclina a analisar novas informações sob as lentes partidárias (MILLER; SAUNDERS; FARHART, 2016; TABER; CANN; KUCSOVA, 2009). Esta expectativa se reafirma aqui também. Os achados mostram haver um reforço do viés partidário esperado quanto à probabilidade de misinformação entre participantes com muito conhecimento político. Para exemplificar, se a expectativa para um partidário é menos/mais propensão a crenças erradas a respeito de uma política qualquer, isso é incrementado se a pessoa tiver muito conhecimento político.

Adicionalmente, esta pesquisa busca contribuir de forma mais generalizada ao explorar algumas variáveis disposicionais com potencial influxo sobre a misinformação. Trata-se da *necessidade de cognição* (NFC) e da *capacidade de reflexão*, medida pelo Teste de Reflexão Cognitiva (CRT). Os resultados sugerem que muita habilidade reflexiva e elevada necessidade de cognição tendem a moderar a vulnerabilidade de pessoas partidárias à misinformação. Significa que se o indivíduo for partidário do PT ou do antipetismo e também tiver muita NFC e alto escore de CRT, a análise que fizer de novas informações deverá ser influenciada por suas preferências partidárias. Por outro lado, com tudo o mais constante, especificamente para quem é pensador crônico (alta NFC), menor deve ser a probabilidade de misinformação quando o assunto é sobremodo conhecido, por exemplo, o Bolsa Família.

Por fim, a credibilidade das informações disponíveis tende a ser um aspecto importante para aprofundar o discernimento dos impactos da misinformação. A cultura de acesso e produção de conteúdos proporcionada pela popularização da *Internet* tem gerado sentimentos mistos nesse quesito (NEWMAN; FLETCHER, 2017). Como há “notícias” pululando aos milhares a cada milésimo de segundo, discernir o correto do falso acaba por requerer custoso esforço. Inclusive, inverdades circulam muito mais rapidamente nas mídias sociais que mensagens precisas (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). Nessa condição, *a confiança no jornalismo profissional amenizaria a vulnerabilidade à misinformação?* Os resultados apresentados nesta investigação, de fato, sugerem que sim. Quem mais se fia

no trabalho do jornalista de carreira – comparado àqueles que não confiam – é menos propenso a ser misinformado.

Outra face desta pesquisa é o estudo da relação entre misinformação e atitudes. Na mesma linha, com intuito de fornecer mais subsídios referentes a estratégias de correção, a partir de um desenho experimental, testa-se o quanto a provisão de conteúdos verdadeiros e fontes críveis pode implicar em atitudes positivas concernentemente a políticas públicas. A razão para a inclusão dessa perspectiva está no efeito contínuo que crenças erradas podem exercer sobre as pessoas (LEWANDOWSKY et al., 2012). Muitos, após corrigidos, depois de algum tempo, ainda são influenciados pela misinformação (ECKER et al., 2011; LOFTUS, 2005). Então, exatamente por isso, talvez um passo anterior às táticas de reversão passa por algo capaz de influir sobre atitudes. Os achados indicam que pessoas apresentam atitudes mais negativas referentemente a políticas sobre as quais são misinformadas. Por outro lado, apontam que o fornecimento de dados fidedignos e suas fontes não se mostra suficiente para mudar crenças prévias.

2.0.2 Pressupostos teóricos

A misinformação pode se dar por falha mental, quando a pessoa processa equivocadamente conteúdos factuais (MARSH; CANTOR; BRASHIER, 2016), ou devido à fiança a qualquer um dos subconjuntos dos distúrbios da informação (rumores, teorias conspiratórias, *fake news*, desinformações e similares) como se fossem verdades (LEWANDOWSKY et al., 2012). De acordo com Kuklinski e coautores (2000), alguém misinformado sustenta suas crenças erradas com todo vigor, age politicamente a partir delas e raramente aceita correções. Esta é a acepção adotada nesta pesquisa. Em outras palavras, a misinformação seria resultado da internalização de fabricações, as quais passam a subsidiar atitudes e comportamentos.

A misinformação prejudica a democracia à medida que impede o cidadão de ser corretamente informado (PEREIRA; BAVEL, 2018). Indivíduos misinformados não têm ciência dos desacertos cometidos por seus governantes (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015). É um lapso pessoal capaz de se propagar massivamente e profícuo em nutrir polarizações, quer dizer, quanto mais misinformados forem os indivíduos, mais fértil será a atmosfera de antagonismos radicais (ZOLLO et al., 2015).

Um dos complicadores é que a misinformação exerce efeito contínuo, mesmo após tentativas de se debelá-la (LEWANDOWSKY et al., 2012). Quando é agregada à memória, suas implicações sobre as inferências individuais são quase inextinguíveis, ainda que haja provisão de informações verídicas em algum momento (JOHNSON; SEIFERT, 1994; LEWANDOWSKY, 2020). Algo subversivo é a constatação de que misinformados podem tomar decisões contrárias aos seus próprios interesses (LEWANDOWSKY; ECKER; COOK, 2017) e são mais ativos politicamente (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015).

O que torna a misinformação um problema demasiado complexo é a extrema dificuldade de correção. Aceitá-la soa como renunciar a si mesmo (CLARKE, 2002) e à sensação de pertencimento (JOST, 2017). Muitas vezes, deixar de sustentar uma crença errada implicará em rompimento de vínculos sociais duradouros (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015). Existem, quase sempre, razões antecedentes indutoras da convicção ou descrença quanto a mensagens recém-recebidas, isto é, o raciocínio motivado (KUNDA, 1990). Geralmente, pouco importa a verdade, mas o quanto a informação confirma visões pré-estabelecidas (NICKERSON, 1998). Nesse arcabouço, preferências partidárias exercem papel fartamente relevante (BAVEL; PEREIRA, 2018).

Conceitualmente, preferência partidária é um apego afetivo a um partido político (GREENE, 1999), um indicador em evolução de como os indivíduos se relacionam com partidos (FIORINA, 2002) ou uma ligação psicológica com um partido (DALTON; WELDON, 2007). E ter um lado partidário significa, frequentemente, submeter pensamentos e decisões políticas e até mesmo a percepção individual das coisas da vida aos vieses alinhavados partidariamente (BARTELS, 2002; CAMPBELL et al., 1980; GERBER; HUBER; WASHINGTON, 2010; ZALLER, 1992).

Adicionalmente, e por tudo isso, se vale a pena no ambiente de disputa política, o partidário pode – mesmo sabendo da falsidade de uma mensagem – utilizá-la como arma de sua retórica (LEWANDOWSKY, 2020). Os indivíduos favorecem seus grupos diante de causas rivais (GREENE, 1999). Em situações assim, tendências partidárias, mesmo em um ambiente de mais informações políticas disponíveis, geram implicações que dificilmente podem ser desfeitas (BARTELS, 2002). Independentemente das idiosincrasias ideológicas, por outro lado, indivíduos engajados partidariamente podem ser mais bem informados sobre as coisas da política. Os partidos reduzem o custo da informação (JONES; HUDSON, 1998).

Conquanto, o grau de importância dos partidos políticos varia muito de país a país. Para uns, são primordiais e noutras particularidades são pouco relevantes. No geral, partidos importam mais nas nações desenvolvidas, nas quais os sistemas partidários são vigorosamente institucionalizados (MAINWARING; TORCAL, 2006). De todo modo, a despeito de haver a identificação partidária, nota-se semelhantemente a orientação apartidária (de negação), mesmo em países nos quais a identificação com um partido tem sido norteadora da vida política das pessoas. Trata-se do partidarismo negativo (ABRAMOWITZ; WEBSTER, 2018). Isso ocorre quando um indivíduo se alinha contra um partido. Esse anticlímax partidário também possui o poder de influenciar o comportamento político do cidadão.

Outra engrenagem da absorção de informações políticas tem a ver com a confiança (HALPERN et al., 2019). Ela é o lastro da mensagem e permite o discernimento inicial do quanto alguém dará ouvidos a um conteúdo qualquer. A confiança está enraizada à

dependência que as pessoas têm umas das outras (CITRIN; STOKER, 2018; HERTZBERG, 1988). Isso pode torná-las mais suscetíveis a mentiras em certas situações, porque tendem a crer apenas nas “verdades” de suas próprias “bolhas” (GOERTZEL, 1994). A falta de confiança implica em mais suscetibilidade ao endosso de inverdades com base em motivações ideológicas, algo intensificado em indivíduos com muito conhecimento político (MILLER; SAUNDERS; FARHART, 2016).

Naturalmente, muita gente pode ter melhores habilidades cognitivas para evitar erros de julgamentos e não tomar fabricações como fatos. Há, por exemplo, os “pensadores crônicos” – pessoas com mais “necessidade de cognição” (NFC, abreviação do inglês *need for cognition*) (CACIOPPO; PETTY, 1982). A NFC é um traço cognitivo independente de eventos situacionais. Alguém com alta NFC se move pela exigência intrínseca de pensar mais, sente-se feliz com desafios à mente e gosta de estar diante de situações complexas ao raciocínio (COHEN; STOTLAND; WOLFE, 1955; SUEDFELD; TETLOCK, 2001). Conseqüentemente, a condição pessoal de querer esquadrihar muito as mensagens recebidas pode proteger alguém (com tal atributo) de distúrbios da informação indutores de crenças erradas. De outro lado, conforme Cohen e coautores, quando não há dados suficientes para suprir a carência por escrutínio aprofundado, surge a frustração e eventuais bloqueios aos efeitos da NFC.

Em termos de formação da opinião política, há evidências de que a sofisticação política importa mais do que a necessidade de cognição (KAM, 2005). Na crítica a políticas públicas, a NFC modera o julgamento de indivíduos partidários, se serão favoráveis ou contrários (BULLOCK, 2011). Nesse caso, um democrata com alta NFC (comparado a um com baixa) é mais a favor de políticas liberais que conservadoras. O contrário acontece com os republicanos. Em termos de políticas de segurança pública, alta NFC é negativamente associada à punitividade entre pessoas menos autoritárias, todavia positivamente entre as muito autoritárias (TAM; LEUNG; CHIU, 2008).

Uma outra habilidade disposicional estudada no processamento de informações é a capacidade reflexiva (CRT, do inglês *Cognitive Reflection Test*). É uma característica relacionada à tomada de decisões e à impulsividade na avaliação de informações (THOMSON; OPPENHEIMER, 2016). Indivíduos com pouco CRT interpretam novas mensagens baseados sobretudo na intuição, enquanto os com muito percebem as nuances das informações (FREDERICK, 2005). Esse traço cognitivo, não obstante, é idênticamente afetado por amarras ideológicas (CARL, 2015; KAHAN et al., 2017). As pessoas mais reflexivas discernem com facilidade os prós e contras de uma informação qualquer (verdadeira ou falsa) do ponto de vista partidário. Na eventualidade de ser útil às disputas políticas, mesmo sabendo da inexatidão, chegam a endossar conteúdos falsos.

Com fundamento nessa estrutura teórica, delineiam-se, então, as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: *apesar da pouca relevância dos partidos para o eleitorado brasileiro, conforme o objeto político em análise, a suscetibilidade à misinformação deve ser motivada pela polarização petismo e antipetismo.*

Hipótese 1a: *a vulnerabilidade da pessoa partidária à misinformação será moderada pela necessidade de cognição. Quanto mais NFC, maior será a tendência de que a avaliação da informação seja feita em consonância com a preferência partidária.*

Hipótese 1b: *a inclinação da pessoa partidária à misinformação será igualmente moderada pela capacidade reflexiva. Quanto maior o escore de CRT, maior será a probabilidade de que a avaliação da informação seja feita de maneira pragmática, em harmonia com a preferência partidária.*

Hipótese 1c: *a suscetibilidade da pessoa partidária à misinformação será também moderada pelo conhecimento político. Quanto mais conhecimento político, maiores serão as chances de que a avaliação da informação seja feita em conformidade com a preferência partidária.*

Hipótese 2: *pessoas que mais confiam no jornalismo profissional serão menos tendentes à misinformação, contrapostas a quem não confia.*

Ainda se verifica *quão convictas as pessoas são de suas crenças*. Conforme proposição de Kuklinski e coautores (2000), indivíduos misinformados sustentam com profusa convicção a crença em conteúdos informativos errados. Em outras palavras, é provável que o nível de certeza referente à autenticidade da informação de que dispõem seja maior entre aqueles com maior grau de misinformação, contrapondo-se aos com menor.

2.0.2.1 Metodologia

As investigações se dão a partir em um banco de dados próprio², com base num *experimento de survey populacional* em que assuntos sensíveis da política brasileira foram considerados: o programa de transferência direta de renda (*Bolsa Família*), o sistema informatizado de votações (*urnas eletrônicas*) e a *carga tributária*. Tratam-se de tópicos atinentes aos debates políticos e sobre os quais muitos podem ser misinformados. A opção por esses temas se deve ao componente ideológico (e a polarização) subjacente a ambos, em especial ao Bolsa Família e ao sistema eleitoral.

A coleta ficou a cargo da empresa Netquest, a qual foi conduzida entre maio e junho de 2019. A amostra foi estratificada por cotas, tendo mais de oito mil brasileiros adultos (18+) recrutados. Foram selecionados homens e mulheres de todas as camadas sociais que

² Financiado pelo *Facebook Integrity Foundational Research Award*.

utilizaram alguma mídia social ao menos uma vez por mês e que tenham concordado em participar da pesquisa.

Os participantes responderam a questões sobre seus hábitos de *consumo de mídia, conhecimento político, atitudes políticas, identificação partidária e sociodemográficas*. Outros dois grupos de questões foram aplicados para a construção das medidas para *traços cognitivos*: a escala de *necessidade de cognição* e o teste de reflexão cognitiva.

Para garantir máxima credibilidade aos dados colhidos, a Netquest utilizou a *Validação Iso*, a qual compara gênero e idade informada pelo respondente ao que estava previamente registrado no painel. Se houvesse discrepância, o participante seria excluído. Além disso, pessoas cujo tempo de resposta estivesse 20% abaixo da média do estimado eram, da mesma forma, excluídas. A tecnologia *reCaptcha* também foi empregada e o participante que falhasse três vezes seguidas era tirado da amostra.

A verificação das hipóteses é feita a partir de um *modelo de regressão linear*, em que variável dependente é *misinformação*. Especificamente, os participantes da pesquisa receberam informações corretas a respeito de cada um dos temas propostos, respectivamente: **(1)** “As famílias que recebem o benefício do Bolsa Família tiveram menos filhos que a média brasileira entre os anos de 2003 e 2013”; **(2)** “Além do Brasil, vários países utilizam sistema de votação eletrônica”; **(3)** “Comparado aos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é o país que cobra menos impostos”.

Após lerem as informações factuais, responderam à pergunta “Qual a chance dessa informação ser verdadeira?” As opções de respostas eram “nenhuma chance”, “pouca chance”, “alguma chance” e “muita chance”. Portanto, quem marcou “nenhuma chance” foi considerado como mais provável de ser misinformado e os que disseram “muita chance” foram tidos como menos inclinados à misinformação. Para operacionalizar as análises, a escala de respostas foi reorganizada, indo de 0 (não-misinformado) a 1 (misinformado).

Em alguns experimentos sobre misinformação, sobretudo naqueles nos quais se testam possibilidades de correção, pesquisadores apresentam informações inautênticas (muitas vezes inventadas para o estudo) e checam o aceite à retratação (NYHAN; REIFLER, 2010). Aqui, o objetivo é tentar capturar o quanto as pessoas já podem ter crenças erradas a respeito de temas reais, assuntos politicamente sensíveis. Por isso, opta-se por disponibilizar apenas informações verdadeiras e mensurar o quanto as pessoas acreditam na autenticidade delas ou não. É uma tática similar à utilizada por James Kuklinski e colegas (2000).

Obviamente, é provável que muita gente pode não ser verdadeiramente misinformada, mas simplesmente não saber, ser ignorante. Entretanto, devido à polarização em torno de assuntos políticos delicados, fabricações diversas relativas a eles circulam massivamente. Certamente, muita gente – por amarras partidárias ou inúmeras razões

disposicionais e situacionais – duvida de informações verdadeiras e crê em informações falsas. Isso, como discutido, leva à misinformação. Portanto, acredita-se que a estratégia adotada neste estudo para a medida de misinformação seja suficiente para entender alguns determinantes fenômeno.

As variáveis independentes³ utilizadas no modelo são preferências partidárias (*petista* e *antipetista*), *necessidade de cognição* (NFC), *capacidade reflexiva* (CRT), o grau de *conhecimento político* (CP) e *confiança no jornalismo profissional* (CJ).

As medidas para preferência partidária se basearam no termômetro de apoio aos principais partidos⁴ que lançaram candidatos a presidente do Brasil na eleição de 2018, além do Democratas (DEM) por ter as presidências da Câmara e do Senado. A escala vai de 0 a 10, sendo 0 “não gosta de jeito nenhum do partido”, 5 “não gosto nem desgosto” e 10 “gosto muito”. Da mesma maneira, foram consideradas as perguntas a respeito do partido preferido e do partido no qual o participante nunca votaria.

Desse modo, *petistas* são os que revelaram ser o PT o seu partido preferido, deram nota maior que 5 para ele e sistematicamente o ranquearam acima dos demais. *Antipetistas* são os que nunca votariam no PT, deram nota menor que 5 ao partido, sempre o puseram abaixo dos demais e não são apertidários. A propósito, os *apertidários* são que disseram não ter partido de preferência e deram nota menor que 5 para todos. Por fim, para operacionalizar a variável preferência partidária, os participantes foram agrupados em três categorias, conforme classificados. Têm-se, então, *antipetistas* = -1, *outros* = 0 e *petistas* = 1.

A variável capacidade reflexiva é mensurada por meio de uma escala que vai de 0 (baixo CRT) a 1 (alto CRT). Igualmente é operacionalizada a necessidade de cognição, sendo um escore de 0 (baixa NFC) a 1 (alta NFC). Pormenorizadamente, no que diz respeito à NFC, foram somadas as quatro perguntas utilizadas para medir o quanto as pessoas gostam de pensar⁵ e criada a escala de 0 a 1. O mesmo ocorreu para CRT⁶. Sobre a confiança no jornalismo, perguntou-se o quanto as pessoas confiavam nas notícias a respeito de política produzidas por jornalistas profissionais⁷ e as respostas se tornaram uma escala de 0 (nunca confia) a 1 (confia sempre). Por fim, para *conhecimento político*, todas as perguntas⁸ foram agregadas para, idem, formarem uma escala de 0 (pouco CP) a 1 (muito CP).

³ As estatísticas descritivas referentes a essas variáveis estão na **Tabela A.1** do *Apêndice A*.

⁴ Partido dos Trabalhadores (PT), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Social Liberal (PSL), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

⁵ Questões P18 a P22 do questionário do *Anexo A*

⁶ Perguntas P27 a P31 do *Anexo A*.

⁷ Questão P8 do *Anexo A*.

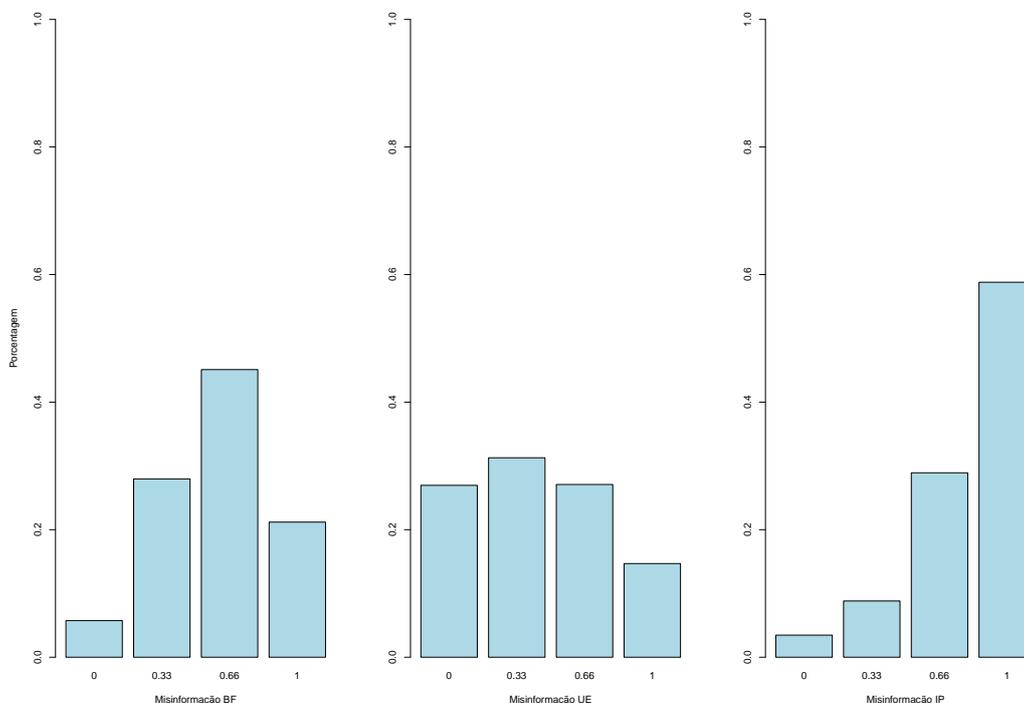
⁸ Questões P12 a P16 do *Anexo A*.

2.0.2.2 Resultados

Inicialmente, são exibidos no **Gráfico 2.1** os percentuais de respondentes considerados mais inclinados à misinformação (ressalte-se que quanto mais perto do 1 na escala, maior deve ser a probabilidade de misinformação). Acerca do BF, por volta de 21% dos participantes tendem a ser mais misinformados ($n = 2344$, $M = 0.6$, $DP = 0.28$). Para as urnas eletrônicas, há quase 15% de plausíveis misinformados ($n = 2265$, $M = 0.4$, $DP = 0.3$). Finalmente, no que toca à carga tributária, a proporção de predispostos à misinformação é bem mais alta, perto de 60% ($n = 2277$, $M = 0.8$, $DP = 0.3$).

Ao se observarem as médias de cada escala de misinformação, é possível notar que as mais altas são para o nível de impostos pagos pelos brasileiros e o BF, respectivamente. Constata-se, em pormenor, que mais de 66% das pessoas que responderam sobre o BF estão acima da média na escala de misinformação. Quanto à tributação, são quase 60%. No que concerne às urnas, apesar da recente polarização em torno do assunto, 42% dos participantes apresentam propensão à misinformação superior à média. Globalmente, percebe-se grande inclinação à misinformação, sobretudo para o BF e impostos, e um pouco menos acerca das urnas.

Gráfico 2.1: Percentuais da escala de misinformação



O Bolsa Família é uma política pública já enraizada e constante alvo de embates ideológicos. A polêmica sobre as urnas eletrônicas não possui a mesma longevidade. Surgiu com mais força a partir da contestação do resultado eleitoral pelo candidato a presidente,

Aécio Neves – derrotado por Dilma Rousseff em 2014, que foi reeleita. Mais recentemente, o Presidente Jair Bolsonaro lançou suspeitas sobre o sistema⁹.

Em relação ao tema tributos, talvez seja necessário contemporizar o elevado percentual de propensão à misinformação. São conteúdos labirínticos, ainda mais comparados. É difícil para a maioria dos cidadãos saber a real carga de impostos do próprio país, e pior é avaliar isso tendo outros países como referências. Além do mais – com exceção dos mais ricos – pouca gente se interessa por essa questão (ALM; MCCLELLAND; SCHULZE, 1992). Portanto, é mais provável que a grande maioria seja precisamente ignorante, não misinformada.

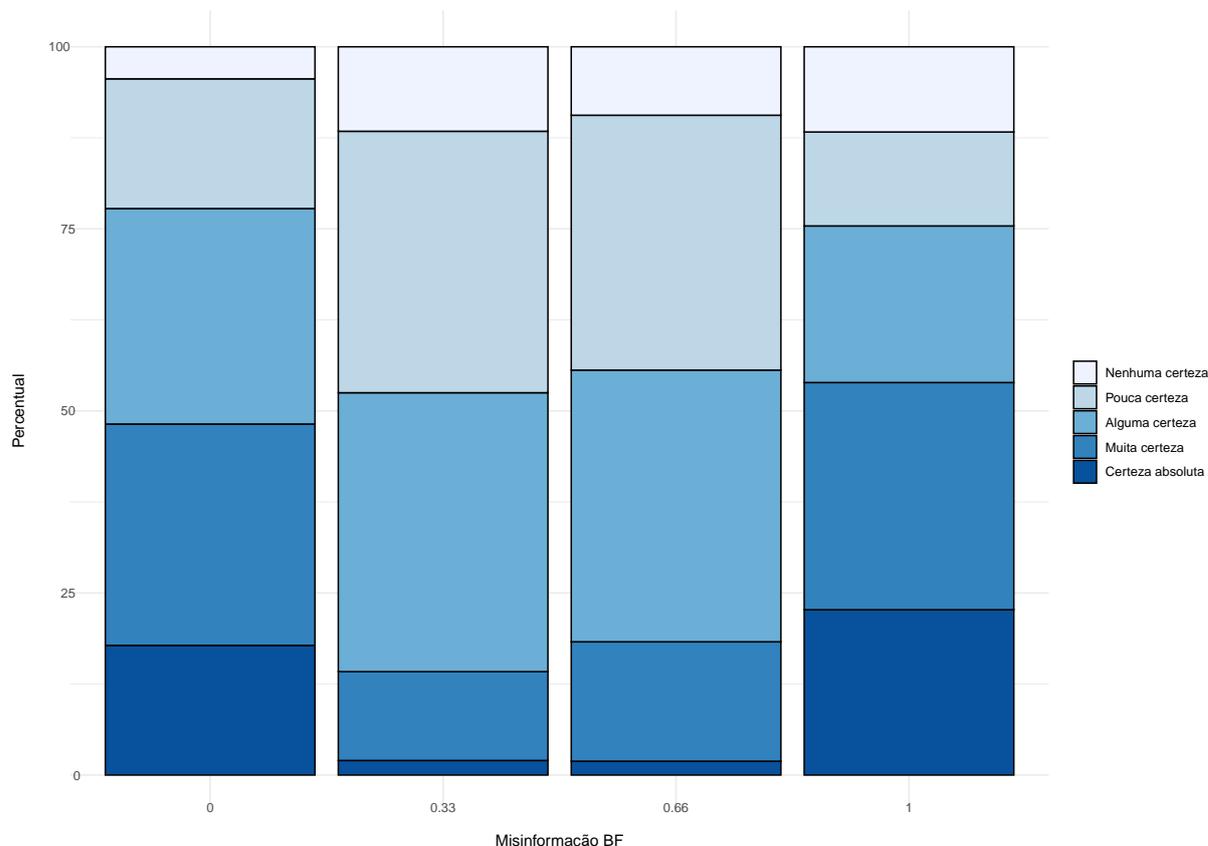
No questionário também foi mensurada a convicção dos participantes relativa à resposta que haviam dado. Logo após, foram perguntados quanto ao grau de certeza que tinham. Havia cinco alternativas: (1) *Nenhuma certeza*; (2) *Pouca certeza*; (3) *Alguma certeza*; (4) *Muita certeza*; (5) *Certeza absoluta*. A expectativa teórica (KUKLINSKI et al., 2000) é a de que pessoas com maior propensão à misinformação sejam mais convencidas de que estão certas, mesmo não estando.

O **Gráfico 2.2** mostra as comparações quanto ao Bolsa Família. Observa-se que 17.8% dos menos inclinados à misinformação (posição zero da escala) marcaram *certeza absoluta* de que a resposta que haviam dado estava correta, quer dizer, que a afirmação era verdadeira (de fato, era). Já 22.7% dos mais prováveis de serem misinformados (1 da escala) assinalaram a mesma opção de convicção (erradamente, tinham *certeza absoluta* de que a informação não era verdadeira). Se forem tomados os percentuais para as opções mais elevadas de certeza das respostas dadas (muita e absoluta), a proporção para os respondentes mais prováveis de serem misinformados é de 53.9% e a dos com menor propensão é de 48.2%.

Entre os completamente inseguros de suas respostas (nenhuma certeza), aqueles inclinados à misinformação se mostram mais duvidantes (11.7%) que os não-misinformados (4.4%). De modo semelhante, ao se ter em conta todas as proporções de certeza (pouca, alguma, muita e absoluta), 88.3% dos participantes com escore máximo na escala de misinformação marcaram essas opções, e 95.6% dos menos penderes à misinformação fizeram o mesmo. Como um todo, não se confirmaria a tendência esperada de mais certeza da informação entre misinformados. Pelo contrário, duvidam mais de suas respostas. Entretanto, no máximo da tendência à misinformação, vê-se um grau maior de muita e absoluta certeza. O *teste qui-quadrado* revela que essas diferenças de percentuais mostradas no **Gráfico 2.2** são significativas estatisticamente, $X^2(12, N = 2345) = 429.5, p = 0.000$.

⁹ Na eleição de 2018, por exemplo, circulou pelas mídias sociais uma conspiração de que as urnas seriam fabricadas na Venezuela e eram manipuladas contra a candidatura de Jair Bolsonaro. O próprio Tribunal Superior Eleitoral emitiu uma nota desmentindo o boato. Disponível em: <<https://bit.ly/3imnooX>>.

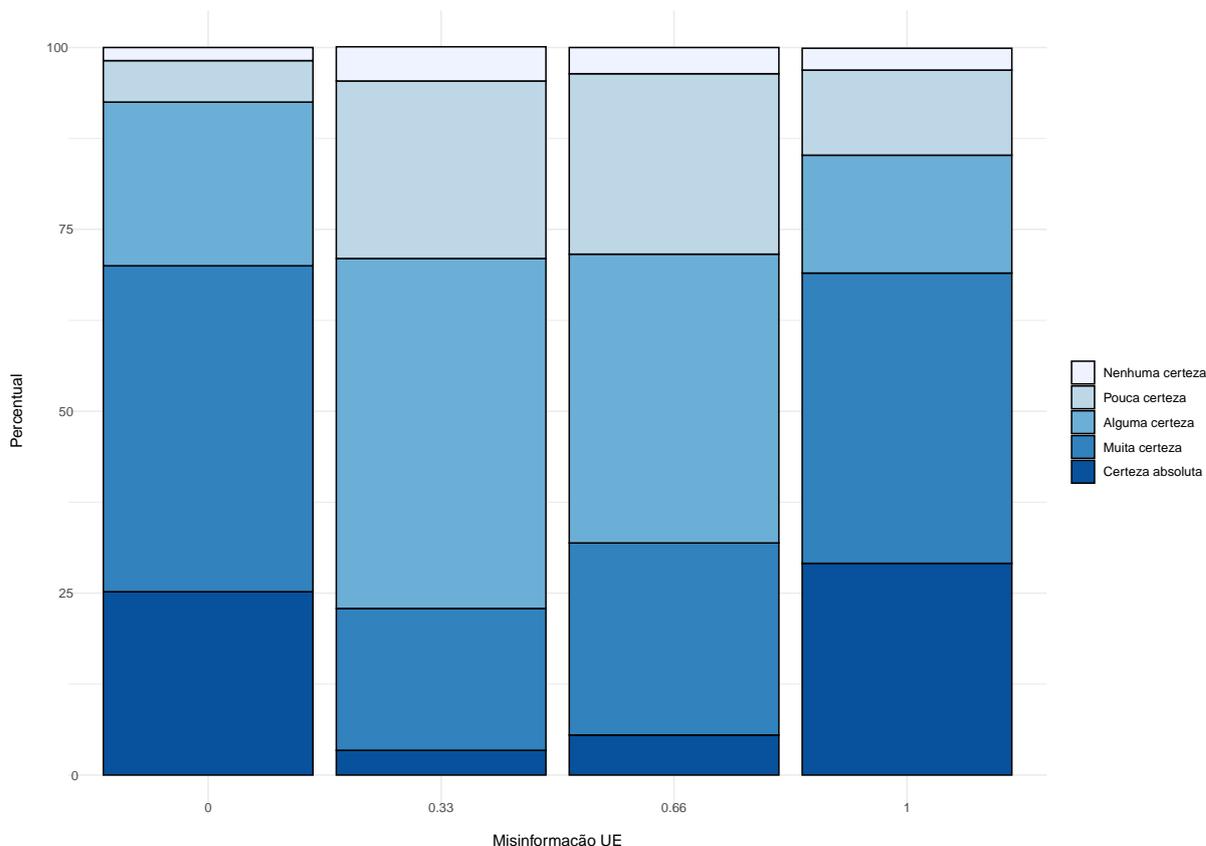
Gráfico 2.2: Teste qui-quadrado para o nível de certeza da informação (BF)



Para o tema urnas eletrônicas, conforme o **Gráfico 2.3**, 25.2% dos respondentes menos prováveis de serem misinformados disseram ter *certeza absoluta* de sua resposta (correta). Dos mais inclinados à misinformação, 29.1% expressaram esse mesmo grau de convencimento de acuidade de sua resposta (errada). Considerando os níveis *muita e absoluta certeza*, as proporções são quase iguais, com 69% daqueles mais inclinados à misinformação marcando essas opções, contrapostos a 70% dos menos propensos. Ambos são bem convictos de que responderam corretamente.

Observando-se aqueles que disseram *nenhuma certeza*, 3% dos reputados como tendentes à misinformação tiveram esse grau de segurança de suas respostas (erradas). Somente 1.8% dos não-misinformados demonstraram nenhuma certeza. Finalmente, olhando para os pontos da escala que vão de *pouca a certeza absoluta*, têm-se 96.9% de misinformados marcando essa intensidade de segurança de suas respostas (erradas) e 98.2% dos não-misinformados (corretas). As diferenças para a relação certeza da resposta sobre urnas eletrônicas e misinformação são significativas ($X^2(12, N = 2266) = 484.5, p = 0.000$). Veem-se ambos os grupos, misinformados e não-misinformados, muito certos de que suas respostas estão corretas, todavia – no extremo (*certeza absoluta*) – os primeiros são um pouco mais convictos.

Gráfico 2.3: Teste qui-quadrado para o nível de certeza da informação (UE)



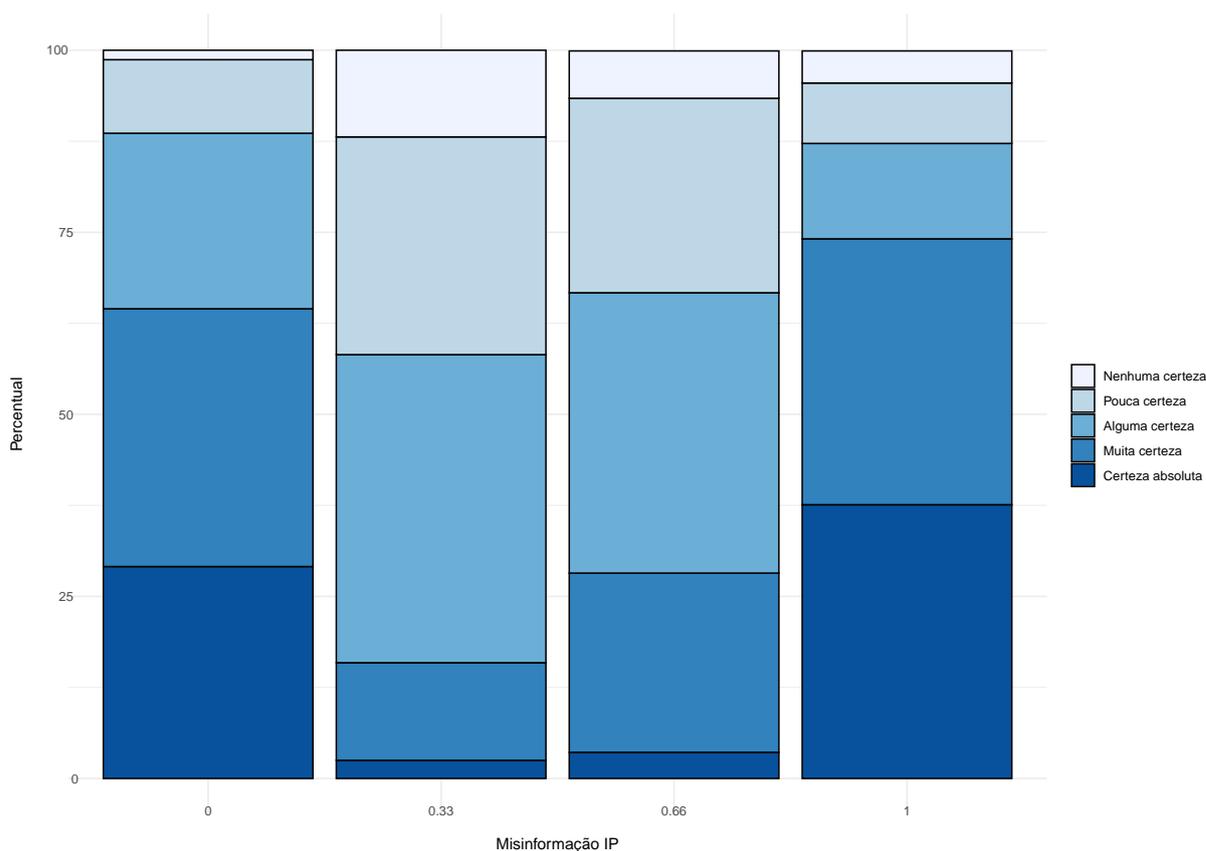
Por fim, comparações similares para o tópico carga tributária apresentam comportamentos idênticos aos casos anteriores. Como se vê no **Gráfico 2.4**, 29.1% dos participantes com menor chance de serem misinformados responderam *certeza absoluta*. Daqueles considerados mais propensos à misinformação, 37.6% disseram ter esse mesmo grau de segurança na resposta dada (mesmo errada). Fixando-se nos níveis *muita e certeza absoluta*, 63.5% dos com menor tendência à misinformação disseram ter essa segurança de suas respostas e 74.1% dos prováveis misinformados também marcaram essas opções.

Juntando-se todas as alternativas que exprimem de *pouca a absoluta certeza* das respostas, 98.7% dos não-misinformados se enquadram nelas. A situação é idêntica para 95.6% dos misinformados. O teste *qui-quadrado* mostra que essa diferença de percentuais é significativa, $X^2(12, N = 2278) = 597.7, p = 0.000$. Como nos outros casos, de maneira geral, os dois grupos de pessoas são bem irreduzíveis de que suas crenças são corretas, mas, na extremidade (*certeza absoluta*), participantes mais prováveis de serem misinformados se sobrepõem.

Tendo o conjunto das análises da relação misinformação e certeza de correção da crença, não se pode afirmar categoricamente haver maior firmeza entre pessoas misinformadas. Ainda assim, em todos os casos e de maneira bem específica, quando se comparam

os resultados para respondentes que tiveram *certeza absoluta* de suas respostas, é maior a proporção de indivíduos considerados mais prováveis de serem misinformados. Sem dúvida, isso deve variar de tema para tema e de pessoa para pessoa. O verificado aqui sugere a possibilidade de maior convicção da crença para misinformados – se for considerada a mais acentuada certeza.

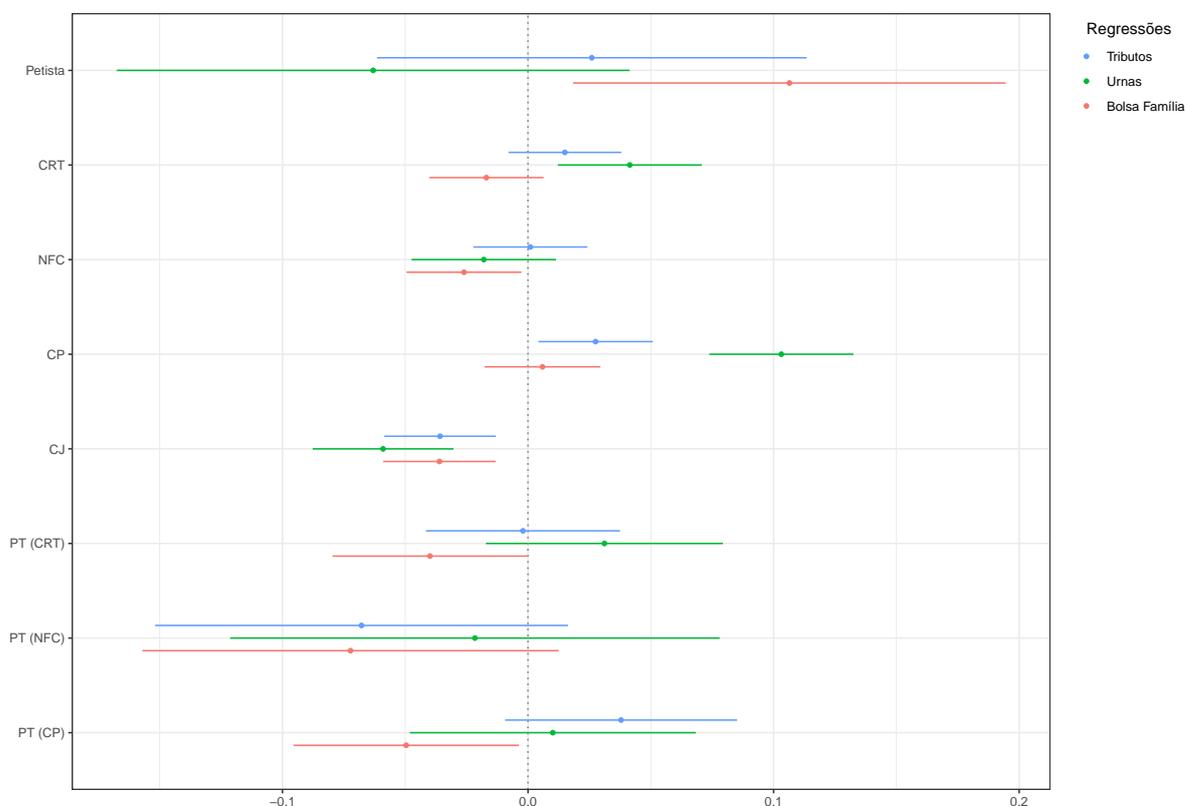
Gráfico 2.4: Teste qui-quadrado para o nível de certeza da informação (IP)



A despeito de certa imprecisão na medida de misinformação utilizada aqui, ao se ter em conta o todo da população brasileira, não deixa de ser preocupante a possibilidade de haver tanta gente provavelmente misinformada a respeito de matérias substanciais da política nacional e convictas de que estão certas. É salutar, portanto, avançar na compreensão das peculiaridades da predisposição à misinformação. Nesse sentido, o **Gráfico 2.5** mostra os coeficientes estimados do modelo de regressão linear.

Ao se olharem os resultados para as preferências partidárias e com tudo o mais constante, os simpatizantes do PT (inesperadamente), comparados aos antipetistas, são mais inclinados à misinformação na regressão para o Bolsa Família e também para carga tributária. Os coeficientes para urnas eletrônicas sugerem que os antipetistas são mais propensos à misinformação. No entanto, devido à falta de significância estatística nos dois últimos modelos, não se pode dizer que esses são os resultados reais.

Gráfico 2.5: Coeficientes estimados para suscetibilidade à misinformação*



¹ Para a regressão BF: ($F(8, 2206) = 5.60, p < 0.000, R^2 = 0.025$); Urnas: ($F(8, 2125) = 12.06, p < 0.000, R^2 = 0.04$); Impostos: ($F(8, 2119) = 2.67, p < 0.006, R^2 = 0.01$). *Detalhes dos coeficientes na Tabela A.2 do Apêndice A.

Com relação à capacidade reflexiva isoladamente, quanto maior forem os escores dessas medidas, igualmente mais elevada tende a ser a chance de misinformação sobre as urnas eletrônicas. Para as demais regressões, os coeficientes não foram estatisticamente significantes. Nota-se que pessoas com mais NFC são menos prováveis de serem misinformadas acerca do BF. Nos outros casos, não há significância. Relativamente ao conhecimento político, os resultados mostram que mais CP aumenta a perspectiva de misinformação relativa às urnas eletrônicas e ao BF. Para impostos, a inclinação é igual, mas falta significância. Diversamente, com o mais constante, elevados níveis de confiança no jornalismo profissional implicam em menor chance de misinformação.

Especificamente quanto às interações, só há significância para *preferências partidárias* e *conhecimento político*, na regressão referente ao Bolsa Família. À medida que aumenta os escores CP, diminui a expectativa de misinformação para os petistas, comparados aos antipetistas com mesmo perfil. Observa-se, aqui, a potencialização do viés partidário esperado, afinal é mais provável que um antipetista possua crenças erradas quanto ao BF que um petista, porque é uma política pública muito associada ao espectro

arquirrival, isto é, ao PT. Por certo, partidários sofisticados politicamente devem possuir melhores condições de avaliação da utilidade da informação, independentemente de sua autenticidade. Inclusive, o resultado é completamente oposto ao do coeficiente para a comparação petista/antipetista isoladamente.

O cenário parece se repetir nas interações para preferências partidárias e capacidade reflexiva e necessidade de cognição, respectivamente. Os coeficientes estimados apresentam mudança de inclinação em todas comparações entre petistas e antipetistas. São sugestões de que esses traços cognitivos devem potencializar o pragmatismo nos indivíduos que se identificam com partidos políticos. A propósito, para ampliar o grau de certeza desse efeito moderador, foram comparados os valores preditos para cada interação.

O **Gráficos 2.6, 2.7 e 2.8** ilustram bem essa dinâmica para o tópico Bolsa Família. Ficam claras as evidências de que quanto maior forem os escores no teste de reflexão cognitiva, na escala de necessidade de cognição e de conhecimento político, menos prováveis de serem misinformados serão os petistas, contrapostos aos antipetistas com similares atributos. Consequentemente, há subsídios nesse caso para se referendar a hipótese de que a suscetibilidade do indivíduo partidário à misinformação é impactada por habilidades mentais e pelo nível de sofisticação política.

Gráfico 2.6: Valores preditos para interações CRT e partidarismo (BF)

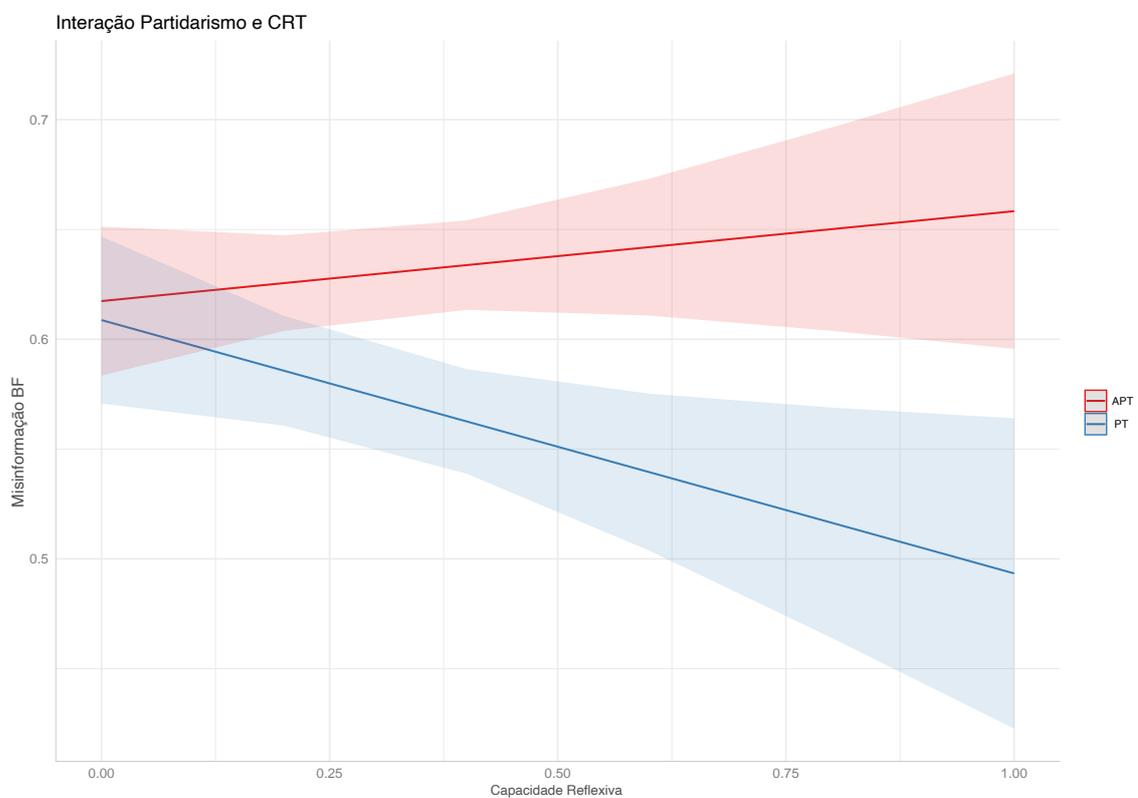


Gráfico 2.7: Valores preditos para interações NFC e partidarismo (BF)

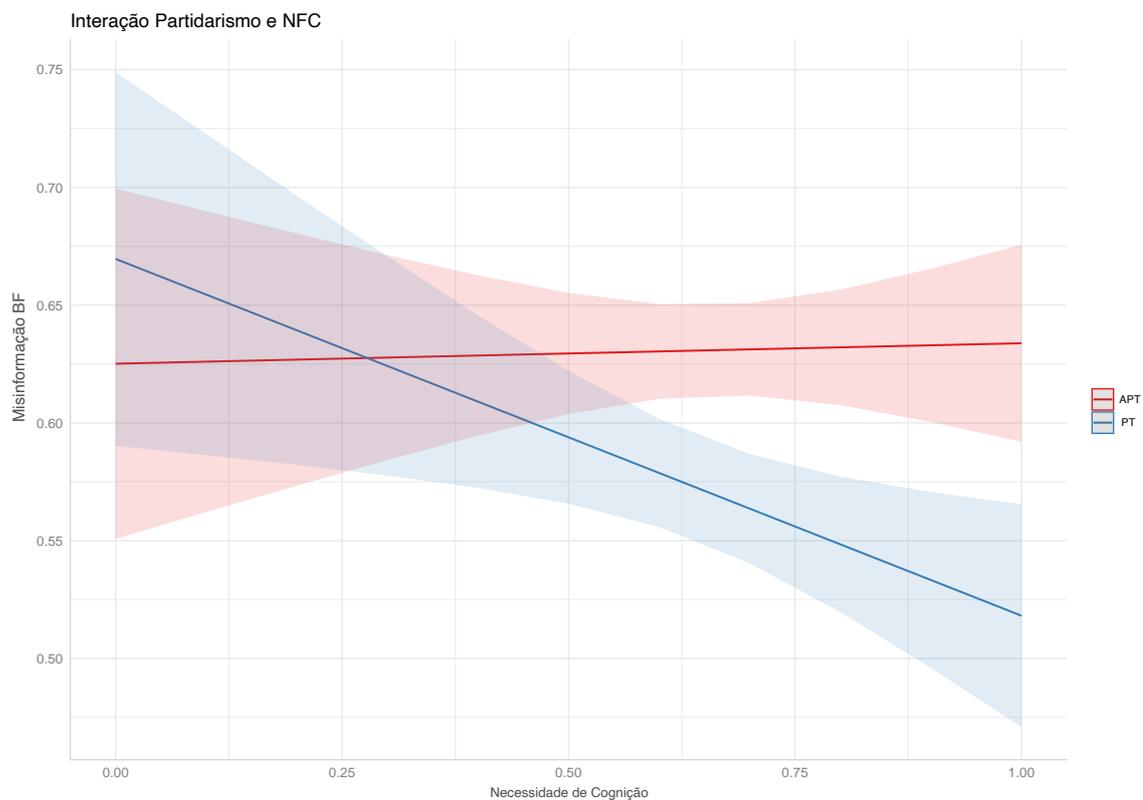
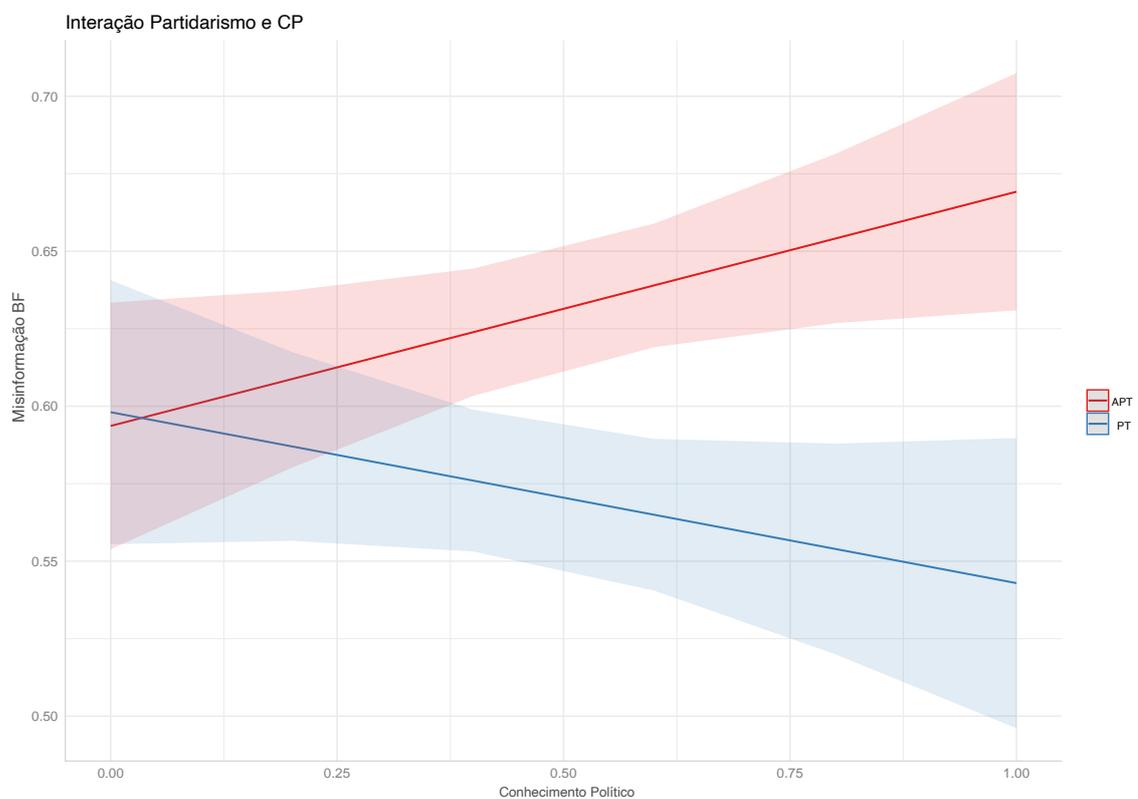


Gráfico 2.8: Valores preditos para interações CP e partidarismo (BF)



Para urnas eletrônicas, de acordo com os **Gráficos 2.9, 2.10 e 2.11** não se observam diferenças entre petistas e antipetistas com muito CRT. Contrariamente, na comparação para os escores mais baixos, os partidários do PT são menos propensos à misinformação. Nas interações com necessidade de cognição e conhecimento político, não há diferença significativa estatisticamente entre petistas e antipetistas. No geral, os partidários do PT aparentam ser menos vulneráveis à misinformação a respeito do sistema informatizado de votação. Apesar de haver certa polarização em torno das urnas, pode ser que alguns antipetistas não desaprovem a tecnologia. Portanto, não é totalmente inesperada a ausência de significância estatística aqui.

Gráfico 2.9: Valores preditos para interações CRT e partidarismo (UE)

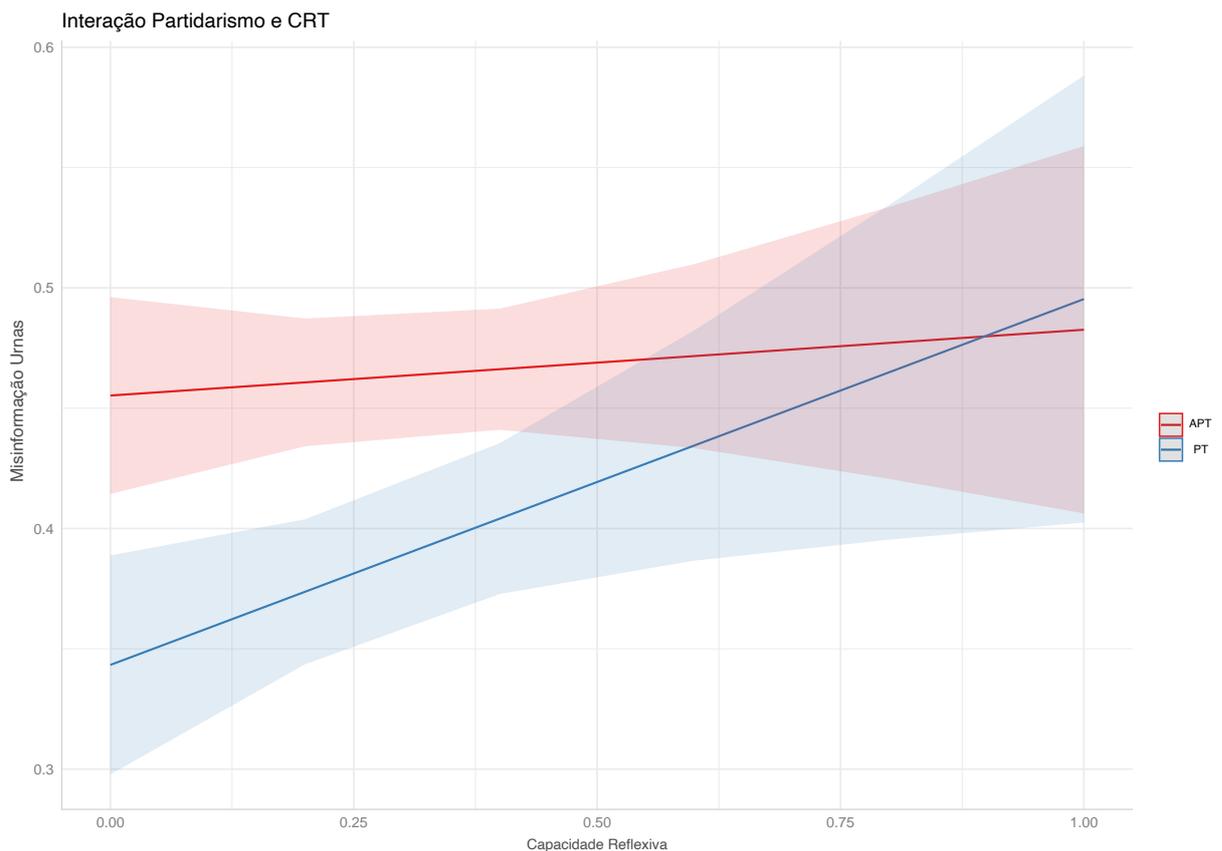


Gráfico 2.10: Valores preditos para interações NFC e partidário (UE)

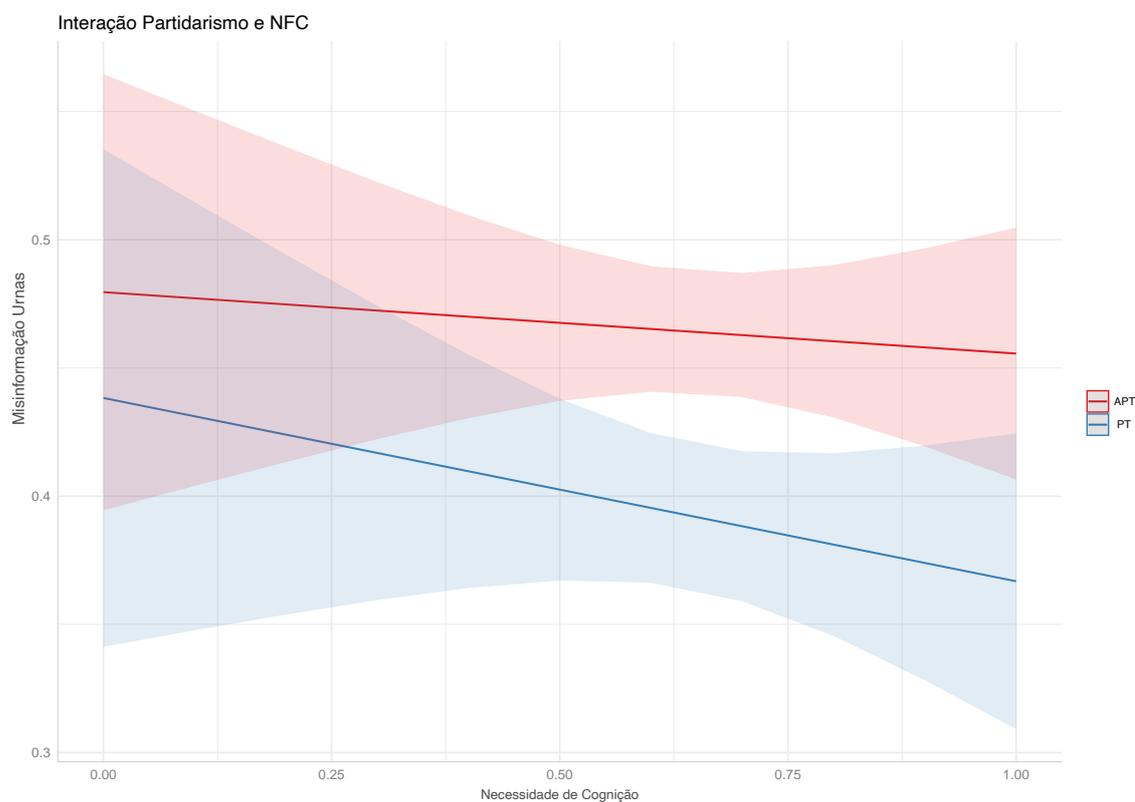
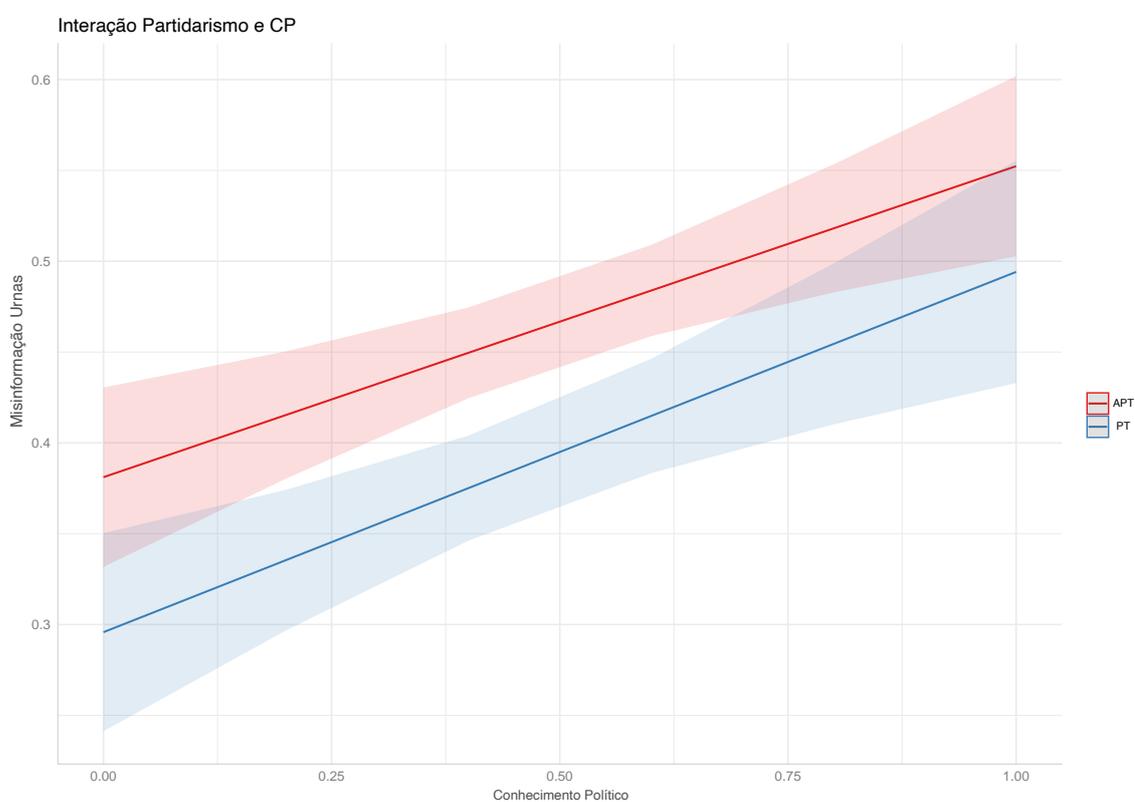


Gráfico 2.11: Valores preditos para interações CP e partidário (UE)



Por último, fez-se a comparação dos valores preditos para as interações partidarismo/CRT, NFC e CP da regressão para carga tributária. Como indicam os **Gráficos 2.12, 2.13 e 2.14** não se notam diferenças estatisticamente significantes. À vista disso, inexistem condições límpidas de inferência a partir desses resultados.

Gráfico 2.12: Valores preditos para interações CRT e partidarismo (IP)

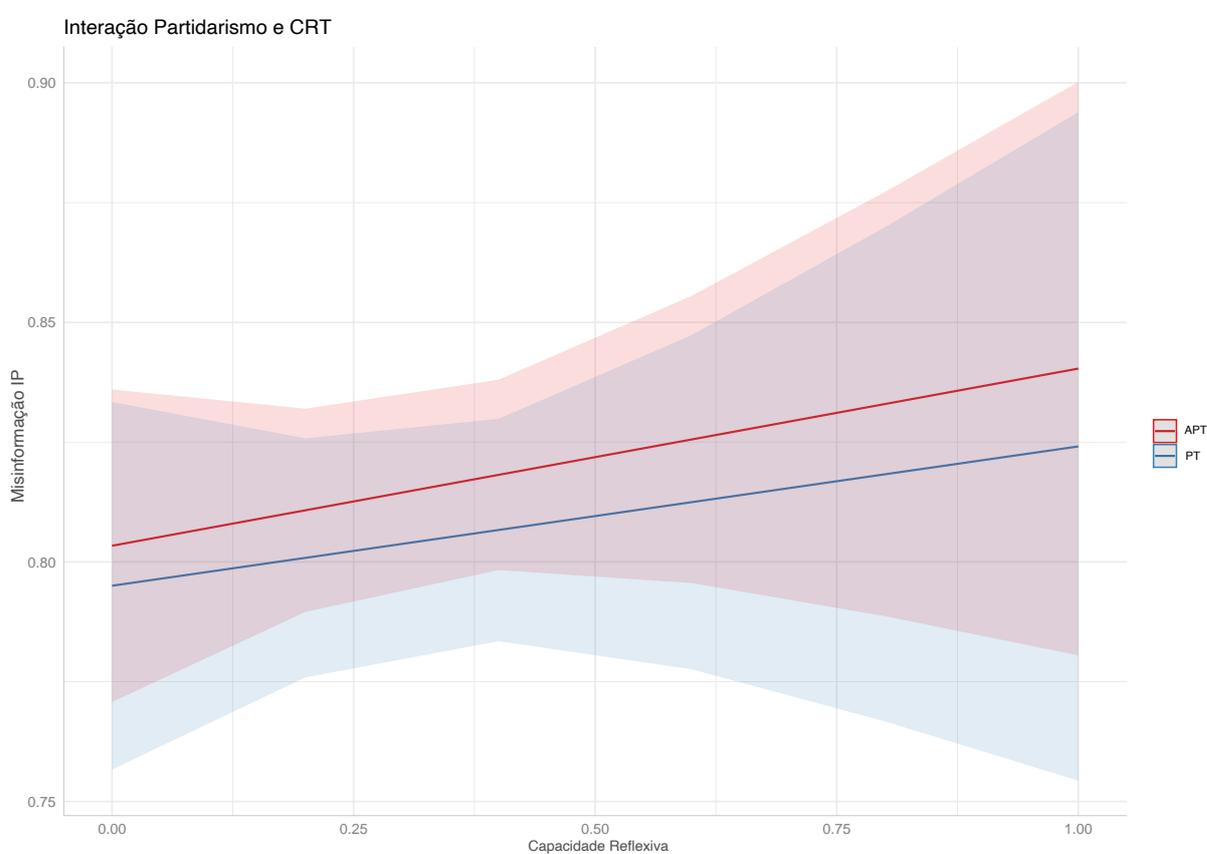


Gráfico 2.13: Valores preditos para interações NFC e partidarismo (IP)

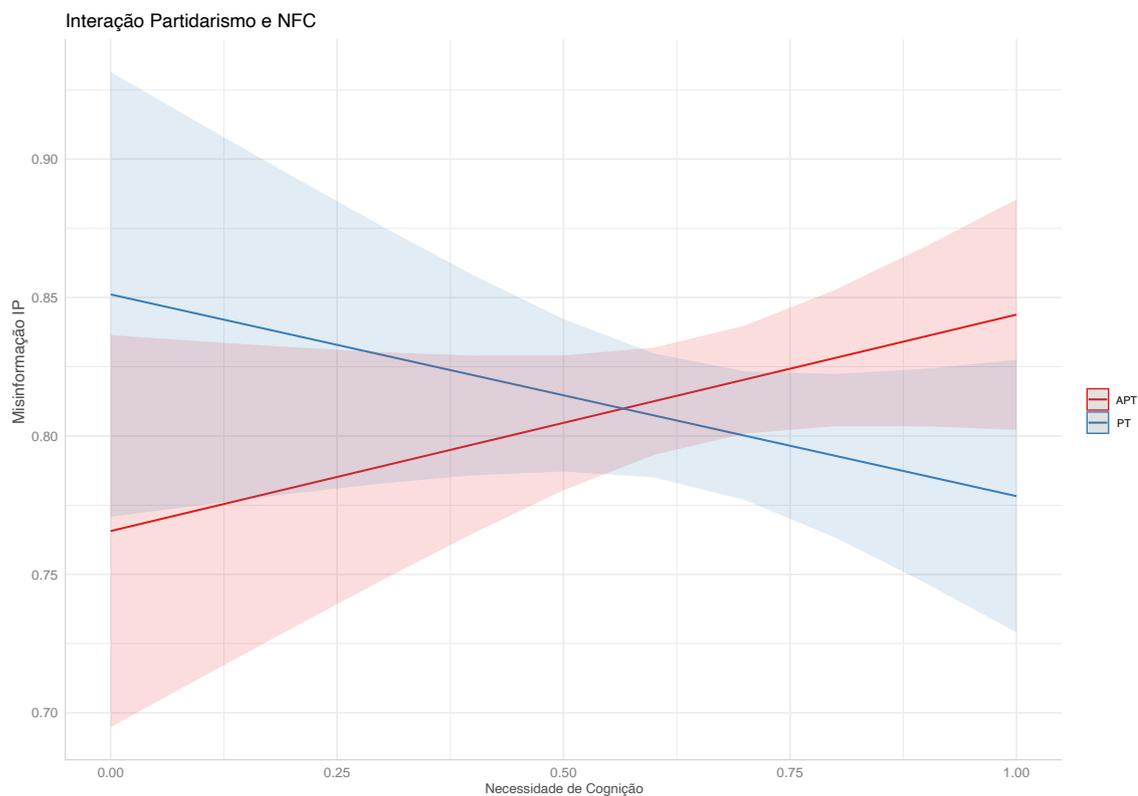
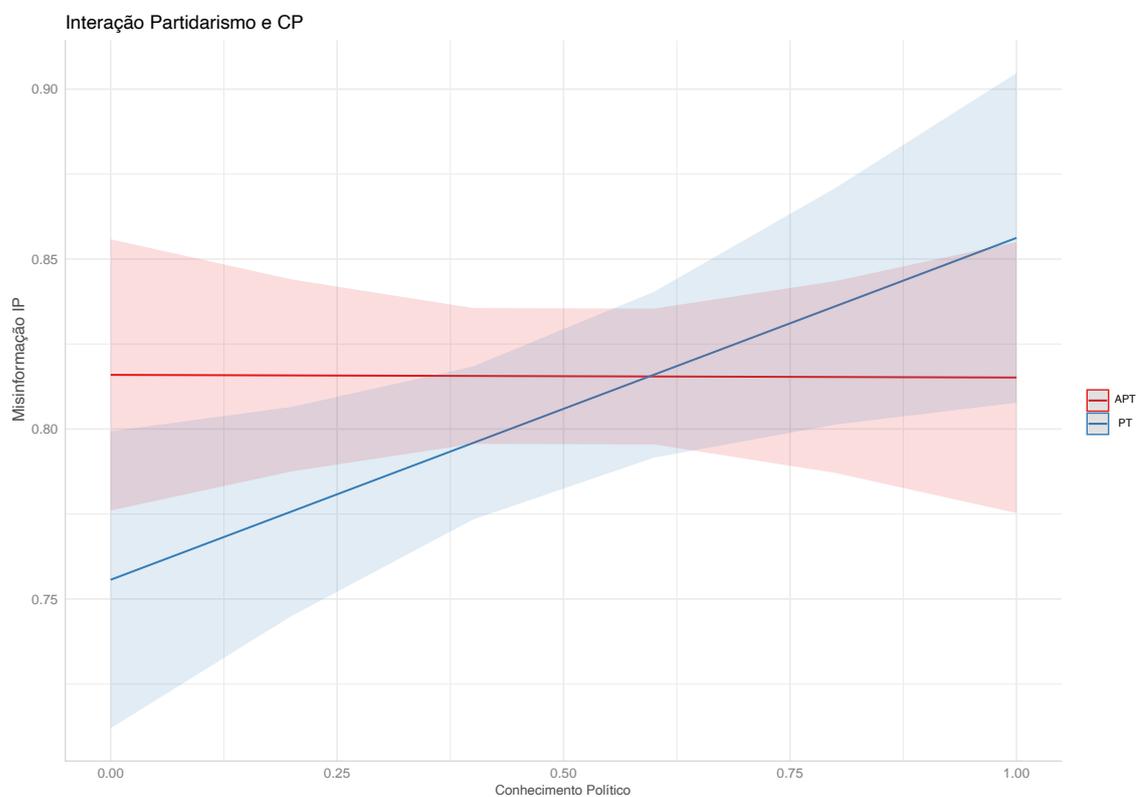


Gráfico 2.14: Valores preditos para interações CP e partidarismo (IP)



2.0.2.3 Discussão

Os resultados revelam bastante propensão à misinformação entre os eleitores brasileiros no que se refere ao Bolsa Família, urnas eletrônicas e carga tributária. Outra faceta verificada, quando se trata de *certeza absoluta*, é a de que misinformados parecem bem seguros de suas crenças, mesmo erradas. Os achados ainda sustentam a hipótese de que a misinformação é determinada pelas preferências partidárias de cada um. Portanto, em linha com a literatura, na política brasileira, na maioria das vezes e dependendo do assunto em debate, o lado partidário (petista ou aversos ao PT) determinará quão misinformado o indivíduo de fato será ou parecerá ser. E a suscetibilidade à misinformação tende a ser moderada pela necessidade de cognição, capacidade reflexiva e pelo conhecimento político. Noutras palavras, esses traços cognitivos e a sofisticação política potencializam vieses partidários esperados.

Partidários com alta NFC, bem como com muito CRT e máximo CP, pendem maiormente às amarras partidárias ao avaliarem conteúdos políticos. Para exemplificar, petistas comparados a antipetistas, isoladamente e com tudo o mais constante, inesperadamente tiveram maior inclinação à misinformação quanto ao Bolsa Família. No entanto, quando petistas com mais NFC, alto CRT e muito CP são comparados a antipetistas de mesmos atributos, a direção do efeito muda completamente; os adeptos do petismo são bem menos suscetíveis à misinformação. Efetivamente, é bastante provável que o petista com essas características, assim como o antipetista, perceba o quanto o assunto específico (BF) é inerente à agenda do PT. Então, podem refletir o influxo de traços cognitivos que os fazem atentar às minúcias das informações, para as assimilarem sob as lentes de seus lados ideológicos.

Na verdade, como preveem as teorias a respeito da vulnerabilidade a distúrbios da informação, a retórica inerente às diversas disputas políticas parece ditar a utilidade da informação. Não seria estratégico ao antipetista referendar a autenticidade de um conteúdo historicamente ligado ao espectro petista e vice-versa. Haveria, nessa hipótese, um contrassenso do ponto de vista do pragmatismo. Consequentemente, uma particularidade ainda a ser melhor respondida é se, realmente, a pessoa partidária é misinformada ou, conforme o contexto, ela prefere considerar a vantagem da informação (autêntica ou fabricação) para sua verbosidade no tabuleiro dos embates políticos.

Semelhantemente, é preciso saber se há diferenças de suscetibilidades à misinformação política entre simpatizantes (gostam de um partido, porém não são filiados nem participam da luta política) e aqueles que realmente são partidários engajados politicamente. Há evidências, aliás, de que pessoas misinformadas participam mais da lida política (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015). Talvez isso se deva exatamente à objetividade (ao cálculo da conveniência da informação) do indivíduo filiado ao partido e ativo nas disputas políticas. Certamente, são necessárias novas pesquisas nesse particular.

Por fim, os coeficientes estimados das regressões lineares, mantendo o mais constante, também sugerem um quadro animador como freio à misinformação. Eles revelam que quanto mais confiança houver na cobertura política feita pelos jornalistas profissionais, menor deve ser a propensão à misinformação. Fortalece ainda mais o achado o fato de os resultados mostrarem menor inclinação à misinformação em todas as temáticas (Bolsa Família, urnas eletrônicas e carga tributária) para quem mais confia no jornalismo. É promissor, porque sugere existir algum efeito de filtro devido à confiança na atuação do jornalista de carreira. Aliás, quando a imprensa tradicional é comparada a outros meios de produção de conteúdo informativo, ela é vista com mais credibilidade (DANILLER et al., 2017).

Cabe salientar ainda que os temas abordados neste estudo acabam por ser sobremodo atinentes ao ambiente petista. São assuntos muito vivos nos embates políticos contemporâneos como sendo políticas do PT, afinal o Partido dos Trabalhadores ficou por quatro mandatos consecutivos no poder (presidência da República). Essa característica talvez tenha sido um impeditivo para verificar – com melhor grau de certeza – a suscetibilidade à misinformação política no eleitorado brasileiro. Assim sendo, uma boa estratégia para futuras investigações, decerto, é ampliar a gama de assuntos nas análises. O ideal seria o acréscimo de novos temas neutros e, particularmente, diversificar os polarizados, quer dizer, buscar ter quantidade similar de matérias afeitas a cada viés partidário.

Uma das limitações desta pesquisa, como discutido anteriormente, é a própria medida de misinformação. Há, de fato, muita fabricação com relação ao Bolsa Família e às urnas eletrônicas circulando massivamente. Muitos podem, verdadeiramente, ter essas invencionices como dado corretos, serem misinformados. No entanto, talvez não haja efetivamente a misinformação, mas tão somente ignorância a respeito dos assuntos. Além disso, como postulado, orientações políticas implicam na conjuntura de como a informação é processada. Por isso, uma maneira de se corrigir essa deficiência, muito provavelmente, seja um experimento capaz de mensurar de antemão as atitudes dos respondentes referentemente aos objetos políticos em análise. Com isso, percebem-se preliminarmente os vieses e abre-se o quadro para se criar algum tipo filtro.

Um problema singular notado no estudo é a aparente impossibilidade de aferir a propensão à misinformação concernente a temas intrincados, como nível de tributação. Nesse caso, em particular, a redação da informação apresentada ao participante não foi a melhor. Quando se compara a quantidade de impostos pagos pelos brasileiros aos membros da OCDE, a forma comparativa mais acurada deveria ser “a média dos países da OCDE”, não apenas “países da OCDE”, porque alguns integrantes do bloco possuem carga tributária menor que a do Brasil. Isso pode ter confundido os participantes. Redações não muito claras são barreiras ao sucesso de *experimentos de survey populacional* (DRUCKMAN et al., 2011).

2.0.3 A relação entre misinformação e rejeição a políticas públicas

Nas disputas comuns do universo político, frequentemente, os fatos pouco importam. Há um objetivismo mobilizador das ações dos atores do jogo e o resultado esperado é fator preponderante sobre qual tipo de informação é escolhido para se conseguir vencer uma eleição, convencer sobre uma ou outra política e o mais. O grande problema nisso tudo é que no aspecto do bem comum, do ponto de vista da própria ideia de democracia representativa¹⁰, as possibilidades de prejuízos são extremamente reais. Muita gente misinformada pode, por exemplo, escolher um candidato, aprovar ou contestar uma política pública, de maneira oposta a que faria numa condição de conhecimento profundo da realidade.

Não se pode negar que distúrbios da informação são, infelizmente, inerentes à política desde sempre. A questão agora é o poder de contágio massivo que os conteúdos falsos passaram a ter. Na era das comunicações instantâneas, cuja velocidade de propagação é imensa e a abrangência viral é inevitável (BESSI et al., 2015; VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018), os efeitos nefastos gerados por inautenticidades tendem a ser quase irreversíveis.

Casos como o “painel da morte”, um boato de que a reforma do sistema de saúde dos Estados Unidos – proposta pelo então Presidente Barak Obama – iria criar mecanismos para se avaliar quem deveria viver ou morrer, dependendo de sua produtividade (segundo a fabricação, velhos e pessoas com deficiências não seriam atendidos pela nova política de saúde), são exemplos do quão pérfido isso pode ser. Mesmo depois de o governo gastar milhões dos cofres públicos para desacreditar a desinformação, a crença na falsidade ainda persistia (BERINSKY, 2017). Aliás, invencionices em torno de propostas para a saúde pública nos EUA perduram desde o Governo Clinton (NYHAN, 2010).

Uma das características da misinformação é exatamente a de induzir a atitudes negativas a respeito do objeto da crença equivocada (KUKLINSKI et al., 2000). Para contribuir com esse debate, essa pesquisa investiga esse efeito da misinformação entre os brasileiros. Para tanto, foram igualmente considerados o Bolsa Família, o sistema informatizado de votação (as urnas eletrônicas) e a carga tributária. Complementarmente, na parte final deste subtópico e utilizando a base de dados do Barômetro das Américas 2016/2017, verifica-se o caso do suporte a medidas governamentais de enfrentamento ao Zika Vírus.

Conceitualmente, as atitudes não são duradouras e estáveis e, quando alguém precisa, por alguma razão, declará-las, o contexto importa muito (SCHWARZ; BOHNER, 2007). Por consequência, em circunstâncias nas quais esse ambiente é o de preponderância da misinformação, a expectativa de perniciosidade para o todo da população é imensa. À vista disso, examina-se aqui o quanto a misinformação pode implicar em atitudes políticas

¹⁰ Para detalhes sobre as bases da democracia representativa, ver (MANIN, 1997)

negativas, tendo brasileiros como parâmetro investigativo.

Tem-se, assim, a **Hipótese 3** desta pesquisa: *as pessoas devem rejeitar políticas públicas sobre as quais são misinformadas.*

2.0.3.1 Metodologia

Para checar essa proposição, cabe rememorar, na sondagem exclusiva para esta pesquisa¹¹, foram apresentadas aos participantes informações autênticas a respeito do Bolsa Família, urnas eletrônicas e tributação. Depois, era-lhes perguntado sobre a chance daquela informação ser verdadeira, com quatro alternativas de respostas: “nenhuma chance”, “pouca chance”, “alguma chance” e “muita chance”.

Considerando-se as opções de respostas, foi criada para cada tópico uma escala de zero a 1 para *misinformação*, sendo 0 (não-misinformado) a 1 (misinformado). Convém ressaltar que a estratégia para se mensurar a misinformação provém da ideia de que a negação da informação verdadeira como tal faz do respondente um provável misinformado. Finalmente, após as questões a respeito da autenticidade das informações apresentadas, era solicitado ao participante que expressasse seu grau de apoio à política sobre a qual acabara de avaliar uma informação correta, conforme detalhado nos itens a seguir:

- *Em relação aos gastos com o Programa Bolsa Família, o que você acha que o governo deveria fazer?* “Eliminar completamente o programa”, “Reduzir muito os benefícios”, “Reduzir um pouco os benefícios”, “Manter os benefícios como estão”, “Aumentar um pouco os benefícios” ou “Aumentar muito os benefícios”.
- *Você acha que o Brasil deveria parar de usar urnas eletrônicas nas eleições?* “Sim” ou “Não”.
- *Você acredita que quem tem renda alta:* “Deve pagar muito menos impostos”, “Deve pagar um pouco menos de impostos”, “Já paga uma quantidade justa de impostos”, “Deve pagar um pouco mais de impostos” ou “Deve pagar muito mais impostos”.

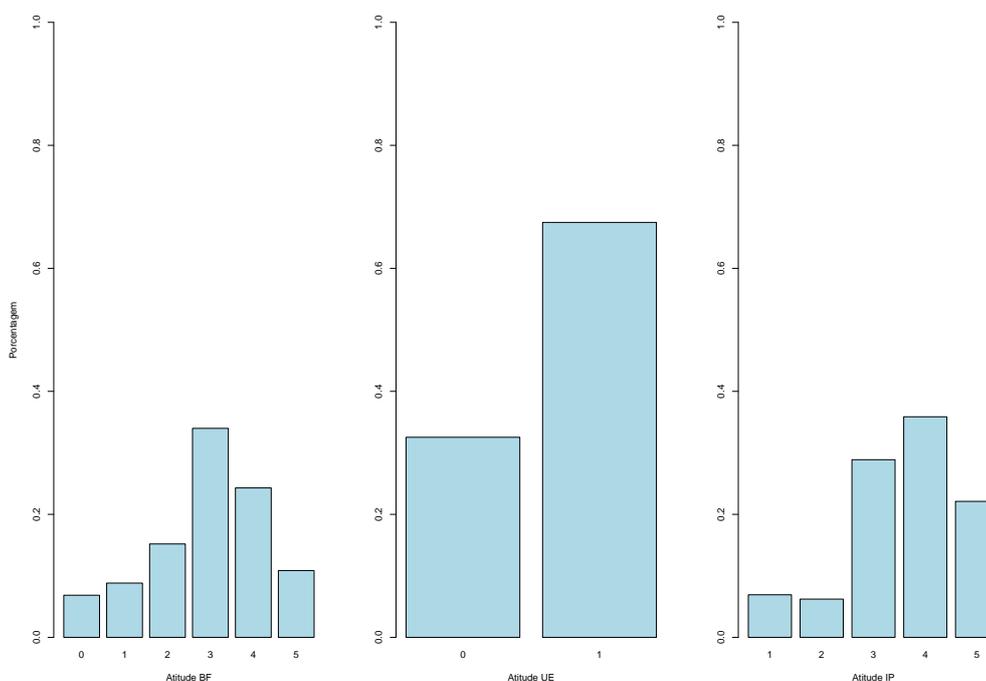
Para se verificar a relação entre as variáveis, foram cruzadas as frequências de apoio a cada política com os níveis individuais de misinformação. Isto é, testou-se o quanto um respondente provavelmente misinformado as rejeitaria ou não, comparado a alguém pouco inclinado à misinformação. Depois, para se aferir o grau de certeza das diferenças, foram executados *testes qui-quadrado*. Adicionalmente, as análises foram suplementadas por modelos de regressão *linear* para o BF e impostos e *logística* para urnas eletrônicas.

¹¹ Questionário disponível no *Anexo A*.

2.0.3.2 Resultados

Em primeiro lugar, os percentuais de aprovação para cada um dos tópicos discutidos são apresentados no **Gráfico 2.15**.

Gráfico 2.15: Apoio ao BF, urnas eletrônicas e impostos para ricos



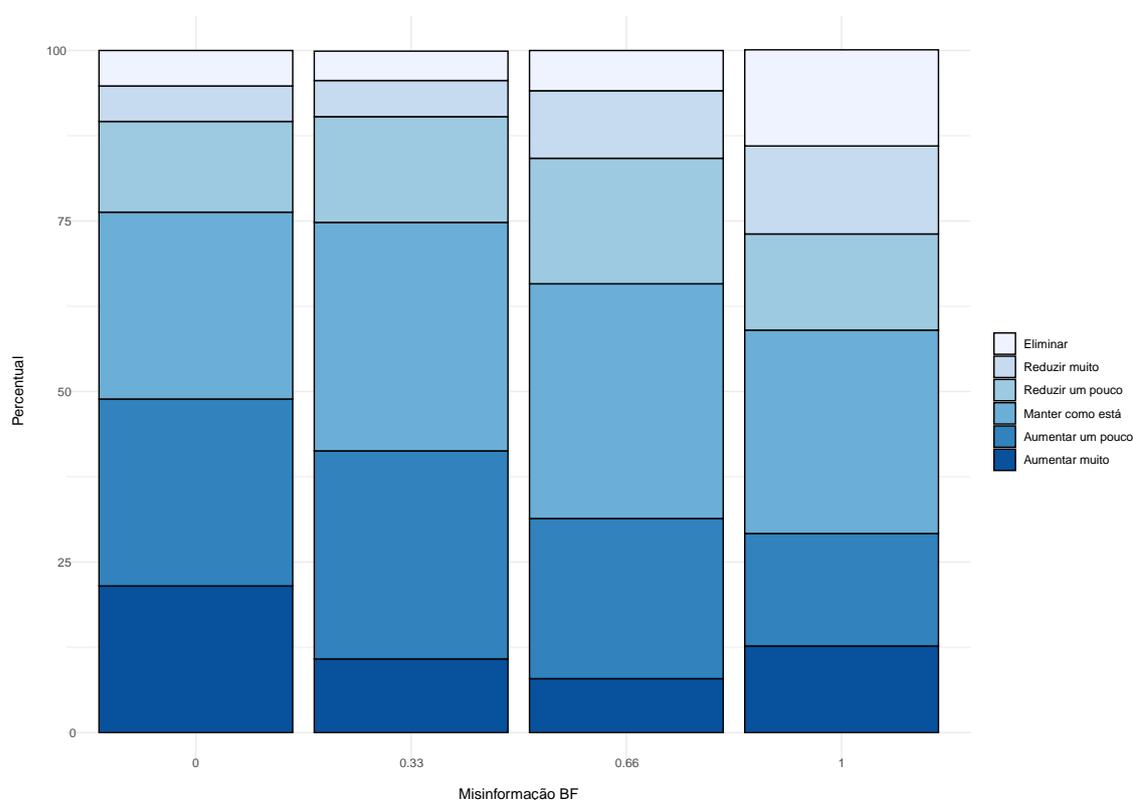
¹ Cada número no eixo horizontal do gráfico representa o seguinte: **BF** – **0** “eliminar”; **1** “reduzir muito”; **2** “reduzir um pouco”; **3** “manter como está”; **4** “aumentar um pouco”; e **5** “aumentar muito”. **UE** – **0** “contrários”; **1** “favoráveis”. **IP** – **1** “deve pagar muito menos impostos”; **2** “deve pagar um pouco menos de impostos”; **3** “Já paga uma quantidade justa de impostos”; **4** “deve pagar um pouco mais de impostos”; **5** “deve pagar muito mais impostos”.

Cerca de 7% dos respondentes querem “eliminar o BF”, 9% apoiam “reduzir muito o programa”, 15% defendem “reduzir um pouco”, 34% preferem “manter como está”, 24% sugerem “aumentar um pouco” e aproximadamente 11% acreditam que o governo deve “aumentar muito os benefícios do BF”. Ao se considerarem a anuência com a manutenção dos gastos com o programa “como estão”, “aumentar um pouco” e “aumentar muito”, têm-se quase 70% de suporte ao BF. Quanto à continuidade do uso das urnas eletrônicas, 32.5% são “contrários” e 67.5% “favoráveis”. Apesar da celeuma relativa a esse sistema de votação, a grande maioria dos participantes é favorável à sua manutenção.

Por último, sobre a carga tributária para a parcela mais rica da população, os percentuais são 7% para “deve pagar muito menos impostos”, 6% “deve pagar um pouco menos de impostos”, 29% “já paga uma quantidade justa de impostos”, 36% “deve pagar um pouco mais de impostos” e 22% escolheram a opção “deve pagar muito mais impostos”. Tendo em conta as duas últimas alternativas, há uma concordância de 58% dos respondentes com o incremento dos impostos para quem possui renda mais alta.

O **Gráfico 2.16** revela, como esperado, rejeição (eliminar o BF) mais forte (14.1%) entre os respondentes mais prováveis de serem misinformados, comparados aos menos (5.2%). Aliás, como se vê, à medida que aumenta o nível de misinformação, igualmente cresce a propensão para se “eliminar” o programa. Na opção “aumentar muito” os gastos do governo com essa política pública, o resultado segue a mesma tendência. Percebe-se maior apoio (21.5%) entre aqueles menos inclinados à misinformação que os mais (12.7%). É um achado que não se pode atribuir ao acaso amostral, porque o teste *qui-quadrado* revela que as diferenças são significativas estatisticamente, $X^2(15, N = 2345) = 122.42, p = 0.000$.

Gráfico 2.16: Teste qui-quadrado - misinformação e apoio ao BF



Quando o tema é o suporte ao uso das urnas eletrônicas (**Gráfico 2.17**), os participantes mais prováveis de serem misinformados demonstraram menos apoio (46.2%), enquanto entre aqueles considerados não-misinformados a aprovação é de 53.8%. Conforme visto, quanto maior for o grau de misinformação, mais contrárias à continuidade desse sistema de votação tendem a ser as pessoas. O teste *qui-quadrado* revela que as diferenças são significativas ($X^2(3, N = 2265) = 22.72, p = 0.000$).

Referentemente ao aumento de impostos para os mais ricos (**Gráfico 2.18**), há menor suporte entre os menos prováveis de serem misinformados (22.8%) que os mais prováveis (25%). Na verdade, quem é tido como não-misinformado defende em maior grau a redução da carga tributária. Essas diferenças são significantes, $X^2(12, N = 2278) = 57.16, p = 0.000$. Contudo, é um tema difícil e maioria pode mesmo é não saber, em vez de ser misinformada.

Gráfico 2.17: Teste qui-quadrado - misinformação e apoio às urnas

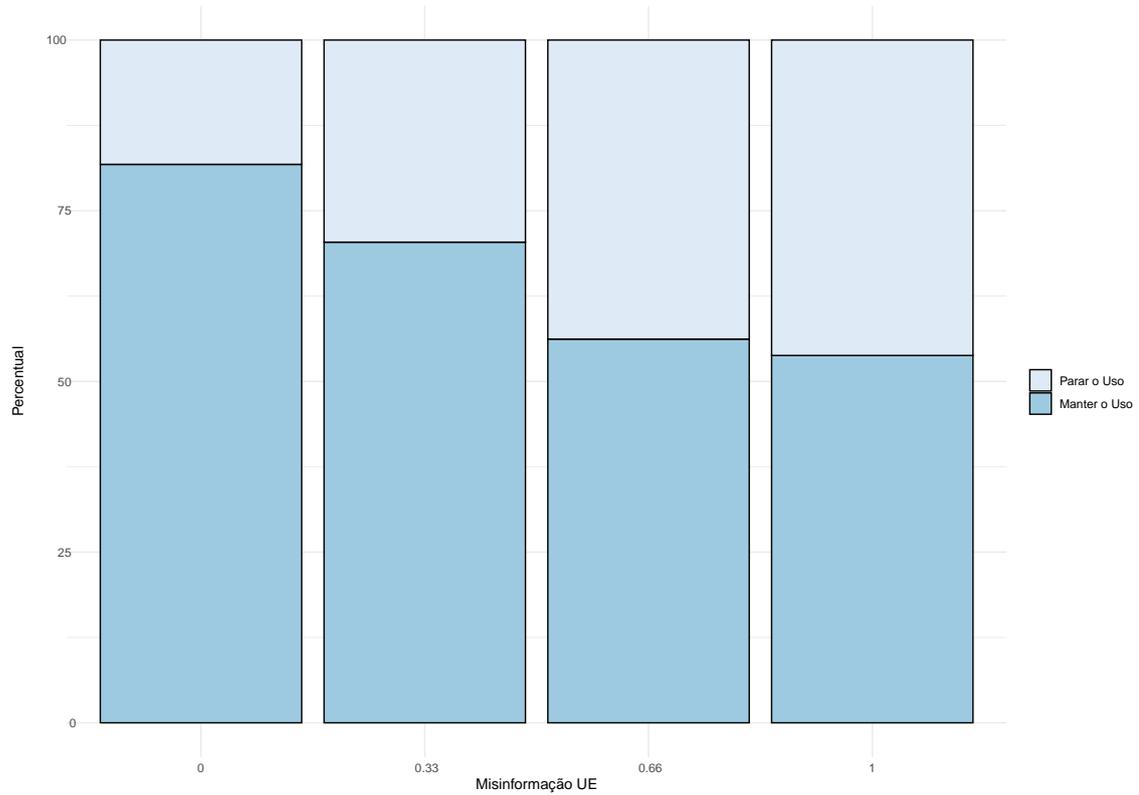
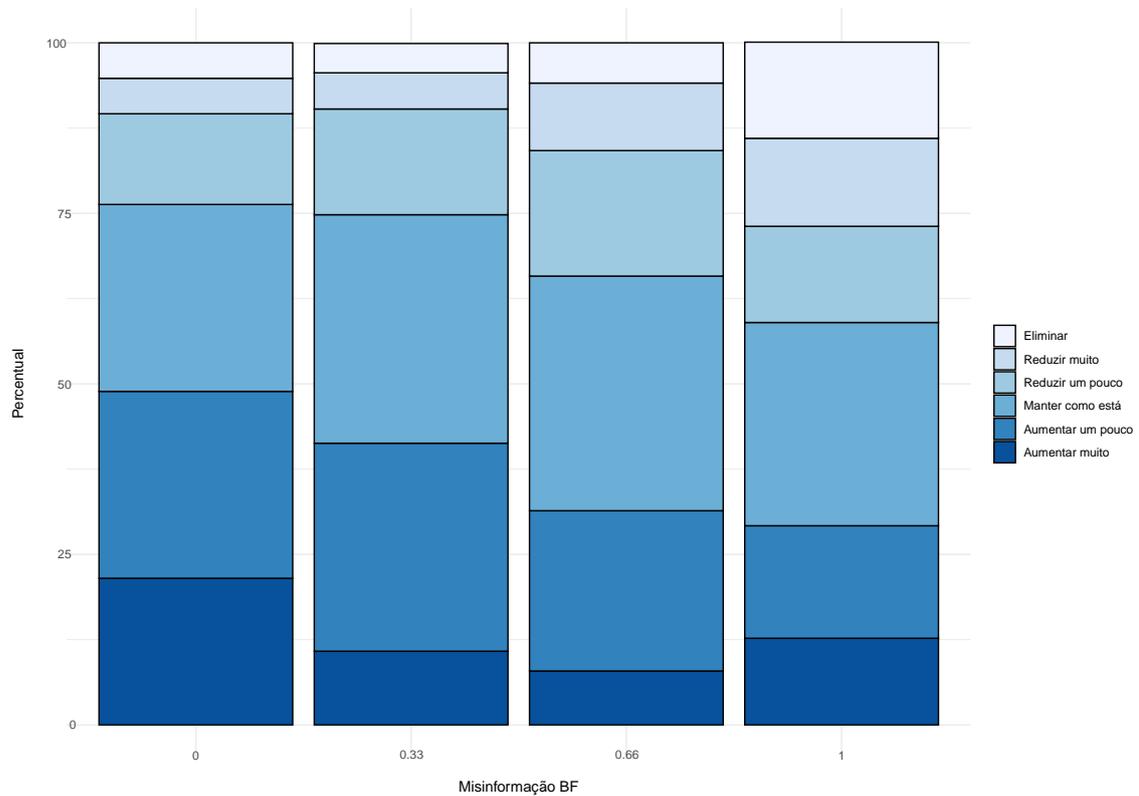


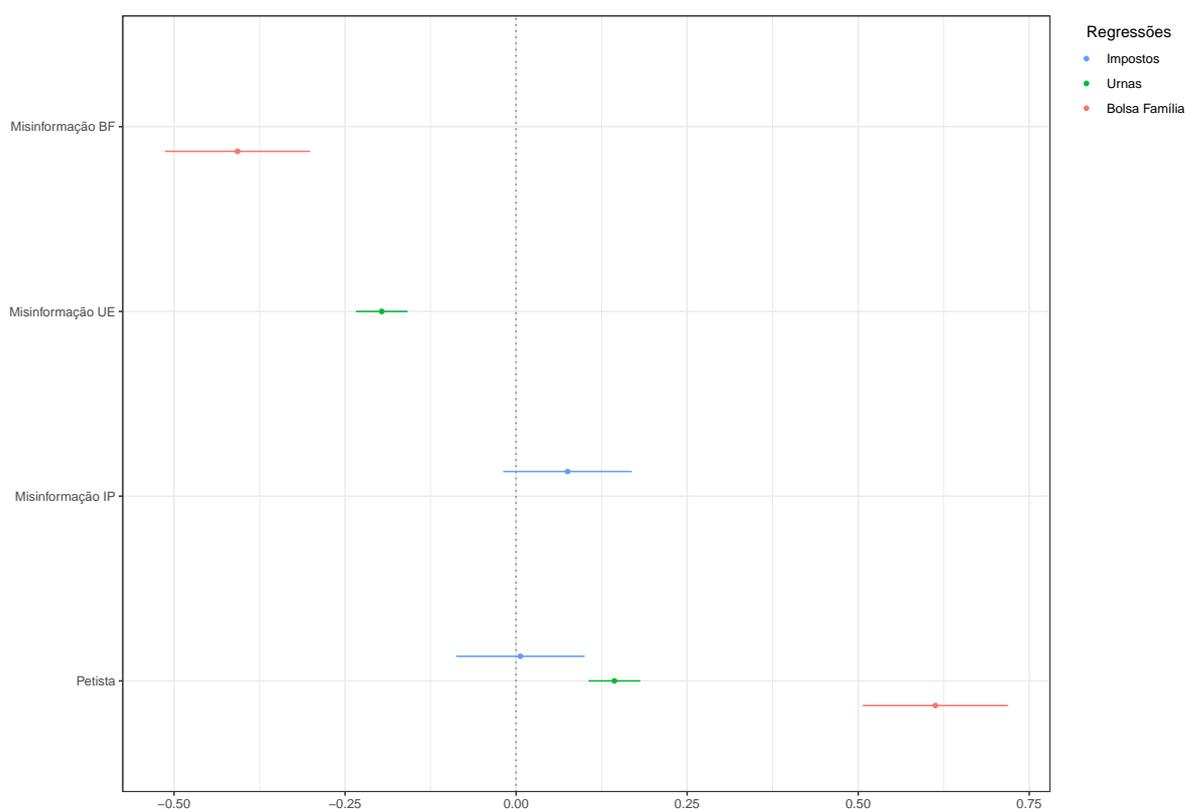
Gráfico 2.18: Teste qui-quadrado - misinformação e apoio a impostos para ricos



Como antevisto, é bem evidente a relação entre misinformação e maior reprovação a políticas públicas. Não obstante, para se ter mais subsídios para o melhor discernimento do caso, ainda são empreendidas novas análises estatísticas. Nesse sentido, rodam-se regressões lineares (para o BF e impostos) e logística para o tema urnas eletrônicas. Como variáveis independentes têm-se a escala de misinformação e preferências partidárias (*petismo* e *antipetismo*). O partidarismo é fortemente relacionado à formação de atitudes políticas (BARTELS, 2002; GERBER; HUBER; WASHINGTON, 2010). Por isso – na perspectiva de diálogo com a literatura – trata-se de importante variável de controle.

Conforme os coeficientes estimados retratados no **Gráfico 2.19**, de acordo com esperado, quanto mais misinformada a pessoa for, menor deverá ser seu apoio à política sobre a qual possui crenças erradas, nesse caso, ao Bolsa Família e às urnas eletrônicas. Quanto às preferências partidárias, se for petista, comparado a antipetista, maior deverá ser o seu suporte ao BF e ao sistema de votação informatizado. Quanto ao tema impostos para mais ricos, não há significância estatística para nenhum dos resultados.

Gráfico 2.19: Coeficientes estimados para apoio ao BF, Urnas e Impostos*



¹ Para a regressão *BF*: ($F(3, 2296) = 67.6, p < 0.000, R^2 = 0.08$); *Impostos*: ($F(3, 2234) = 0.93, p < 0.425, R^2 = 0.001$); *Urnas*: ($n = 2220, \text{Pseudo } R^2: 5.80$). *Detalhes dos coeficientes na **Tabela A.3** do **Apêndice A**.

2.0.3.3 O caso das políticas de combate ao Zika Vírus

Com objetivo complementar, avaliam-se – a partir do banco de dados do Barômetro das Américas 2016/2017¹² para o Brasil – implicações da misinformação sobre atitudes referentes a políticas públicas de prevenção à contaminação pelo Zika Vírus. Portanto, *alguém misinformado em relação ao assunto seria menos favorável a medidas de combate aos vetores de transmissão do vírus?*

2.0.3.4 Metodologia

Na pesquisa do Barômetro das Américas foram listadas três iniciativas governamentais e os participantes deram notas para expressarem o quanto apoiavam ou não aquelas ações. Durante a entrevista, o pesquisador entregava um cartão com uma escala de 1 a 10 e fazia as perguntas aos participantes, solicitando que marcassem o número conforme o nível de suporte às medidas. Nesse caso, o 1 significa “desaprova fortemente” e o 10 “aprova fortemente”. Em detalhes, as políticas são itemizadas a seguir:

- O uso de larvicida na água para prevenir a reprodução de mosquitos em áreas onde acredita-se que o Zika está presente. Até que ponto aprova ou desaprova?
- O lançamento de mosquitos geneticamente modificados ao ambiente para combater a propagação do Zika. Até que ponto aprova ou desaprova essa medida?
- Para combater o vírus da Zika, os agentes de saúde do governo tem o direito de entrar em residências particulares para buscar pontos de reprodução/focos do mosquito quando o residente ou proprietário não se encontra. Até que ponto aprova ou desaprova essa política?

Tendo essas ações como parâmetro, a partir de um *modelo de regressão linear*, completa-se a investigação da hipótese de que *as pessoas devem rejeitar políticas públicas sobre as quais são misinformadas*. Então, como variável dependente tem-se o nível de *apoio às políticas de precaução ao Zika*. Para operacionalizá-la, as opções de respostas foram reorganizadas numa escala de 0 (desaprova fortemente) a 1 (aprova fortemente). São rodadas, desse modo, regressões para cada política especificamente.

A variável independente de interesse é o nível de *misinformação* relativa ao assunto. Para se mensurar, duas afirmações corretas e duas falsas foram apresentadas aos participantes, os quais diziam se estavam “nada correto”, “pouco correto”, “mais ou menos correto” ou “muito correto”. De maneira a melhor instrumentalizar a variável, as opções de respostas foram agrupadas e rearranjadas, para que ficassem padronizadas e fossem uma única medida de misinformação, numa escala de 0 (não-misinformado) a 1 (misinformado).

¹² Pesquisa conduzida pelo Projeto de Opinião Pública da América Latina - Lapop (sigla em inglês). Para mais detalhes, acesse <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil.php>>

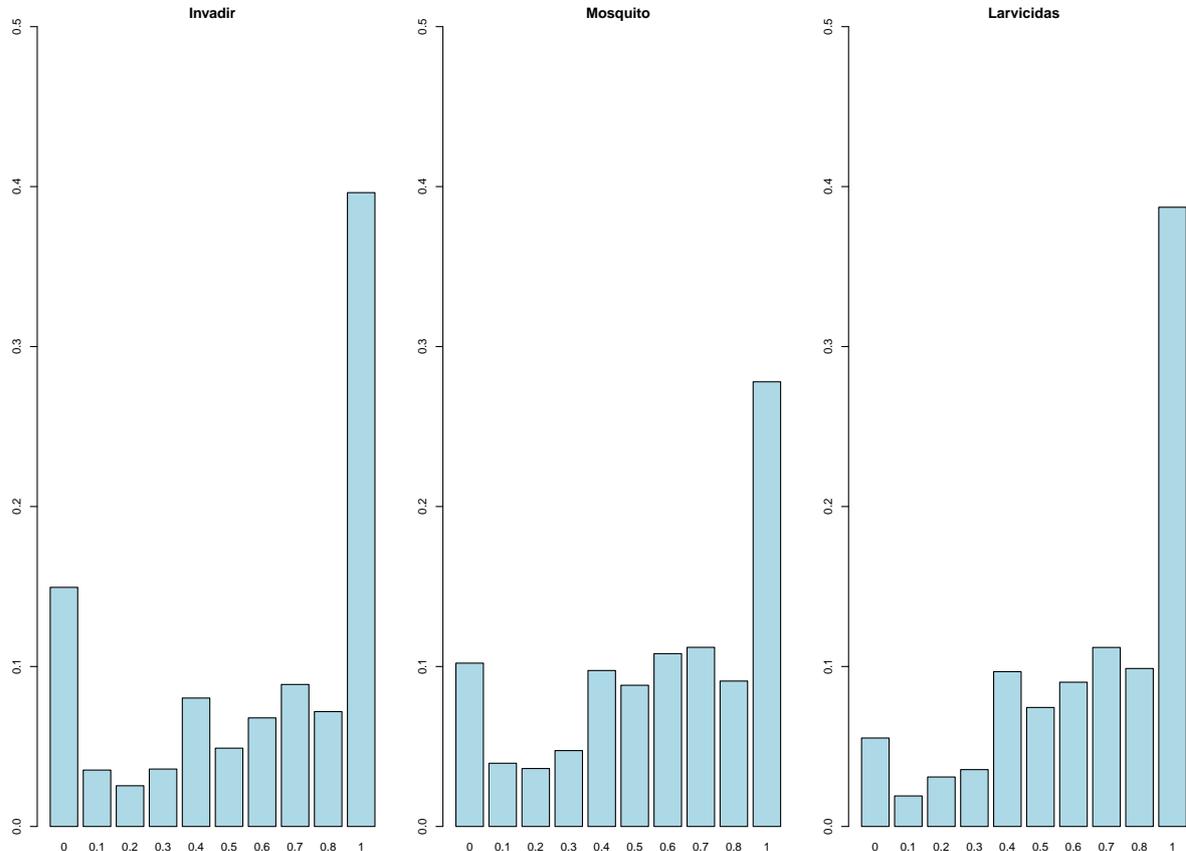
Estes são os enunciados apresentados aos entrevistados: **(1)** *Uma pessoa pode ser infectada com Zika ao ter relações sexuais com alguém infectado* (verdadeiro); **(2)** *Uma pessoa pode ser infectada por contato casual, como apertar a mão de alguém infectado* (falso); **(3)** *Uma pessoa pode ser infectada com Zika pela picada de um mosquito portador do vírus* (verdadeiro); **(4)** *Mosquitos modificados geneticamente – ou seja, NÃO mosquitos selvagens – causaram o surto da Zika na América Latina* (falso).

Por fim, como controles foram incluídas as variáveis sociodemográficas *gênero*, *educação*, *idade* e *renda*. Para gênero, tem-se homem = 0 e mulher = 1, idade abrange de 16 anos para cima e escolaridade é uma binária, na qual pessoas sem nível superior foram codificadas = 0 e com nível superior = 1. Quanto à renda, para melhor capturar as diferenças, utilizou-se a estratégia de tirar o logaritmo da média de cada faixa de renda familiar disponível como alternativas de respostas à pergunta.

2.0.3.5 Resultados

O **Gráfico 2.20** mostra os percentuais para o apoio a cada uma das políticas mencionadas.

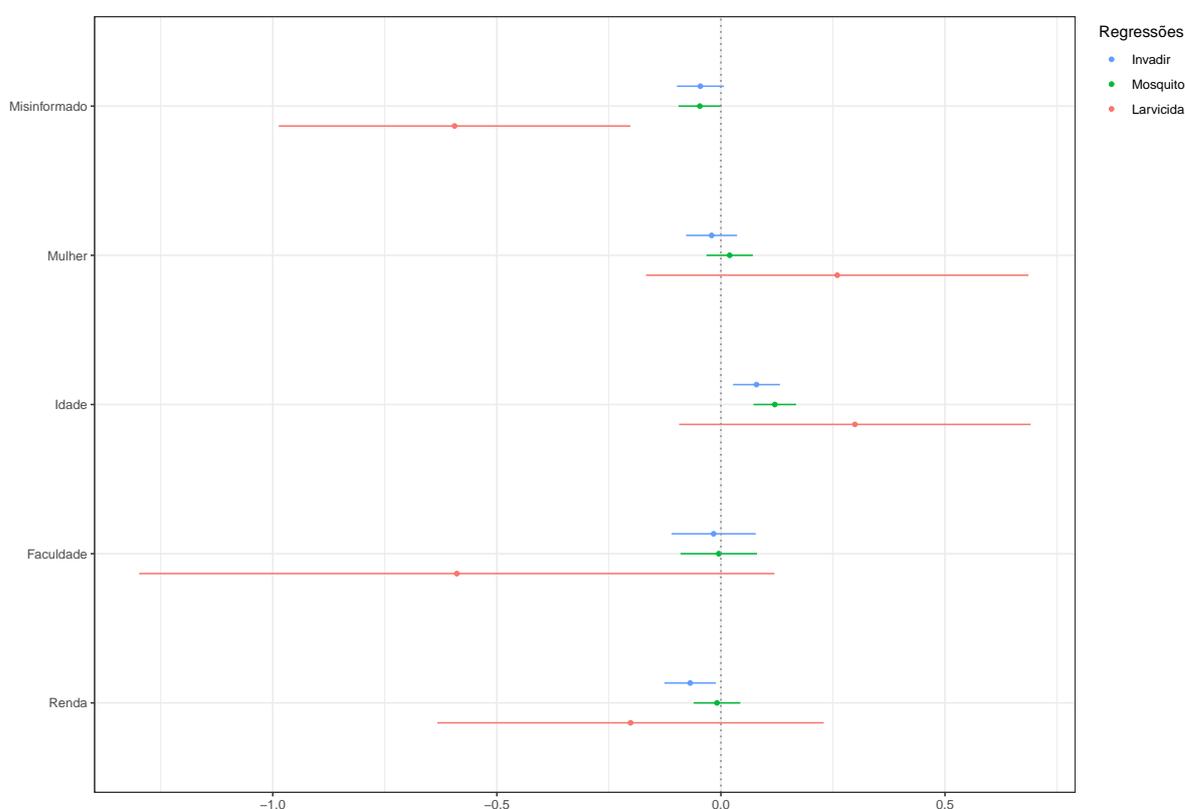
Gráfico 2.20: Suporte a políticas públicas de combate ao Zika



O menor grau de aprovação é para a proposta de uso de *mosquitos* geneticamente modificados para tornar os transmissores do Zika inférteis. Depois, a aprovação mais baixa é quanto ao uso de *larvicidas* para evitar a proliferação dos transmissores do vírus. A que recebe maior média de aprovação é a referente à possibilidade de que os agentes públicos possam *invadir* residências cujos moradores não permitam a entrada para busca de possíveis focos do mosquito transmissor. Essas proposições, sem dúvida, são bem polêmicas, mas obtêm maior aprovação que rejeição.

Em relação aos determinantes do apoio a essas políticas, conforme revelam os coeficientes retratados no **Gráfico 2.21**, de fato, com tudo o mais constante, quanto mais misinformado acerca do Zika, menor tende a ser a concordância com as políticas públicas de enfrentamento ao problema. Os resultados não são estatisticamente significativos nas duas medidas mais polêmicas: “invadir” domicílios para detectar focos do mosquito transmissor, caso os moradores não autorizem a entrada do agente público, e utilizar “mosquitos geneticamente modificados” para anular a reprodutibilidade do propagador do vírus. Sobre o uso de larvicidas, os coeficientes foram significativos.

Gráfico 2.21: Coeficientes estimados para apoio a políticas de combate ao Zika*



¹ Para a regressão *Invadir*: ($F(5, 757) = 3.25, p < 0.006, R^2 = 0.02$); *Mosquito*: ($F(5, 759) = 5.78, p < 0.000, R^2 = 0.04$); *Larvicida*: ($F(5, 761) = 3.42, p < 0.004, R^2 = 0.02$). *Detalhes dos coeficientes na Tabela A.5 do Apêndice A.

Apesar da falta de significância nas proposições mais controversas, o efeito em todos os cenários está na direção esperada. Por ser um resultado condizente com as análises anteriores e com a literatura, as evidências aqui também sugerem que as pessoas devem rejeitar políticas públicas caso sejam misinformadas sobre o tema de sua abrangência.

No que diz respeito às variáveis sociodemográficas, os coeficientes não alcançam significância para gênero. Quanto à idade, percebe-se que as pessoas mais velhas são mais favoráveis às iniciativas propostas, comparadas às mais jovens. Esse suporte entre os mais idosos pode estar relacionado às implicações diretas sobre si. Afinal, há a possibilidade de terem de cuidar de netos com microcefalia¹³ (PINHEIRO, 2019).

Sobre a variável renda familiar, quanto maior for, menor será a aprovação à possibilidade de agentes públicos adentrarem nas moradias, quando não houver autorização, para procurar focos do mosquito transmissor. A questão de proteção ao patrimônio, decerto, pende a ser bastante relevante às pessoas mais ricas. Acerca da variável escolaridade, não se pode concluir nada por ausência de significância estatística.

Como se vê, a misinformação redundava em perigo prático, porque crenças erradas sobre o Zika estão associadas à inclinação por rejeitar políticas públicas de combate à proliferação do vírus. Uma boa notícia, no entanto, é a de que 91.7% ($n = 1,532$) dos participantes da pesquisa aceitaram receber um material informativo sobre a temática. Não se sabe ao certo se todos, verdadeiramente, leram o conteúdo factual, porém houve, para a imensa maioria, a disposição pelo aceite às informações factuais relativas ao assunto.

2.0.3.6 Discussão

As análises desenvolvidas neste subtópico mostraram evidências substanciais de que a misinformação está associada à desaprovação de políticas públicas. Portanto, confirma-se a hipótese. É um achado similar ao que sugere Kuklinski e colegas (2000) concernentemente a políticas de bem-estar social. Subsidiariamente, é clara a influência dos vieses partidários sobre o tipo de atitude individual com relação aos temas políticos estudados (BF, urnas e carga tributária). Essa ascendência é consonante com a literatura.

São resultados desalentadores, porque – se houver crenças erradas amplamente espalhadas relativamente a uma ou outra política pública – o suporte popular a elas pode ruir. Num cenário desses – especialmente quando a ação dos governantes estiver imensamente dependente do assentimento das massas – pode haver comprometimento das condições institucionais (políticas) necessárias para levá-las adiante. Ainda assim, especificamente para o caso do Zika Vírus, os dados mostram grande receptividade a conteúdos informativos – referentemente ao tema – pelos participantes da pesquisa.

¹³ Na gravidez, o Zika pode causar microcefalia nos bebês. Detalhes em: <<https://bit.ly/3l5izSa>>

Resta saber se as informações foram lidas e internalizadas a ponto de fazerem diferença na perspectiva da pessoa relativamente às políticas públicas atinentes ao assunto. Sem dúvida, trata-se de uma das questões mais importantes para a compreensão das especificidades dos distúrbios da informação. Esta pesquisa igualmente aborda essa discussão no próximo subtópico.

2.0.4 Informações factuais, seguidas de suas fontes, induziriam mudanças atitudinais?

Atitudes são determinadas por uma imensidão de variáveis, porém algo central na maneira como cada pessoa constroi sentimentos negativos ou positivos a respeito das coisas da vida passa pelas inferências feitas a partir de informações e experiências individuais e coletivas (MERCIER; SPERBER, 2017). O ponto é que, por falha mental (MARSH; CANTOR; BRASHIER, 2016) ou por vieses (BOLSEN; DRUCKMAN; COOK, 2014; KUNDA, 1990), sobretudo em política, muito das preferências (apoio ou desaprovação) se sustenta essencialmente em misinformação (LAZER et al., 2018; LEWANDOWSKY et al., 2012).

Conseqüentemente, parte da preocupação referente aos distúrbios da informação está nas possibilidades de reversão dos seus impactos. Uma maneira é a provisão de dados autênticos. Contudo, há algum efeito prático nisso? Alguém mudaria opiniões ao receber conteúdos verdadeiros, especialmente se forem acompanhados de fontes fidedignas? No campo da política, sobretudo em períodos eleitorais, muita gente até aceita que informações prévias são fabricações, mas não é algo suficiente para implicar em mudança do voto, por exemplo (NYHAN et al., 2019; SWIRE et al., 2017). Esta pesquisa entra nesse debate com foco no caso do suporte a políticas públicas.

São apresentados aqui, portanto, os resultados de um desenho experimental desenvolvido para investigar se o fornecimento de dados corretos e de suas fontes produziria novas atitudes quanto ao Bolsa Família, urnas eletrônicas e ao aumento de impostos para pessoas mais ricas. Nesse caso, o esperado é que haja incremento na aprovação dessas políticas. Tendo em vista o objetivo geral deste estudo, parte-se do princípio de que a mudança de atitude seria evidência de que é possível alterar sequelas da misinformação. Em outras palavras, haveria a atualização da *misinformação* para um quadro de *informação* e, como decorrência, nova atitude. Experimentos como o *deliberative polling* demonstraram ser factível a alteração de opiniões a partir do acesso a dados corretos (LUSKIN; FISHKIN; JOWELL, 2002).

Convém ressaltar que, mesmo atentando-se à associação entre misinformação e atitudes negativas, não é possível afirmar que as pessoas que desaprovam as políticas estudadas aqui sejam, de fato, misinformadas. Muita gente, por óbvio, pode simplesmente não concordar, devido a visões ideológicas próprias acerca de certos tipos de políticas públicas. Para exemplificar, há quem entenda que políticas de transferência direta de renda não sejam a melhor maneira de reduzir a desigualdade. Outros acreditam que o sistema de votação em cédulas de papel é menos suscetível a fraudes. Para uns, menos impostos para mais ricos ajuda a gerar empregos. No entanto, na média, nem todos têm o mesmo nível de sofisticação política.

Por isso, uma das razões para se desenvolverem experimentos com desenhos como o proposto aqui está na necessidade de compreender se a provisão de informações verazes geraria variações atitudinais. Ao se ter em conta as perversas implicações da misinformação para democracia, é preciso seguir adiante no esforço para dirimir seus efeitos. Na eventualidade de surgirem novas atitudes em função da provisão de conteúdos acurados e fontes críveis, será um sinal da possibilidade de que pode haver impacto positivo das retratações na redução de crenças erradas.

Consequentemente, propõe-se a **Hipótese 4** desta pesquisa: *a provisão de informações autênticas, acrescidas de suas fontes, redundará em atitudes positivas referentemente a políticas públicas.*

2.0.4.1 Desenho Experimental

Para testar essa hipótese, foi configurado um desenho experimental que, para fins de *accountability*, está pré-registrado na plataforma *Evidence in Governance and Politics* (EGAP), sob o título *Misinformation, Sophistication, Trust and Cognitive Abilities*¹⁴.

Com essa estratégia – tendo designação aleatória dos integrantes – contrastam-se controle e tratamentos em três diferentes cenários: (*G1*) os participantes respondem – sem receber nenhuma informação adicional – a perguntas para verificar suas atitudes quanto ao Bolsa Família, urnas eletrônicas e sobre impostos para os mais ricos; (*G2*) as perguntas são as mesmas, mas há a provisão de dados corretos sobre cada tema, respectivamente, antes da questão de verificação de atitude; e, por fim, (*G3*) as perguntas atitudinais são apresentadas, porém há a exposição prévia de dados corretos acrescidos de suas fontes.

Portanto, as variáveis dependentes são *apoio ao Bolsa Família, ao uso das urnas eletrônicas e ao aumento de impostos para mais ricos*. Como variáveis independentes têm-se *dados corretos e dados corretos mais fontes críveis*. Para a análise, comparam-se as médias de aprovação a cada política entre os grupos. A organização dos grupos e as perguntas estão detalhadas a seguir.

Tem-se – primeiramente – o grupo **G1 - controle**, ao qual as perguntas para se mensurarem as atitudes são apresentadas de forma direta, sem nenhuma informação adicional, como se segue:

- **(Grupo Bolsa Família)** *Em relação aos gastos com o Programa Bolsa Família, o que você acha que o governo deveria fazer?* (0) Eliminar completamente o programa; (1) Reduzir muito os benefícios; (2) Reduzir um pouco os benefícios; (3) Manter os benefícios como estão; (4) Aumentar um pouco os benefícios; (5) Aumentar muito os benefícios.

¹⁴ Disponível em <<http://egap.org/>>

- **(Grupo Urnas Eletrônicas)** *Você acha que o Brasil deveria parar de usar urnas eletrônicas nas eleições?* (0) sim ou (1) não.
- **(Grupo Impostos)** *Você acredita que quem tem renda alta:* (1) Deve pagar muito menos impostos; (2) Deve pagar um pouco menos de impostos; (3) Já paga uma quantidade justa de impostos; (4) Deve pagar um pouco mais de impostos; (5) Deve pagar muito mais impostos.

No **tratamento I**, outros participantes respondem, de forma respectiva, às mesmas perguntas, porém, antes são apresentados *dados corretos* sobre os assuntos tratados, como se seguem:

- **(Grupo Bolsa Família)** Para começar, os participantes acessam à seguinte informação correta: *As famílias que recebem o benefício do Bolsa Família tiveram menos filhos que a média brasileira entre os anos de 2003 e 2013.*

Depois, vem esta pergunta: *Em relação aos gastos com o Programa Bolsa Família, o que você acha que o governo deveria fazer?* (0) Eliminar completamente o programa; (1) Reduzir muito os benefícios; (2) Reduzir um pouco os benefícios; (3) Manter os benefícios como estão; (4) Aumentar um pouco os benefícios; (5) Aumentar muito os benefícios.

- **(Grupo Urnas Eletrônicas)** Logo no início, leem esta informação correta: *Além do Brasil, vários países utilizam o sistema de votação eletrônica.*

Em seguida, a pergunta atitudinal é feita: *Você acha que o Brasil deveria parar de usar urnas eletrônicas nas eleições?* (0) sim ou (1) não.

- **(Grupo Impostos)** *Comparado aos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é o país que cobra menos impostos.*

Depois, vem a pergunta: *Você acredita que quem tem renda alta:* (1) Deve pagar muito menos impostos; (2) Deve pagar um pouco menos de impostos; (3) Já paga uma quantidade justa de impostos; (4) Deve pagar um pouco mais de impostos; (5) Deve pagar muito mais impostos.

Por fim, no **tratamento II**, outras pessoas aleatoriamente atribuídas respondem às mesmas questões, porém com o acréscimo de *dados corretos e fontes fidedignas*, como discriminado a seguir:

- **(Grupo Bolsa Família)** *Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as famílias que recebem o benefício do Bolsa Família tiveram, de fato, menos filhos que a média brasileira entre os anos de 2003 e 2013, ou seja, enquanto*

na média do país a queda foi de 10.7%, a taxa ficou 15.7% mais baixa entre os beneficiários do Bolsa Família.

Após, são submetidos a esta pergunta: *Em relação aos gastos com o Programa Bolsa Família, o que você acha que o governo deveria fazer?* (0) Eliminar completamente o programa; (1) Reduzir muito os benefícios; (2) Reduzir um pouco os benefícios; (3) Manter os benefícios como estão; (4) Aumentar um pouco os benefícios; (5) Aumentar muito os benefícios.

- **(Grupo Urnas Eletrônicas)** *O Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional), sediado em Estocolmo (Suécia), afirma que, de fato, cerca de 32 países utilizam ou utilizaram o sistema de votação eletrônica. A lista inclui, além do Brasil, México, Estados Unidos (alguns estados), Canadá (algumas províncias), Suécia, Japão, Coreia do Sul, Índia etc..*

Aí, vem a pergunta: *Você acha que o Brasil deveria parar de usar Urnas Eletrônicas nas eleições?* (0) sim ou (1) não;

- **(Grupo Impostos)** *Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a relação entre impostos pagos pelos brasileiros e o Produto Interno Bruto (PIB) (todas as riquezas produzidas no país) é de 33.6%, ou seja, de fato, ligeiramente abaixo da média dos 37 países membros da OCDE, que é de 34.6%. Esses números são confirmados pelo Banco Mundial, uma instituição financeira internacional que oferece empréstimos a países para investimento em desenvolvimento.*

Logo após, respondem: *Você acredita que quem tem renda alta:* (1) Deve pagar muito menos impostos; (2) Deve pagar um pouco menos de impostos; (3) Já paga uma quantidade justa de impostos; (4) Deve pagar um pouco mais de impostos; (5) Deve pagar muito mais impostos.

2.0.4.2 Resultados

Os achados referentes aos grupos sobre apoio ao Bolsa Família não estão exatamente na direção esperada. Quando são comparados o primeiro tratamento (grupo que recebe uma informação correta a respeito do programa) e o controle, a média de aprovação ao BF é um pouco menor entre respondentes que acessaram o dado fiel antes de opinarem sobre o nível de investimentos governamentais na política de transferência direta de renda. Como se vê na **Tabela 2.1**, o *teste-t* para amostras não pareadas revela que essa diferença é estatisticamente significativa ($t(2364) = 2.44, p < .014$). Contudo, por ser uma informação sem referência à fonte, pode ser que haja desconfiança do conteúdo.

Entretanto, ao se contrastarem as médias entre o tratamento dois (informação e fonte) e o controle, há uma ínfima diferença também na direção contrária ao antevisto,

porém não significativa estatisticamente ($t(2256) = 0.94, p < .345$). Quanto ao contraponto entre os dois tratamentos, observa-se mais apoio a um maior investimento estatal no programa entre aqueles que recebem a informação correta e sua fonte. Todavia, não é uma diferença que alcança significância estatística ($t(2321) = -1.45, p < .147$). Independentemente disso, analisando todas as comparações entre os grupos, percebe-se que a inclusão da fonte dos dados tende a ser mais eficiente que apenas a provisão da informação.

Tabela 2.1: *Teste-t* para diferenças de médias de apoio a políticas públicas

| Variáveis | Grupos | n | M | t^1 | p |
|--------------------|--------------------|------|----------------|-------|-------|
| Bolsa Família | Sem informação | 1145 | 2.99 (1.31) | 2.44 | 0.014 |
| | Informação | 1227 | 2.86 (1.34) | | |
| Bolsa Família | Sem informação | 1145 | 2.99 (1.31) | 0.94 | 0.345 |
| | Informação e fonte | 1118 | 2.94 (1.35) | | |
| Bolsa Família | Informação | 1227 | 2.86 (1.34) | -1.45 | 0.147 |
| | Informação e fonte | 1118 | 2.94 (1.35) | | |
| Urnas Eletrônicas | Sem informação | 1145 | 0.68 (0.46) | 1.66 | 0.096 |
| | Informação | 1146 | 0.65 (0.48) | | |
| Urnas Eletrônicas | Sem informação | 1145 | 0.68 (0.46) | -0.84 | 0.400 |
| | Informação e fonte | 1121 | 0.70 (0.46) | | |
| Urnas Eletrônicas | Informação | 1146 | 0.65 (0.48) | -2.50 | 0.012 |
| | Informação e fonte | 1121 | 0.70 (0.46) | | |
| Imposto para ricos | Sem informação | 1144 | 3.68 (1.03) | -0.02 | 0.979 |
| | Informação | 1145 | 3.69 (1.02) | | |
| Imposto para ricos | Sem informação | 1144 | 3.68 (1.03) | 5.43 | 0.000 |
| | Informação e fonte | 1135 | 3.43 (1.22) | | |
| Imposto para ricos | Informação | 1145 | 3.69 (1.02) | 5.47 | 0.000 |
| | Informação e fonte | 1135 | 3.43 (1.22) | | |

Nota: Desvio padrão entre parênteses.

¹ *Teste-t* para amostras não pareadas (bicaudal).

O comportamento das médias para a aprovação ao uso das urnas eletrônicas é bem parecido ao caso do BF. Praticamente não há diferenças no apoio entre o controle e o tratamento 1 (somente a informação provida). Diversamente ocorre na comparação controle e tratamento 2 (informação e fonte), porque – em termos de suporte – é maior a média quando há o acesso a dados corretos e sua fonte. De todo modo, a diferença não é significativa ($t(2264) = -0.84, p < .400$). Agora, entre os dois tratamentos, o suporte ao sistema computadorizado de votação é maior para respondentes que receberam a

informação factual e houve referência de onde ela vinha. O teste- t demonstra que essa diferença é significativa estatisticamente ($t(2264) = -2.50, p < .012$).

Finalmente, quando o assunto é aumentar impostos para os mais ricos, quase não existe diferença entre o controle e o tratamento 1 (informação). Por outro lado, o contraponto entre controle e tratamento 2 (informação e fonte), aponta que a média de apoio é menor para respondentes que foram providos com os dados corretos e houve menção às suas fontes. Semelhantemente, ao se ter o contraste entre os tratamentos, é mais baixa aprovação para o segundo grupo. As duas diferenças são significativas, respectivamente, ($t(2212) = 5.43, p < .000$) e ($t(2208) = 5.47, p < .000$).

Temas ligados a questões tributárias são complexos e não são tão populares. Além disso, pode ser que o acréscimo das fontes (OCDE e Banco Mundial), nesse contexto, não signifique informação relevante. Afinal, se as pessoas, geralmente, já são ignorantes quanto à temática, pouco devem saber a respeito dessas instituições. Portanto, talvez esse não seja um bom assunto para o objetivo proposto no experimento, fora a chance de muita gente – por inúmeras razões – não ver tais instituições como confiáveis nem muito menos achar o aumento de impostos para ricos uma boa política.

2.0.4.3 Discussão

Pode-se inferir dos resultados do experimento que informações corretas, mesmo com a provisão das fontes, não parecem ser suficientes para mudanças de atitudes. Dependendo do tema, podem aumentar a rejeição inicial à política em análise. Outro ponto é: o assunto em análise deve importar muito, principalmente, como observado no tópico anterior, devido ao viés partidário. É um cenário bastante plausível, porque assuntos corriqueiros dos debates políticos são mais passíveis de induzirem crenças erradas, sobretudo por causa de amarras ideológicas (JERIT; BARABAS, 2012). Portanto, é um indicativo de que, se de antemão as atitudes já se sustentam na misinformação, outras estratégias devem ser pensadas. Dados fiéis e fontes oficiais parecem pouco eficientes.

Novos estudos com a meta de corrigir a misinformação poderiam focar mais em características disposicionais, porque reverter crenças estabelecidas a partir de variáveis situacionais requerem tremendo esforço psicológico (CLARKE, 2002). Então, considerando que o ser humano se move socialmente à base de sua reputação (MERCIER; SPERBER, 2017), talvez aí resida uma possibilidade de retratação. Dito de outro jeito, a racionalização dos passos a se tomar na vida, o comportamento e por aí vai, dependeriam do quanto a credibilidade do indivíduo diante dos outros é afetada ou não. Conseqüentemente, uma hipótese a se avaliar no futuro é a de que uma pessoa ameaçada em sua reputação por endossar uma crença errada deverá ser, por autopreservação, mais disposta à correção. Há achados nesse sentido referentes às teorias conspiratórias (OROSZ et al., 2016).

Infelizmente, de modo geral, as pesquisas revelam malogro nas tentativas de reparação. A grande questão, por certo, talvez nem seja desfazer a crença errada. O ponto é saber como neutralizar inúmeras características próprias do indivíduo e do ambiente no qual ele está inserido que induzem a admissão de fabricações. O municiamento do público com informações factuais e suas respectivas fontes não deixa de ser relevante, apesar da pouca eficiência isolada. É claro que a própria aceção de fonte crível em si deve variar de pessoa para pessoa, inclusive pode ser semelhantemente impactada pelas preferências partidárias. Quer dizer, a fonte seria confiável a quem?

3 Reações às Teorias Conspiratórias

3.0.1 Introdução

Confabulações diversas, como as teorias conspiratórias, e a própria falha mental no processamento de qualquer nova mensagem podem tornar alguém misinformado (MARSH; CANTOR; BRASHIER, 2016). A misinformação, é razoável dizer, seria a consequência “crônica” de algum ou muitos dos subconjuntos dos distúrbios da informação. A despeito dos incontáveis empecilhos às incursões para desacreditá-la (ECKER et al., 2011; ECKER; LEWANDOWSKY; CHADWICK, 2020, no prelo; NYHAN, 2010), alguns estudos têm mostrado que quanto mais rápido e diretamente se corrigirem conteúdos inautênticos, melhores são as chances de sucedimento (COOK; LEWANDOWSKY, 2012; STOJANOV et al., 2015). Se ainda não for uma crença estabelecida (misinformação), talvez haja melhor ambiente para a correção.

As teorias conspiratórias são bastante pervasivas e quase sempre arrebatadoras, porque oferecem explicações alternativas e plausíveis aos acontecimentos históricos, tendem à onipresença (DOUGLAS et al., 2019). Por inúmeras razões, pessoas podem acreditar nelas ou não. Na hipótese de endossá-las, *quem aceitaria retratações? Que correção seria exitosa? Quais variáveis explicariam a disposição por aceitar correções?* Há expressiva produção científica nesse campo, contudo centradas no cenário dos Estados Unidos. Inobstante os mecanismos mentais humanos de processamento de informações serem congêneres (MARSH; CANTOR; BRASHIER, 2016), circunstâncias culturais igualmente afetam a assimilação individual de conteúdos (FISKE et al., 1998). Consequentemente, a variação de contextos deve oferecer melhores subsídios à compreensão desse objeto.

Existem conjunções sociais sobremodo oportunas às teorias conspiratórias e, similarmente, pessoas com índole excessivamente inclinada ao pensamento conspirante. Há uma confluência de fatores disposicionais e situacionais inerentes à fluidez das TCs. Normalmente, certos ambientes são bastante prósperos, como o de extremismo político (FRANKS et al., 2017; MCHOSKEY, 1995). O pior aí é que uma coisa alimenta a outra, porque quanto abundantemente polarizado for o quadro, mais fácil fica para o predomínio das teorias conspiratórias (ZOLLO et al., 2015). Do mesmo modo, conjunturas sociais tumultuadas são fecundas instigadoras de TCs (KNAPP, 1944).

Quanto aos aspectos individuais, os cétricos (KEELEY, 1999; STOJANOV et al., 2015), quem gosta de ser hegemônico (SAPOUNTZIS; CONDOR, 2013), dogmáticos, fanáticos religiosos ou quem acredita em paranormalidade (BRONSTEIN et al., 2019) são demais sujeitos a elas. Da mesma forma, pessoas que se sentem fracas, alienadas, são hostis e a todo momento se veem em desvantagem, habitualmente, são presas fáceis a essa categoria

esconsa de explicação das coisas (ABALAKINA-PAAP et al., 1999). O nível de sensibilidade, se sente raiva ou desesperança diante de novas notícias (CLARKE, 2002), alguém com falta de confiança pessoal e temeroso do futuro (medo do desemprego) (GOERTZEL, 1994) também é mais provável de acreditar em teorias conspiratórias. Diversamente, perfis assaz positivos, por exemplo, pessoas muito autossuficientes, com exagerada autoestima são sobremaneira vulneráveis, porque se julgam iluminadas, sabedoras do que pouca gente conhece e prontas a iluminar os incautos (GROH, 1987).

O Brasil, sem dúvida, por suas especificidades políticas e sociais, é um caso auspicioso para pesquisas relativas à temática. Por isso, este estudo busca – a partir da realidade brasileira – integrar-se ao crescente conjunto de investigações do universo das teorias conspiratórias. Com enfoque nas possibilidades de correção da crença em TCs, apresenta os resultados de dois focos investigativos. Em primeiro lugar, avalia-se a taxa de sucesso de táticas diferentes de retratação. Para tanto, usa-se um desenho experimental assente em frentes distintas, ambas com a provisão imediata e incisiva da correção, porém com conteúdos ligeiramente diversos.

Participantes que endossaram às teorias conspiratórias foram aleatoriamente distribuídos a dois grupos. A um a desacreditação é apresentada num contexto no qual se repete a TC, negando-a, disponibilizando imediatamente o dado correto sobre o objeto da explicação conspirante. Ao outro, diferentemente, somente a explicação factual é provida. Essas duas estratégias de reparação se deram igualmente para um contexto em que se vinculavam as teorias conspiratórias a políticos e outro no qual tão somente as TCs eram apresentadas, sem nenhuma referência a autorias. Os achados sugerem maior efetividade nas correções em que não se reintroduz a teoria conspiratória para desacreditá-la. Não se observa impacto da alusão ou não aos políticos (supostos autores) sobre o sucesso ou fracasso das iniciativas de reparação do endosso as fabricações.

Na última parte, estudam-se prováveis determinantes do aceite ou não à correção, com suporte de um *modelo de regressão logística multinomial*. Percebe-se, a partir dos resultados, que admitir ou recusar à retratação depende muito da preferência partidária das pessoas (se são petistas ou antipetistas) e da conotação ideológica do conteúdo da TC. Mais ainda, não se constata efeito da capacidade de reflexão cognitiva (CRT) sobre a probabilidade de admitir a reparação da TC. Diversamente, pessoas com muito conhecimento político propendem sobremodo à recusa da explicação factual.

3.0.2 Sucessos e limitações

Estratégias de desacreditação de informações inverídicas em política vêm sendo testadas por alguns pesquisadores, maioritariamente no contexto dos Estados Unidos. Verifica-se algum grau de sucesso numa ou noutra tática. Eleitores de Donald Trump em 2016 – quando submetidos a correções de inautenticidades difundidas pelo próprio Trump na campanha – aceitavam o conteúdo como errado quando corrigidos. Todavia, não mudavam sua intenção de voto (SWIRE et al., 2017). Os achados de Swire e colegas apontaram para figuras políticas como heurísticas para endossar informações, porém a veracidade não era pré-requisito para apoiar candidaturas.

Similarmente, Nyhan e coautores (2019), também durante a campanha de 2016, fizeram experimentos nos quais testaram o efeito da ação do trabalho jornalístico de checagem das informações dadas por Trump nos debates. Eles encontraram que os participantes aceitavam – quando era o caso – a imprecisão dos dados, no entanto, não mudavam suas atitudes em relação a Donald Trump. Para eles, é uma sugestão do pouco efeito prático dos *fact checks*, não obstante ampliarem a percepção das inconsistências. Não deixa de ser uma descoberta alvissareira, porque produz o reconhecimento de que a informação é falsa.

É possível haver um ponto de inflexão gerado por níveis elevados de ansiedade resultantes de contestações de crenças prévias (REDLAWSK; CIVETTINI; EMMERSON, 2010). Experimentalmente, Redlawsk e colegas concluíram existir a possibilidade de a pessoa aceitar novas informações, mesmo se elas afetarem visões de mundo já sedimentadas. À medida que as pessoas eram expostas a muitas informações contradizentes a seus candidatos, mais ansiosas ficavam e, por consequência, inclinavam-se a mudar a escolha inicial de voto. O efeito foi notado numa eleição simulada e com candidatos fictícios. Possivelmente, o grau máximo de ansiedade – a ponto de implicar em mudanças atitudinais ou comportamentais – seja mais complicado de se alcançar em cenários políticos reais.

Quando inverdades são desmascaradas de maneira bem incisiva e as falácias e motivos por trás delas são claramente expostos, a probabilidade de sucesso é maior (STOJANOV et al., 2015). Diferentemente, quando apenas dados factuais foram apresentados, a estratégia não foi suficiente para reduzir o endosso as TCs investigadas. Ana Stojanov encontrou esses resultados em experimentos para desacreditar teorias conspiratórias médicas. Esses achados mostram que quanto mais detalhes sobre o conteúdo falso for provido – além de informações corretas, também expor suas intenções e efeitos nefastos – maior será a chance de sucesso.

Em situações de epidemias ou doenças repentinamente em surto, as correções não parecem surtir o efeito esperado (CAREY et al., 2020). Carey e colegas, utilizando-se semelhantemente de estratégias experimentais, constataram tal situação em relação ao Zika vírus e à febre amarela no Brasil. Eles detectaram que tentativas de reduzir

concepções erradas sobre o Zika não funcionaram, mas – contrariamente – diminuíram crenças corretas sobre a doença. Para a febre amarela, o contra-ataque foi mais efetivo, porém não aumentou o apoio às políticas de controle nem a intenção de engajamento preventivo. Para os pesquisadores, esses resultados podem ser explicados pelo pouco conhecimento dos brasileiros em relação ao Zika e mais clareza sobre a febre amarela, porque é uma doença com registros de incidência bem antigos.

Na pandemia de coronavírus, a ausência de dados factuais relativos ao assunto também levava os indivíduos a compartilharem fabricações (PENNYCOOK et al., 2020). Entretanto, segundo os pesquisadores, quando as pessoas eram chamadas a refletir a respeito da veracidade da informação, elas eram menos devotadas a difundir mentiras. Se os participantes acessassem um lembrete da necessidade de certeza da precisão do conteúdo, isso mais que dobrava a intenção deles de partilhar informações factuais. Em resumo, os achados de Pennycook e coautores sugerem que incentivar o rigor tocante à veridicidade dos fatos eleva o desejo individual de propagar mensagens autênticas.

Berinsky (2017) obteve sucesso num experimento quanto à rejeição de rumores a partir da apresentação de uma fonte improvável, porém confiável. O pesquisador propôs a participantes republicanos que políticos igualmente republicanos, de alto calibre e excelente reputação, eram quem estava refutando uma fabricação contra os democratas. Ele desenvolveu a mesma operacionalização para participantes democratas, ou seja, políticos do partido corrigiam falsas informações a respeito dos republicanos. Se alguém contrapusesse boatos que poderiam favorecer seu próprio espectro político, a chance de colocá-los em descrédito seria maior. A tática, de fato, reduziu a misinformação.

Na mesma direção, também de maneira experimental, Warner e Neville-Shepard (2014) mostram que a provisão de informações acuradas reduz ou reverte os efeitos de teorias conspiratórias. A questão central, para eles, é encontrar e aplicar a melhor maneira de desmentir a falsidade. No caso do desenho experimental que utilizaram, os pesquisadores apresentaram ao grupo de tratamento a teoria conspiratória e depois informações para refutar a TC, além de debates empreendidos em um blog com argumentos dos dois lados. Os resultados mostraram redução ou completa reversão do endosso à conspiração.

Considerando-se a rapidez que informações manufaturadas circulam pelas mídias sociais (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018), alguns estudos testam a efetividade dos mecanismos para contra-atacá-las nesse ambiente. Clayton e coautores (2019) viram que manchetes falsas são percebidas como menos confiáveis se estiverem acompanhadas de um aviso de que são enganosas ou se forem marcadas como “em disputa” ou “classificado como falso”. Se um artigo suspeito for marcado como “classificado como falso” diminui mais a confiabilidade do que quando é apenas marcado como “em disputa” (*idem*).

A estratégia usada por Jolley e Douglas (2017) foi a de apresentar o dado correto antes de o indivíduo se deparar com a TC relativa à vacinação. A ideia se baseia na

prevenção, como se fosse uma ação de “injetar” a verdade de antemão. Entretanto, se as TCs estiverem completamente assimiladas pelas pessoas, a correção – segundo eles, somando-se a mais estudos do campo (ECKER et al., 2011; NYHAN, 2010; NYHAN; REIFLER, 2010) – é excessivamente difícil. As barreiras às correções tendem a ser maiores ainda se o assunto objeto da invenção for muito propagado (FLYNN; NYHAN; REIFLER, 2017). Em temas políticos – mesmo após serem reparados com sucesso – as falsas informações podem continuar afetando a opinião das pessoas (BULLOCK, 2007).

Uma peculiaridade importante no processo de propagar e desacreditar uma teoria conspiratória tem a ver com a estrutura de rede associada a cada lado da mensagem, quer dizer, o da difusão da TC e o da correção (WOOD, 2018). Por causa de sua característica contra-narrativa, as TCs acabam existindo em modo mais competitivo e desorganizado (WOOD; DOUGLAS, 2013). É possível haver mais de uma corrente conspiratória sobre o mesmo tema e isso seria um trunfo para aqueles imbuídos de combatê-la, porque – em termos de rede – as correções poderiam ter origem centralizada. Nessa hipótese, haveria um tipo de “líderança” para coordenar ações corretivas numa única direção (WOOD, 2018).

Conforme Wood (*idem*), o que pode minar a reparação é a transitoriedade do endosso as TCs; a crença na TC nem sempre é duradoura. Nesse enquadramento, as redes conspiratórias podem ter alguns “nós centrais” que atuariam como câmara para compensar eventuais narrativas conflitantes. Aí, especificamente, os teóricos conspiradores teriam redes mais bem coesas, comparados aos seus combatentes. Assim sendo, muito da probabilidade de sucesso nas diligências para desmascarar TCs teria relação com a capacidade de unificar as mensagens reparadoras.

Por fim, é preciso lidar com a possibilidade de que uma correção reforce a crença errada quando, porventura, repete o conteúdo falso para depois refutá-lo (LEWANDOWSKY et al., 2012; NYHAN; REIFLER, 2010; WARNER; NEVILLE-SHEPARD, 2014). De todo modo, quando o indivíduo não é familiarizado com o objeto da fabricação – diga-se, ele se depara com uma invenção inédita – não tem havido incremento da convicção na veracidade da informação errada quando ela é repetida na correção (ECKER; LEWANDOWSKY; CHADWICK, 2020, no prelo).

A partir dessa discussão teórica, propõem-se as seguintes hipóteses sobre a efetividade de estratégias de correção das teorias conspiratórias:

Hipótese 1: *a correção da teoria conspiratória obterá menos sucesso se a explicação fabricada for repetida na estratégia corretiva.*

Hipótese 2: *se as teorias conspiratórias forem atribuídas a lideranças políticas, menos efetivas serão as tentativas de se corrigi-las.*

Ainda se verifica quanto de sucesso há na retratação ao se afirmar – imediatamente após a admissão do endosso a explicação inventada – que ela é justamente falsa.

3.0.2.1 Desenho Experimental

Os testes das hipóteses propostas se sustentam na base de dados “*Conspiracy Theory Thinking and Beliefs in Brazil*” (TURGEON et al., 2020) . A coleta dos dados ficou a cargo da empresa especializada em pesquisas online Netquest e foi feita entre abril e maio de 2020. São pouco mais de 10 mil participantes (com idade a partir dos 18 anos), com amostra estratificada por cotas. Eles responderam a diferentes segmentos de questões¹ e cerca dois mil e 600 foram atribuídos aleatoriamente aos blocos experimentais objetos deste estudo (os grupos designados para acessarem as correções das teorias conspiratórias).

Conforme o desenho proposto, os participantes foram submetidos a teorias conspiratórias políticas em circulação nas mídias sociais dos brasileiros nos últimos anos, além de a uma TC a respeito da origem do coronavírus. O critério para as escolhas dos temas foi o do equilíbrio entre enunciados inerentemente ligados aos discursos percebidos como esquerdistas e direitistas no Brasil. Ressalte-se que são duas versões distintas para as alternativas de respostas. Uma na qual é mencionado o nome do Presidente Bolsonaro ou do ex-Presidente Lula e políticos petistas e a outra na qual não havia referência política alguma, conforme exibido no **Quadro 3.1**.

Por exemplo, quando se apresentam dados a respeito das queimadas na Amazônia em 2019 e pede-se aos participantes que escolham explicações para o evento, a um grupo é exibida uma teoria conspiratória de que os incêndios na floresta eram planejados para prejudicar o governo e essa versão era atribuída ao Presidente Jair Bolsonaro. Ao outro grupo, mencionava-se apenas a TC sem citação do nome do presidente. Na teoria conspiratória tocante ao *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, em um caso alude-se a autoria da TC ao ex-Presidente Lula. Na outra versão, a teoria conspiratória é disponibilizada sem referência a ninguém. Ressalte-se, a determinação de a qual tipo específico de perguntas o respondente seria direcionado foi aleatória.

Como se vê no quadro de temas, os participantes eram convidados a escolher alguma explicação para o fato exposto a si. Ao ler informações acerca de eventos específicos vinculados a um e outro espectro ideológico, o respondente se deparava com três opções de respostas (sendo as duas primeiras ordenadas de maneira aleatória a cada vez): uma na qual se listavam dados factuais, outra com uma explicação lastreada numa teoria conspiratória e a última era “não sei qual é a verdade”. Aleatoriamente, quem escolheu a TC como causa do evento referido foi direcionado a dois segmentos de correção. A um, o texto de reparação repetia a teoria conspiratória, mas negando-a, expondo a conotação conspirante. No outro, tão somente a informação correta era fornecida.

¹ Questionário disponível no *Anexo B*.

Quadro 3.1: Quadro de questões para teorias conspiratórias

| Temas Políticos Apresentados | n | Opções Explicativas | % |
|---|------|---|----|
| 1a. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram que entre janeiro e junho de 2019 as queimadas na Amazônia aumentaram 110%, na comparação com o mesmo período de 2018. Para você, | 1277 | 1. Ainda não é possível apontar uma explicação definitiva para as queimadas, pois as investigações da Polícia Federal estão em andamento. | 53 |
| | | 2. Foi uma ação orquestrada por grupos interessados em desestabilizar o governo, como afirmou o próprio Presidente Bolsonaro. | 23 |
| | | 3. Não sei qual é a verdade. | 24 |
| 1b. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram que entre janeiro e junho de 2019 as queimadas na Amazônia aumentaram 110%, na comparação com o mesmo período de 2018. Para você, | 1327 | 1. Ainda não é possível apontar uma explicação definitiva para as queimadas, pois as investigações da Polícia Federal estão em andamento. | 48 |
| | | 2. Foi uma ação orquestrada por grupos interessados em desestabilizar o governo. | 28 |
| | | 3. Não sei qual é a verdade. | 24 |
| 2a. Durante a campanha eleitoral de 2018, o candidato a presidente Cabo Daciolo mencionou o Plano Ursal. Para você, Ursal seria: | 1310 | 1. Uma brincadeira que a socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa fez ao criticar governos de esquerda contrários à criação da área de livre comércio das américas. | 17 |
| | | 2. Um plano para criar uma união de países comunistas na América Latina liderada pelo ex-Presidente Lula. | 24 |
| | | 3. Não sei qual é a verdade. | 59 |
| 2a. Durante a campanha eleitoral de 2018, o candidato a presidente Cabo Daciolo mencionou o Plano Ursal. Para você, Ursal seria: | 1301 | 1. Uma brincadeira que a socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa fez ao criticar governos de esquerda contrários à criação da área de livre comércio das américas. | 15 |
| | | 2. Um plano para criar uma união de países comunistas na América Latina. | 29 |
| | | 3. Não sei qual é a verdade. | 56 |
| 3a. O impeachment da Presidente Dilma Rousseff foi: | 1297 | 1. Um processo que seguiu todos os procedimentos previstos na Constituição brasileira. | 64 |
| | | 2. Planejado pelos Estados Unidos e alguns políticos do Brasil, para abrir espaço para empresas americanas explorarem o petróleo brasileiro, como afirmou o ex-Presidente Lula. | 15 |
| | | 3. Não sei qual é a verdade. | 21 |
| 3b. O impeachment da Presidente Dilma Rousseff foi: | 1316 | 1. Um processo que seguiu todos os procedimentos previstos na Constituição brasileira. | 65 |
| | | 2. Planejado pelos Estados Unidos e alguns políticos do Brasil, para abrir espaço para empresas americanas explorarem o petróleo brasileiro. | 13 |
| | | 3. Não sei qual é a verdade. | 22 |
| 4a. Durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro foi vítima de uma tentativa de assassinato por Adélio Bispo. Na sua opinião, Adélio Bispo é: | 1324 | 1. Um indivíduo que tentou matar Bolsonaro, que agiu sozinho e por conta própria. | 43 |
| | | 2. Um indivíduo contratado pela campanha de Jair Bolsonaro para participar de uma armação para simular o assassinato do próprio Bolsonaro, como afirmam alguns políticos do PT. | 26 |
| | | 3. Não sei qual é a verdade. | 31 |
| 4b. Durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro foi vítima de uma tentativa de assassinato por Adélio Bispo. Na sua opinião, Adélio Bispo é: | 1274 | 1. Um indivíduo que tentou matar Bolsonaro, que agiu sozinho e por conta própria. | 44 |
| | | 2. Um indivíduo contratado pela campanha de Jair Bolsonaro para participar de uma armação para simular o assassinato do próprio Bolsonaro. | 26 |
| | | 3. Não sei qual é a verdade. | 30 |

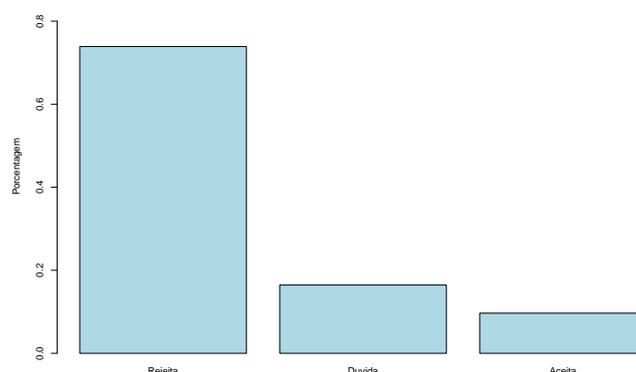
Este experimento se inspira em outros cujos planos focalizam a correção instantânea, incisiva, da teoria conspiratória (ECKER et al., 2011; STOJANOV et al., 2015). Por esta razão, imediatamente após demonstrar o endosso a TC, o respondente recebe a informação correta e a primeira frase que lê é direta, indicando a crença na teoria conspiratória (“essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória”). Stojanov e coautores obtiveram mais sucesso na correção quando contrastaram as TCs peremptoriamente e ressaltaram as falácias representadas nelas. Nas mídias sociais, quando – antes da leitura – “notícias” são marcadas como “em disputa” ou “classificada como falsa”, aumenta-se a chance de rejeição a elas (CLAYTON et al., 2019).

Segundo Cook e Lewandowsky (2012), as pessoas desenvolvem modelos mentais quando acessam conteúdos inautênticos, por isso, se as incursões corretivas forem pobres, menores serão as probabilidades de sucesso. Os indivíduos preferem, ressaltam os pesquisadores, crer no dado errado a uma informação incompleta. Na eventualidade de pensarem mais profundamente sobre mensagens novas e mapearem cuidadosamente as relevâncias do conteúdo, melhores são as oportunidades de se reverter a crença em invenções (SCHWARZ, 2007). Repetir, na correção, a fabricação, seria, assim, um procedimento precário (NYHAN; REIFLER, 2010; WARNER; NEVILLE-SHEPARD, 2014).

3.0.2.2 Resultados

O **Gráfico 3.1** revela quão patente é a preferência por manter a crença nas teorias conspiratórias, a despeito da correção imediata e direta.

Gráfico 3.1: Percentual total de aceite à correção de teorias conspiratórias



De um total de 2,411 participantes que endossaram as TCs políticas e foram imediatamente corrigidos, cerca de 74% rejeitaram a retratação. Em torno de 10% aceitaram-na e 16% passaram a ficar na dúvida sobre as teorias conspiratórias depois de receberem o alerta de que haviam acreditado numa fabricação e os textos com as informações factuais, ou seja, disseram “não saber mais qual é a verdade”. Com olhar mais otimista, somando-se

quem aceitou a retratação aos que se tornaram céticos quanto às TCs, percebe-se impacto positivo da correção sobre quase 30% dos respondentes.

É auspicioso ter-se a volta de um terço dos participantes impactado pelas retificações das teorias conspiratórias. Na casualidade de se planejarem medidas massivas de enfrentamento a esse tipo de distúrbio da informação, a aplicada por este estudo seria opção promissora. Desacreditar categórica e imediatamente as invenções parece iniciativa razoavelmente boa. O próximo passo agora é investigar, distintamente, qual estratégia é mais próspera, aquela na qual apenas o conteúdo fiel é viabilizado na correção ou quando, para reforçar o caráter falso, repete-se a TC.

Neste primeiro momento, agregam-se as correções de todas as quatro teorias conspiratórias políticas e comparam-se as frequências relativas de cada resposta (rejeitar ou aceitar a correção e duvidar da TC). A **Tabela 3.2** mostra ser maior a proporção de aceite à retratação quando não se repete a informação manufaturada. É um resultado condizente com o previsto na *hipótese 1*. Relativamente a ficar na dúvida sobre a TC após a correção, o percentual é um pouco maior na condição de repetição. Para verificar se esses diferentes percentuais são reais e não resultantes do acaso amostral, foi executado um teste *qui-quadrado*. As diferenças são estatisticamente significantes, $X^2(2, N = 2411) = 12.7, p = 0.0017$. Portanto, de modo geral, é plausível afirmar que é melhor não repetir as fabricações ao tentar desacreditá-las.

Tabela 3.2: **Frequências Relativas - Correção de teorias conspiratórias**

| | Opções de respostas | | | |
|-------------------|---------------------|--------|--------|------|
| | Rejeita | Duvida | Aceita | n |
| Não repete as TCs | 68.0% | 16.0% | 16.0% | 1203 |
| Repete as TCs | 72.0% | 17.0% | 11.0% | 1208 |

Outra comparação considerou a junção das duas teorias conspiratórias de esquerda (*impeachment* e facada) e das duas de direita (queimadas na Amazônia e Ursal), respectivamente. Os percentuais exibidos na **Tabela 3.3** estão em consonância com o esperado, afinal são maiores as proporções de acatamento da correção – em ambos os casos – quando não se reintroduz a informação inautêntica para, então, desacreditá-la. Conquanto, o teste *qui-quadrado* para TCs de esquerda revela que as diferenças não alcançam significância estatística, $X^2(2, N = 1038) = 5.13, p = 0.0767$. Similarmente ocorre para as retratações das teorias conspiratórias de direita, $X^2(2, N = 1326) = 4.96, p = 0.0836$.

Tabela 3.3: **Frequências Relativas - Correção de TCs por viés ideológico**

| | Opções de respostas | | | |
|------------------------------|---------------------|--------|--------|-----|
| | Rejeita | Duvida | Aceita | n |
| TCs de Esquerda (Não repete) | 74.8% | 13.6% | 11.6% | 508 |
| TCs de Esquerda (Repete) | 77.4% | 15.1% | 7.5% | 530 |
| TCs de Direita (Não repete) | 62.9% | 18.1% | 19.0% | 695 |
| TCs de Direita (Repete) | 67.4% | 19.0% | 13.6% | 631 |

Ainda são comparadas estritamente as correções para as teorias conspiratórias às quais são atribuídas autorias (Presidente Bolsonaro ou ex-Presidente Lula/Petistas). Inicialmente, verificam-se as retratações quando o propagador da TC é mencionado. Depois, o mesmo é feito para correções sem essa referência. No primeiro passo, comparam-se os percentuais agregados para todas as teorias conspiratórias. Depois, faz-se o contraste por viés ideológico. Observa-se na **Tabela 3.4** que a proporção geral de aceite à correção é um pouquinho maior (1%) quando há autores mencionados. Mas, o teste *qui-quadrado* mostra a inexistência de significância estatística para essa leve diferença, $X^2(2, N = 2411) = 4.49, p = 0.1055$.

Tabela 3.4: **Frequências Relativas - Correção de TCs com e sem autoria**

| | Opções de respostas | | | |
|-----------------------------|---------------------|--------|--------|------|
| | Rejeita | Duvida | Aceita | n |
| TCs com autoria | 71.0% | 15.0% | 14.0% | 1159 |
| TCs sem autoria | 69.0% | 18.0% | 13.0% | 1252 |
| TCs de esquerda com autoria | 78.0% | 13.0% | 9.0% | 536 |
| TCs de esquerda sem autoria | 74.3% | 15.3% | 10.4% | 502 |
| TCs de direita com autoria | 65.2% | 16.5% | 18.3% | 623 |
| TCs de direita sem autoria | 65.0% | 20.0% | 15.0% | 750 |

As comparações específicas por conotação ideológica mostram, para TCs de esquerda, frequência maior de aceitação quando os autores não são referidos, porém, não significativa estatisticamente, $X^2(2, N = 1038) = 1.76, p = 0.415$. Com relação as teorias conspiratórias de direita, a admissão da explicação factual é mais alta no contexto de alusão às autorias. Contudo, o teste *qui-quadrado* revela que a diferença não é estatística-

mente significativa, $X^2(2, N = 1373) = 5.30, p = 0.0704$. Não há, assim, subsídios para se confirmar a *hipótese 2* de que atribuir autoria à TC afeta o aceite ou não da retratação.

Os dois métodos para correção de teorias conspiratórias foram igualmente verificados na circunstância de uma temática neutra. Escolheu-se uma teoria conspiratória concernente à origem do Coronavírus². Não se pode negar, entretanto, que essa TC está sendo politizada no Brasil, sobretudo a partir da fala do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente Jair Bolsonaro³.

A tendência detectada nas outras análises similarmente ocorre aqui, como retrata a **Tabela 3.5**. O percentual de acatamento da correção é maior quando o conteúdo conspirante não é repetido. No entanto, o teste *qui-quadrado* indica que as diferenças não são estatisticamente significante, $X^2(2, N = 933) = 1.08, p = 0.5819$. Assim, não é possível afirmar – nesse particular – que a retratação com a repetição da TC seja menos ou mais efetiva referentemente a situação de provisão somente da informação autêntica.

Tabela 3.5: **Frequências Relativas - Correção TC COVID-19**

| | Opções de respostas | | | |
|-----------------|---------------------|--------|--------|-----|
| | Rejeita | Duvida | Aceita | n |
| Não repete a TC | 76.0% | 15.0% | 9.0% | 444 |
| Repete a TC | 77.3% | 15.5% | 7.2% | 489 |

3.0.2.3 Discussão

O todo das análises reforça a preponderância da crença errada mesmo após a correção. Também na generalidade, tomando em conjunto as correções de todas as teorias conspiratórias apresentadas no estudo, os resultados sugerem maior sucesso quando não se repete a TC na estratégia de retratação, o que confirmaria a *hipótese 1*. Semelhantemente, em termos *lato*, os resultados do experimento reforçam certa eficácia de se prover correções diretas e imediatas ao endosso a fabricações. Afinal, um terço dos respondentes foram impactados pela retratação, aceitando-a ou passando a duvidar da teoria conspiratória. Por outro lado, não há subsídios para se afirmar ou negar que a atribuição de autorias das TCs a políticos afete o nível de aceitação da reparação. As diferenças não alcançaram significância estatística.

² Todos os países estão agora enfrentando o coronavírus, também conhecido como COVID-19. Para você, o coronavírus é: **1.** Um vírus que se originou em um mercado de animais vivos na província de Wuhan, na China, e que acabou se espalhando de maneira involuntária pelo mundo. **2.** Um vírus criado de propósito num laboratório chinês para aumentar o poder econômico da China. **3.** Não sei qual é a verdade.

³ Ver em <<https://bit.ly/2CuCx6S>>

De maneira estrita, ao considerar pormenorizadamente os métodos de desacreditação utilizados, não é possível garantir seguramente que os percentuais maiores de aceitação da correção na qual não se repete a TC sejam, de fato, causados por essa medida. Nas especificidades – a análise por conotação ideológica, por exemplo – falta significância estatística. Entretanto, como discutido, a literatura tem recomendado evitar as repetições do teor errado nas ações de desacreditação. Ainda é, todavia, um terreno aberto, porque algumas pesquisas, como referido, não detectaram problemas ao se repetir a informação incorreta para destacar sua falsidade e refutá-la, enquanto outras viram um reforço do endosso a crença falsa a partir desse procedimento.

Especialmente, experimentos cujos desenhos proveem informações aos participantes e depois é feita a reparação, por serem errôneas, têm detectado o incremento da confiança no erro, porque a correção com repetição tornaria o indivíduo ainda mais familiarizado com o conteúdo fabricado (NYHAN, 2010). Diversamente, um estudo recente encontrou evidências de que não há o efeito de fortalecimento da crença errada ao se repetir o dado incorreto durante a retratação como tática para desacreditá-la, até nas circunstâncias em que a audiência desconhece o assunto (ECKER; LEWANDOWSKY; CHADWICK, 2020, no prelo).

Aqui, a dinâmica experimental foi diferente. Os respondentes (aleatoriamente) leram informações factuais sobre alguns eventos políticos de apelo ideológico diverso, um neutro, e depois escolheram – entre as alternativas previstas – qual explicação para o caso específico consideravam correta. Uma opção era baseada nos melhores dados empíricos, outra conspiratória e a última na qual os participantes poderiam dizer “não saber qual é a verdade”. Nas temáticas essencialmente políticas, obviamente, a escolha tende a ser influenciada por vieses partidários antecedentes. Consequentemente, é bem provável que o respondente já tivesse opinião formada a respeito. Ainda assim, o padrão de sucedimento nas retratações indica melhor eficiência quando não há repetição.

Mesmo havendo efeito das ações corretivas de forma geral, não significa dizer que quem aceita o dado correto ou fica na dúvida a respeito do falso irá mudar atitudes ou comportamentos em função de informações verdadeiras. Como visto na discussão teórica, vários estudos revelam dissociação da admissão de determinado conteúdo provado como errado e mudanças atitudinais. Outra questão tratada noutras pesquisas nesse campo é o efeito contínuo da crença em fabricações. No primeiro momento, os indivíduos até as atestam como incorretas ao serem corrigidos, todavia isso não significa que ideias construídas no erro sejam dissipadas.

Para futuros estudos, um método para enfrentar essa ação duradoura da invencione, decerto, seja a insistência na provisão da informação correta e mesclando-se iniciativas. Por exemplo, caso a pessoa se mantiver fiel ao erro depois da primeira correção, apresentar novas retratações, com outros argumentos (imagens, gráficos, testemunhos de outros que

discutiram o tema), para reforçar explicações e evidências fidedignas contradizentes ao dado falso. Lógico que, também como abordado anteriormente, crer numa informação qualquer é um processo afetado por inúmeros condicionantes, bem como descrever. Assim sendo, por mais competentes que sejam as táticas de desacreditação de distúrbios da informação, é quase impossível saber se elas terão efeito perene ou efêmero.

Por isso mesmo, quanto mais se investigar a respeito dos determinantes do acatamento ou refusão de ações para se corrigirem inautenticidades, melhor. Além da confecção de refinados mecanismos de correção, mais esforços devem ser aplicados na compreensão de traços individuais associados aos perfis das pessoas abertas ou relutantes a retratações. Quem seria mais disposto à admissão do dado factual que contradiz crenças prévias? Há muito sendo feito nesse campo e esta pesquisa busca, no próximo tópico, igualmente colaborar com o debate.

3.0.3 Aspectos partidários e cognitivos

Corrigir qualquer classe de distúrbios da informação é extremamente desafiante, porque há uma imensidão de fatores disposicionais e situacionais envolvidos, afinal trata-se de nova informação a se processar, com o agravante de ser contradizente ao já assimilado e interpretado como verdade. A retratação não ganha o condão de santidade por se sustentar em informações verdadeiras, pelo contrário, quase sempre, tende a ser vista como petulante e motivo de frustração. Ela mexe com a emoção, com a psicologia do indivíduo (CLARKE, 2002), causa ansiedade (REDLAWSKI; CIVETTINI; EMMERSON, 2010) e ameaça à sensação de pertencimento (HOCHSCHILD; EINSTEIN, 2015; JOST et al., 2018). Em síntese, enfrenta uma multidão de sentimentos. Especialmente no campo da política, são emoções – frequentemente – governadas pela preferência partidária ou, de maneira ampla, por ideologias fortemente enraizadas (LEWANDOWSKY, 2020).

Avaliações tendenciosas na prática política é lugar comum (BOLSEN; DRUCKMAN; COOK, 2014; JERIT; BARABAS, 2012; LAU, 2003). Há inexoravelmente um raciocínio politicamente motivado (TABER; CANN; KUCSOVA, 2009). O partidarismo estrutura o processamento de informações de várias maneiras, impacta atitudes, julgamentos e comportamentos (TABER; LODGE, 2006). A adesão a um determinado partido é um processo muito pessoal e, regra geral, é explicada pela compatibilidade de crenças entre a pessoa e a agremiação partidária (BIEZEN, 2000).

No Brasil, contudo, a identificação partidária é singular, porque se move em torno do apoio e rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT) – *petismo* versus *antipetismo* (BRAGA; JR, 2011; CARREIRÃO, 2014; SAMUELS; LUCAS, 2011; SAMUELS; ZUCCO, 2018). Por ser tão *sui generis*, o partidarismo à brasileira afetaria o aceite ou não a correções de conteúdos informativos baseados em invenções, como são as teorias conspiratórias?

Acredita-se, mesmo no ambiente político brasileiro, haver influxo do partidarismo relativamente à abertura a retratações de teorias conspiratórias. Nesse sentido, elabora-se a **Hipótese 3**: *preferências partidárias (petismo e antipetismo) devem afetar a disposição individual para o aceite à correção de teorias conspiratórias.*

3.0.3.1 Metodologia

Para conduzir a investigação da hipótese, usam-se *regressões logísticas multinomiais*⁴. Tem-se como variável dependente a *correção da teoria conspiratória*, organizada em três categorias: 0 = *rejeitar a correção* (o nível de referência); 1 = *ficar na dúvida* sobre a TC; e 2 = *aceitar a correção*. Ressalte-se que a retratação se refere a quatro temas políticos (**Quadro 3.1**) para os quais os participantes (aleatoriamente designados) da pesquisa atribuíram explicações conspirantes. São duas TCs de conotação esquerdista e duas de direitista. Convém reiterar que, para essas análises, as teorias conspiratórias foram agregadas numa única variável conforme o viés ideológico. Portanto, são rodadas duas regressões, uma para as TCs de *esquerda* e outra para as de *direita*. Um outro assunto abordado foi a origem da pandemia de Coronavírus. Nesse caso, semelhantemente é executada uma regressão específica para essa TC.

Como variáveis independentes⁵, tem-se primeiramente a *preferência partidária*. São duas *proxies* distintas: uma para *petismo*, outra para *antipetismo*. As medidas, pois, são, de maneira respectiva: 0 = “não-petista” e 1 = “petista”; 0 = “não-antipetista” e 1 = “antipetista”. Essa dinâmica se baseia em estudos que sintetizam o sistema partidário brasileiro no antagonismo *petismo versus antipetismo* (BRAGA; JR, 2011; CARREIRÃO, 2014; SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Assim sendo, a medida para *petismo* e *antipetismo* se baseou no termômetro de apoio aos principais partidos políticos que lançaram candidatos a presidente do Brasil na eleição de 2018, além do Democratas por ter as presidências da Câmara e do Senado (PT, MDB, PSDB, DEM, PDT, PSOL e PSL). A escala vai de 0 a 10, sendo 0 “não gosta de jeito nenhum do partido”, 5 “não gosto nem desgosto” e 10 “gosto muito”. Da mesma maneira, foram consideradas as perguntas a respeito do partido preferido e do partido no qual o participante nunca votaria.

Especificamente, como *petistas* foram considerados os respondentes que revelaram ser o Partido dos Trabalhadores o seu preferido, deram nota maior que 5 para o PT e sistematicamente o ranquearam acima dos demais partidos. Contrariamente, foram classificados como *antipetistas* aqueles que nunca votariam no PT, deram nota menor que 5 ao partido, sempre ranquearam-no abaixo dos demais e não são apartidários.

⁴ As operacionalizações são feitas a partir dos pacotes para o software estatístico *R*, *MNLpred* (NEUMANN, 2020) e *nnet* (VENABLES; RIPLEY, 2002).

⁵ As estatísticas descritivas de todas essas variáveis estão disponíveis na *Tabela B.1* do *Apêndice B*.

Incluem-se ainda as variáveis de controle *capacidade reflexiva* e *conhecimento político*. A capacidade reflexiva é uma habilidade individual de análise aprofundada. Pessoas mais reflexivas (analíticas), em geral, não confiam muito na intuição e escrutinam detalhadamente cada mensagem recebida (FREDERICK, 2005; THOMSON; OPPENHEIMER, 2016; SUEDFELD; TETLOCK, 2001). Essa perícia cognitiva, igualmente, melhora a condição do indivíduo para associar novas informações como congruentes ou contradizentes às suas próprias amarras ideológicas (KAHAN et al., 2017).

Para se mensurar essa competência mental, Frederick desenvolveu o teste de reflexão cognitiva (CRT, abreviação do inglês *Cognitive Reflection Test*). São perguntas cujas respostas intuitivas saltam aos olhos, porém, ao se atentar com cuidado às minúcias, nota-se que a solução clara à primeira vista é errada. Os mais reflexivos (alto escore de CRT) são hábeis em perceber isso. Thomson e Oppenheimer atualizaram a bateria de perguntas do CRT, a qual é aplicada aqui⁶. A variável capacidade reflexiva foi operacionalizada para se tornar uma escala de 0 (baixo CRT) a 1 (alto CRT). Para isso, foram agregadas todas as perguntas a fim de se ter uma medida única.

Quanto à variável *conhecimento político* (ou sofisticação política), foram utilizadas quatro perguntas a respeito de personagens, assuntos e instituições políticas brasileiras, para as quais os participantes deveriam escolher qual opção de resposta eles entendiam ser a correta⁷. As quatro foram juntadas para se formar uma escala de 0 a 1, sendo 0 = “*mínimo conhecimento político*” e 1 = “*máximo conhecimento político*”. Em termos políticos, há diferentes níveis de conhecimento, e isso é um atributo capaz de influenciar o quanto alguém participa e forma opiniões políticas (CARPINI; KEETER, 1993), além de determinar o vínculo partidário de cada um (TABER; LODGE, 2006; TRANTER, 2007).

3.0.3.2 Resultados

3.0.3.3 Teorias conspiratórias sobre temas políticos

Como especificado, para a análise dos determinantes do aceite à retratação, as repostas para as duas teorias conspiratórias de esquerda foram unificadas (*impeachment* e *facada*). Operacionalização semelhante é feita para as TCs de direita (*queimadas na Amazônia* e *Ursal*). Os coeficientes estimados são retratados na **Tabela 3.6**.

Iniciando-se pelas correções das TCs de esquerda, como esperado, observa-se que os coeficientes para os antipetistas indicam maior chance de aceitação. Contrariamente, e também dentro da expectativa, para as TCs de direita, a rejeição é mais provável. No caso dos petistas, os sinais revelam inclinação ao acatamento das retratações para teorias conspiratórias do campo esquerdista (não previsto), bem como para o diretista (conforme imaginado).

⁶ Perguntas P27 a P31 do *Anexo B*

⁷ Perguntas P12 a P16 do questionário do *Anexo B*.

Tabela 3.6: Coeficientes Logísticos Estimados para Correção de TCs Políticas

| | Correção das Teorias Conspiratórias ^a | | | |
|-----------------------|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| | TCs de Esquerda | | TCs de Direita | |
| | (Duvida) | (Aceita) | (Duvida) | (Aceita) |
| Antipetistas | 0.014 (0.346) | 0.904*** (0.332) | -0.159 (0.178) | -0.093 (0.191) |
| Petistas | 0.093 (0.223) | 0.577*** (0.257) | 0.593** (0.240) | 0.826*** (0.244) |
| Capacidade Reflexiva | 0.409 (0.347) | -0.835* (0.444) | -0.015 (0.275) | -0.102 (0.295) |
| Conhecimento Político | -1.509*** (0.389) | -0.692* (0.419) | -0.793*** (0.271) | -0.647*** (0.287) |
| Constante | -1.249*** (0.202) | -1.789*** (0.242) | -0.848*** (0.166) | -1.102*** (0.180) |
| Pseudo R ² | 0.03 | 0.03 | 1.58 | 1.58 |
| Log Verossimilhança | -594.9 | -594.9 | -9.86 | -9.86 |

a. A categoria de referência é "rejeita"

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Com relação à capacidade reflexiva, os coeficientes assinalam tendência maior de repulsão às correções para os respondentes com maiores escores (mais reflexivos), contrastados aos com menores (menos reflexivos). No entanto, não há significância estatística para os coeficientes. Quanto à variável conhecimento político, a cadência para manutenção do endosso a TC é sempre maior para aqueles no topo desse atributo, referentemente aos de pouco CP. De modo geral, por fim, ao se olharem os valores constantes, a preponderância da recusa às correções é notável.

Tendo os coeficientes das regressões, para compreender o impacto das variáveis em detalhes, calculam-se as probabilidades de cada uma separadamente (KWAK; CLAYTON-MATTHEWS, 2002). Trata-se das chances de rejeição ou aceitação da correção, além da expectativa de o respondente passar a duvidar da teoria conspiratória depois do acesso à explicação fidedigna.

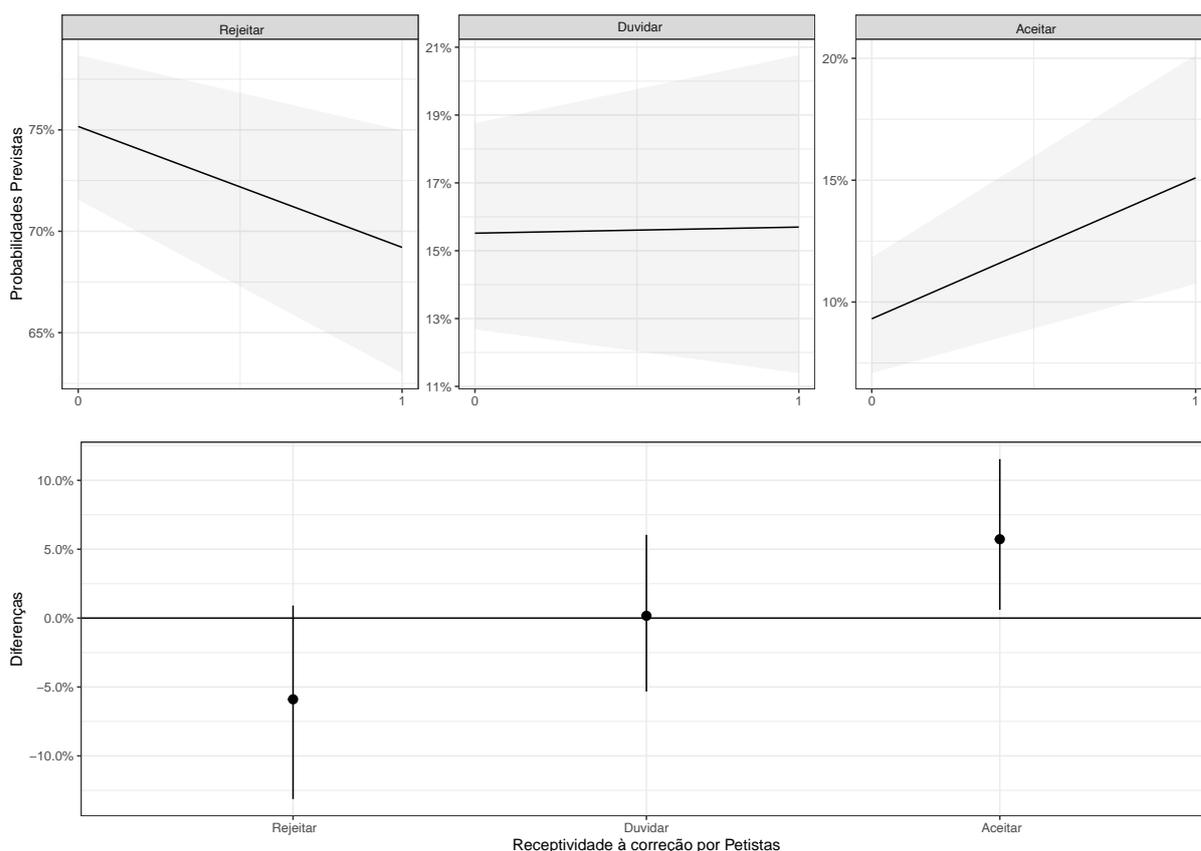
Começa-se, assim, pelas comparações entre petistas e não-petistas, como exibem os **Gráficos 3.2 e 3.3**. Para as teorias conspiratórias de esquerda, os petistas têm menor inclinação por rejeitar a correção que os não-petistas, e quase não há diferenças para a chance de dúvida sobre as TCs depois da provisão das informações factuais. No cálculo específico para o aceite, os petistas, de fato, têm maior probabilidade que os não-petistas. Trata-se de resultado diferente do previsto, afinal são TCs do discurso esquerdista. Quanto às de direita, os petistas apresentam menor chance de rejeição e maior de acatamento.

Segundo revelam os **Gráficos 3.4 e 3.5**, na direção antevista, os antipetistas propendem mais ao aceite das correções das TCs de esquerda que os não-antipetistas. Já para os cálculos das probabilidades de rejeição e dúvida, as diferenças não são estatisticamente significantes. Para as retratações das teorias conspiratórias de direita, as diferenças estão nas inclinações expectadas, porém nenhuma alcança significância estatística, o que impossibilita qualquer inferência.

No que diz respeito à capacidade reflexiva, exibem os **Gráficos 3.6 e 3.7**, não há diferenças de probabilidades entre respondentes mais e menos reflexivos quanto à recusa das correções das TCs de esquerda. Referentemente à dúvida, a propensão é maior para os mais reflexivos, e é menor relativa ao aceite da correção. Em relação às TCs direitistas, os percentuais de rejeição são um pouco mais elevados àqueles com alto CRT e não se observam diferenças sobre a chance de dúvida. Para o acatamento da correção, os mais reflexivos parecem ter menor tendência. De toda forma, não há significância estatística.

Finalmente, nos **Gráficos 3.8 e 3.9** estão os achados para diferenças de probabilidade concernentes à variável conhecimento político. Têm-se inclinações rigorosamente iguais para os cálculos relativos às TCs de esquerda e de direita. Sempre os participantes com muito CP, contrastados aos de pouco, têm maior tendência à rejeição e menor de duvidar das teorias conspiratórias depois de corrigidos. Os cálculos para as expectativas de acatamento não mostram diferenças significativas estatisticamente.

Gráfico 3.2: Probabilidade de petistas aceitarem correções (TCs de esquerda)



¹ Para os gráficos de 3.2 a 3.9, cada figura da parte de cima representa as inclinações para **rejeição da correção, duvidar da TC e aceitar a correção**. Na base de cada gráfico de cima há o número **zero** – que significa nenhuma probabilidade de acontecer o evento específico (rejeitar, duvidar e aceitar) – e o **1** – que se refere à probabilidade total de acontecer. Na parte de baixo, está o gráfico que retrata as diferenças entre as probabilidades de o evento (rejeitar, duvidar e aceitar) ocorrer ou não. Se tocam o zero, as diferenças não são estatisticamente significantes.

Gráfico 3.3: Probabilidade de petistas aceitarem correções (TCs de direita)

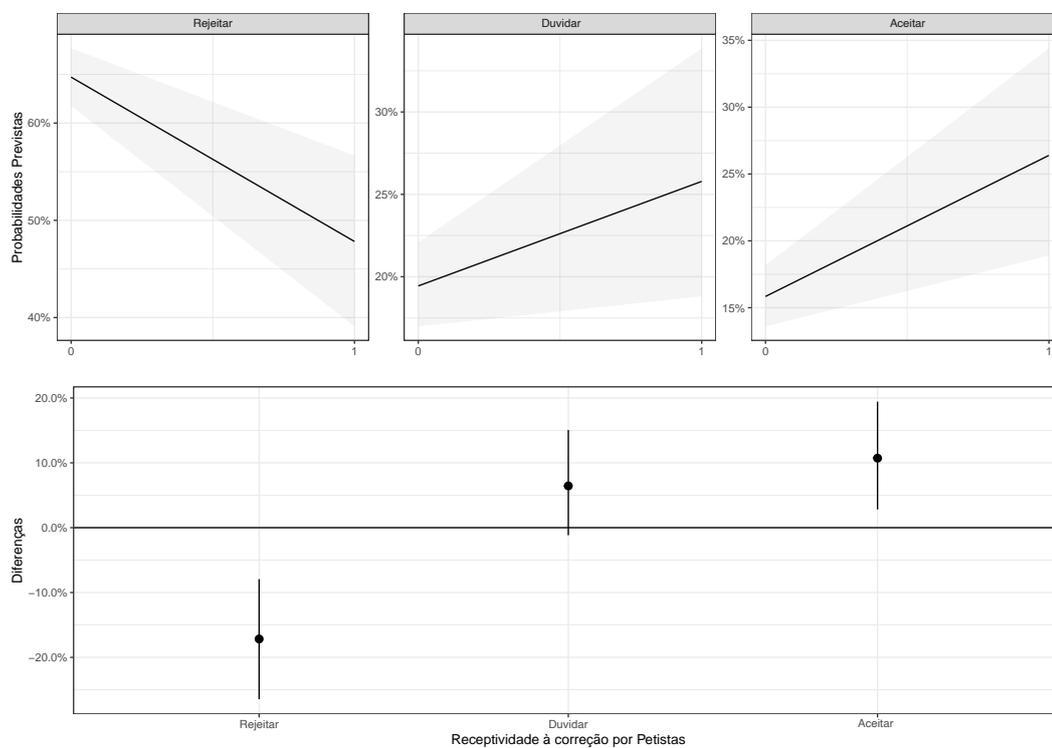


Gráfico 3.4: Probabilidade de antiPT aceitarem correções (TCs de esquerda)

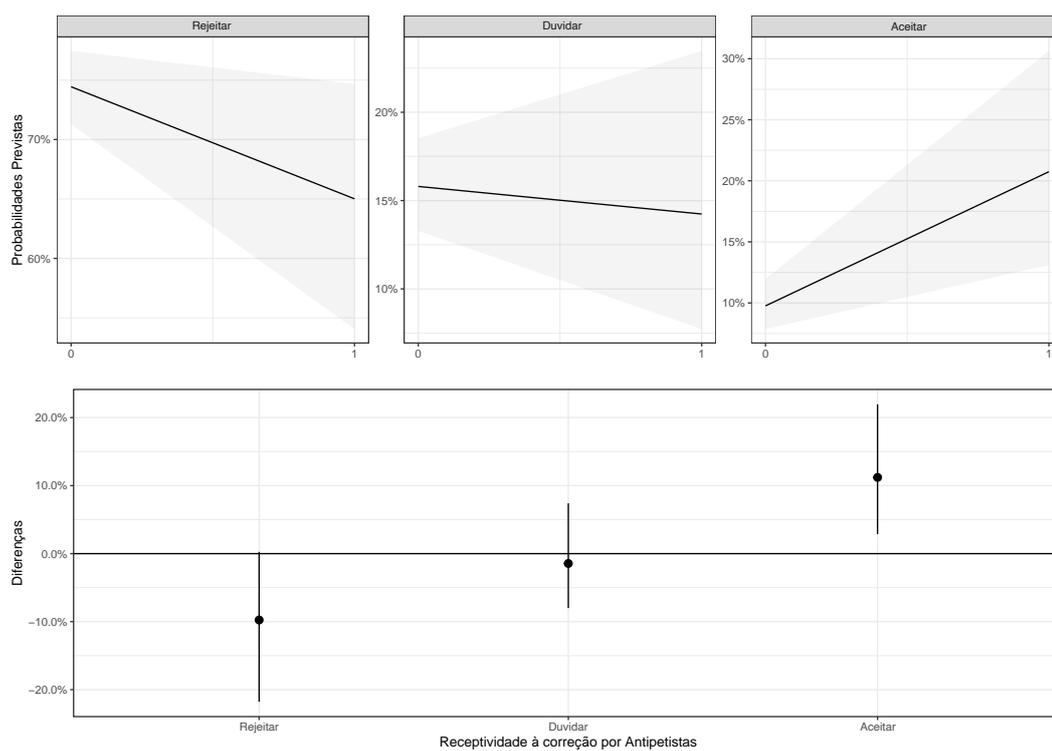


Gráfico 3.5: Probabilidade de antiIPT aceitarem correções (TCs de direita)

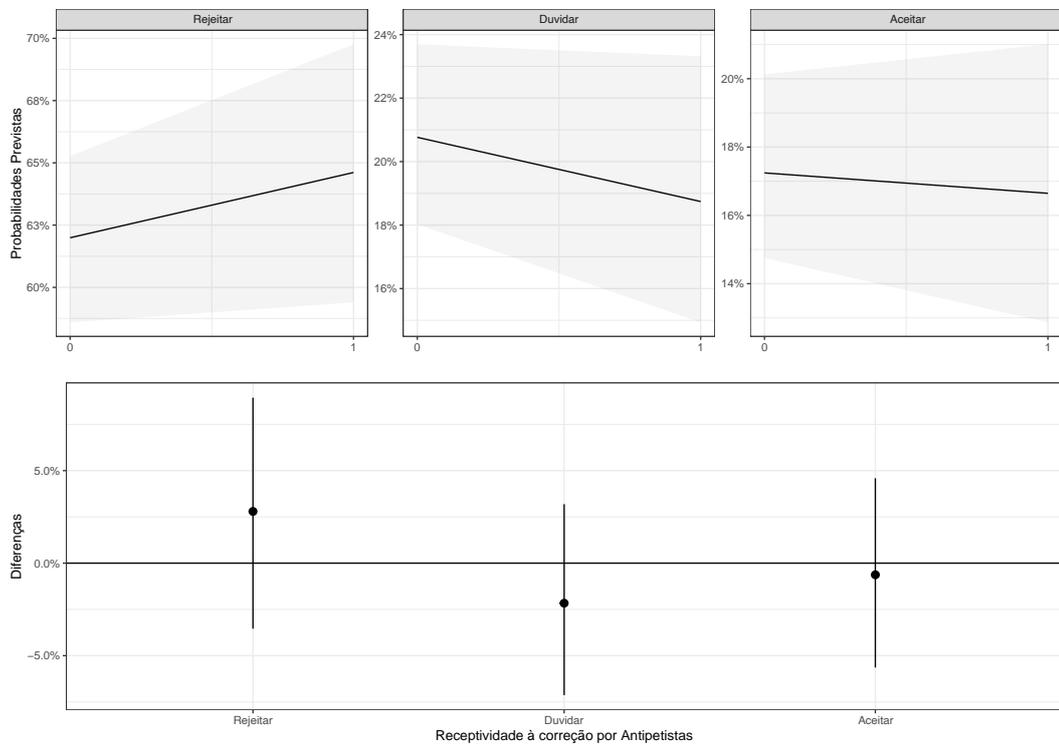


Gráfico 3.6: Probabilidade - reflexivos aceitarem correções (TCs de esquerda)

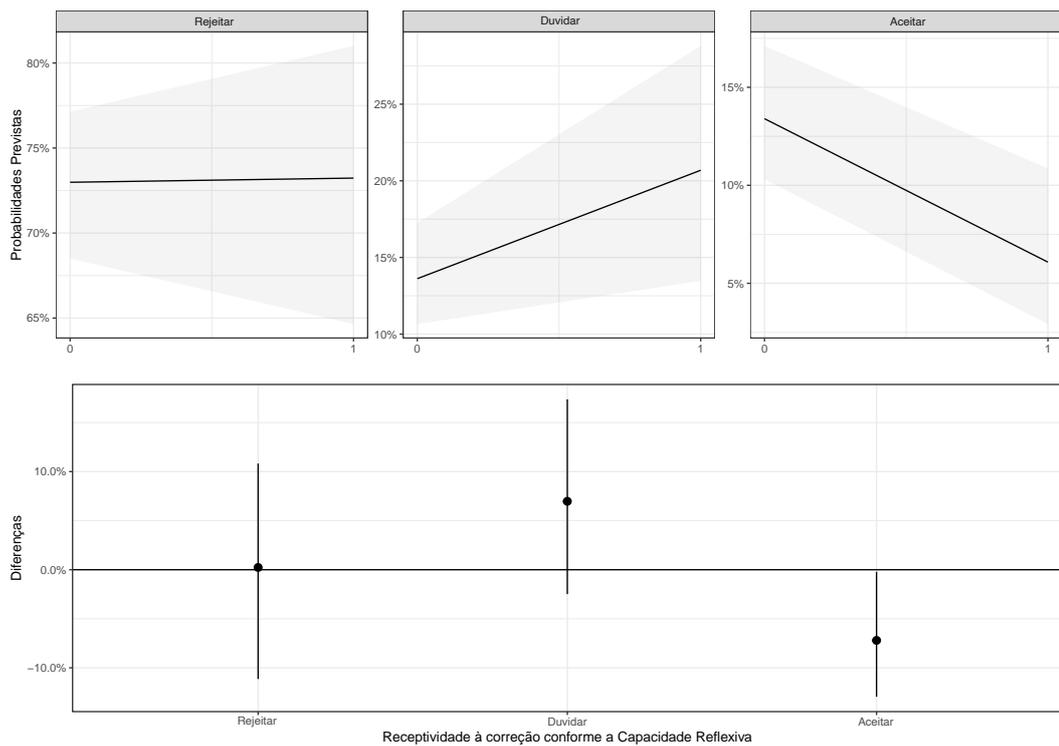


Gráfico 3.7: Probabilidade - reflexivos aceitarem correções (TCs de direita)

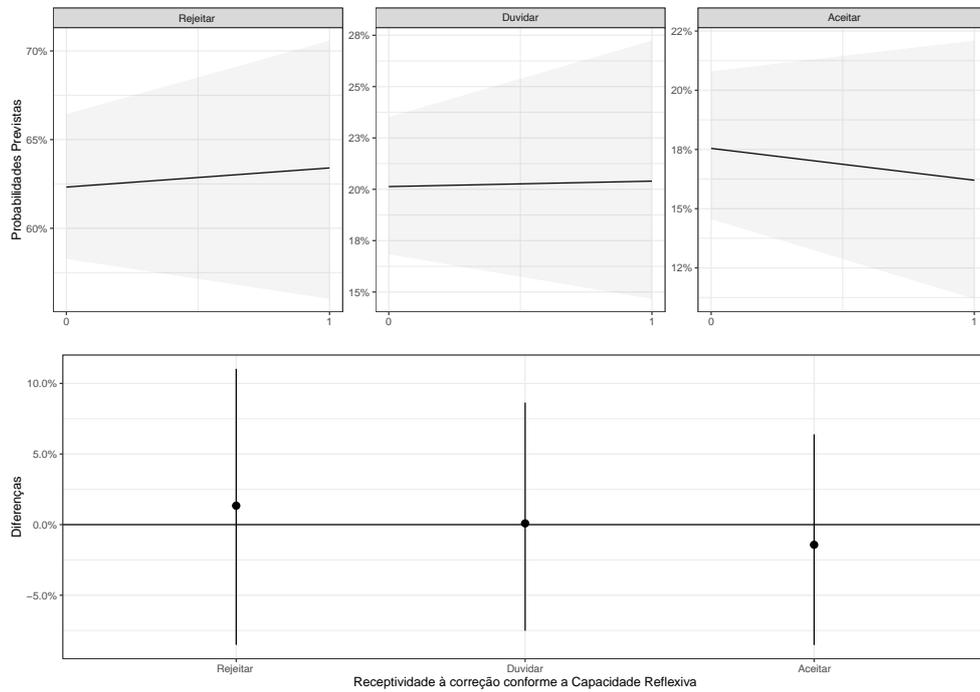


Gráfico 3.8: Probabilidade - aceite a correções por CP (TCs de esquerda)

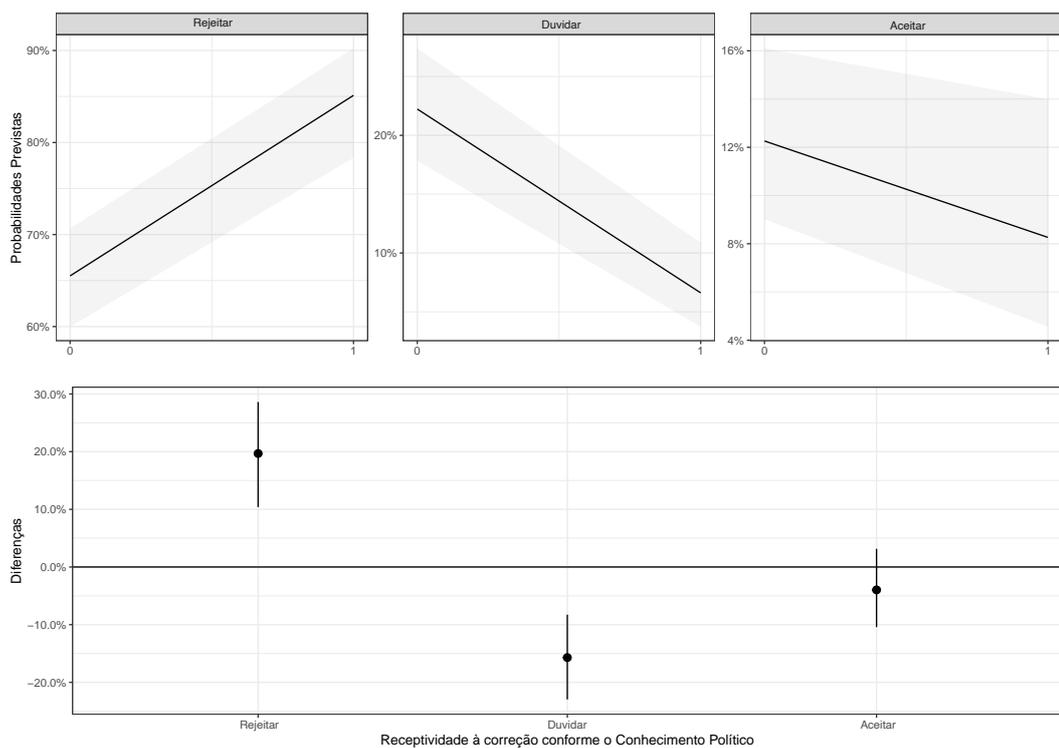
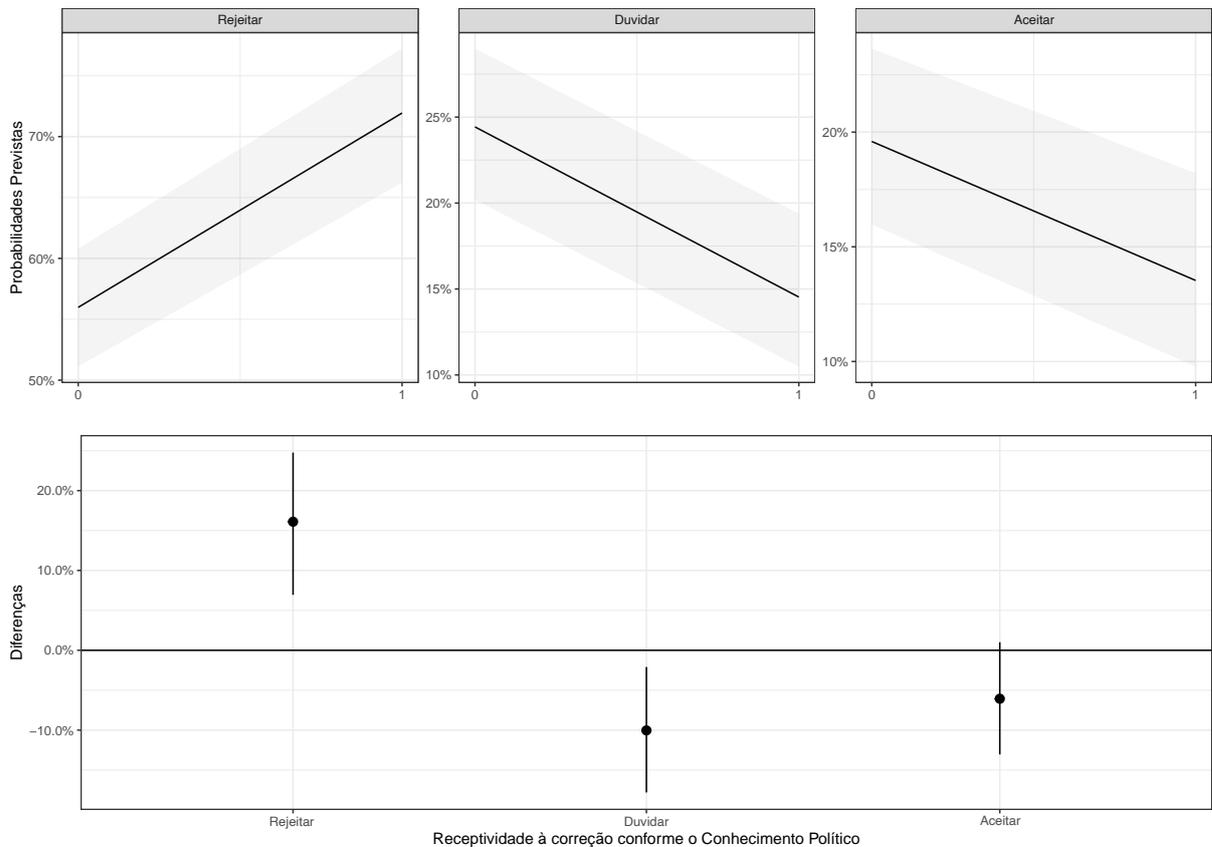


Gráfico 3.9: Probabilidade - aceite a correções por CP (TCs de direita)



3.0.3.4 Comparando petistas e antipetistas

Para concluir, pensando na especificidade do partidarismo à brasileira, foram comparadas as diferenças das médias dos valores preditos para as probabilidades de aceitação da correção das teorias conspiratórias por petistas e antipetistas. Quando são TCs de esquerda, de acordo com o esperado, o acatamento médio para antipetistas é maior (21%) que o dos petistas (15%). O *teste-t* para amostras não-pareadas revela que essa diferença é estatisticamente significativa ($t(1498.8) = -34.9, p = 0.000$). No cenário com as teorias conspiratórias de direita, a probabilidade média de aceite por antipetistas é de 16.5% e dos petistas fica em 26.5%. São diferenças igualmente significativas ($t(1501.6) = 66.5, p = 0.000$).

Portanto, conforme o esperado, os petistas são menos prováveis de acatar as correções das teorias conspiratórias de esquerda que os antipetistas e mais para as de direita. Pode-se afirmar que o antagonismo partidário motriz das disputas políticas no Brasil é um fator preponderante para a admissão ou repulsa das retratações de TCs políticas. Trata-se de resultado convergente com a literatura no sentido do efeito das preferências partidárias sobre as desacreditações de conteúdos falsos.

3.0.3.5 Discussão

É possível depreender um comportamento uníssono referentemente aos determinantes do acolhimento às correções das teorias conspiratórias: a inadmissão é mais provável. No que diz respeito às diferenças de probabilidades de acatamento da retratação, tanto para fabricações atinentes ao discurso esquerdista quanto ao direitista, os petistas têm maiores chances que os não-petistas. Especificamente para as TCs de esquerda, os antipetistas se inclinam maiormente ao aceite que os não-antipetistas. Nas de direita, falta significância estatística às diferenças, a despeito de o percentual de rejeição ser maior para os antipetistas.

Por outro lado e em conformidade com o previsto, a probabilidade de assentimento com as correções pelos petistas é menor que a dos antipetistas no contexto de TCs direitista. Opostamente, quando são invencionices do espectro da esquerda, os antipetistas propendem mais à admissão da explicação autêntica. É evidência de que a preferência partidária à moda brasileira deve ser relevante na disposição pela rejeição ou aderência à reparação de teorias conspiratórias políticas. Tudo parece depender do viés ideológico da TC e da convergência ou desarmonia com gosto partidário do indivíduo.

3.0.3.6 Teoria conspiratória sobre origem do Coronavírus

A pandemia de Coronavírus tem sido terreno fértil ao surgimento de teorias conspiratórias. Uma das que circulam nas mídias sociais é a de que “o vírus teria sido criado pelos chineses para que possam ter maior ascendência econômica no mundo”. Não se trata de uma TC iminentemente política, a despeito de ter adquirido essa conotação. Por isso, tendo em conta o endosso dessa TC por membros do Governo Bolsonaro, como referido anteriormente, a expectativa é a de antipetistas rejeitem em maior grau a correção.

Assim, semelhantemente com base no modelo de *regressão logística multinomial*, investiga-se o quanto as preferências partidárias, a capacidade reflexiva e o conhecimento político impactariam no aceite à correção dessa TC⁸. Os coeficientes estimados estão na **Tabela 3.7**. Os sinais para os petistas, contrapostos aos não-petistas, sugerem menor chance de dúvida a respeito da TC no pós-correção e maior inclinação para o aceite da retratação. Sobre os antipetistas, diante dos não-antipetistas, os resultados são bem parecidos. Entretanto, não é possível afirmar seguramente ser a realidade, por causa da ausência de significância estatística nos dois casos.

Os coeficientes para capacidade reflexiva indicam maior propensão à dúvida e menor ao acatamento da retratação aos respondentes com alto CRT, comparados aos com baixo. Ainda assim, ambos os resultados não obtêm significância. Contrariamente, os sinais para a variável conhecimento político apontam para menor probabilidade de dúvida e de

⁸ Em termos descritivos, têm-se 77% de rejeição à correção, 15% de dúvida e 8% de aceite ($n = 933$).

adesão à explicação factual para aqueles com muito CP. Esta tendência, é igual àquela encontrada nas TCs de maior apelo político.

Tabela 3.7: Coeficientes Logísticos Estimados para Correção da TC da Covid-19

| | <i>Correções da TC do Coronavírus^a</i> | |
|-----------------------|---|----------------------|
| | (Duvida) | (Aceita) |
| Petista | -0.079 (0.297) | 0.489 (0.340) |
| Antipetista | -0.060 (0.218) | 0.090 (0.292) |
| Capacidade Reflexiva | 0.066 (0.363) | -0.562 (0.500) |
| Conhecimento Político | -1.530*** (0.396) | -0.862* (0.494) |
| Constante | -1.184*** (0.185) | -1.974*** (0.250) |
| Pseudo-R ² | 0.02 | 0.02 |
| Log Verossimilhança | -605.3 | -605.3 |

a. A categoria de referência é “rejeita” *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

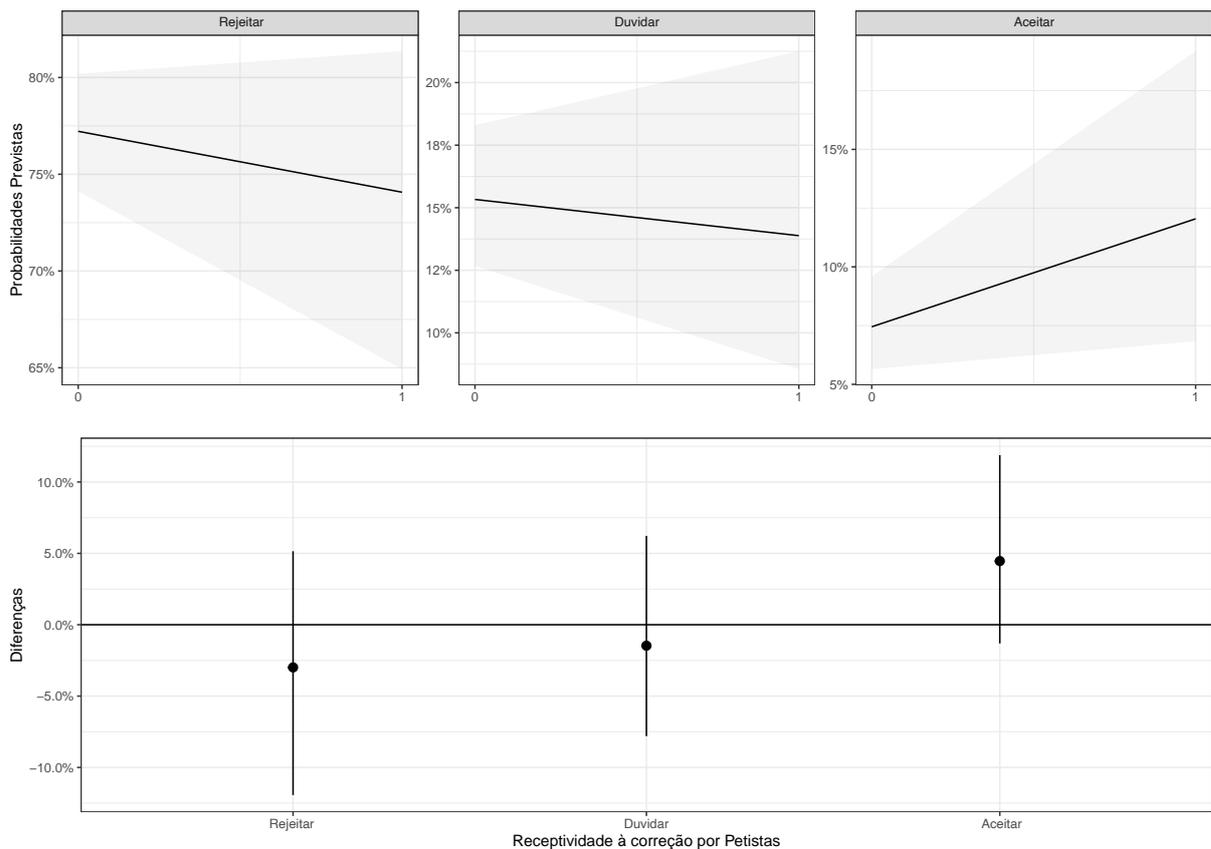
De todo modo, os coeficientes estimados das regressões logísticas multinomiais não possibilitam inferências afora os sinais (KWAK; CLAYTON-MATTHEWS, 2002). A partir deles, porém, calculam-se as probabilidades específicas de cada variável independente. Portanto, adota-se essa aplicação concernentemente às chances de rejeitar, duvidar da TC depois de corrigido e de aceitar a correção.

Conforme retrata o **Gráfico 3.10**, os petistas – contrapostos aos não-petistas – têm inclinação menor à rejeição e à dúvida. Especificamente para a chance de aceitar a correção da TC da Covid-19, os petistas apresentam percentual maior. As diferenças, porém, não são significativas estatisticamente.

Para os antipetistas, na comparação com não-antipetistas, o **Gráfico 3.11** revela que os primeiros são menos tendentes à recusa da retratação e têm menores chances de passarem a duvidar da TC depois de acessarem a informação verdadeira. Referentemente ao acatamento, contrário ao previsto, os antipetistas possuem perspectiva maior que os não-antipetistas (as diferenças são significativas apenas no cálculo para aceitação).

Por fim, conjuntamente, os **Gráficos 3.12 e 3.13** retratam os resultados para capacidade reflexiva e conhecimento político. Nenhuma das diferenças para CRT é significativa estatisticamente. Este é o comportamento para essa variável em todas as análises feitas até agora. Por outro lado, como anteriormente, pessoas com máximo escore de CP têm maior probabilidade de rejeição da correção e menor para dúvida. Estritamente quanto ao aceite, a diferença não é significativa.

Gráfico 3.10: Probabilidades de aceite à correção da TC da Covid por petistas



¹ Para os gráficos de 3.10 a 3.13, cada figura da parte de cima representa as inclinações para **rejeição da correção, duvidar da TC e aceitar a correção**. Na base de cada gráfico de cima há o número **zero** – que significa nenhuma probabilidade de acontecer o evento específico (rejeitar, duvidar e aceitar) – e o **1** – que se refere à probabilidade total de acontecer. Na parte de baixo, está o gráfico que retrata as diferenças entre as probabilidades de o evento (rejeitar, duvidar e aceitar) ocorrer ou não. Se tocam o zero, as diferenças não são estatisticamente significantes.

Gráfico 3.11: Probabilidades de aceite à correção da TC da Covid por antiPT

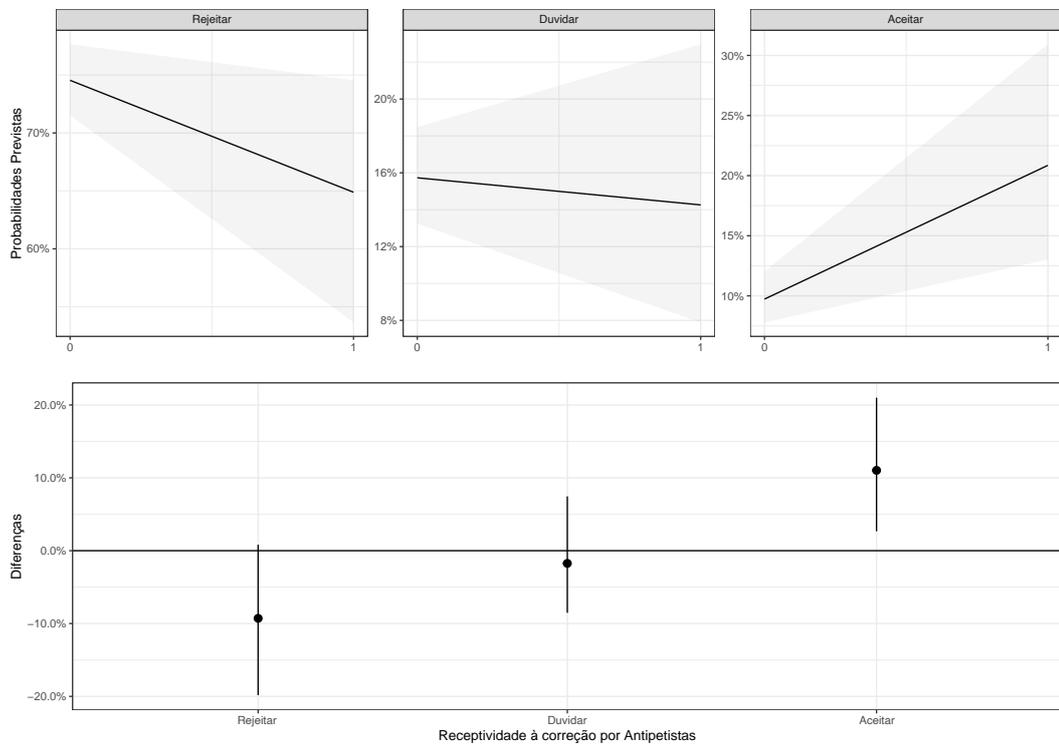


Gráfico 3.12: Probabilidades de aceite à correção da TC da Covid - CRT

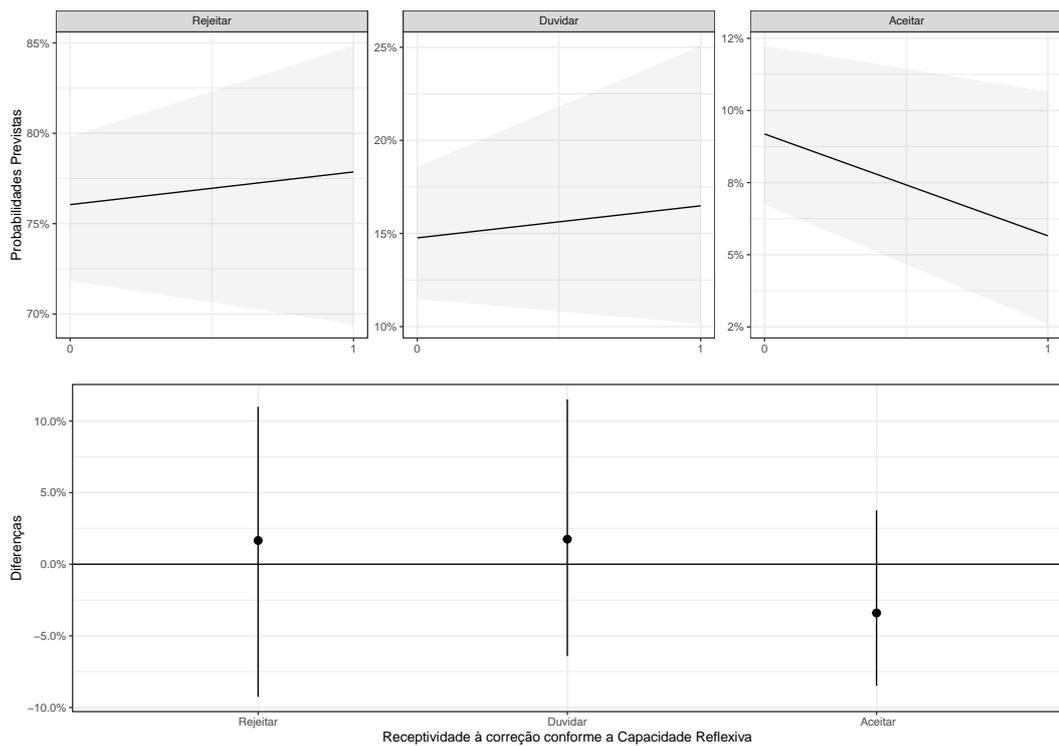
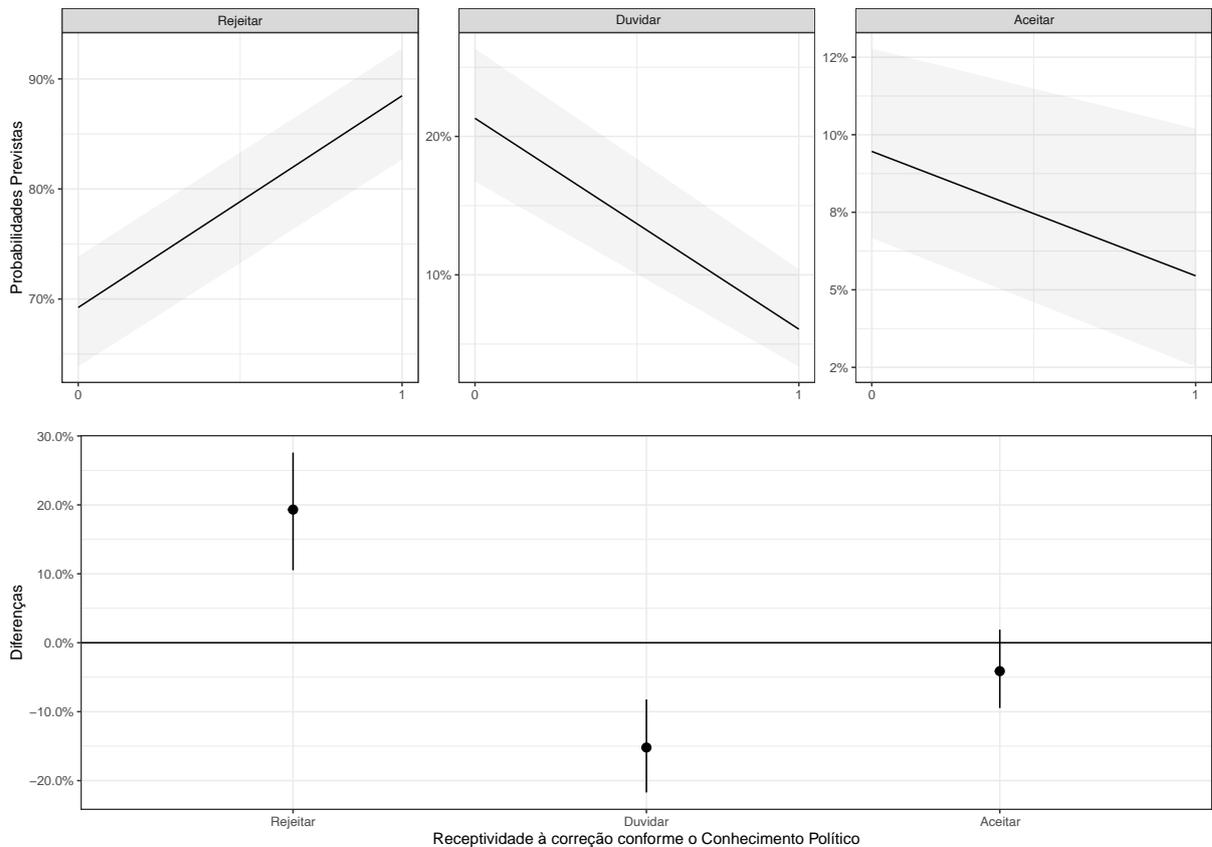


Gráfico 3.13: Probabilidades de aceite à correção da TC da Covid - CP



3.0.3.7 Comparando petistas e antipetistas

Dada a politização em torno da pandemia de Coronavírus, também foram contrastadas – de forma direta – as probabilidades médias de acatamento à retratação da teoria conspiratória sobre o assunto por petistas e antipetistas. O cálculo é feito a partir da média dos valores preditos para partidários do PT e dos antiPT. Depois, executa-se o *teste-t*, para checar se as diferenças são significativas. Aqui, antipetistas têm probabilidade menor de aceitar a correção da TC do Coronavírus (9%) que os petistas (12%). Essa diferença é estatisticamente significativa ($t(1647) = 28.7, p = 0.000$).

Então, ser petista ou antipetista influi no quanto a pessoa irá aceitar ou repelir as correções de teorias conspiratórias alusivas ao Coronavírus. Provavelmente, o fato de haver políticos do campo oposto ao PT difundindo TCs sobre o tema tenha induzido a esse comportamento de repulsa a retificação por antipetistas. Desse modo, não é um achado inesperado.

3.0.3.8 Discussão

De modo global, os resultados sugerem impacto da preferência partidária relativamente ao aceite da correção da teoria conspiratória a respeito da origem do Coronavírus. Possivelmente, falas como a do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro⁹, atribuindo a pandemia a ações deliberadas dos chineses, tenham ativado atitudes polarizadas referentemente ao assunto. Por isso, não é improvável visões diversas entre petistas e antipetistas aqui. Por outro lado, dado o alto percentual de rejeição da correção (77%), é plausível haver fluidez “suprapartidária” dessa explicação conspirante.

No que se refere à capacidade reflexiva, o fato de as diferenças não serem estatisticamente significantes não permite concluir existirem chances maiores ou menores de admissão da retratação para os mais reflexivos comparados aos menos. É possível, contanto, notar a replicação de uma tendência observada nas análises para as teorias conspiratórias de esquerda e direita. Isto é, o percentual de dúvida propende a ser maior para os mais reflexivos.

Enfim, os resultados para a variável conhecimento político sugerem percentual maior de sustentação da crença na teoria conspiratória por gente com máximo CP, contrastados a quem possui mínimo. Aqueles com elevado CP, idem, seriam menos prováveis de passar a duvidar da TC depois de corrigidos. É um resultado intrigante e talvez tenha relação com o fato de que, muitas vezes, as pessoas podem trapacear enquanto respondem – em pesquisas *online* – aos questionários sobre conhecimento político (CLIFFORD; JERIT, 2016), apesar de se comprometerem a não usar tal subterfúgio¹⁰.

3.0.4 Discussão Geral

Esta pesquisa se ocupou de avaliar o quanto eleitores brasileiros estariam dispostos a aceitarem correções de teorias conspiratórias. Em sequência, baseada numa dinâmica experimental, comparou duas estratégias de retratação (com e sem repetição da TC) e testou se a atribuição de autorias políticas às TCs afetaria na admissão da explicação factual. Por fim, investigou alguns determinantes da abertura à reparação. Maioritariamente, prevalece a repulsão pelo conteúdo destinado a retorquir as fabricações.

Concernentemente aos tipos de correção, a *hipótese 1* era a de que quando se repete a TC, para depois desacreditá-la, a ação seria menos eficiente comparada à de refutá-la apresentando diretamente a informação autêntica. No geral, os achados confirmam essa proposição. A frequência global de aceite é sempre maior nas circunstâncias sem repetição. Não obstante, houve um impacto das retratações em cerca de um terço dos participantes, o que não deixa de ser bom indicativo.

⁹ Ver em <<https://bit.ly/2CuCx6S>>

¹⁰ Antes de responderem às questões de conhecimento político, os participantes desta pesquisa foram estimulados ao compromisso de não consultar fontes externas.

Relativamente à *hipótese 2*, não se pode atestar nem refutar o efeito da referência a autores das teorias conspiratórias sobre a aquiescência com as retificações, devido à ausência de significância estatística para as diferentes frequências. Mesmo assim, sabendo da importância de personagens como heurísticas para atitudes e comportamentos políticos no Brasil, é razoável acreditar na repercussão disso sobre as probabilidades de sustentação da crença nas TCs ou adesão aos fatos que as objetam.

Na investigação sobre determinantes do aceite à correção, os coeficientes das regressões logísticas multinomiais e as probabilidades específicas estão em conformidade com a *hipótese 3*. Há fortes evidências de que as preferências partidárias influem no quanto o eleitorado brasileiro se abre às retratações das teorias conspiratórias ou se sustentam o endosso a elas. Respondentes com maior gosto pelo PT inclinam-se mais a repelir explicações verdadeiras às TCs do discurso esquerdista e ao acatamento das reparações daquelas do campo direitistas. Diversamente, antipetistas tendem a aceitar explicações contradizentes às teorias conspiratórias esquerdistas, porém mantêm a crença nas consideradas de direita.

Pessoas partidárias, como visto na discussão teórica, não necessariamente creem na veracidade de uma teoria conspiratória, contudo – mesmo sabendo da falsidade inerente – podem aderir a elas. Muitas vezes, é questão de pragmatismo. Esse quadro, indubitavelmente, externa quão complexa é a tarefa de desacreditação de invenções no campo da política. Afinal, pouco importa se a mensagem recebida é verdadeira ou fabricada. Está em jogo tão somente o quanto ela é útil nas disputadas atinentes ao universo político. Os achados aqui coincidem com a literatura e reforçam o fato de que estratégias corretivas propendem a ser inócuas num quadro de polarização intensa, porque as idiosincrasias partidárias parecem vir em primeiro lugar.

Das variáveis de controle, apenas o nível de conhecimento político parece afetar o quanto as pessoas aceitam ou não as correções. Quer dizer, alguém com muito CP propende maiormente à recusa que um indivíduo com menos. A literatura sugere o incremento dos vínculos partidários entre pessoas com elevado nível de conhecimento político. Contudo, em todas as análises feitas aqui, nos resultados para CP – independentemente do viés ideológico da teoria conspiratória – prevalece a inclinação pela recusa pelos respondentes de máximo conhecimento. Talvez, como referido, muita gente pode ter verificado informações antes de responder às perguntas, o que poderia mascarar o verdadeiro grau de sofisticação dos participantes.

Considerações Finais

Os estudos que compõem o todo desta pesquisa se ocuparam da investigação dos determinantes da misinformação em política, suas consequências e possibilidades de reversão. Igualmente, investigaram estratégias para se corrigirem crenças em teorias conspiratórias (TCs) e o que explicaria a disposição individual para o aceite ou rejeição às retratações. Tudo se mobilizou em torno da questão central: *como enfrentar distúrbios da informação no universo da política?* E das específicas: *que tipo de indivíduos seria mais suscetível à misinformação política? Quais seriam as consequências disso? Haveria possibilidades de se mudar o quadro? Quem aceitaria correções de informações inverídicas?* Trata-se de um diálogo com a crescente produção nesse campo na disciplina, incluindo-se a realidade brasileira e novas variáveis explicativas na discussão.

A motivação por pesquisar a misinformação, bem como as teorias conspiratórias, deveu-se à meta de abordagem de componentes dos distúrbios da informação, porém essencialmente distintos. Em outras palavras, as teorias conspiratórias, rumores, desinformação, *fake news* e o mais seriam eventos antecedentes ao estágio de misinformação. Quer dizer, a misinformação é resultante da fiança na veracidade de conteúdos cujo ponto comum é serem falsos. Independentemente do ignitor da misinformação, quando isso acontece, o cenário é quase irreversível. O misinformado é demasiadamente certo de sua crença (mesmo errada), age politicamente em função dela e raramente admite correções. Seria uma situação, talvez, análoga a uma enfermidade crônica.

Inicialmente, foi apresentada ampla revisão bibliográfica e, por consequência, a proposição de uma sistematização do uso de conceitos referentes ao assunto. Sugere-se, assim, uma padronização teórica em torno das palavras *misinformação*, *desinformação*, *fake news* e *teorias conspiratórias* – todos fenômenos considerados subconjuntos dos distúrbios da informação. Portanto, misinformação (tradução literal da palavra inglesa *misinformation*) é quando o endosso a invencionices passa a ser crença estável, sustentar atitudes e comportamento e se torna difícil de se reverter. Por outro lado, desinformação é algo criado intencionalmente para enganar. *Fake news* são notícias inventadas e que, essencialmente, emulam o jornalismo profissional. Finalmente, as TCs são explicações para acontecimentos sociais como se fossem planejados por gente poderosa, com a intenção de sorrateiramente atingir objetivos escusos.

No segundo capítulo, apresentam-se primeiramente pesquisas específicas sobre os determinantes da misinformação. Os achados confirmam a hipótese de que, apesar da pouca relevância dos partidos políticos para o eleitorado brasileiro, a suscetibilidade à misinformação é motivada por sentimentos partidários. Estritamente, dependerá da

simpatia ou repulsa pelo Partido dos Trabalhadores. Se o indivíduo for petista ou antipetista, de acordo com o assunto em análise, ele poderá ser ou não misinformado. É um resultado em harmonia com a literatura e sugere que a misinformação pode ser um aspecto do pragmatismo partidário, mesmo num quadro de partidarismo fraco como o brasileiro.

Nota-se, pois, a repetição do comportamento detectado por pesquisas similares em contextos de melhor institucionalização de partidos políticos, como os Estados Unidos. Independentemente de no Brasil não haver antagonismos historicamente duradouros entre dois partidos, como Democratas e Republicanos, tudo leva a crer que a polarização decorrente do apoio ao PT e do antipetismo molda motivações subjacentes ao processamento de informações políticas. Contudo, isto não é homogêneo. Nem todo partidário dispõe de habilidades cognitivas ou sofisticação política suficiente para o desenvolvimento de cálculos de prós e contras de determinada informação e associá-la a possíveis ganhos ou perdas no tabuleiro político. Além do mais, muitos simpatizantes de partidos políticos não são filiados nem envolvidos na luta política diária.

Por essa razão, identicamente se investigou o quanto a suscetibilidade do partidário à misinformação seria moderada pelo nível de capacidade reflexiva (CRT), necessidade de cognição (NFC) e ainda pelo conhecimento político (CP). Os coeficientes estimados das regressões lineares executadas sugerem que alguém com escores máximos nessas variáveis terá seus vieses partidários potencializados. Dito de outra forma, um petista muito reflexivo, com alta necessidade de cognição ou com muito conhecimento político, respectivamente, terá menor probabilidade de ser misinformado a respeito do Bolsa Família, uma política pública extremamente vinculada à agenda do Partido dos Trabalhadores. Esse quadro indica que nem sempre apenas a simpatia por um ou outro campo partidário determinará, isoladamente, o grau de misinformação política.

Ainda referentemente às características da vulnerabilidade à misinformação, os achados desta pesquisa apontam que, com tudo o mais constante, a intensidade de confiança no trabalho do jornalista profissional implicará em menor ou maior propensão. Os resultados mostraram que pessoas que confiam sempre, comparadas às que nunca confiam, terão menor chance de serem politicamente misinformadas. Trata-se de boa evidência em favor do profissionalismo na produção de conteúdos informativos, sobretudo no momento histórico de profusão viral das mais diversas formas de distúrbios da informação. Especificamente sobre esse contexto, quando comparada a outros meios de difusão de informações, a imprensa tradicional tende a ser considerada mais crível (DANILLER et al., 2017).

Finalmente, por conta dos possíveis impactos da misinformação, testou-se a hipótese de que as pessoas devem rejeitar políticas públicas sobre as quais são misinformadas. Os resultados das investigações a partir de um banco de dados próprio e também do Barômetro das Américas, de fato, revelam maior desaprovação a políticas quando há crenças erradas a respeito delas. Sem dúvida, é perturbador, porque o contexto político

para o desenvolvimento, difusão e manutenção de políticas públicas, muitas vezes, se sujeita ao suporte popular. Na eventualidade de haver misinformation generalizada, ações governamentais podem ruir, inúmeras vezes podendo gerar enormes prejuízos.

Concernentemente a esse aspecto, convém ressaltar o impacto contínuo da misinformation sobre as atitudes das pessoas. Esse efeito é tido como forte barreira às estratégias de reversão do quadro. Por isso, com base em um desenho experimental, esta pesquisa checkou a hipótese de que a provisão de informações autênticas, acrescidas de suas fontes, redundaria em atitudes positivas referentemente a políticas públicas. Não foram encontrados subsídios para se confirmar a hipótese. Há, por outro lado, o indicativo de que a inclusão da fonte da informação parece melhor que apenas prover dados corretos sem dizer de onde vieram. Um empecilho pode estar no próprio partidarismo, porque a interpretação da confiabilidade de uma fonte pode derivar exatamente da preferência partidária.

Em conclusão, no terceiro e último capítulo desta tese, investigaram-se a predisposição das pessoas às correções de teorias conspiratórias políticas e quais variáveis determinariam a abertura ao aceite ou repúdio às retratações. As TCs são um dos mais fluidos dos subconjuntos dos distúrbios da informação e, como qualquer fabricação, pode se tornar misinformation. Ainda assim, se porventura não for uma crença já estabelecida (o estado de misinformation), melhores devem ser as chances de sucedimento da correção. Considerando essa possibilidade, foi desenvolvido um desenho experimental para se testar estratégias de reparação da admissão de TCs como se fossem explicações verdadeiras.

Numa, a informação exata era imediatamente apresentada, assim que o participante manifestasse sua crença na afirmação conspirante. Na outra, antes da provisão do dado autêntico, a TC era repetida, para em seguida, ser desacreditada. Em cada alternativa, aleatoriamente havia a menção de políticos como autores da explicação conspirante. As hipóteses eram as de que a reintrodução da TC, bem como a referência a autores, iriam enfraquecer a reparação. A comparação entre as frequências de acatamento da correção referenda a primeira e sugere que a repetição da teoria conspiratória na retratação não é uma tática eficiente. Quanto à segunda, não houve diferença entre correções com autoria referidas e sem.

De forma geral, o fato de haver correções incisivas e imediatamente após a pessoa demonstrar o endosso a TC parece ser uma boa medida. Entre os que aceitaram o conteúdo autêntico ou passaram a duvidar da afirmação conspirante depois de corrigidos, houve impacto da retratação sobre 30% dos indivíduos que participaram do experimento. Segue a tendência detectada em estudos que, por exemplo, verificavam a eficácia de alertas sobre a falsidade de informações divulgadas na Internet (CLAYTON et al., 2019). Percebe-se, assim, algum efeito amenizador da desacreditação direta e objetiva da fabricação.

Por fim, checkou-se a hipótese de que preferências partidárias (petismo e antipetismo) afetariam a disposição individual para o aceite à correção de teorias conspiratórias. Também

foram incluídas como controles as variáveis capacidade reflexiva (CRT) e conhecimento político (CP). A partir dos coeficientes de um modelo de regressão logística multinomial, foram mensurados os efeitos de cada variável sobre as probabilidades de rejeição ou aceite à retratação, além da chance de duvidar da TC depois do municiamento com a explicação verdadeira. Conforme os resultados, o lado partidário da pessoa realmente impacta no quanto aceitará ou recusará a reparação. Isto é, teorias conspiratórias de conotação esquerdistas são maiormente rejeitadas por antipetistas. Já aquelas do espectro direitistas são repelidas por petistas. Então, a admissão dependerá da aceção ideológica do discurso da TC e da predileção partidária da pessoa.

Quanto às variáveis de controle, não foram encontrados impactos significativos da capacidade reflexiva sobre a abertura às correções de teorias conspiratórias. Diversamente, respondentes que demonstraram muito conhecimento político, rejeitaram as reparações em maior grau. É um achado um tanto estranho, porém, pode ser que muitas pessoas, na verdade, não sejam tão sofisticadas assim. Apesar de todos os participantes da pesquisa haverem respondido a um termo de compromisso de não consultarem fontes externas para expressarem suas respostas, esta é uma possibilidade real. Há estudos que mostram que muitos podem trapacear quando respondem a questionários de pesquisas conduzidas de maneira online (CLIFFORD; JERIT, 2016). Consequentemente, trabalhos futuros devem pensar em maneiras mais eficientes de se mensurar o verdadeiro grau de conhecimento político dos participantes.

Como conclusão, é razoável dizer que as pesquisas desenvolvidas nesta tese apontaram alguns caminhos para o enfrentamento a distúrbios da informação em política e prováveis consequências desse tipo de fenômeno para a própria democracia. De maneira específica, da mesma forma, os estudos conseguiram contribuir para a sedimentação do conhecimento de variáveis disposicionais e situacionais capazes de influenciar na suscetibilidade individual a informações inautênticas. Finalmente, trata-se de um reforço da utilidade de experimentos de *survey populacional* como ferramentas para ajudar na melhor compreensão do comportamento político das pessoas.

Referências

- ABALAKINA-PAAP, M. et al. Beliefs in conspiracies. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 20, n. 3, p. 637–647, 1999. Citado 3 vezes nas páginas 31, 32 e 96.
- ABRAMOWITZ, A. I.; WEBSTER, S. W. Negative partisanship: Why americans dislike parties but behave like rabid partisans. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 39, p. 119–135, 2018. Citado 4 vezes nas páginas 18, 53, 54 e 58.
- ADORNO, T. et al. *The authoritarian personality*. [S.l.]: Verso Books, 2019. Citado na página 44.
- AGÜERO, F. et al. Votantes, partidos e información política: la frágil intermediación política en el chile post-autoritario. *Revista de Ciencia Política*, v. 19, n. 2, p. 159–193, 2019. Citado na página 54.
- ALM, J.; MCCLELLAND, G. H.; SCHULZE, W. D. Why do people pay taxes? *Journal of public Economics*, North-Holland, v. 48, n. 1, p. 21–38, 1992. Citado na página 64.
- ARCENEUX, K.; WIELEN, R. J. V. The effects of need for cognition and need for affect on partisan evaluations. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 34, n. 1, p. 23–42, 2013. Citado na página 47.
- ARNOLD, E.; MERTON, T.; PENNINGTON, B. *Why we live in community*. [S.l.]: Plough Publishing House, 1995. Citado na página 43.
- AYERS, M. S.; REDER, L. M. A theoretical review of the misinformation effect: Predictions from an activation-based memory model. *Psychonomic Bulletin & Review*, v. 5, n. 1, p. 1–21, 1998. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 27.
- BAKER, S. *Ancient Rome: the rise and fall of an empire*. [S.l.]: Random House, 2007. Citado na página 17.
- BALE, J. M. Political paranoia v. political realism: On distinguishing between bogus conspiracy theories and genuine conspiratorial politics. *Patterns of Prejudice*, Taylor & Francis, v. 41, n. 1, p. 45–60, 2007. Citado na página 28.
- BARTELS, L. M. Uninformed votes: Information effects in presidential elections. *American Journal of Political Science*, p. 194–230, 1996. Citado na página 26.
- BARTELS, L. M. Beyond the running tally: Partisan bias in political perceptions. *Political Behavior*, v. 24, n. 2, p. 117–150, 2002. Citado 4 vezes nas páginas 51, 53, 58 e 82.
- BARTLETT, J.; MILLER, C. *The power of unreason: Conspiracy theories, extremism and counter-terrorism*. [S.l.]: Demos London, 2010. Citado na página 33.
- BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, v. 117, n. 3, p. 497–529, 1995. Citado na página 53.

- BAVEL, J. J. V.; PEREIRA, A. The partisan brain: An identity-based model of political belief. *Trends in cognitive sciences*, Elsevier, v. 22, n. 3, p. 213–224, 2018. Citado 3 vezes nas páginas 27, 51 e 58.
- BAYES, R. et al. When and how different motives can drive motivated political reasoning. *Political Psychology*, Wiley Online Library, 2020. Citado na página 52.
- BEGG, I. M.; ANAS, A.; FARINACCI, S. Dissociation of processes in belief: Source recollection, statement familiarity, and the illusion of truth. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 121, n. 4, p. 446, 1992. Citado na página 44.
- BERINSKY, A. J. Rumors and Health Care Reform: Experiments in Political Misinformation. *British Journal of Political Science*, v. 47, n. 02, p. 241–262, abr. 2017. ISSN 0007-1234, 1469-2112. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0007123415000186/type/journal_article>. Citado 9 vezes nas páginas 18, 35, 36, 39, 50, 55, 56, 77 e 98.
- BERNSTEIN, D. *Essentials of psychology*. [S.l.]: Cengage Learning, 2018. Citado na página 38.
- BESSI, A. et al. Trend of narratives in the age of misinformation. *PloS one*, Public Library of Science, v. 10, n. 8, 2015. Citado 4 vezes nas páginas 16, 21, 28 e 77.
- BIEZEN, I. V. Party financing in new democracies: Spain and Portugal. *Party Politics*, Sage Publications 6 Bonhill Street, London EC2A 4PU, UK, v. 6, n. 3, p. 329–342, 2000. Citado 2 vezes nas páginas 49 e 107.
- BIZER, G. Y. et al. Need for cognition and need to evaluate in the 1998 national election survey pilot study. *National election studies report*, 2000. Citado na página 47.
- BOLSEN, T.; DRUCKMAN, J. N.; COOK, F. L. The influence of partisan motivated reasoning on public opinion. *Political Behavior*, Springer, v. 36, n. 2, p. 235–262, 2014. Citado 4 vezes nas páginas 49, 51, 88 e 107.
- BRAGA, M. d. S. S.; JR, J. P. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 17, n. 2, p. 271–303, 2011. Citado 3 vezes nas páginas 56, 107 e 108.
- BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos avançados*, SciELO Brasil, v. 20, n. 57, p. 221–236, 2006. Citado na página 54.
- BRITT, M. A. et al. A reasoned approach to dealing with fake news. *Policy Insights from the Behavioral and Brain Sciences*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 6, n. 1, p. 94–101, 2019. Citado na página 44.
- BRONSTEIN, M. V. et al. Belief in fake news is associated with delusionality, dogmatism, religious fundamentalism, and reduced analytic thinking. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, Elsevier, v. 8, n. 1, p. 108–117, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 95.
- BRUDER, M. et al. Measuring individual differences in generic beliefs in conspiracy theories across cultures: Conspiracy mentality questionnaire. *Frontiers in psychology*, Frontiers, v. 4, p. 225, 2013. Citado na página 32.

- BULLOCK, J. G. *Experiments on partisanship and public opinion: Party cues, false beliefs, and Bayesian updating*. Tese (Doutorado) — Stanford University Stanford, CA, 2007. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 99.
- BULLOCK, J. G. Elite influence on public opinion in an informed electorate. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 105, n. 3, p. 496–515, 2011. Citado 2 vezes nas páginas 47 e 59.
- BUTLER, L. D.; KOOPMAN, C.; ZIMBARDO, P. G. The psychological impact of viewing the film "jfk": Emotions, beliefs, and political behavioral intentions. *Political psychology*, JSTOR, p. 237–257, 1995. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 36.
- CACIOPPO, J. T.; PETTY, R. E. The need for cognition. *Journal of personality and social psychology*, American Psychological Association, v. 42, n. 1, p. 116, 1982. Citado 4 vezes nas páginas 20, 41, 46 e 59.
- CACIOPPO, J. T. et al. Dispositional differences in cognitive motivation: The life and times of individuals varying in need for cognition. *Psychological bulletin*, American Psychological Association, v. 119, n. 2, p. 197, 1996. Citado na página 41.
- CAMPBELL, A. et al. *The american voter*. [S.l.]: University of Chicago Press, 1980. Citado 2 vezes nas páginas 53 e 58.
- CAREY, J. M. et al. The effects of corrective information about disease epidemics and outbreaks: Evidence from zika and yellow fever in brazil. *Science Advances*, American Association for the Advancement of Science, v. 6, n. 5, p. eaaw7449, 2020. Citado 2 vezes nas páginas 39 e 97.
- CARL, N. Cognitive ability and political beliefs in the United States. *Personality and Individual Differences*, v. 83, p. 245–248, set. 2015. ISSN 01918869. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0191886915002925>>. Citado 2 vezes nas páginas 45 e 59.
- CARPINI, M. X. D. In search of the informed citizen: What Americans know about politics and why it matters. *The Communication Review*, v. 4, n. 1, p. 129–164, jan. 2000. ISSN 1071-4421, 1547-7487. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10714420009359466>>. Citado na página 26.
- CARPINI, M. X. D.; KEETER, S. Measuring Political Knowledge: Putting First Things First. *American Journal of Political Science*, v. 37, n. 4, p. 1179, nov. 1993. ISSN 00925853. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2111549?origin=crossref>>. Citado 2 vezes nas páginas 47 e 109.
- CARREIRÃO, Y. d. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, SciELO Brasil, n. 14, p. 255–295, 2014. Citado 5 vezes nas páginas 18, 54, 56, 107 e 108.
- CARREIRÃO, Y. d. S.; KINZO, M. D. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no brasil (1989/2002). *Dados*, SciELO Brasil, v. 47, n. 1, p. 131–167, 2004. Citado 2 vezes nas páginas 18 e 54.

- CARRERAS, M.; MORGENSTERN, S.; SU, Y.-P. Refining the theory of partisan alignments: evidence from latin america. *Party Politics*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 21, n. 5, p. 671–685, 2015. Citado na página 54.
- CASALECCHI, J. Ê. *O Brasil de 1945 ao golpe militar*. [S.l.]: Contexto, 2002. Citado 3 vezes nas páginas 17, 28 e 34.
- CASTRO, C. *A proclamação da República*. [S.l.]: Zahar, 2000. Citado 2 vezes nas páginas 28 e 35.
- CHAIKEN, S. Heuristic versus systematic information processing and the use of source versus message cues in persuasion. *Journal of Personality and Social Psychology*, American Psychological Association, v. 39, n. 5, p. 752, 1980. Citado 4 vezes nas páginas 20, 24, 42 e 55.
- CITRIN, J.; STOKER, L. Political trust in a cynical age. *Annual Review of Political Science*, Annual Reviews, v. 21, p. 49–70, 2018. Citado 2 vezes nas páginas 48 e 59.
- CLARKE, S. Conspiracy theories and conspiracy theorizing. *Philosophy of the Social Sciences*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 32, n. 2, p. 131–150, 2002. Citado 10 vezes nas páginas 29, 31, 32, 36, 37, 41, 58, 93, 96 e 107.
- CLAYTON, K. et al. Real solutions for fake news? measuring the effectiveness of general warnings and fact-check tags in reducing belief in false stories on social media. *Political Behavior*, Springer, p. 1–23, 2019. Citado 4 vezes nas páginas 40, 98, 102 e 125.
- CLIFFORD, S.; JERIT, J. Cheating on Political Knowledge Questions in Online Surveys: An Assessment of the Problem and Solutions. *Public Opinion Quarterly*, v. 80, n. 4, p. 858–887, 2016. ISSN 0033-362X, 1537-5331. Disponível em: <<https://academic.oup.com/poq/article-lookup/doi/10.1093/poq/nfw030>>. Citado 3 vezes nas páginas 21, 121 e 126.
- COHEN, A. R.; STOTLAND, E.; WOLFE, D. M. An experimental investigation of need for cognition. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, American Psychological Association, v. 51, n. 2, p. 291, 1955. Citado 3 vezes nas páginas 20, 46 e 59.
- CONVERSE, P. E. *The Nature of Belief Systems in Mass Publics*. [S.l.]: Survey Research Center, University of Michigan, 1964. Citado 3 vezes nas páginas 26, 47 e 55.
- COOK, J.; LEWANDOWSKY, S. *The Debunking Handbook*. [s.n.], 2012. OCLC: 768864362. ISBN 978-0-646-56812-6. Disponível em: <http://www.skepticalscience.com/docs/Debunking_Handbook.pdf>. Citado 3 vezes nas páginas 40, 95 e 102.
- COSMIDES, L.; TOOBY, J.; KURZBAN, R. Perceptions of race. *Trends in cognitive sciences*, Elsevier, v. 7, n. 4, p. 173–179, 2003. Citado na página 53.
- DAI, Y.; HANDLEY-SCHACHLER, M. A fundamental weakness in auditing: The need for a conspiracy theory. *Procedia Economics and Finance*, Elsevier, v. 28, p. 1–6, 2015. Citado 3 vezes nas páginas 29, 34 e 37.
- DALTON, R. J.; WELDON, S. Partisanship and party system institutionalization. *Party politics*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 13, n. 2, p. 179–196, 2007. Citado 2 vezes nas páginas 52 e 58.

- DANILLER, A. et al. Measuring trust in the press in a changing media environment. *Communication Methods and Measures*, Taylor & Francis, v. 11, n. 1, p. 76–85, 2017. Citado 4 vezes nas páginas 21, 49, 76 e 124.
- DANTAS, E. Palimpsesto antissemita: desconstruindo o plano cohen. *Revista Escritas*, vol, 2014. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 34.
- DITTO, P. H.; LOPEZ, D. F. Motivated skepticism: Use of differential decision criteria for preferred and nonpreferred conclusions. *Journal of Personality and Social Psychology*, American Psychological Association, v. 63, n. 4, p. 568, 1992. Citado 3 vezes nas páginas 20, 41 e 42.
- DITTO, P. H. et al. Motivated sensitivity to preference-inconsistent information. *Journal of Personality and Social Psychology*, American Psychological Association, v. 75, n. 1, p. 53, 1998. Citado 3 vezes nas páginas 20, 41 e 43.
- DIX, R. H. Democratization and the institutionalization of latin american political parties. *Comparative Political Studies*, Sage Publications, v. 24, n. 4, p. 488–511, 1992. Citado na página 54.
- DOUGLAS, K. M. et al. Understanding conspiracy theories. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 40, p. 3–35, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 37 e 95.
- DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. *Journal of political economy*, The University of Chicago Press, v. 65, n. 2, p. 135–150, 1957. Citado na página 26.
- DRUCKMAN, J. N. et al. *Cambridge handbook of experimental political science*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2011. Citado na página 76.
- DUVERGER, M. *Political parties: Their organization and activity in the modern state*. [S.l.]: Methuen, 1959. Citado na página 27.
- ECKER, U.; LEWANDOWSKY, S.; CHADWICK, M. Can Corrections Spread Misinformation to New audiences? Testing for the Elusive Familiarity Backfire Effect. OSF Preprints, 2020, no prelo. Citado 5 vezes nas páginas 19, 37, 95, 99 e 106.
- ECKER, U. K. H. et al. Correcting false information in memory: Manipulating the strength of misinformation encoding and its retraction. *Psychonomic Bulletin & Review*, v. 18, n. 3, p. 570–578, jun. 2011. ISSN 1069-9384, 1531-5320. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/index/10.3758/s13423-011-0065-1>>. Citado 7 vezes nas páginas 19, 24, 40, 57, 95, 99 e 102.
- ENDERS, A. M.; SMALLPAGE, S. M. Informational cues, partisan-motivated reasoning, and the manipulation of conspiracy beliefs. *Political Communication*, Taylor & Francis, v. 36, n. 1, p. 83–102, 2019. Citado na página 51.
- FETZER, J. H. Disinformation: The use of false information. *Minds and Machines*, v. 14, n. 2, p. 231–240, 2004. Citado na página 24.
- FIORINA, M. P. Parties and partisanship: A 40-year retrospective. *Political Behavior*, Springer, v. 24, n. 2, p. 93–115, 2002. Citado 2 vezes nas páginas 52 e 58.

- FISKE, A. P. et al. The cultural matrix of social psychology. McGraw-Hill, 1998. Citado 3 vezes nas páginas 22, 42 e 95.
- FLEISCHER, D. Os partidos políticos. *Sistema político brasileiro: uma introdução*, UNESP/Fundação Konrad Adenauer São Paulo, p. 312–citation_lastpage, 2007. Citado 2 vezes nas páginas 18 e 54.
- FLYNN, D.; NYHAN, B.; REIFLER, J. The Nature and Origins of Misperceptions: Understanding False and Unsupported Beliefs About Politics: Nature and Origins of Misperceptions. *Political Psychology*, v. 38, p. 127–150, fev. 2017. ISSN 0162895X. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/pops.12394>>. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 99.
- FONTAINE, A. et al. Reforma de los partidos políticos en Chile. *Santiago, Chile: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo/Centro de Estudios Públicos/Libertad y Desarrollo/Proyectamérica/Corporación de Estudios para Latinoamérica*, 2008. Citado na página 54.
- FRANKS, B.; BANGERTER, A.; BAUER, M. Conspiracy theories as quasi-religious mentality: an integrated account from cognitive science, social representations theory, and frame theory. *Frontiers in psychology*, Frontiers, v. 4, p. 424, 2013. Citado na página 31.
- FRANKS, B. et al. Beyond “monologicality”? exploring conspiracist worldviews. *Frontiers in psychology*, Frontiers, v. 8, p. 861, 2017. Citado 5 vezes nas páginas 25, 29, 31, 32 e 95.
- FREDERICK, S. Cognitive reflection and decision making. *Journal of Economic perspectives*, v. 19, n. 4, p. 25–42, 2005. Citado 5 vezes nas páginas 20, 45, 46, 59 e 109.
- GERBER, A. S.; HUBER, G. A.; WASHINGTON, E. Party affiliation, partisanship, and political beliefs: A field experiment. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 104, n. 4, p. 720–744, 2010. Citado 3 vezes nas páginas 53, 58 e 82.
- GOERTZEL, T. Belief in conspiracy theories. *Political Psychology*, JSTOR, p. 731–742, 1994. Citado 4 vezes nas páginas 31, 48, 59 e 96.
- GOMES, L. *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e Proclamação da República no Brasil*. [S.l.]: Globo, São Paulo, 2013. Citado 2 vezes nas páginas 28 e 35.
- GOSA, T. L. Counterknowledge, racial paranoia, and the cultic milieu: Decoding hip hop conspiracy theory. *Poetics*, Elsevier, v. 39, n. 3, p. 187–204, 2011. Citado na página 30.
- GREENE, S. Understanding party identification: A social identity approach. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 20, n. 2, p. 393–403, 1999. Citado 3 vezes nas páginas 52, 53 e 58.
- GRINBERG, N. et al. Fake news on twitter during the 2016 us presidential election. *Science*, American Association for the Advancement of Science, v. 363, n. 6425, p. 374–378, 2019. Citado 3 vezes nas páginas 16, 36 e 55.
- GROH, D. The temptation of conspiracy theory, or: Why do bad things happen to good people? part ii: Case studies. In: *Changing conceptions of conspiracy*. [S.l.]: Springer, 1987. p. 15–37. Citado 3 vezes nas páginas 28, 31 e 96.

- GUESS, A.; NYHAN, B.; REIFLER, J. Selective exposure to misinformation: Evidence from the consumption of fake news during the 2016 us presidential campaign. *European Research Council*, v. 9, 2018. Citado 2 vezes nas páginas 21 e 48.
- HALPERN, D. et al. From belief in conspiracy theories to trust in others: Which factors influence exposure, believing and sharing fake news. In: SPRINGER. *International Conference on Human-Computer Interaction*. [S.l.], 2019. p. 217–232. Citado 3 vezes nas páginas 21, 48 e 58.
- HANITZSCH, T.; DALEN, A. V.; STEINDL, N. Caught in the nexus: A comparative and longitudinal analysis of public trust in the press. *The International Journal of Press/Politics*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 23, n. 1, p. 3–23, 2018. Citado na página 49.
- HERTZBERG, L. On the attitude of trust. *Inquiry*, Taylor & Francis, v. 31, n. 3, p. 307–322, 1988. Citado 2 vezes nas páginas 48 e 59.
- HOBBSAWM, E. J.; CUMMING, M. *Age of extremes: the short twentieth century, 1914-1991*. [S.l.]: Abacus London, 1995. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 33.
- HOCHSCHILD, J. L.; EINSTEIN, K. L. Do Facts Matter? Information and Misinformation in American Politics: DO FACTS MATTER? *Political Science Quarterly*, v. 130, n. 4, p. 585–624, dez. 2015. ISSN 00323195. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1002/polq.12398>>. Citado 14 vezes nas páginas 18, 26, 27, 36, 41, 43, 45, 50, 55, 56, 57, 58, 75 e 107.
- HOFSTETTER, C. R. et al. Information, Misinformation, and Political Talk Radio. *Political Research Quarterly*, v. 52, n. 2, p. 353, jun. 1999. ISSN 10659129. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/449222?origin=crossref>>. Citado 3 vezes nas páginas 24, 55 e 56.
- JAMESON, F. Totality as conspiracy. *The geopolitical aesthetic: Cinema and space in the world system*, Indiana UP Bloomington, p. 9–84, 1992. Citado na página 30.
- JAMIL, U.; ROUSSEAU, C. Challenging the ‘official’ story of 9/11: Community narratives and conspiracy theories. *Ethnicities*, Sage Publications Sage UK: London, England, v. 11, n. 2, p. 245–261, 2011. Citado 2 vezes nas páginas 18 e 31.
- JERIT, J.; BARABAS, J. Partisan Perceptual Bias and the Information Environment. *The Journal of Politics*, v. 74, n. 3, p. 672–684, jul. 2012. ISSN 0022-3816, 1468-2508. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1017/S0022381612000187>>. Citado 4 vezes nas páginas 49, 50, 93 e 107.
- JOHNSON, H. M.; SEIFERT, C. M. Sources of the continued influence effect: When misinformation in memory affects later inferences. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, v. 20, n. 6, p. 1420–1436, 1994. ISSN 0278-7393. Disponível em: <<http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/0278-7393.20.6.1420>>. Citado 3 vezes nas páginas 27, 37 e 57.
- JOLLEY, D.; DOUGLAS, K. M. Prevention is better than cure: Addressing anti-vaccine conspiracy theories. *Journal of Applied Social Psychology*, Wiley Online Library, v. 47, n. 8, p. 459–469, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 98.

- JONES, P.; HUDSON, J. The role of political parties: An analysis based on transaction costs. *Public Choice*, Springer, v. 94, n. 1-2, p. 175–189, 1998. Citado na página 58.
- JOST, J. T. Ideological asymmetries and the essence of political psychology. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 38, n. 2, p. 167–208, 2017. Citado 4 vezes nas páginas 41, 43, 53 e 58.
- JOST, J. T. et al. How Social Media Facilitates Political Protest: Information, Motivation, and Social Networks: Social Media and Political Protest. *Political Psychology*, v. 39, p. 85–118, fev. 2018. ISSN 0162895X. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/pops.12478>>. Citado na página 107.
- JUNIOR, W. de S. O cenário da segunda guerra fria e os atores das eleições de 2018. *Liberdade de expressão e campanhas eleitorais–Brasil 2018*, p. 76, 2019. Citado na página 35.
- KAHAN, D. M. et al. Motivated numeracy and enlightened self-government. *Behavioural Public Policy*, Cambridge University Press, v. 1, n. 1, p. 54–86, 2017. Citado 3 vezes nas páginas 45, 59 e 109.
- KAHNEMAN, D. *Thinking, fast and slow*. [S.l.]: Macmillan, 2011. Citado 5 vezes nas páginas 20, 24, 41, 42 e 55.
- KAM, C. D. Who toes the party line? cues, values, and individual differences. *Political Behavior*, Springer, v. 27, n. 2, p. 163–182, 2005. Citado 2 vezes nas páginas 47 e 59.
- KEELEY, B. L. Of conspiracy theories. *The Journal of Philosophy*, JSTOR, v. 96, n. 3, p. 109–126, 1999. Citado 5 vezes nas páginas 25, 29, 30, 31 e 95.
- KEERSMAECKER, J. D. et al. Investigating the robustness of the illusory truth effect across individual differences in cognitive ability, need for cognitive closure, and cognitive style. *Personality and Social Psychology Bulletin*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 46, n. 2, p. 204–215, 2020. Citado na página 45.
- KEERSMAECKER, J. D.; ROETS, A. Fake news: Incorrect, but hard to correct. The role of cognitive ability on the impact of false information on social impressions. *Intelligence*, v. 65, p. 107–110, nov. 2017. ISSN 01602896. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0160289617301617>>. Citado na página 38.
- KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, SciELO Brasil, v. 20, n. 57, p. 65–81, 2005. Citado na página 54.
- KITSCHOLT, H. et al. *Latin American party systems*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2010. Citado na página 54.
- KLEIN, C.; CLUTTON, P.; DUNN, A. G. Pathways to conspiracy: The social and linguistic precursors of involvement in reddit’s conspiracy theory forum. *PloS one*, Public Library of Science, v. 14, n. 11, 2019. Citado na página 30.
- KNAPP, R. H. A psychology of rumor. *Public opinion quarterly*, Oxford University Press, v. 8, n. 1, p. 22–37, 1944. Citado 4 vezes nas páginas 18, 30, 48 e 95.

- KNIGHT, P. I love you: Viruses, paranoia, and the environment of risk. *The Sociological Review*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 48, n. 2_suppl, p. 17–30, 2000. Citado na página 37.
- KOLTKO-RIVERA, M. E. The psychology of worldviews. *Review of general psychology*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 8, n. 1, p. 3–58, 2004. Citado na página 32.
- KOONZ, C. *The nazi conscience*. [S.l.]: Belknap Press Cambridge, MA, 2003. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 33.
- KRUGLANSKI, A. W. Blame-placing schemata and attributional research. In: *Changing conceptions of conspiracy*. [S.l.]: Springer, 1987. p. 219–229. Citado na página 28.
- KUKLINSKI, J. H. et al. Misinformation and the currency of democratic citizenship. *The Journal of Politics*, v. 62, n. 3, p. 790–816, 2000. Citado 15 vezes nas páginas 17, 18, 24, 26, 27, 36, 50, 55, 56, 57, 60, 61, 64, 77 e 86.
- KUMAR, K. K.; GEETHAKUMARI, G. Detecting misinformation in online social networks using cognitive psychology. *Human-centric Computing and Information Sciences*, SpringerOpen, v. 4, n. 1, p. 1–22, 2014. Citado na página 24.
- KUNDA, Z. The case for motivated reasoning. *Psychological bulletin*, v. 108, n. 3, p. 480, 1990. Citado 6 vezes nas páginas 20, 37, 41, 42, 58 e 88.
- KWAK, C.; CLAYTON-MATTHEWS, A. Multinomial logistic regression. *Nursing research*, LWW, v. 51, n. 6, p. 404–410, 2002. Citado 2 vezes nas páginas 110 e 117.
- LASSITER, G. D.; APPLE, K. J.; SLAW, R. D. Need for cognition and thought-induced attitude polarization: Another look. *Journal of Social Behavior and Personality*, Select Press PO BOX 37, CORTE MADERA, CA 94976, v. 11, n. 4, p. 647–665, 1996. Citado na página 47.
- LAU, R. R. *Models of decision-making*. Oxford University Press, 2003. Citado 3 vezes nas páginas 49, 50 e 107.
- LAZER, D. M. et al. The science of fake news. *Science*, American Association for the Advancement of Science, v. 359, n. 6380, p. 1094–1096, 2018. Citado 3 vezes nas páginas 16, 23 e 88.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. [S.l.]: Zahar, 2018. Citado na página 48.
- LEWANDOWSKY, S. The ‘post-truth’ world, misinformation, and information literacy: a perspective from cognitive science. *Informed Societies*, Facet Publishing, p. 69, 2020. Citado 8 vezes nas páginas 18, 24, 27, 37, 49, 57, 58 e 107.
- LEWANDOWSKY, S.; ECKER, U. K.; COOK, J. Beyond misinformation: Understanding and coping with the “post-truth” era. *Journal of applied research in memory and cognition*, Elsevier, v. 6, n. 4, p. 353–369, 2017. Citado 3 vezes nas páginas 24, 27 e 57.

- LEWANDOWSKY, S. et al. Misinformation and Its Correction: Continued Influence and Successful Debiasing. *Psychological Science in the Public Interest*, v. 13, n. 3, p. 106–131, dez. 2012. ISSN 1529-1006, 1539-6053. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1529100612451018>>. Citado 11 vezes nas páginas 17, 19, 27, 28, 30, 37, 40, 44, 57, 88 e 99.
- LIDDIARD, P. Are parties in trouble? The Wilson Center, 2018. Citado na página 54.
- LINDEN, S. Van der et al. Inoculating the public against misinformation about climate change. *Global Challenges*, Wiley Online Library, v. 1, n. 2, p. 1600008, 2017. Citado na página 27.
- LOFTUS, E. F. Leading questions and the eyewitness report. *Cognitive psychology*, Elsevier, v. 7, n. 4, p. 560–572, 1975. Citado na página 24.
- LOFTUS, E. F. Planting misinformation in the human mind: A 30-year investigation of the malleability of memory. *Learning & Memory*, v. 12, n. 4, p. 361–366, jul. 2005. ISSN 1072-0502. Disponível em: <<http://www.learnmem.org/cgi/doi/10.1101/lm.94705>>. Citado na página 57.
- LUPIA, A. Shortcuts versus encyclopedias: Information and voting behavior in california insurance reform elections. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 88, n. 1, p. 63–76, 1994. Citado na página 26.
- LUPIA, A.; MCCUBBINS, M. D. *The democratic dilemma: Can citizens learn what they need to know?* [S.l.]: Cambridge University Press, 1998. Citado na página 26.
- LUSKIN, R. C. Explaining political sophistication. *Political Behavior*, Springer, v. 12, n. 4, p. 331–361, 1990. Citado na página 47.
- LUSKIN, R. C.; FISHKIN, J. S.; JOWELL, R. Considered opinions: Deliberative polling in britain. *British Journal of Political Science*, Cambridge University Press, v. 32, n. 3, p. 455–487, 2002. Citado na página 88.
- MACHADO, R. O texto além do texto. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 520, 2018. Citado na página 25.
- MAINWARING, S.; TORCAL, M. Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization. *Handbook of party politics*, Sage London, v. 11, n. 6, p. 204–227, 2006. Citado 2 vezes nas páginas 53 e 58.
- MAIO, M. de. Argentine media regulation, fake news, and the election of Mauricio Macri. In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. [S.l.: s.n.], 2019. Citado na página 55.
- MAITINO, M. E. Direita, sem vergonha. *Plural*, v. 25, n. 1, p. 111–134, 2018. Citado na página 35.
- MANIN, B. *The principles of representative government*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1997. Citado 2 vezes nas páginas 55 e 77.
- MARIANI, B. As formas discursivas e a ameaça comunista. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, v. 44, p. 266–285, 2019. Citado na página 35.

- MARSH, E. J.; CANTOR, A. D.; BRASHIER, N. M. Believing that Humans Swallow Spiders in Their Sleep. In: *Psychology of Learning and Motivation*. Elsevier, 2016. v. 64, p. 93–132. ISBN 978-0-12-804739-2. DOI: 10.1016/bs.plm.2015.09.003. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0079742115000341>>. Citado 7 vezes nas páginas 20, 24, 28, 41, 57, 88 e 95.
- MAURER, M.; REINEMANN, C. Learning Versus Knowing: Effects of Misinformation in Televised Debates. *Communication Research*, v. 33, n. 6, p. 489–506, dez. 2006. ISSN 0093-6502, 1552-3810. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0093650206293252>>. Citado na página 24.
- MCHOSKEY, J. W. Case closed? on the john f. kennedy assassination: Biased assimilation of evidence and attitude polarization. *Basic and Applied Social Psychology*, Taylor & Francis, v. 17, n. 3, p. 395–409, 1995. Citado 3 vezes nas páginas 31, 44 e 95.
- MERCIER, H.; SPERBER, D. *The enigma of reason*. [S.l.]: Harvard University Press, 2017. Citado 4 vezes nas páginas 24, 43, 88 e 93.
- MEZZARROBA, O. Produção discente: Plano cohen: a consolidação do anticomunismo no brasil. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 13, n. 24, p. 92–101, 1992. Citado na página 34.
- MILLER, J. M.; SAUNDERS, K. L.; FARHART, C. E. Conspiracy endorsement as motivated reasoning: The moderating roles of political knowledge and trust. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 60, n. 4, p. 824–844, 2016. Citado 6 vezes nas páginas 18, 35, 48, 51, 56 e 59.
- MILLER, S. Conspiracy theories: public arguments as coded social critiques: a rhetorical analysis of the twa flight 800 conspiracy theories. *Argumentation and Advocacy*, Taylor & Francis, v. 39, n. 1, p. 40–56, 2002. Citado na página 37.
- MOSCOVICI, S. The conspiracy mentality. In: *Changing conceptions of conspiracy*. [S.l.]: Springer, 1987. p. 151–169. Citado na página 28.
- MOSLEH, M. et al. Digital fingerprints of cognitive reflection. PsyArXiv, 2019. Citado na página 45.
- NEFES, T. S. The impacts of the turkish government’s conspiratorial framing of the gezi park protests. *Social Movement Studies*, Taylor & Francis, v. 16, n. 5, p. 610–622, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 18 e 30.
- NELSON, J. Fake News, Fake Problem? An Analysis of the Fake News Audience in the Lead Up to the 2016 Presidential Election. 2017. Citado na página 36.
- NEUMANN, M. *MNLpred - Simulated Predicted Probabilities for Multinomial Logit Models*. [S.l.], 2020. Version 0.0.2. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=MNLpred>>. Citado na página 108.
- NEWMAN, N.; FLETCHER, R. *Bias, Bullshit and Lies: Audience Perspectives on Low Trust in the Media*. 2017. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/risj-review/bias-bullshit-and-lies-audience-perspectives-low-trust-media>>. Citado 2 vezes nas páginas 21 e 56.

- NICKERSON, R. S. Confirmation bias: A ubiquitous phenomenon in many guises. *Review of general psychology*, v. 2, p. 175, 1998. Citado 4 vezes nas páginas 20, 41, 43 e 58.
- NIR, L. Motivated Reasoning and Public Opinion Perception. *Public Opinion Quarterly*, v. 75, n. 3, p. 504–532, 2011. ISSN 1537-5331, 0033-362X. Disponível em: <<https://academic.oup.com/poq/article-lookup/doi/10.1093/poq/nfq076>>. Citado 2 vezes nas páginas 20 e 41.
- NYHAN, B. Why the "Death Panel" Myth Wouldn't Die: Misinformation in the Health Care Reform Debate. In: *The Forum*. [S.l.: s.n.], 2010. v. 8. Citado 7 vezes nas páginas 19, 35, 40, 77, 95, 99 e 106.
- NYHAN, B. et al. Taking fact-checks literally but not seriously? the effects of journalistic fact-checking on factual beliefs and candidate favorability. *Political Behavior*, Springer, p. 1–22, 2019. Citado 3 vezes nas páginas 38, 88 e 97.
- NYHAN, B.; REIFLER, J. When Corrections Fail: The Persistence of Political Misperceptions. *Political Behavior*, v. 32, n. 2, p. 303–330, jun. 2010. ISSN 0190-9320, 1573-6687. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s11109-010-9112-2>>. Citado 6 vezes nas páginas 19, 37, 40, 61, 99 e 102.
- NYHAN, B.; REIFLER, J. Misinformation and Fact-checking. *Research Findings*, 2012. Citado na página 24.
- OBER, J. *The rise and fall of classical Greece*. [S.l.]: Princeton University Press, 2015. Citado na página 17.
- O'KANE, R. H. A probabilistic approach to the causes of coups d'état. *British journal of political science*, Cambridge University Press, v. 11, n. 3, p. 287–308, 1981. Citado na página 34.
- OROSZ, G. et al. Changing conspiracy beliefs through rationality and ridiculing. *Frontiers in psychology*, Frontiers, v. 7, p. 1525, 2016. Citado 2 vezes nas páginas 41 e 93.
- PAGÁN, V. E. Toward a model of conspiracy theory for ancient rome. *New German Critique*, JSTOR, n. 103, p. 27–49, 2008. Citado na página 25.
- PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y. *The rational public: Fifty years of trends in Americans' policy preferences*. [S.l.]: University of Chicago Press, 2010. Citado na página 26.
- PAINI, L. D. et al. Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no brasil. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Universidade Estadual de Maringá, v. 27, n. 2, p. 223–230, 2005. Citado na página 54.
- PATE, U. A.; GAMBO, D.; IBRAHIM, A. M. The impact of fake news and the emerging post-truth political era on nigerian polity: A review of literature. *Studies in Media and Communication*, v. 7, n. 1, p. 21–29, 2019. Citado na página 55.
- PENNYCOOK, G. et al. Is the cognitive reflection test a measure of both reflection and intuition? *Behavior Research Methods*, Springer, v. 48, n. 1, p. 341–348, 2016. Citado 3 vezes nas páginas 20, 41 e 45.

- PENNYCOOK, G. et al. Fighting covid-19 misinformation on social media: Experimental evidence for a scalable accuracy nudge intervention. *PsyArXiv*, 2020. Citado 3 vezes nas páginas 37, 39 e 98.
- PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. Lazy, not biased: Susceptibility to partisan fake news is better explained by lack of reasoning than by motivated reasoning. *Cognition*, Elsevier, 2018. Citado 3 vezes nas páginas 20, 41 e 45.
- PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. Who falls for fake news? the roles of bullshit receptivity, overclaiming, familiarity, and analytic thinking. *Journal of personality*, Wiley Online Library, 2018. Citado na página 31.
- PENNYCOOK, G. et al. Dunning–kruger effects in reasoning: Theoretical implications of the failure to recognize incompetence. *Psychonomic Bulletin & Review*, Springer, v. 24, n. 6, p. 1774–1784, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 41 e 45.
- PEREIRA, A.; BAVEL, J. V. Identity concerns drive belief in fake news. *PsyArXiv*, 2018. Citado 2 vezes nas páginas 27 e 57.
- PIGDEN, C. Popper revisited, or what is wrong with conspiracy theories? *Philosophy of the Social Sciences*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 25, n. 1, p. 3–34, 1995. Citado na página 25.
- PINHEIRO, D. A. d. J. P. Mãe é quem cuida: a legitimidade da maternidade no discurso das mães de bebês com microcefalia em Pernambuco. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 3, p. 132 – 163, 2019. Citado na página 86.
- POONAM, S.; BANSAL, S. Misinformation is Endangering India’s Elections. *The Atlantic*, 2019. Citado na página 55.
- PORCELLO, F. A. C.; DIAS, F. d. B. C. Verdade x mentira: a ameaça das fake news nas eleições de 2018 no Brasil. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (41.: 2018 set. 02-09: Joiville, SC). Anais [recurso eletrônico]. São Paulo: Intercom, 2018. [S.l.: s.n.]*, 2018. Citado na página 36.
- POWELL, J. M.; THYNE, C. L. Global instances of coups from 1950 to 2010: A new dataset. *Journal of Peace Research*, Sage Publications Sage UK: London, England, v. 48, n. 2, p. 249–259, 2011. Citado na página 34.
- PRUITT, D. G. Conspiracy theory in conflict escalation. In: *Changing conceptions of conspiracy*. [S.l.]: Springer, 1987. p. 191–202. Citado na página 29.
- RAAB, M. H. et al. Thirty shades of truth: conspiracy theories as stories of individuation, not of pathological delusion. *Frontiers in psychology*, Frontiers, v. 4, p. 406, 2013. Citado na página 30.
- RADNITZ, S.; UNDERWOOD, P. Is belief in conspiracy theories pathological? a survey experiment on the cognitive roots of extreme suspicion. *British Journal of Political Science*, Cambridge University Press, v. 47, n. 1, p. 113–129, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 37 e 44.

- REDLAWSK, D. P. Hot Cognition or Cool Consideration? Testing the Effects of Motivated Reasoning on Political Decision Making. *The Journal of Politics*, v. 64, n. 4, p. 1021–1044, nov. 2002. ISSN 0022-3816, 1468-2508. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1111/1468-2508.00161>>. Citado na página 50.
- REDLAWSK, D. P.; CIVETTINI, A. J. W.; EMMERSON, K. M. The Affective Tipping Point: Do Motivated Reasoners Ever “Get It”? The Affective Tipping Point. *Political Psychology*, v. 31, n. 4, p. 563–593, jul. 2010. ISSN 0162895X, 14679221. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-9221.2010.00772.x>>. Citado 3 vezes nas páginas 38, 97 e 107.
- RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. O que são e como lidar com as notícias falsas: dos sites de notícias falsas às mídias hiper-partidárias. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 15, n. 27, p. 71 – 83, 2018. Citado 3 vezes nas páginas 16, 23 e 55.
- RISSO, C. de A. Tipologia da desinformação e a difusão de conteúdo enganoso nas eleições de 2018. *Liberdade de Expressão Questões da atualidade*, p. 67, 2019. Citado na página 35.
- RODRÍGUEZ, M.; ZECHMEISTER, E. J. Media pluralism, public trust, and democracy: New evidence from latin america and the caribbean. *Center for International Media Assistance*, https://www.vanderbilt.edu/lapop/docs/CIMA-Media-Perceptions-in-the-Americas_web_150ppi.pdf (retrieved 5.07. 2019), 2018. Citado na página 49.
- RUEDIGER, M. A. Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018. Fundação Getúlio Vargas, 2017. Citado na página 36.
- SAMUELS, D. A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 14, n. 2, p. 302–318, 2008. Citado na página 54.
- SAMUELS, D. J.; LUCAS, K. A coerência ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009. In: EDITORA UFMG. *O Congresso por ele mesmo*. [S.l.], 2011. Citado na página 107.
- SAMUELS, D. J.; ZUCCO, C. *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: Voting behavior in Brazil*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2018. Citado 5 vezes nas páginas 18, 54, 56, 107 e 108.
- SAPOUNTZIS, A.; CONDOR, S. Conspiracy accounts as intergroup theories: Challenging dominant understandings of social power and political legitimacy. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 34, n. 5, p. 731–752, 2013. Citado 3 vezes nas páginas 18, 31 e 95.
- SCHWARZ, N. Attitude construction: Evaluation in context. *Social cognition*, Guilford Press, v. 25, n. 5, p. 638–656, 2007. Citado na página 102.
- SCHWARZ, N.; BOHNER, G. The Construction of Attitudes. In: TESSER, A.; SCHWARZ, N. (Ed.). *Blackwell Handbook of Social Psychology: Intraindividual Processes*. Malden, Massachusetts, USA: Blackwell Publishers Inc., 2007. p. 436–457. ISBN 978-0-470-99851-9

978-0-631-21033-7. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1002/9780470998519.ch20>>. Citado na página 77.

SCHWARZ, N. et al. Metacognitive experiences and the intricacies of setting people straight: Implications for debiasing and public information campaigns. *Advances in experimental social psychology*, Elsevier, v. 39, p. 127–161, 2007. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 45.

SILVA, J. A. da. Presidencialismo e parlamentarismo no Brasil. *Revista de Ciência Política*, v. 33, n. 1, p. 9–32, 1990. Citado na página 34.

SMALLPAGE, S. M.; ENDERS, A. M.; USCINSKI, J. E. The partisan contours of conspiracy theory beliefs. *Research & Politics*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 4, n. 4, p. 2053168017746554, 2017. Citado na página 51.

SNIDERMAN, P. M.; BRODY, R. A.; TETLOCK, P. E. *Reasoning and choice: Explorations in political psychology*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1993. Citado na página 26.

SOUZA, I. L. C. *A independência do Brasil*. [S.l.]: Zahar, 2000. Citado 2 vezes nas páginas 28 e 34.

STOJANOV, A.; HALBERSTADT, J. The conspiracy mentality scale. *Social Psychology*, Hogrefe Publishing, 2019. Citado na página 32.

STOJANOV, A. et al. Reducing conspiracy theory beliefs. *Psihologija*, Društvo psihologa Srbije, v. 48, n. 3, p. 251–266, 2015. Citado 4 vezes nas páginas 38, 95, 97 e 102.

SUEDFELD, P.; TETLOCK, P. E. Individual differences in information processing. *Blackwell handbook of social psychology: Intraindividual processes*, Wiley Online Library, p. 284–304, 2001. Citado 4 vezes nas páginas 20, 46, 59 e 109.

SUNSTEIN, C. R. *Echo chambers: Bush v. Gore, impeachment, and beyond*. [S.l.]: Princeton University Press Princeton, NJ, 2001. Citado na página 48.

SUNSTEIN, C. R.; VERMEULE, A. Conspiracy theories. Harvard Public Law Working Paper, 2008. Citado 4 vezes nas páginas 29, 30, 31 e 33.

SUNSTEIN, C. R.; VERMEULE, A. Conspiracy theories: Causes and cures. *Journal of Political Philosophy*, Wiley Online Library, v. 17, n. 2, p. 202–227, 2009. Citado na página 25.

SWAMI, V.; COLES, R. The truth is out there: Belief in conspiracy theories. *The Psychologist*, British Psychological Society, v. 23, n. 7, p. 560–563, 2010. Citado 2 vezes nas páginas 29 e 37.

SWIRE, B. et al. Processing political misinformation: comprehending the trump phenomenon. *Royal Society open science*, The Royal Society Publishing, v. 4, n. 3, p. 160802, 2017. Citado 3 vezes nas páginas 38, 88 e 97.

TABER, C. S.; CANN, D.; KUCSOVA, S. The motivated processing of political arguments. *Political Behavior*, Springer, v. 31, n. 2, p. 137–155, 2009. Citado 6 vezes nas páginas 20, 21, 49, 50, 56 e 107.

- TABER, C. S.; LODGE, M. Motivated skepticism in the evaluation of political beliefs. *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 3, p. 755–769, 2006. Citado 5 vezes nas páginas 49, 50, 51, 107 e 109.
- TAM, K.-P.; LEUNG, A. K.-Y.; CHIU, C.-Y. On being a mindful authoritarian: Is need for cognition always associated with less punitiveness? *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 29, n. 1, p. 77–91, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 47 e 59.
- THOMSON, K. S.; OPPENHEIMER, D. M. Investigating an alternate form of the cognitive reflection test. *Judgment and Decision making*, Society for Judgment & Decision Making, v. 11, n. 1, p. 99, 2016. Citado 5 vezes nas páginas 20, 45, 46, 59 e 109.
- TÖRNBERG, P. Echo chambers and viral misinformation: Modeling fake news as complex contagion. *PLoS one*, Public Library of Science, v. 13, n. 9, 2018. Citado 2 vezes nas páginas 21 e 48.
- TRANTER, B. Political knowledge and its partisan consequences. *Australian Journal of Political Science*, Taylor & Francis, v. 42, n. 1, p. 73–88, 2007. Citado na página 109.
- TROTTIER, D.; FUCHS, C. *Social media, politics and the state: protests, revolutions, riots, crime and policing in the age of Facebook, Twitter and YouTube*. [S.l.]: Routledge, 2014. Citado na página 16.
- TURGEON, M. et al. Conspiracy Theory Thinking and Beliefs in Brazil (Dados e codebook). 2020. Citado na página 100.
- VENABLES, W. N.; RIPLEY, B. D. *Modern Applied Statistics with S*. Fourth. New York: Springer, 2002. ISBN 0-387-95457-0. Disponível em: <<http://www.stats.ox.ac.uk/pub/MASS4>>. Citado na página 108.
- VERPLANKEN, B. Involvement and need for cognition as moderators of belief – attitude – intention consistency. *British Journal of Social Psychology*, Wiley Online Library, v. 28, n. 2, p. 115–122, 1989. Citado na página 47.
- VISSER, P. S.; HOLBROOK, A.; KROSNICK, J. A. Knowledge and attitudes. *The SAGE handbook of public opinion research*. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd, p. 127–140, 2007. Citado na página 48.
- VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, mar. 2018. ISSN 0036-8075, 1095-9203. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146>>. Citado 6 vezes nas páginas 16, 30, 40, 56, 77 e 98.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Thinking about ‘information disorder’: formats of misinformation, disinformation, and mal-information. *Ireton, Cherilyn; Posetti, Julie. Journalism, ‘fake news’ & disinformation*. Paris: Unesco, p. 43–54, 2018. Citado 3 vezes nas páginas 16, 17 e 23.
- WARNER, B. R.; NEVILLE-SHEPARD, R. Echoes of a conspiracy: Birthers, truthers, and the cultivation of extremism. *Communication Quarterly*, Taylor & Francis, v. 62, n. 1, p. 1–17, 2014. Citado 6 vezes nas páginas 30, 37, 39, 98, 99 e 102.

WEEKS, B. E. Emotions, Partisanship, and Misperceptions: How Anger and Anxiety Moderate the Effect of Partisan Bias on Susceptibility to Political Misinformation: Emotions and Misperceptions. *Journal of Communication*, v. 65, n. 4, p. 699–719, ago. 2015. ISSN 00219916. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/jcom.12164>>. Citado na página 51.

WITTMAN, D. Why democracies produce efficient results. *Journal of Political economy*, The University of Chicago Press, v. 97, n. 6, p. 1395–1424, 1989. Citado na página 26.

WOOD, M. J. Propagating and debunking conspiracy theories on twitter during the 2015–2016 zika virus outbreak. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, Mary Ann Liebert, Inc. 140 Huguenot Street, 3rd Floor New Rochelle, NY 10801 USA, v. 21, n. 8, p. 485–490, 2018. Citado na página 99.

WOOD, M. J.; DOUGLAS, K. M. “what about building 7?” a social psychological study of online discussion of 9/11 conspiracy theories. *Frontiers in Psychology*, Frontiers, v. 4, p. 409, 2013. Citado na página 99.

WOOD, M. J.; DOUGLAS, K. M. Online communication as a window to conspiracist worldviews. *Frontiers in psychology*, Frontiers, v. 6, p. 836, 2015. Citado na página 32.

WORTHINGTON, I. *By the Spear: Philip II, Alexander the Great, and the Rise and Fall of the Macedonian Empire*. [S.l.]: Oxford University Press, USA, 2014. Citado na página 17.

WULFF, E. Paranoid conspiratory delusion. In: *Changing conceptions of conspiracy*. [S.l.]: Springer, 1987. p. 171–189. Citado na página 29.

ZALLER, J. *The Nature and Origins of Mass Opinion*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1992. Citado 3 vezes nas páginas 26, 53 e 58.

ZOLLO, F. et al. Emotional Dynamics in the Age of Misinformation. *PLOS ONE*, v. 10, n. 9, p. e0138740, set. 2015. ISSN 1932-6203. Disponível em: <<http://dx.plos.org/10.1371/journal.pone.0138740>>. Citado 4 vezes nas páginas 27, 31, 57 e 95.

Apêndices

APÊNDICE A – Misinformação

A.1 Estatísticas descritivas das variáveis

Aqui é apresentada a **Tabela A.1** com as descrições estatísticas das variáveis utilizadas na análise sobre *determinantes da suscetibilidade à misinformação*. Nela são discriminados os valores mínimos e máximos, média, desvio padrão e o número de respondente por variável.

Tabela A.1: Variáveis da Pesquisa sobre Misinformação

| | Estatísticas Descritivas | | | | |
|-------------------------|--------------------------|-----|-------|-------|-------|
| | <i>Min</i> | Max | M | DP | N |
| Antipetismo | 0 | 1 | 0.288 | 0.453 | 7,900 |
| Apartidarismo | 0 | 1 | 0.157 | 0.364 | 7,965 |
| Capacidade Reflexiva | 0 | 1 | 0.322 | 0.228 | 7,735 |
| Confiança no Jornalismo | 0 | 1 | 0.498 | 0.254 | 8,040 |
| Conhecimento Político | 0 | 1 | 0.484 | 0.279 | 8,031 |
| Misinformação BF | 0 | 1 | 0.713 | 0.452 | 2,345 |
| Misinformação Impostos | 0 | 1 | 0.901 | 0.298 | 2,280 |
| Misinformação Urnas | 0 | 1 | 0.558 | 0.496 | 2,267 |
| Necessidade de Cognição | 0 | 1 | 0.645 | 0.183 | 8,032 |
| Petismo | 0 | 1 | 0.170 | 0.375 | 7,910 |

A.1.1 Coeficientes Estimados das Regressões

A **Tabela A.2** apresenta detalhadamente os resultados dos coeficientes estimados para as regressões referentes aos modelos dos determinantes da vulnerabilidade à misinformação.

Tabela A.2: Coeficientes estimados para suscetibilidade à misinformação

| | <i>Variáveis Dependentes</i> | | |
|----------------|------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| | Misinformação BF | Misinformação UE | Misinformação IP |
| PT | 0.080** (0.034) | -0.047 (0.040) | 0.019 (0.033) |
| CRT | -0.037 (0.026) | 0.090*** (0.032) | 0.033 (0.026) |
| NFC | -0.071** (0.033) | -0.048 (0.040) | 0.003 (0.033) |
| CP | 0.010 (0.021) | 0.185*** (0.027) | 0.050** (0.022) |
| CJ | -0.071*** (0.023) | -0.117*** (0.029) | -0.070*** (0.023) |
| PT*CRT | -0.078** (0.040) | 0.062 (0.049) | -0.004 (0.039) |
| PT*NFC | -0.080* (0.048) | -0.024 (0.056) | -0.076 (0.048) |
| PT*CP | -0.065** (0.031) | 0.014 (0.040) | 0.051 (0.032) |
| Constante | 0.690*** (0.025) | 0.399*** (0.031) | 0.808*** (0.025) |
| Observações | 2,215 | 2,134 | 2,128 |
| R ² | 0.020 | 0.043 | 0.010 |
| Estatística F | 5.604*** (gl = 8; 2206) | 12.055*** (gl = 8; 2125) | 2.676*** (gl = 8; 2119) |

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Já a **Tabela A.3** mostra os coeficientes dos modelos para apoio ao Bolsa Família, às Urnas Eletrônicas e ao aumento de impostos para pessoas mais ricas.

Tabela A.3: Coeficientes estimados para apoio ao BF, Urnas e Impostos

| | <i>Variáveis Dependentes</i> | | |
|------------------------|------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|
| | Bolsa Família <i>MQO</i> | Urnas Eletrônicas <i>EMV</i> | Impostos para ricos <i>MQO</i> |
| Misinformação BF | -0.740*** (0.098) | | |
| Misinformação UE | | -0.289*** (0.028) | |
| Misinformação Impostos | | | 0.143 (0.091) |
| Petista | 0.461*** (0.041) | 0.107*** (0.014) | 0.005 (0.036) |
| Constante | 3.388*** (0.065) | 0.811*** (0.015) | 3.449*** (0.077) |
| Observações | 2,296 | 2,220 | 2,234 |
| R ² | 0.080 | | 0.001 |
| Pseudo R ² | | 5.80 | |
| Estatística F | 99.752*** (gl = 2; 2293) | | 1.235 (gl = 2; 2231) |

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

A.2 Estatísticas descritivas - Zika Vírus

A **Tabela A.4** exibe as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na análise referente aos efeitos da misinformação sobre o Zika quanto ao apoio a políticas públicas de combate ao vírus. Nela são discriminados os valores mínimos e máximos, média, desvio padrão e o número de respondentes por variável.

Tabela A.4: **Variáveis da análise sobre o Zika Vírus**

| | Estatísticas Descritivas | | | | |
|-----------------|--------------------------|------|-------|-------|------|
| | <i>Min</i> | Max | M | DP | N |
| Educação | 0 | 1 | 0.064 | 0.245 | 1498 |
| Misinformação | 0 | 1 | 0.484 | 0.209 | 1353 |
| Gênero | 0 | 1 | 0.503 | 0.497 | 1532 |
| Idade | 16 | 86 | 38.59 | 15.56 | 1532 |
| Renda | 5.85 | 8.90 | 7.03 | 0.711 | 863 |
| Zika Invadir | 1 | 10 | 0.658 | 0.373 | 761 |
| Zika Larvicidas | 1 | 10 | 0.727 | 0.303 | 757 |
| Zika Mosquitos | 1 | 10 | 0.638 | 0.334 | 761 |

¹ Na variável educação, o zero é para (sem faculdade) e o 1 (com faculdade). Já para gênero, o zero (homem) e o 1 (mulher). A variável renda é o logaritmo das médias de cada faixa de renda familiar disponível como opção de resposta.

A.2.1 Coeficientes Estimados das Regressões

Na **Tabela A.5** estão exibidos os coeficientes estimados do modelo para determinantes do suporte às políticas de combate ao Zika Vírus (Invadir as residências nas quais os moradores não autorizem a entrada dos agentes de saúde, utilizar mosquito geneticamente modificado e aplicar larvicidas para acabar com os criadores do mosquito transmissor do vírus).

Tabela A.5: Coeficientes estimados para apoio a políticas de combate ao Zika

| | <i>Variáveis Dependentes</i> | | |
|----------------|------------------------------|------------------------|------------------------|
| | Larvicida | Mosquito | Invadir |
| Misinformação | -1.451*** (0.488) | -0.115* (0.059) | -0.112* (0.065) |
| Gênero | 0.260 (0.217) | 0.020 (0.026) | -0.021 (0.029) |
| Idade | 0.010 (0.007) | 0.004*** (0.001) | 0.003*** (0.001) |
| Educação | -0.589 (0.361) | -0.005 (0.043) | -0.016 (0.048) |
| Renda | -0.142 (0.154) | -0.006 (0.019) | -0.048** (0.021) |
| Constante | 8.827*** (1.158) | 0.576*** (0.140) | 0.983*** (0.155) |
| Observações | 757 | 759 | 761 |
| R ² | 0.022 | 0.037 | 0.021 |
| Estatística F | 3.428*** (gl = 5; 751) | 5.779*** (gl = 5; 753) | 3.253*** (gl = 5; 755) |

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

APÊNDICE B – Teorias Conspiratórias

B.1 Estatísticas descritivas das variáveis

A **Tabela B.1** apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo de regressão logística multinomial sobre determinantes do aceite à correção de teorias conspiratórias. Nela são discriminados os valores mínimos e máximos, média, desvio padrão e o número de respondentes por variável.

Tabela B.1: Variáveis da Pesquisa sobre TCs

| | Estatísticas Descritivas | | | | |
|---------------------------|--------------------------|-----|-------|-------|------|
| | <i>Min</i> | Max | M | DP | N |
| Antipetismo | 0 | 1 | 0.238 | 0.426 | 2541 |
| Apartidário | 0 | 1 | 0.265 | 0.441 | 2541 |
| Capacidade Reflexiva | 0 | 2 | 0.296 | 0.291 | 2633 |
| Conhecimento Político | 0 | 2 | 0.364 | 0.300 | 2632 |
| Correção TCs Esquerdistas | 0 | 2 | 0.375 | 0.672 | 837 |
| Correção TCs Direitistas | 0 | 2 | 0.550 | 0.772 | 1122 |
| Correção Covid | 0 | 2 | 0.314 | 0.614 | 933 |
| Petismo | 0 | 1 | 0.155 | 0.362 | 2549 |

Anexos

ANEXO A – Misinformação

A.1 Questionário da Pesquisa sobre Misinformação

Este questionário compõe a base própria para análise dos determinantes da misinformação e consequências, além dos experimentos empreendidos para se testar táticas de correção de crenças erradas (da misinformação).

Questionário - Pesquisa sobre Misinformação

Perguntas sociodemográficas, consumo de mídia e preferências

P1. Você é...

(1) Homem (2) Mulher

P2. Idade:

P3. Até que série você estudou?

(1) Nunca frequentei a escola (2) Primário incompleto (até terceira série do ensino fundamental) (3) Primário completo (quarta série do ensino fundamental) (4) Ginásio incompleto (até sétima série do ensino fundamental) (5) Ginásio completo (oitava série do ensino fundamental) (6) Colegial incompleto (até segunda série do ensino médio) (7) Colegial completo (terceira série do ensino médio) (8) Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio) (9) Ensino universitário completo (10) Pós-graduação ou mais

P5. Você costuma conversar sobre temas relacionados à política?

(0) Sim (1) Não

P6. Quando você conversa sobre temas relacionados à política, costuma fazer isso pessoalmente ou utiliza redes sociais, como WhatsApp, Facebook, Instagram ou Twitter?

(0) Redes Sociais (1) Pessoalmente (2) Pessoalmente e nas Mídias Sociais

P7. Por favor, indique o quanto você confia nas notícias sobre política que circulam nas

redes sociais, como WhatsApp, Facebook, Instagram e Twitter

(1) Confio sempre (2) Confio muitas vezes (3) Confio poucas vezes (4) Nunca confio

P8. Por favor, indique o quanto você confia nas notícias sobre política veiculadas por jornalistas profissionais, aqueles que atuam nas TVs, Rádios, Revistas, Jornais Impressos e Sites de notícias

(1) Confio sempre (2) Confio muitas vezes (3) Confio poucas vezes (4) Nunca confio

P9. Por favor, indique o quanto você confia nas notícias sobre política que seus amigos e familiares te enviam ou compartilham nas redes sociais, como WhatsApp, Facebook, Instagram ou Twitter

(1) Confio sempre (2) Confio muitas vezes (3) Confio poucas vezes (4) Nunca confio

P10. Você costuma compartilhar notícias sobre política que amigos ou familiares te enviam?

(0) Sim (1) Não

Perguntas sobre conhecimento político

P11. As seguintes perguntas serão sobre política de modo geral. É importante que você assuma o compromisso de NÃO se utilizar de fontes externas, como a internet, para buscar as respostas corretas das perguntas a seguir. Você concorda em responder às perguntas a seguir sem a ajuda de fontes externas?

(0) Sim (1) Não (2) Prefiro não responder

P12. Qual a duração do mandato de um senador?

(1) 4 anos (2) 6 anos (3) 8 anos (4) 10 anos (5) 12 anos (99) Não sei

P13. Qual dos órgãos abaixo tem por função principal definir se uma lei é constitucional?

(1) Câmara dos Deputados (2) Supremo Tribunal Federal (3) Ministério da Justiça (4) Senado Federal (5) Presidência da República (99) Não sei

P14. Qual o nome do líder da oposição venezuelana que se declarou presidente da Venezuela?

(1) Nicolás Maduro (2) Juan Guaidó (3) Mauricio Macri (4) Sebastian Piñera (5) Iván

Duque Márquez (**99**) Não sei

P15. Segundo as leis eleitorais brasileiras, o voto é obrigatório até os 70 anos de idade. Isso significa que:

(1) Eu ainda sou obrigado(a) a votar aos 70 anos de idade, mas não sou mais obrigado(a) a votar depois que completar 71 anos (2) Eu não sou mais obrigado(a) a votar assim que completar 70 anos de idade (**99**) Não sei

P16. Para qual ministério Paulo Guedes foi nomeado pelo Presidente Bolsonaro?

(1) Ministério da Saúde (2) Ministério da Economia (3) Ministério da Justiça e Segurança Pública (4) Ministério da Educação (5) Ministério do Meio Ambiente (**99**) Não sei

Perguntas da medida de necessidade de cognição (NFC)

P18. Neste momento, você responderá sobre algumas características mais relacionadas à sua personalidade. Prefiro uma tarefa intelectual, difícil e importante em vez outra tarefa que seja importante, mas que não me obrigue a refletir muito. O quanto você concorda ou discorda desta frase?

(1) Concordo muito (2) Concordo (3) Concordo um pouco (4) Não concordo nem discordo (5) Discordo um pouco (6) Discordo (7) Discordo muito

P19. Quanta satisfação você tem ao pensar?

(1) Nenhuma (2) Pouca (3) Alguma (4) Bastante (5) Muita

P20. Algumas pessoas preferem pensar sobre projetos pequenos e de curta duração. Outras pessoas preferem pensar sobre projetos grandes e de longa duração. Qual é a sua preferência?

(1) Sempre prefiro pensar sobre projetos pequenos e de curta duração (2) Frequentemente prefiro pensar sobre projetos pequenos e de curta duração (3) Raramente prefiro pensar sobre projetos pequenos e de curta duração (4) Não tenho preferência (5) Raramente prefiro pensar sobre projetos grandes e de longa duração (6) Frequentemente prefiro pensar sobre projetos grandes e de longa duração (7) Sempre prefiro pensar sobre projetos grandes e de longa duração.

P21. O quanto você gosta ou não gosta de ter a responsabilidade de lidar com situações que exigem pensar muito?

(1) Desgosto muito (2) Desgosto (3) Desgosto um pouco (4) Não gosto nem desgosto (5) Gosto um pouco (6) Gosto (7) Gosto muito

P22. Depois de terminar uma tarefa que exija muito esforço mental, você se sente mais aliviado(a) do que satisfeito(a) ou mais satisfeito(a) do que aliviado(a)?

(1) Muito mais aliviado(a) que satisfeito(a) (2) Mais aliviado(a) que satisfeito(a) (3) Um pouco mais aliviado(a) que satisfeito(a) (4) Igualmente aliviado(a) e satisfeito(a) (5) Um pouco mais satisfeito(a) que aliviado(a) (6) Mais satisfeito(a) que aliviado(a) (7) Muito mais satisfeito(a) que aliviado(a)

Perguntas dos desenhos experimentais

Agora, por favor, dê a sua opinião sobre três assuntos

P23A.1 Você acha que o Brasil deveria parar de usar urnas eletrônicas nas eleições?

(0) Sim (1) Não

P23A.2 Em relação aos gastos com o Programa Bolsa Família, o que você acha que o governo deveria fazer?

(0) Eliminar completamente o programa (1) Reduzir muito os benefícios (2) Reduzir um pouco os benefícios (3) Manter os benefícios como estão (4) Aumentar um pouco os benefícios (5) Aumentar muito os benefícios

P23A.3 Você acredita que quem tem renda alta:

(1) Deve pagar muito menos impostos (2) Deve pagar um pouco menos de impostos (3) Já paga uma quantidade justa de impostos (4) Deve pagar um pouco mais de impostos (5) Deve pagar muito mais impostos

P23B.1 As famílias que recebem o benefício do Bolsa Família tiveram menos filhos que a média brasileira entre os anos de 2003 e 2013. Na sua opinião, qual a chance dessa informação ser verdadeira?

(1) Nenhuma chance (2) Pouca chance (3) Alguma chance (4) Muita chance

P23B.2 Qual é o nível de certeza que você tem em relação a resposta anterior?

(1) Nenhuma certeza (2) Pouca certeza (3) Alguma certeza (4) Muita certeza (5) Certeza absoluta

P23B.3 Em relação aos gastos com o Programa Bolsa Família, o que você acha que o governo deveria fazer?

(0) Eliminar completamente o programa (1) Reduzir muito os benefícios (2) Reduzir um pouco os benefícios (3) Manter os benefícios como estão (4) Aumentar um pouco os benefícios (5) Aumentar muito os benefícios

P23C.1 Além do Brasil, vários países utilizam sistema de votação eletrônica. Na sua opinião, qual a chance dessa informação ser verdadeira?

(1) Nenhuma chance (2) Pouca chance (3) Alguma chance (4) Muita chance

P23C.2 Qual é o nível de certeza que você tem em relação a resposta anterior?

(1) Nenhuma certeza (2) Pouca certeza (3) Alguma certeza (4) Muita certeza (5) Certeza absoluta

P23C.3 Você acha que o Brasil deveria parar de usar urnas eletrônicas nas eleições?

(0) Sim (1) Não

P23D.1 Comparado aos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é o país que cobra menos impostos. Na sua opinião, qual a chance dessa informação ser verdadeira?

(1) Nenhuma chance (2) Pouca chance (3) Alguma chance (4) Muita chance

P23D.2 Qual é o nível de certeza que você tem em relação a resposta anterior?

(1) Nenhuma certeza (2) Pouca certeza (3) Alguma certeza (4) Muita certeza (5) Certeza absoluta

P23D.3 Você acredita que quem tem renda alta:

(1) Deve pagar muito menos impostos (2) Deve pagar um pouco menos de impostos (3) Já paga uma quantidade justa de impostos (4) Deve pagar um pouco mais de impostos (5) Deve pagar muito mais impostos

P23E.1 As famílias que recebem o benefício do Bolsa Família tiveram menos filhos que a média brasileira entre os anos de 2003 e 2013. Na sua opinião, qual a chance dessa informação ser verdadeira? (RU)

(1) Nenhuma chance (2) Pouca chance (3) Alguma chance (4) Muita chance

P23E.2 Qual e o nível de certeza que você tem em relação a resposta anterior?

(1) Nenhuma certeza (2) Pouca certeza (3) Alguma certeza (4) Muita certeza (5) Certeza absoluta

P23E.3 Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as famílias que recebem o benefício do Bolsa Família tiveram, de fato, menos filhos que a média brasileira entre os anos de 2003 e 2013, ou seja, enquanto na média do país a queda foi de 10,7%, a taxa ficou 15,7% mais baixa entre os beneficiários do Bolsa Família. Em relação aos gastos com o Programa Bolsa Família, o que você acha que o governo deveria fazer?

(0) Eliminar completamente o programa (1) Reduzir muito os benefícios (2) Reduzir um pouco os benefícios (3) Manter os benefícios como estão (4) Aumentar um pouco os benefícios (5) Aumentar muito os benefícios

P23F.1 Além do Brasil, vários países utilizam sistema de votação eletrônica. Na sua opinião, qual a chance dessa informação ser verdadeira?

(1) Nenhuma chance (2) Pouca chance (3) Alguma chance (4) Muita chance

P23F.2 Qual e o nível de certeza que você tem em relação a resposta anterior?

(1) Nenhuma certeza (2) Pouca certeza (3) Alguma certeza (4) Muita certeza (5) Certeza absoluta

P23F.3 O Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA Internacional), sediado em Estocolmo (Suécia), afirma que, de fato, cerca de 32 países utilizam ou utilizaram o sistema de votação eletrônica. A lista inclui, além do Brasil, México, Estados Unidos (alguns estados), Canadá (algumas províncias), Suécia, Japão, Coreia do Sul, Índia etc. Você acha que o Brasil deveria parar de usar urnas eletrônicas nas eleições?

(0) Sim (1) Não

P23G.1 Comparado aos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é o país que cobra menos impostos. Na sua opinião, qual a chance dessa informação ser verdadeira?

(1) Nenhuma chance (2) Pouca chance (3) Alguma chance (4) Muita chance

P23G.2 Qual e o nível de certeza que você tem em relação a resposta anterior?

(1) Nenhuma certeza (2) Pouca certeza (3) Alguma certeza (4) Muita certeza (5) Certeza

absoluta

P23G.3 Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a relação entre impostos pagos pelos brasileiros e o Produto Interno Bruto (PIB) (todas as riquezas produzidas no país) é de 33.6%, ou seja, de fato, ligeiramente abaixo da média dos 37 países membros da OCDE, que é de 34.3%. Esses números são confirmados pelo Banco Mundial, uma instituição financeira internacional que oferece empréstimos a países para investimento em desenvolvimento. Você acredita que quem tem renda alta:

- (1) Deve pagar muito menos impostos (2) Deve pagar um pouco menos de impostos (3) Já paga uma quantidade justa de impostos (4) Deve pagar um pouco mais de impostos (5) Deve pagar muito mais impostos

Perguntas sobre preferência política

P24. Qual é o seu partido político de preferência?

- (1) PT (2) PSL (3) MDB (4) PSDB (5) DEM (6) PSOL (7) PDT (8) Outro partido não listado, qual? (9) Não tenho partido de preferência

P25. Agora, indique o que você pensa sobre alguns partidos políticos atribuindo uma nota de 0 a 10, onde zero significa que você “não gosta de jeito nenhum do partido”, cinco significa que você “não gosta nem desgosta do partido” e dez significa que “você gosta muito do partido”:

PT, DEM, PSOL, PSDB, PDT, MDB, PSL.

P26. Em qual partido político você nunca votaria?

- (1) PT (2) PSL (3) MDB (4) PSDB (5) DEM (6) PSOL (7) PDT (8) Outro partido não listado, qual? (9) Não tem partido político para qual nunca votaria

Perguntas do teste de reflexão cognitiva (CRT)

P27. Agora, você verá alguns problemas bem simples, por favor, indique para cada questão, a resposta que considera correta. Se estiver disputando uma corrida e ultrapassar a pessoa em segundo lugar, em que lugar você vai estar?

P28. Um fazendeiro tinha 15 ovelhas e todas menos 8 morreram. Quantas ovelhas restaram vivas?

P29. A mãe de Carlos tem três filhos. A primeira filha se chama Abril. O segundo filho se chama Maio. Como se chama o terceiro?

P30. Quantos metros cúbicos há de sujeira em um buraco que mede 3 metros de profundidade, 3 metros de largura e 3 metros de comprimento?

P31. Um taco e uma bola custam R\$ 1,10 no total. O taco custa um real a mais que a bola. Quanto custa a bola em centavos?

Perguntas sobre religião e renda

P33. Qual a sua religião, se tiver?

- Católica
- Evangélico Pentecostal
- Evangélico Não-Pentecostal
- Adventista
- Testemunha de Jeová
- Mórmon
- Candomblé
- Umbanda
- Espírita kardecista, espiritualista
- Seicho-No-Iê, Messiânica, Perfeita Liberdade
- Judaica
- Budista
- Santo Daime, Esotérica
- Não tem religião
- É ateu/ Não acredita em Deus

P37. Qual a sua renda mensal? Considere apenas os seus rendimentos.

- Até R\$ 998,00 (até 1 salário mínimo)
- De R\$ 999,00 a R\$ 1.996,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos)
- De R\$ 1.997,00 a R\$ 2.994,00 (mais de 2 até 3 salários mínimos)
- De R\$ 2.995,00 a R\$ 4.990,00 (mais de 3 até 5 salários mínimos)
- De R\$ 4.991,00 a R\$ 6.986,00 (mais de 5 até 7 salários mínimos)
- De R\$ 6.987,00 a R\$ 8.982,00 (mais de 7 até 9 salários mínimos)
- De R\$ 8.983,00 a R\$ 10.978,00 (mais de 9 até 11 salários mínimos)
- De R\$ 10.979,00 a R\$ 12.974,00 (mais de 11 até 13 salários mínimos)
- De R\$ 12.975,00 a R\$ 14.970,00 (mais de 13 até 15 salários mínimos)
- De R\$ 14.971,00 a R\$ 16.966,00 (mais de 15 até 17 salários mínimos)
- De R\$ 16.967,00 a R\$ 18.962,00 (mais de 17 até 19 salários mínimos)
- De R\$ 18.963,00 a R\$ 20.958,00 (mais de 19 até 21 salários mínimos)
- De R\$ 20.959,00 ou mais (acima de 21 salários mínimos)
- Prefiro não responder

ANEXO B – Teorias Conspiratórias

B.1 Questionário da Pesquisa sobre Teorias Conspiratórias

As perguntas a seguir são referentes à base de dados próprias para os estudos sobre teorias conspiratórias. Nele, estão as questões gerais e as do desenho experimental.

Questionário – Pesquisa sobre Teorias Conspiratórias

Perguntas da medida de Mentalidade Conspiratória

P3. Segue abaixo uma série de afirmações. Por favor, indique se você concorda muito, concorda, concorda um pouco, não concorda nem discorda, discorda um pouco, discorda ou discorda muito de cada uma delas.

Muitos acontecimentos históricos mal explicados foram planejados por governos ou organizações secretas.

(1) Concordo muito (2) Concordo (3) Concordo um pouco (4) Não concordo nem discordo (5) Discordo um pouco (6) Discordo (7) Discordo muito

P4. Explicações alternativas para acontecimentos históricos são mais próximas da verdade do que as explicações oficiais.

(1) Concordo muito (2) Concordo (3) Concordo um pouco (4) Não concordo nem discordo (5) Discordo um pouco (6) Discordo (7) Discordo muito

P5. Muita coisa que parece coincidência, na verdade, não é.

(1) Concordo muito (2) Concordo (3) Concordo um pouco (4) Não concordo nem discordo (5) Discordo um pouco (6) Discordo (7) Discordo muito

P6. Acontecimentos históricos são cuidadosamente planejados por pessoas interessadas em beneficiar a si próprias.

(1) Concordo muito (2) Concordo (3) Concordo um pouco (4) Não concordo nem discordo (5) Discordo um pouco (6) Discordo (7) Discordo muito

P7. Muitos acontecimentos históricos podem ser explicados por crimes praticados por governos ou pessoas poderosas.

(1) Concordo muito (2) Concordo (3) Concordo um pouco (4) Não concordo nem discordo (5) Discordo um pouco (6) Discordo (7) Discordo muito

P8. Se você realmente estiver lendo o enunciado desta pergunta, selecione a opção Discordo um pouco. (**Pergunta antitrapaça**)

(1) Concordo muito (2) Concordo (3) Concordo um pouco (4) Não concordo nem discordo (5) Discordo um pouco (6) Discordo (7) Discordo muito

P9. Muitas coisas que certas pessoas aceitam como verdadeiras são, na verdade, boatos criados por pessoas que estão no poder.

(1) Concordo muito (2) Concordo (3) Concordo um pouco (4) Não concordo nem discordo (5) Discordo um pouco (6) Discordo (7) Discordo muito

P10. As notícias divulgadas na imprensa podem, na verdade, não ter acontecido.

(1) Concordo muito (2) Concordo (3) Concordo um pouco (4) Não concordo nem discordo (5) Discordo um pouco (6) Discordo (7) Discordo muito

Perguntas sobre Conhecimento Político

P11. As seguintes perguntas serão sobre política de modo geral. É importante que você assuma o compromisso de NÃO se utilizar de fontes externas, como a internet, para buscar as respostas corretas das perguntas a seguir. Você concorda em responder às perguntas a seguir sem a ajuda de fontes externas?

(0) Sim (1) Não (2) Prefiro não responder

P12. Qual a duração do mandato de um senador?

(1) 4 anos (2) 6 anos (3) 8 anos (4) 10 anos (5) 12 anos (99) Não sei

P13. Qual dos órgãos abaixo tem por função principal definir se uma lei é constitucional?

(1) Câmara dos Deputados (2) Supremo Tribunal Federal (3) Ministério da Justiça (4) Senado Federal (5) Presidência da República (99) Não sei

P14. Neste ano, os brasileiros vão escolher prefeitos e vereadores. Da lista abaixo,

selecione qual ou quais mecanismo(s) poderá(ão) ser utilizado(s) para financiar as campanhas: Doações de empresas para candidatos e partidos políticos.

(1) Recursos públicos do Fundo Eleitoral. (2) Doações de pessoas para candidatos e partidos políticos. (3) Doações de Organizações Não-Governamentais (ONG) para candidatos e partidos políticos. (4) Doações de sindicatos para candidatos e partidos políticos. (99) Não sei

P15. O Governo Federal e o Congresso Nacional consideram algumas reformas como importantes para o país melhorar, mas duas delas são prioridades para 2020. Quais reformas seriam essas?

(1) Administrativa e Tributária (2) Política e do Judiciário (3) Previdência e da Segurança Pública (4) Ambiental e da Cultura (5) Educação e Saúde (99) Não sei

P16. Para qual ministério Damares Regina Alves foi nomeada pelo Presidente Bolsonaro?

(1) Ministério da Saúde (2) Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (3) Ministério da Justiça e Segurança Pública (4) Ministério da Educação (5) Ministério do Meio Ambiente (99) Não sei

P17. Você fumou um cigarro antes dos 6 anos de idade? (**Pergunta antitrapaça**)

(1) Sim (2) Não

Perguntas sobre teorias conspiratórias

P18A. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram que entre janeiro e junho de 2019 as queimadas na Amazônia aumentaram 110%, na comparação com o mesmo período de 2018. Para você,

(1) Ainda não é possível apontar uma explicação definitiva para as queimadas, pois as investigações da Polícia Federal estão em andamento.

(2) Foi uma ação orquestrada por grupos interessados em desestabilizar o governo, como afirmou o próprio Presidente Bolsonaro.

(3) Não sei qual é a verdade.

P18AC1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados pelas investigações policiais. A única explicação baseada nos fatos, conforme investigações da Polícia Federal,

é a de que ainda não é possível afirmar o que ou quem causou as queimadas. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que ainda não é possível saber quem ou o que causou as queimadas na Amazônia.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P18AC2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados pelas investigações policiais. Não há evidência que sugira que as queimadas na Amazônia, ao contrário do que afirmou o próprio Presidente Bolsonaro, tenham sido resultado de uma ação orquestrada por grupos interessados em desestabilizar o governo. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que ainda não é possível saber quem ou o que causou as queimadas na Amazônia.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P18B. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram que entre janeiro e junho de 2019 as queimadas na Amazônia aumentaram 110%, na comparação com o mesmo período de 2018. Para você,

- (1) Ainda não é possível apontar uma explicação definitiva para as queimadas, pois as investigações da Polícia Federal estão em andamento.
- (2) Foi uma ação orquestrada por grupos interessados em desestabilizar o governo.
- (3) Não sei qual é a verdade.

P18BC1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados pelas investigações policiais. A única explicação baseada nos fatos, conforme investigações da Polícia Federal, é a de que ainda não é possível afirmar o que ou quem causou as queimadas. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que ainda não é possível saber quem ou o que causou as queimadas na Amazônia.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P18BC2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados pelas investigações policiais. Não há evidência que sugira que as queimadas na Amazônia tenham sido resultado de uma ação orquestrada por grupos interessados em desestabilizar o governo. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que ainda não é possível saber quem ou o que causou as queimadas na Amazônia.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P19A. Durante a campanha eleitoral de 2018, o candidato a presidente Cabo Daciolo mencionou o Plano Ursal. Para você, Ursal seria:

- (1) Uma brincadeira que a socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa fez ao criticar governos de esquerda contrários à criação da área de livre comércio das américas.
- (2) Um plano para criar uma união de países comunistas na América Latina liderada pelo ex-Presidente Lula.
- (3) Não sei qual é a verdade.

P19AC1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. A única explicação sustentada em fatos é a de que o termo Ursal foi uma brincadeira que a socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa fez ao criticar governos de esquerda contrários à criação da área de livre comércio das américas. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que se trata de uma brincadeira da socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P19AC2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. Não há evidência que sugira que Ursal é um plano para criar uma união de países comunistas na América Latina liderada pelo ex-Presidente Lula. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que se trata de uma brincadeira da socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.

(3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P19B. Durante a campanha eleitoral de 2018, o candidato a presidente Cabo Daciolo mencionou o Plano Ursal. Para você, Ursal seria:

(1) Uma brincadeira que a socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa fez ao criticar governos de esquerda contrários à criação da área de livre comércio das américas.

(2) Um plano para criar uma união de países comunistas na América Latina.

(3) Não sei qual é a verdade.

P19BC1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. A única explicação sustentada em fatos é a de que o termo Ursal foi uma brincadeira que a socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa fez ao criticar governos de esquerda contrários à criação da área de livre comércio das américas. Pensando nessas informações que acabou de ler,

(1) Você muda de opinião e concorda que se trata de uma brincadeira da socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa.

(2) Você prefere manter a sua opinião.

(3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P19BC2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. Não há evidência que sugira que Ursal é um plano para criar uma união de países comunistas na América Latina. Pensando nessas informações que acabou de ler,

(1) Você muda de opinião e concorda que se trata de uma brincadeira da socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa.

(2) Você prefere manter a sua opinião.

(3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P20A. Têm-se ouvido relatos de que crianças ficaram autistas depois de tomarem a vacina tríplice viral, aquela que usada é para combater o sarampo, caxumba e rubéola. Para você,

(1) Isso é uma informação falsa e completamente rejeitada pela comunidade científica.

(2) Essa vacina realmente pode causar autismo nas crianças.

(3) Não sei qual é a verdade.

P20AC1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados por pesquisas científicas. A comunidade médica internacional garante que a vacina tríplice viral é segura e recomenda a vacinação como a melhor maneira de se combater o sarampo, a caxumba e a rubéola. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que a vacina tríplice viral é segura.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P20AC2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados por pesquisas científicas. Não há evidência que sugira que a vacina tríplice viral pode causar autismo nas crianças. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que a vacina tríplice viral é segura.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P20B. Todos os anos pessoas desaparecem no Brasil e muitas vezes nunca são encontradas pela polícia. Isso acontece porque:

- (1) Algumas pessoas podem desaparecer sem deixar rastros, como nos casos de afogamentos ou quando são sequestradas e levadas para outros países.
- (2) Extraterrestres do planeta Nibiru estão levando essas pessoas para o seu planeta, antes do fim do mundo.
- (3) Não sei qual é a verdade.

P20BC1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados por cientistas. O que sabemos é que pessoas podem desaparecer sem deixar rastros, como nos casos de afogamentos ou quando são sequestradas e levadas para outros países. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que as pessoas podem desaparecer sem deixar rastros, como nos casos de afogamentos ou quando são sequestradas e levadas para outros países.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P20BC2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados por cientistas. Não há evidência que sugira que extraterrestres do “planeta Nibiru” estão levando pessoas para o seu planeta, antes do fim do mundo. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que as pessoas podem desaparecer sem deixar rastros, como nos casos de afogamentos ou quando são sequestradas e levadas para outros países.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P21A. O impeachment da Presidente Dilma Rousseff foi:

- (1) Um processo que seguiu todos os procedimentos previstos na Constituição brasileira.
- (2) Planejado pelos Estados Unidos e alguns políticos do Brasil, para abrir espaço para empresas americanas explorarem o petróleo brasileiro, como afirmou o ex-Presidente Lula.
- (3) Não sei qual é a verdade.

P21AC1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. A única explicação baseada nos fatos é a de que o impeachment da Presidente Dilma foi um processo que seguiu todos os procedimentos previstos na Constituição brasileira. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que o impeachment da Presidente Dilma foi um processo que seguiu todos os procedimentos previstos na Constituição brasileira.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P21AC2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. Não há evidência que sugira que o impeachment da Presidente Dilma, ao contrário do que afirmou o ex-Presidente Lula, teve participação dos Estados Unidos e que haja alguma relação com o petróleo brasileiro. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que o impeachment da Presidente Dilma foi um processo que seguiu todos os procedimentos previstos na Constituição brasileira.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P21B. O impeachment da Presidente Dilma Rousseff foi:

- (1) Um processo que seguiu todos os procedimentos previstos na Constituição brasileira.
- (2) Planejado pelos Estados Unidos e alguns políticos do Brasil, para abrir espaço para empresas americanas explorarem o petróleo brasileiro.
- (3) Não sei qual é a verdade.

P21BC1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. A única explicação baseada nos fatos é a de que o impeachment da Presidente Dilma foi um processo que seguiu todos os procedimentos previstos na Constituição brasileira. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que o impeachment da Presidente Dilma foi um processo que seguiu todos os procedimentos previstos na Constituição brasileira.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P21BC2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. Não há evidência que sugira que o impeachment da Presidente Dilma teve participação dos Estados Unidos e que haja alguma relação com o petróleo brasileiro. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que o impeachment da Presidente Dilma foi um processo que seguiu todos os procedimentos previstos na Constituição brasileira.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P22A. Durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro foi vítima de uma tentativa de assassinato por Adélio Bispo. Na sua opinião, Adélio Bispo é:

- (1) Um indivíduo que tentou matar Bolsonaro, que agiu sozinho e por conta própria.
- (2) Um indivíduo contratado pela campanha de Jair Bolsonaro para participar de uma armação para simular o assassinato do próprio Bolsonaro, como afirmam alguns políticos do PT.
- (3) Não sei qual é a verdade.

P22AC1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou

seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. A única explicação baseada em várias investigações da Polícia Federal é a de que Adélio Bispo agiu sozinho e por conta própria e que a tentativa de assassinato foi real. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que Adélio Bispo tentou matar Bolsonaro e agiu sozinho e por conta própria.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P22AC2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. Não há evidência que sugira que Adélio Bispo, ao contrário do que afirmam alguns políticos do PT, foi contratado pela campanha de Jair Bolsonaro para participar de uma armação para simular o assassinato do próprio Bolsonaro. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que Adélio Bispo tentou matar Bolsonaro e agiu sozinho e por conta própria.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P22B. Durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro foi vítima de uma tentativa de assassinato por Adélio Bispo. Na sua opinião, Adélio Bispo é:

- (1) Um indivíduo que tentou matar Bolsonaro, que agiu sozinho e por conta própria.
- (2) Um indivíduo contratado pela campanha de Jair Bolsonaro para participar de uma armação para simular o assassinato do próprio Bolsonaro.
- (3) Não sei qual é a verdade.

P22BC1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. A única explicação baseada em várias investigações da Polícia Federal é a de que Adélio Bispo agiu sozinho e por conta própria e que a tentativa de assassinato foi real. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que Adélio Bispo tentou matar Bolsonaro e agiu sozinho e por conta própria.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P22BC2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. Não há evidência que sugira que Adélio Bispo foi contratado pela campanha de Jair Bolsonaro para participar de uma armação para simular o assassinato do próprio Bolsonaro. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que Adélio Bispo tentou matar Bolsonaro e agiu sozinho e por conta própria.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P26. Todos os países estão agora enfrentando o coronavírus, também conhecido como COVID-19. Para você, o coronavírus é:

- (1) Um vírus que se originou em um mercado de animais vivos na província de Wuhan, na China, e que acabou se espalhando de maneira involuntária pelo mundo.
- (2) Um vírus que tenha sido criado de propósito num laboratório chinês para aumentar o poder econômico da China.
- (3) Não sei qual é a verdade.

P26C1. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. A única explicação baseada nos fatos é a de que o coronavírus se originou em um mercado de animais vivos na província de Wuhan, na China, e acabou se espalhando de maneira involuntária pelo mundo. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que o coronavírus se originou em um mercado de animais vivos na província de Wuhan, na China, e acabou se espalhando de maneira involuntária pelo mundo.
- (2) Você prefere manter a sua opinião.
- (3) Você não sabe mais qual é a verdade.

P26C2. Essa explicação que você escolheu é considerada uma teoria conspiratória, ou seja, é uma explicação que não está baseada em fatos comprovados. Não há evidência que sugira que o coronavírus tenha sido criado de propósito num laboratório chinês para aumentar o poder econômico da China. Pensando nessas informações que acabou de ler,

- (1) Você muda de opinião e concorda que o coronavírus se originou em um mercado de animais vivos na província de Wuhan, na China, e acabou se espalhando de maneira involuntária pelo mundo.

- (2) Você prefere manter a sua opinião.
(3) Você não sabe mais qual é a verdade.

Perguntas sobre preferências políticas

P26. Qual é o seu partido político de preferência?

- (1) PT (2) PSL (3) MDB (4) PSDB (5) DEM (6) PSOL (7) PDT (8) Outro partido não listado, qual? (9) Não tenho partido de preferência

P27. Agora, indique o que você pensa sobre alguns partidos políticos atribuindo uma nota de 0 a 10, onde zero significa que você “não gosta de jeito nenhum do partido”, cinco significa que você “não gosta nem desgosta do partido” e dez significa que “você gosta muito do partido”:

PT, DEM, PSOL, PSDB, PDT, MDB, PSL.

P28. Em qual partido político você nunca votaria?

- (1) PT (2) **PSL** (3) MDB (4) PSDB (5) DEM (6) PSOL (7) PDT (8) Outro partido não listado, qual? (9) Não tem partido político para qual nunca votaria

Perguntas sobre crenças individuais

P29. Vamos apresentar agora uma série de crenças que certas pessoas possuem. Para você, qual a chance de que essas crenças sejam verdadeiras:

- (a) A política é uma luta entre o bem e o mal (b) Algumas pessoas são capazes de ler a mente das outras (c) Algumas pessoas podem se comunicar telepaticamente
(1) Nenhuma chance (2) Pouca chance (3) Alguma chance (4) Muita chance

P30. “Nós já estamos vivendo o Fim dos Tempos, como diz a Bíblia”. O quanto você concorda ou discorda desta frase?

- (1) Concordo muito (2) Concordo (3) Concordo um pouco (4) Não concordo nem discordo (5) Discordo um pouco (6) Discordo (7) Discordo muito

Perguntas do Teste de Reflexão Cognitiva (CRT)

P31. Agora, você verá alguns problemas bem simples, por favor, indique para cada questão, a resposta que considera correta. Um fazendeiro tinha 15 ovelhas e todas, menos 8, morreram. Quantas ovelhas restaram vivas?

P32. A mãe de Carlos tem três filhos. A primeira filha se chama Abril. O segundo filho se chama Maio. Como se chama o terceiro?

P33. Um lago começou a ser infestado por algas. A cada dia, o espaço ocupado por elas dobra de tamanho. Se o tempo necessário para que todo o lago seja coberto pelas algas for de 48 dias, quantos dias levaria para elas cobrirem a metade do lago?

Perguntas sociodemográficas

P39. Até que série você estudou?

(1) Nunca frequentei a escola (2) Primário incompleto (até terceira série do ensino fundamental) (3) Primário completo (quarta série do ensino fundamental) (4) Ginásio incompleto (até sétima série do ensino fundamental) (5) Ginásio completo (oitava série do ensino fundamental) (6) Colegial incompleto (até segunda série do ensino médio) (7) Colegial completo (terceira série do ensino médio) (8) Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio) (9) Ensino universitário completo (10) Pós-graduação ou mais

P40. Você é...

(1) Homem (2) Mulher

P41. Idade:

P42. A sua raça ou cor é:

(1) Branca (2) Parda (3) Preta (4) Amarela (5) Indígena

P43. Qual a sua religião, se tiver?

- Católica
- Evangélico Pentecostal

- Evangélico Não-Pentecostal
- Adventista
- Testemunha de Jeová
- Mórmon
- Candomblé
- Umbanda
- Espírita kardecista, espiritualista
- Seicho-No-Iê, Messiânica, Perfeita Liberdade
- Judaica
- Budista
- Santo Daime, Esotérica
- Não tem religião/Agnóstico
- Sou ateu/Não acredito em Deus

P44. Qual é aproximadamente a renda mensal de seu domicílio, isto é, a soma mensal da renda de todas as pessoas que moram na sua casa.

- Até R\$ 1.039,00 (até 1 salário mínimo)
- De R\$ 1.039,00 a R\$ 2.078,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos)
- De R\$ 2.078,00 a R\$ 3.117,00 (mais de 2 até 3 salários mínimos)
- De R\$ 3.117,00 a R\$ 5.195,00 (mais de 3 até 5 salários mínimos)
- De R\$ 5.195,00 a R\$ 7.273,00 (mais de 5 até 7 salários mínimos)
- De R\$ 7.273,00 a R\$ 9.351,00 (mais de 7 até 9 salários mínimos)
- De R\$ 9.351,00 a R\$ 11.429,00 (mais de 9 até 11 salários mínimos)
- De R\$ 11.429,00 a R\$ 13.507,00 (mais de 11 até 13 salários mínimos)
- De R\$ 13.507,00 a R\$ 15.585,00 (mais de 13 até 15 salários mínimos)
- De R\$ 15.585,00 a R\$ 17.663,00 (mais de 15 até 17 salários mínimos)

- De R\$ 17.663,00 a R\$ 19.741,00 (mais de 17 até 19 salários mínimos)
- De R\$ 19.741,00 a R\$ 21.819,00 (mais de 19 até 21 salários mínimos)
- De R\$ 21.819,00 ou mais (acima de 21 salários mínimos)
- Prefiro não responder